



Fiorelo Picoli

A VIOLÊNCIA E O PODER DE DESTRUIÇÃO DO CAPITAL NA AMAZÔNIA

ED

Outros lançamentos de 2012

**Capitalcracia: a crise como
exploração e degradação**

Valcionir Corrêa

Sociologia:

conhecimento e ensino

Fernando Ponte de Sousa

(organizador)

**Ensaio sobre
história e política**

Michel Goulart da Silva

(organizador)

**Informatização e
doenças psicossociais**

Guillermo Alfredo Johnson

**Memória viva
Relatório I**

Fernando Ponte de Sousa

José Carlos Mendonça

Valcionir Corrêa

(organizadores)

**Os socialistas-revolucionários de
esquerda na Revolução Russa**

Coletânea de documentos

**A pobreza humana:
concepções, causas e soluções**

Adir Valdemar Garcia

Fiorelo Picoli. Professor da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Campus Universitário de Sinop, no Departamento de Administração. Doutor em Administração e Direção de Empresas pela Universidade de León (Espanha) – título revalidado pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Fez pós-doutorado em Sociologia Política na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), onde desenvolveu sua pesquisa sob orientação do Prof. Dr. Fernando Ponte de Sousa. É membro do projeto de pesquisa e extensão do CEACD. Coordenador de grupo de pesquisas em Gestão de Estudos para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Mato-grossense (GEEDAM), no CNPQ. Livros publicados da Série Amazônia: *Amazônia: do mel ao sangue; Amazônia: a ilusão da terra prometida; Amazônia: o silêncio das árvores; Amazônia: pegadas na floresta; Amazônia e o Capital; O capital e a devastação da Amazônia* e *Amazônia: desarrollo y expropiación*. Participou de várias obras como organizador e coautor.

PUBLICAÇÕES DE 2011 EM CATÁLOGO:

<http://editoriaemdebate.ufsc.br/catalogo/>

A VIOLÊNCIA E O
PODER DE
DESTRUIÇÃO DO
CAPITAL NA
AMAZÔNIA

Copyright © 2012 Fiorelo Picoli

Fotografia capa
Fiorelo Picoli

Editoração eletrônica
Carmen Garcez, Flávia Torrezan, Tiago Roberto da Silva

Revisão
Maria da Paz Sabino, Fabio Martins Moreira

Catlogação na fonte elaborada pela DECTI da Biblioteca Central da UFSC

P598v Picoli, Fiorelo

A violência e o poder de destruição do capital
na Amazônia / Fiorelo Picoli. – Florianópolis :
Editoria Em Debate, 2012.

271 p. : grafs., tabs.

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-85-61682-97-2

1. Capitalismo – Amazônia – Aspectos sociais.
2. Degradação ambiental – Amazônia – Aspectos políticos.
3. Amazônia – Condições sociais. I. Título.

CDU 918.11

=====
2012
=====

Todos os direitos reservados a

Editoria Em Debate
Campus Universitário da UFSC – Trindade
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Bloco anexo, sala 301
Telefone: (48) 3338-8357
Florianópolis – SC

www.editoriaemdebate.ufsc.br

www.lastro.ufsc.br

FIGURELO PICOLI

A VIOLÊNCIA E O
PODER DE
DESTRUIÇÃO DO
CAPITAL NA
AMAZÔNIA

Florianópolis

UFSC

 Editora
EM DEBATE

2012

SUMÁRIO

PREFÁCIO	9
INTRODUÇÃO.....	19
1 COLONIZAÇÃO E RELAÇÕES HISTÓRICAS DO MODELO AMAZÔNICO	29
2 O CAPITAL E AS COMUNICAÇÕES NA AMAZÔNIA.....	67
3 O CAPITAL E A POLÍTICA NA AMAZÔNIA.....	101
4 O CAPITAL E AS MONOCULTURAS NA AMAZÔNIA.....	139
5 O CAPITAL E AS QUESTÕES AMBIENTAIS NA AMAZÔNIA.....	177
6 A VIOLÊNCIA COM A FORÇA DE TRABALHO NA AMAZÔNIA.....	209
7 CONCLUSÕES DO TRABALHO.....	241
REFERÊNCIAS.....	257

PREFÁCIO

ELEMENTOS PARA O ENTENDIMENTO DAS CONSEQUÊNCIAS DA INSERÇÃO E EXPANSÃO DO CAPITALISMO NA AMAZÔNIA

AUMERI CARLOS BAMPI¹

Quem olha de cima, de longe a imensidão da Amazônia e se deixa absorver pela paz que proporciona esta imensidão verde, maravilhosos rios, fauna e flora abundantes e altamente diversas, povos milenares em profunda convivência e cooperação com a natureza, como poderia imaginar que, como dizia Darcy Ribeiro, “a Amazônia, o jardim da terra, o paraíso na terra” está em pleno século XXI sen-

¹ Professor Aumeri Carlos Bampi – Possui graduação em Filosofia pela Faculdade de Filosofia FAFIMC- PUC-RS – Campus de Viamão, Especialização em Planejamento Educacional e Doutorado em Filosofia e Ciências da Educação pela Universidade de Santiago de Compostela (2000). É professor da Universidade do Estado de Mato Grosso desde 1990, trabalhando com Antropologia, Ética, Teoria do Conhecimento e Filosofia da Educação na graduação. Atua também com Ética e Educação e Metodologia da Pesquisa na pós-graduação. É professor do Mestrado em CIÊNCIAS AMBIENTAIS da UNEMAT, atuando com Epistemologia Ambiental e Educação Ambiental para a Sustentabilidade (Educação para a conservação dos biomas matogrossenses). É Coordenador Local do DINTER – Doutorado em Educação pela UFRGS – UNEMAT. Tem experiência na gestão da Universidade e na implantação de cursos, projetos e programas de ensino superior. Desenvolve estudos principalmente nos seguintes temas: educação e formação humana, planejamento estratégico, história e configuração da universidade brasileira, participação política, justiça social e questões socioambientais. Recentemente concluiu estágio de pós-doutorado junto ao Laboratório de Psicologia Socioambiental – Instituto de Psicologia da USP sob supervisão da Profa. Eda Tassara.

do corrompido! Como imaginar que tal espaço humano (social) e ecológico se tornaria um palco para tamanha violência, destruição, aniquilação, exploração, onde a terra, a água, o bioma viram mercadorias e os nativos ocupantes são tratados como intrusos e empecilho ao desenvolvimento e onde os migrantes, se quiserem um espaço ao sol devem se tornar capitalistas exploradores, “pisoteando-se uns aos outros, como gado em disparada, numa competição para ver quem bebe água limpa”.

De “terra sem males a terra de males sem fim”! Este é o espaço amazônico quando tomado pelo capitalismo. A reflexão trazida pelo conjunto desta obra exige pensar em profundidade a Amazônia, pois este é o palco, o cenário de uma luta antagônica que pôs em lados opostos Vida X propriedade, biodiversidade X monoculturas, humanos x capital, culturas milenares X cultura do supérfluo, culturas de liberdade X culturas subjugadas, força de transformação X superexploração, existência X produção, pessoas X poderes criminosos, movimentos sociais X crime organizado infiltrado no estado, povos X estado.

Esta obra não é fruto de um intelectual de gabinete, senão o esforço de um migrante, professor-pesquisador atuante, que vivenciou na pele a relação capital X trabalho no contexto da Amazônia matogrossense, o contexto da exploração humana nas madeiras, a exploração predatória, o desmatamento, a degradação social e ambiental produzida, muito embora socialmente o que se difunde é a maravilha do desenvolvimento e progresso. Tal vivência é o fundamento desta percepção realista da Amazônia que abriga as contradições trazidas pelo sistema capitalista a este território e é muito mais do que apenas uma análise intelectual profunda de um professor e pesquisador universitário, pois chama ao compromisso com a necessidade de mudança desta realidade.

Foi enquanto professor do ensino fundamental e secundário (hoje ensino médio) numa escola situada na região madeireira de Sinop – Bairro São Cristóvão, que o autor começou a perceber o processo de superexploração, de insustentabilidade social, econômica e ambiental causada pelo sistema capitalista na Amazônia, em especial pelas observações, estudos e análises da Amazônia matogrossense. Segundo o

autor, inúmeros e cotidianos relatos dos trabalhadores das madeireiras adentravam a sala de aula nas décadas de 80, evidenciando a insustentabilidade social do modelo em implantação. Inúmeros mutilados por condições de trabalho precário nas madeireiras e na retirada de madeira junto às florestas, se faziam presentes às aulas, cansados, espoliados, sofridos por um trabalho que exauria suas forças, mas não menos ávidos a buscar sua cidadania pela educação no ensino noturno. O espaço da escola se tornava o outro lado da exploração sofrida por aqueles rostos infante-juvenis. A motivação para este e outros diversos e importantes estudos feitos pelo autor ali iniciou e teve continuação na universidade.

Mas a produção desta obra é também uma denúncia contra o capitalismo internacional, sua vontade e ganância de dominação do território, do bioma, dos humanos em sua ampla diversidade cultural. É sob o impulso do capitalismo internacional, com suas devidas conexões nacionais, ofertadas e incentivadas pelo estado em suas diversas esferas que acontece a degradação da Amazônia e seus povos.

Povos nativos ou migrantes esperavam viver o mel na Amazônia, mas o que encontraram foi a destruição, o sangue, a seiva da vida a escorrer e esvair-se pela terra como diz o autor, as florestas sendo dizimadas e a terra e água sendo envenenadas. Lembrar de um discurso de um indígena Panará, por ocasião de um encontro na Universidade do Estado de Mato Grosso sobre a BR 163, no final da década de 90, resume o sentimento dos nativos aos processos iniciais de abertura, quando dizia: “você quer terra para tirar madeira, para criar gado, para plantar soja, querem trabalhar e no final da semana fazer festa, comemorar porque enriqueceram, mas vocês acabaram com nossas riquezas e com a nossa festa de todos os dias”.

Todos os povos amazônicos agora submetidos ao jugo do capital. E este jugo é forte, uma vez que o que está em disputa é um dos últimos espaços de alargamento e passível de exploração predatória, quer seja dos abundantes recursos naturais, da posse do território, das pessoas, que agora devem se enquadrar ao sistema.

A violência na Amazônia não foi inaugurada pelo capitalismo, mas com este se torna institucionalizada e mais feroz, adquirindo ou-

tro grau, outra qualidade, a de violência sem rostos, legalizada, fortalecida por leis de incentivos fiscais à exploração e abertura, protagonizada pelos braços das grandes corporações internacionais que através da exploração mineral, extrativista vegetal, através da pecuária, através da agricultura industrial alcança os mais remotos rincões, tendo como parceiros um estado (em suas diversas esferas), permeado por interesses privatistas nacionais e internacionais.

Trata-se de uma violência construída por um sistema avassalador e criminoso que toma o espaço de vida e das culturas, tratando-as apenas como mercadoria, produto ou mão de obra. O econômico-financeiro se sobrepõe a tudo e todos, a todas as outras, milhares de riquezas deste chão, desta terra, destas vidas, destas pessoas.

Aos que não aceitam, não se enquadram ou reagem, há a negação, a aniquilação, morte ou a indiferença. Isto significa dizer que na Amazônia capitalista e capitalizada só há espaço para as ordens/desordens do capitalismo, do dinheiro e do tão propalado progresso desenvolvimentista, muito embora as populações locais venham, em sua maioria, vivenciando cada vez mais condições precárias de existência.

Indígenas, caboclos ribeirinhos, caboclos do sertão, ou mesmo migrantes sonhadores em busca de terra, trabalho e alimento, agricultores familiares ou pequenos empreendedores significam atraso à dinâmica capitalista, primeiro porque não são considerados produtivos, depois porque não se enquadram no sistema de consumo capitalista. A dinâmica construtora repete a lógica do restante do país e do mundo: terra para poucos, muito embora as propagandas enganosas preguem o contrário.

O estado brasileiro, de tradição autoritária e conservadora, elitista, herdeiro das tradições das capitânicas hereditárias e sesmarias, nada vê de problemático nisso e até propõe regularizações fundiárias forçadas e falsas. O que interessa são os latifúndios, as monoculturas, pois segundo a perversa lógica estes são produtivos. De milhares de assentamentos rurais a agricultores familiares na Amazônia o destino atual dos mesmos dentro de poucas décadas será o latifúndio e as monoculturas.

A antes terra da alta sociobiodiversidade está se tornando cada vez mais terra de poucos, terra das monoculturas e como sinal, em me-

nos de duas décadas, não é por nada que acontece a rápida, crescente, desenfreada e caótica urbanização da Amazônia. Uma urbanização com uma miserável urbanidade.

Escapando dos coronelismos das fazendas, das madeireiras e suas colônias, das precárias condições de vida e exploração nos garimpos, ou do abandono das condições no campo (ou roça, ou sertão) os amazônidas migrados ou nativos (aldeados ou não) vão em busca das cidades. Lá chegando não percebem que sua caminhada foi vã, que os problemas se agravam, que há fome e doenças, miséria e carência de toda a ordem. Carências de todas as espécies se encontram para dar ciência ao amazônida que sua fuga não resolveu seu problema e que ele agora, está mais dependente do sistema capitalista, pois na cidade tudo precisa comprar. É um consumidor em potencial, mas recurso para tal não tem. Para ter casa precisa pagar uma vida inteira por um pequeno lote que há poucos anos era terra pública. Que para sobreviver e se nutrir deve se subordinar a salários miseráveis, quando existem e que o que ele pode oferecer é sua força de trabalho a um mundo para o qual sua experiência de vida é nula ou inexistente e seus conhecimentos desperdiçados.

As cidades na Amazônia se tornam então grandes cativeiros, grandes confinamentos humanos a serviço e à disposição do capital e as antes florestas, espaços abertos em campo ao capitalismo da agricultura industrial ou da pecuária. Os humanos, na Amazônia, especialmente quando o que está em disputa é o território, são um empecilho ao capital, são estorvos, por isso precisam sair das florestas, do sertão, do campo e buscar as cidades. Nas cidades serão reféns de negócios imobiliários e de todos os produtos serviços que precisam comprar. Serão rebanhos religiosos ou políticos em cativeiros para negociação.

O poder de destruição do capital na Amazônia é incomensurável, forte, fatal, brutal, que faz morrer a árvore da vida, no sentido darwinista do termo. É sobre isto que trata o autor. Longe de o capitalismo ser força criadora, na Amazônia o que o livro revela é que ele é fonte destruidora, de dominação, de cabresto, é força degradante e anti-vital, fonte de degradação contínua e sistemática dos humanos e do ambiente.

Não por menos há grande preocupação mundial (e também no Brasil) com a Amazônia, muito embora de maneira hipócrita, pois é preciso dizer que tanto na democracia quanto na sustentabilidade o capitalismo não faz aposta ou investimento. O que lhe interessa é a corrupção destes ideais e sonhos a seu favor, fazendo discursos de responsabilidade social e ambiental. Como medir a responsabilidade de quem produz soja e joga milhares de toneladas de venenos na terra e na água..., inserindo poderosa maquinaria, insumos agressivos, transgênicos, desflorestando, trocando o espaço das pessoas e fauna diversa apenas por gado e soja, comprando políticos com o dinheiro das corporações.

É muito visível nos governos e corporações, com raríssimas exceções, que embora falem em democracia e sustentabilidade, de fato pouco as pratiquem, pois na realidade continua o jogo de interesses pelo acúmulo de capital. Quando tratam da Amazônia, esquecem dos amazônidas, suas vidas e culturas, esquecem que a Amazônia é um conjunto de complexos sistemas de vida que abrigam humanos, sistemas bióticos complexos com os quais estes convivem e cooperam. O que fazem as corporações capitalistas é uma tremenda manipulação, acobertando suas ações de exploração e morte, mesmo quando dizem produzir alimentos para saciar a fome de milhões de pessoas no mundo. Sacia-se a fome de porcos na China e nossos cidadãos padecem fome nas cidades. Este é o mundo das corporações transnacionais. A eles se juntam nossos governos, capitaneados e dirigidos por um sistema cambaleante e em crise que nossos governantes insistem em copiar e reproduzir.

Perto do colossal sistema de exploração que se põe em curso no pós 64 e que continua se intensificando até a atualidade, as primeiras investidas exploratórias, não sem violência, não passam de débeis incursões de exploradores desconexos e desarticulados, que pouco conseguem interferir nas culturas e biomas.

O pós 64, entretanto, do “integrar para não entregar” fez parte de uma trama articulada pelo capital, em conjunto com os governos, inicialmente com os ditadores, posteriormente com os liberais de direita e depois de centro-esquerda, sem exceções, num duplo jogo: o de fazer como queria o capitalismo internacional e o de mentir a respeito disso.

O tal “integrar” realmente aconteceu e se faz sentir cada vez mais forte. De fato na Amazônia estamos cada vez mais conectados ao sistema de produção mundial, ao consumo mundial, ao capitalismo. Produzimos para o sistema capitalista mundial e seus donos. Mas em termos humanos estamos cada vez mais desintegrados. O não entregar, portanto, é a mentira. Absoluta mentira. Quem controla a Amazônia, como quer e quando quer é o capitalismo mundial, a despeito das ordens e sucessivos governos que oscilam entre o entreguismo e o privatismo absoluto e os que oscilam entre o capitalismo interconectado e o capitalismo nacionalista.

Integramos e entregamos.

A integração, para a população miserabilizada e superexplorada não aconteceu. A integração para a produção, esta sim aconteceu e continua acontecendo, bancada por dinheiro público. Rodovias, ferrovias, hidrovias são pensadas para estabelecer uma rede e consolidar a logística de exportação e exploração. A integração para a vida, esta acontece precariamente. 28 milhões de amazônidas compõem diariamente um exército de superexplorados, saqueados e despossuídos, exército de reserva, sem acesso a bens e serviços públicos mínimos, onde além da violência capitalista, impera uma violência interna, da lei do mais forte e a de quem quem tem pode, ou ainda de violências psicológicas, doutrinárias e religiosas.

A isso é preciso acrescentar que o estado (capitalista e tomado por seus interesses) faz uso de seus aparelhos ideológicos (igrejas, escolas, universidades, meios de comunicação – rádios, jornais e televisões-, polícias, exércitos, justiça, órgãos de controle e fiscalização), para continuar a desenvolver uma política de favorecimento à concentração de terras, renda e poder. Tais aparelhos fazem o amaciamento a uma grande massa de desprovidos não só de terra e renda, mas de projetos de um futuro libertador. Não bastasse o estado ser assolado por interesses liberais privatistas, verdadeiras hordas de criminosos inescrupulosos estão infiltrados e participam das esferas de poder, estabelecendo negociatas, favorecendo interesses particulares e criminosos.

As universidades, em sua maioria seguem um comportamento

institucional reprodutor, atrelada a modelos coloniais predatórios. É urgente a necessidade da reflexão rumo a um novo caminho de desenvolvimento para a Amazônia.

Esta obra mostra o motivo, a necessidade e a possibilidade, explicitando também o papel da ciência e da universidade na reflexão sobre o contexto e a prospecção necessária para que não destruamos ainda mais a riqueza ecológica e cultural existente neste meio. O resultado do estudo às vezes causa um choque, uma vez que tão naturalizado é o modelo que se acredita que nada de diferente poderia acontecer, dizendo como justificativa “que é necessário quebrar ovos para fazer a omelete”. Neste processo não se pergunta quem, necessariamente, come a omelete e quem fica sem e como fica a sustentabilidade neste espaço.

Há então um vácuo de pesquisas e pesquisadores e o estudo aqui apresentado mostra que há a necessidade de que pesquisadores locais e instituições locais desvendem o enigma amazônico, obviamente com a colaboração científica mundial, mas sem a insistência de dominação externa, que força a reprodução de modelos predatórios e insustentáveis, muitas vezes difundidos no conjunto institucional, em especial universitário.

Para entender a Amazônia em sua diversidade é necessário realizar, como fez o pesquisador deste estudo, o exercício antropológico da vivência e percepção (ver, ouvir, sentir e registrar), ouvindo alunos, trabalhadores, agricultores, indígenas, jornalistas, madeireiros, empresários, professores, pesquisadores, políticos, promotores públicos, assentados, movimentos sociais, ambientalistas, grandes produtores e um sem número de pessoas que o levaram a entender o que se passa na região.

Mas é necessário dizer que no cotidiano institucional universitário do qual provém o pesquisador, são poucas as vozes críticas e profundas, comprometidas politicamente com a transformação. A obra traz este desafio, de mostrar a realidade da acumulação capitalista, também como ação política para estudantes e pesquisadores, uma vez que há grande indiferença institucional reprodutora e muitas vezes desconhecimento.

E mesmo no contexto social são raríssimas as ações políticas em contrário. Vez que outra conseguem emergir um Chico Mendes, uma

irmã Dorothy, mas são calados e aniquilados. Movimentos sociais existem, mas são sufocados e neutralizados pelas contínuas ameaças. Na constante do cotidiano amazônico pode-se dizer do coronelismo, do latifúndio, do jagunço, dos massacres policiais, da dominação religiosa que impõem aos amazônidas (nas cidades e aldeias), das rádios e televisões manipuladas e manipulantes, das constantes manipulações políticas, do grilo legalizado, do confinamento dos indígenas em reservas, da grande leva de amazônidas vivendo nos campos de concentração capitalista das metrópoles amazônicas com baixa expectativa de vida e de projeto emancipador, de empresas que vilependiam os direitos dos trabalhadores e que sem nenhuma dúvida querem exercer domínio sobre o território, as riquezas e as populações, desmatando, poluindo e degradando, mas acima de tudo acumulando capital e prestando conta aos acionistas das bolsas mundiais.

Assim, o que se percebe é que a “entregação”, esta sim aconteceu, sem considerar populações que lá vivem, seus modos de vida e mesmo os que buscavam na Amazônia o espaço da vida. Não houve e não há consideração pelo que é a Amazônia enquanto espaço social e depois ecológico, muito embora na Amazônia, sejam parte de um mesmo componente. O que se tenta a todo o custo é a implantação de um projeto, que como sempre na Amazônia serviu e serve a quem está fora dela.

De olho na concentração de terra e renda os sócios internos do capitalismo internacional tornaram-se os representantes do poder criminal do capitalismo mundial. Os indígenas, ribeirinhos, peões nas fazendas, garimpos, madeireiras, lavouras ou empregados das corporações ou levas de desempregados nas periferias das cidades, valem tanto quanto as peças “peões” de um jogo de xadrez. No jogo só servem para proteger a elite e na luta, perecem. O que aparece, entretanto é a exceção, sempre muito demonstrada pelos aparelhos ideológicos é o peão que ao chegar até a última casa, pode se tornar qualquer peça. Assim, os raros vencedores capitalistas são endeusados, idolatrados, referendados pelos aparelhos ideológicos e premiados pelos governos quando chegam a posições de poder político, poder econômico ou mandatários de instituições.

Mesmo as mentes de uma intelectualidade madura, que se poderia encontrar nas universidades, vozes para a crítica, repetem o pen-

samento desenvolvimentista, depredador do ambiente e das culturas, das pessoas, naturalizando a relação de superexploração capital X trabalho e exploração desmesurada da natureza em prol de um progresso para poucos e absolutamente insustentável quer seja do ponto de vista social, econômico ou ambiental.

Neste contexto, então, com a violência naturalizada é preciso construir um contraponto, uma esperança. Os movimentos indígenas, os movimentos sociais nas cidades e florestas, somados a outras vozes críticas, intelectuais, políticos, ambientalistas, professores, agricultores familiares, pequenos empreendedores, pescadores, ribeirinhos podem construir um caminho de uma nova realidade, pois a Amazônia com a força do sol, da água, da terra, do ar, de seus povos milenares e suas ricas culturas, de seus migrantes que agora procuram enraizamento, de suas florestas, fauna e flora esplêndidas renasce a cada dia.

Não nos iludamos, o problema da Amazônia não é o desmatamento e o fogo, o gado e a soja que avançam sobre as florestas e sobre a territorialidade de povos milenares, mas o capitalismo transnacional que os promove, junto aos aliados locais, prometendo um sonho de riquezas que não pode entregar a todos. Destrói o essencial para produzir o supérfluo. Destrói o vital para produzir o aniquilado. Destrói o coletivo para produzir o privado de poucos. É bom ainda lembrar que por trás da atualização constante do capitalismo existem seus agentes, seus fiéis sacerdotes economizantes.

A força capitalista na Amazônia se assemelha aos *drones* de Bush, Clinton e Obama, que matam, desde cima, de longe gerando violência aos que precisam ser dominados, limpando territórios e poupando o dominador do exercício ético que lhe geraria problemas de consciência, ou mesmo condenação, pois nada vê, nada sente, está distante. Trata-se, pois, de mais um território e inúmeros povos dominados pelo capitalismo.

INTRODUÇÃO

A Amazônia Brasileira é objeto de cobiça do poder dominante do país e do mundo. Neste trabalho que ora desenvolvo descrevo de forma minuciosa e baseada em dados concretos sobre a violência estabelecida pelo capital neste espaço, mostrando o domínio articulado pelos poderes políticos, econômicos e do Estado no sentido de estabelecer as regras para manter o poder e impor estratégias de dominação na Amazônia Brasileira.

Esse conjunto dominador em muitas oportunidades pode ser identificado e confundido como parte integrante do crime organizado nesse espaço regional, já que não leva em consideração os direitos constitucionais dos cidadãos brasileiros que habitam na região. Além de estabelecer o domínio através da violência física e psicológica aos demais atores sociais, esse grupo transforma em benefícios próprios instâncias do Estado que também é, de uma certa forma, conivente com as estratégias do poder opressor.

Neste trabalho mostro de forma contundente que os representantes do modelo capitalista apresentam-se com ramificações internas e externas no local de investigação, impondo o silêncio aos mais fracos, usando a engenhosa condição da violência que o capital articulado submete as relações no território amazônico. Os esforços dedicados têm como objetivo facilitar a dinâmica dos poderes locais para asfixiar as alternativas de posse dos meios de produção da classe trabalhadora, tendo ainda como meta neutralizar os movimentos sociais que buscam a inclusão desses grupos.

O local é demarcado pela fúria frenética do modelo imposto ao

mundo e, por ser periferia do capital, as possibilidades de calar o coletivo se multiplicam. Neste sentido, as ações colocadas em prática têm, na maioria das vezes, a certeza da impunidade e também com a confiança que o crime compensa. Os atores são Identificados através da grilagem e falsificação de documentos das terras, nas emissões de notas fiscais falsas, na sonegação dos impostos, no contrabando diversificado, no uso indevido do meio ambiente, nos laudos criminosos sobre terras e florestas, na superexploração do trabalho, nos assassinatos e no uso de benefícios do Estado de caráter irregular.

O tempo vai aos poucos desenvolvendo uma fábrica de monstros, no que tange fazer do falso o verdadeiro na região. Essas organizações quando mafiosas usam de atividades camufladas através das práticas de infiltração e ocupação dos espaços dos poderes legais com o objetivo de dominar as relações, porém em não raras oportunidades usam de práticas irregulares como corretas e éticas.

O retrato interpretado reflete a mais recente fronteira do extrativismo e da agropecuária do país colocada a serviço das classes dominantes, porém é negada aos trabalhadores outra oportunidade a não ser de servirem de mão de obra barata à concepção ali instalada. Também não são respeitadas as questões ambientais, as econômicas, as culturais e as sociais coletivas. O resultado desse projeto é a criação de duas classes distintas e extremas: uma de muitos pobres representados pelos trabalhadores, e a outra de poucos ricos concebidos pelos detentores dos meios de produção. Os últimos são protegidos em todas as fases da investida pela aliança histórica entre o Estado e o capital.

Assim, o processo de desenvolvimento regional da Amazônia brasileira representa uma concepção do capital em expansão. As articulações dos poderes são realizadas em todas as etapas de intervenção, por meio da relação produção/trabalho, entretanto com todas as dinâmicas de oferecer vantagens ao aparelho dominador. A intenção é aniquilar e asfixiar a força de trabalho local, mesmo ela sendo colocada como apta ao processo produtivo continuamente na região.

Nessa lógica, os poderes ramificados das representações do capital dialogam e se desenvolvem no intento de formar um espaço de superex-

plorados, mas ao mesmo tempo o Estado é o penhor dessa estratégia das representações do modelo. Por outro lado, os governos são propositalmente de maneira arbitrária na proteção do capital na região, colocando-se contra a proteção dos trabalhadores e dos movimentos sociais. As ações são de negação quando as classes sociais desfavorecidas pelas imposições locais reivindicam seus direitos e melhorias. As representações do Estado mantêm esforços com o objetivo de proteger os interesses das classes dominantes, negando os direitos legais do coletivo.

Com essas definições é possível abordar a cerca do novo espaço migratório dos marginalizados e dos despossuídos², bem como da expansão do capital na Amazônia, pretendo dialogar com os leitores por meio das várias possibilidades de entendimento que o livro pode oferecer, através do diálogo entre a escrita e leitura. Assim, ao explicitar os problemas ocorridos na Amazônia pretendo mostrar a verdadeira realidade que ocorre neste espaço, que ao longo dos anos vem sendo devastado inescrupulosamente por pessoas que não respeitam o meio ambiente, nem tampouco os seres humanos que habitam a região. Com isso, o que é versado muitas vezes choca e desconforta as pessoas que não tiveram muita intimidade com o que ocorreu de fato no local de estudo em pauta, principalmente pela violência generalizada que ocorre nesse local através da conquista e posse da terra.

² Os termos usados no decorrer do livro, os Marginalizados e os Despossuídos ao tratar da Amazônia brasileira são para identificar os atores sociais que ali migraram, porém com múltiplas histórias de reprovações e represamentos nas suas vidas, vistos através das sucessivas gerações familiares. Isso pode ser percebido quando se compara esses indivíduos que migraram para a região em relação a migrantes e imigrantes de outras partes do Brasil e do mundo. Ao migrarem para esse novo espaço, uma leva significativa é oriunda da margem da sociedade, que pode ser qualificada como excluídos sociais em grau maior, e os tornam despossuídos de forma generalizada. Assim, a margem e o desprovemento desse local em estudo são no sentido da falta básica de entendimentos dos saberes em forma de direitos e das condições de vida humana, do não acesso à propriedade e aos resultados do movimento produtivo regional, a completa asfixia e desestabilização social e a perda das expectativas de vida digna e cidadã. Por outro lado, eles possuem a completa dependência dos poderes que formam o modelo capitalista local. Resta-lhes como possibilidade de integração oferecer sua força de trabalho através das práticas de superexploração. Essa tática é possível por ser local de periferia articulada do modelo em expansão, e todos os movimentos articuladores miram na preservação das estruturas do capital dominante, esse com ramificações de poder dentro do espaço analisado e fora dele.

Nesse entendimento, o livro servirá para reflexão, de modo que essa realidade vivenciada no espaço amazônico possa, quem sabe um dia, ser mudado. Mas para isso é preciso um novo entendimento e conscientização dos povos de um modo geral envolvendo tanto os despossuídos quanto as elites dominantes, porém para isso ocorrer a classe trabalhadora tem necessariamente de também ser proprietária dos meios de produção, sendo a posse da terra a principal forma de inclusão. A Amazônia deve ser pensada como um patrimônio de todos e não apenas de um pequeno grupo que usa sua riqueza com interesses próprios na busca do lucro fácil. Para que haja justiça na Amazônia, deveria ser aplicado um meio de beneficiar os interesses de forma coletiva, e não de uma minoria privilegiada pelos poderes constituídos, que usam de brutalidades sem limites para levarem vantagens e os benefícios são canalizados a poucos.

Esse acordo e interpretação são pela linha de pensamentos que abordo no decorrer da construção textual, sem, no entanto, levar em conta a necessidade de omitir os fatos relatados através do uso de meias palavras. O objetivo é abordar de maneira direta os acontecimentos como eles se apresentam, bem como primar em não ter atrelamentos com os poderes constituídos para que venham facilitar a publicação do trabalho, com a viabilização de facilidades na sua divulgação, visto ser um trabalho voltado a dar voz aos movimentos sociais.

Ao mesmo tempo proponho organizar o pensamento e a ideia através do conhecimento também através do senso comum, bem como usando os ditames da ciência apurada que versam sobre a população, sem a preocupação de ser alvo de críticas ou não do meio acadêmico. A apreensão maior é escrever de maneira que a escrita flua com um linguajar mais simples e que ao mesmo tempo sirva para a academia, que julgará o trabalho com olhar mais apurado.

Ao direcionar meus escritos levo em conta que não existe uma verdade absoluta e que o conjunto de ideias iguais ou diferentes faz parte de um aparato que vem ao encontro do crescimento e fortalecimento do processo evolutivo da humanidade, por meio das discussões democráticas. Por outro lado, a necessidade de confronto das ideias é também um dever reflexivo, para possibilitar os entendimentos do

todo através das partes, aproveitando e respeitando as outras versões fragmentadas com o propósito de apresentar a verdade.

Respeitando e mantendo sólidos os entendimentos já adquiridos, porém com argumentos mais aperfeiçoados e estudos da trajetória de vida enquanto pesquisador, bem como dos teóricos que sustentam a visão de sociedade, assim sigo organizando a sequência de outros trabalhos já realizados que versam sobre a região amazônica. Assim, com os conhecimentos obtidos e já com uma nova consciência humana e profissional, apresento informações com base apurada dos conhecimentos adquiridos em toda a minha caminhada.

Também uso a experiência enquanto habitante do espaço amazônico e os dados observados na pesquisa que realizei enquanto professor pesquisador da universidade. É através dessa maneira de organizar o trabalho que muitas vezes não busco ser contundente em focar a forma como foram escritos os argumentos aqui citados, visto contemplar os estudos preliminares em outros trabalhos e obras, para não ser repetitivo aos que leem essa obra.

Por outro lado, lembro ao leitor para poder identificar em nota de rodapé que indicam como podem ser encontrados os aprofundamentos nas obras dos mais variados autores, que sustentam meu trabalho, bem como as minhas pesquisas já realizadas e publicadas. Com esses princípios tenho o firme propósito de realizar a escrita de maneira fluente, sem a necessidade do leitor ter entendimentos de princípios metodológicos para entender as mensagens as quais este trabalho se propõe. Ao desenhar essa forma, que identifica sendo própria do autor, a obra tem por objetivo possibilitar os meios de fluir as ideias, para servirem ao meio social com mais eficiência e eficácia.

Ao discorrer sobre os espaços regionais, levo em consideração o processo migratório ocorrido no pós 1964, no Estado de Mato Grosso e apresento um retrato do que ocorre na região. Apresento também um emaranhado de possibilidades e entendimentos, que nos deixa diminutos diante da exuberância da Amazônia, bem como de seu poder sedutor. Ao mesmo tempo, teço paralelos entre o modelo globalizado para oportunizar os entendimentos de um processo de alongamento

da mais recente fronteira da agropecuária ocorrida no Brasil e com relações estreitas com o mercado global.

O trabalho é um diálogo que mostra a intervenção histórica ocorrida ao longo dos tempos no espaço de estudos, por meio das influências do modelo organizacional da sociedade capitalista, que nega os benefícios coletivos propositadamente e impõe as regras com estratégias de violência apurada pelos poderes dominantes. Com esse entendimento apurado, é possível atingir o processo de transferências das empresas e pessoas, que ocorre com mais contundência no pós 64 do último século, no auge da Guerra Fria, por meio das representações mundiais.

A ditadura militar possibilita esse estratagema do capital em deslocar seus projetos de interesses no novo ambiente de expansão do modelo agregador de valor, bem como de oportunizar um processo migratório aguçado no país. Tenho a intenção de demonstrar no decorrer da escrita que as dinâmicas mundiais, por meio da hegemonia dos estadunidenses, passaram a determinar o processo de tirania em cadeia contra as massas na América Latina. Assim, o Estado brasileiro passa a organizar a sociedade também através da ditadura.

Ao aderir essa forma de governar, o Estado usa das mais elevadas estratégias de silenciamento e de repressão aos movimentos sociais. A Amazônia surge como uma forma de desafogar os problemas sociais latentes no país e assim entra em curso o deslocamento em massa dos despossuídos e marginalizados do Brasil, que rumam em busca do sonho da terra prometida. A massa trabalhadora vai servir como um batalhão de mão de obra barata para oxigenar o processo produtivo do capital.

Ao identificar por meio das dinâmicas a negação dos direitos de cidadania, com a expropriação do homem do meio ambiente, a área se caracteriza como um espaço hegemônico das elites do extrativismo e da agropecuária. Os atrelamentos entre o Estado e o capital vão possibilitar todo o aparato para organizar esse terreno fértil com possibilidades aos detentores do poder econômico, sem oportunizar alternativas sociais, culturais e de melhor relação com o meio ambiente e ao coletivo da sociedade. É imposto um regime local de silêncio, que se fundamenta na violência por meio da expropriação do homem e seu ambiente.

Nessa trajetória, ao abordar sobre o aparato armado no novo espaço de alongamento dessa nova fronteira, proponho a agregação de valor ao trabalho realizado pelas massas, para que possam ter uma vida digna, sem a superexploração da sua mão de obra. Muitos desses trabalhadores muitas vezes perdem suas vidas pela violência e intensidade do trabalho, além de perderem também as perspectivas de saírem desse estado histórico de servos marginalizados e despossuídos que servem ao sistema apenas por oferecer mão de obra barata. A esses trabalhadores que tanto labutam e geram a riqueza dos grupos dominantes lhes são negados os direitos constitucionais de cidadãos e cidadãos grupais. Assim como qualquer ser humano, eles só desejam ter uma vida digna.

Ainda nesse trabalho ora apresentado, descrevo como as articulações ocorrem para preservar as representações dominantes da Amazônia, bem como a importância dos meios de comunicação concentrados nas mãos das elites do país, que aniquilam toda e qualquer possibilidade de mudança social. Com isso se desencadeiam na prática um amplo processo de negação, de silenciamento, de colocar as mordanças e algemas. Isso ocorre tanto em períodos de ditadura ou por meio do processo democrático. Os meios de comunicação são a maior arma da atualidade nas mãos da classe dominante, servindo para fabricar a harmonia das informações de interesse do grupo, bem como bestializar o coletivo através de programas fúteis e inúteis. O objetivo é o de ventilar as informações de interesse da própria classe e manter as estruturas de dominação ao seu modo.

Nesse local, as dinâmicas são apuradas e em não raras oportunidades o espaço regional é gerido e administrado pelo crime organizado, que possui atrelamentos com os poderes econômicos e políticos, assim como as instâncias do Estado. O arcabouço aparelhado com a ventilação do que interessa ao capital, por meio do silêncio e da fabricação dos mitos, imobiliza físico e psicologicamente os trabalhadores. Assim o modelo atinge parte dos objetivos, para possibilitar a dominação por meio de todos os artifícios ao capital.

Com o povo dominado pode-se organizar de forma irrestrita as intervenções, sendo o Estado o penhor das articulações do capital. A nova diretriz que rege o espaço de concentração busca todas as alternativas

viáveis de manutenção da relação produção trabalho. Mas para isso impõe regras de amordaçamento para impedir a reprodução de ideias contrárias, colocando em ação o conjunto dos poderes do capital na fabricação do consenso, para produzir as violências marcadas e projetadas.

O papel político fica evidente e os trabalhadores ficam sem representação do coletivo. Quem os representa é uma casta que mantém o modelo dominador mundial, por meio da mais-valia no trabalho, que sustenta a teoria por meio do lucro a qualquer preço ou forma. É nessa maneira dinâmica de reger as forças, que nascem as estruturas que concentram a terra e a renda, dando um novo vislumbre a paisagem ambiental e social. A expropriação do homem e do seu ambiente passa a ser regra em todo o território em estudo. Ao interpretar as questões agrárias que dão origem à posse da terra, por meio da tramitação documental regular e irregular, o tempo consegue reproduzir uma fábrica de monstros em evolução na região.

O extrativismo florestal e mineral, bem como a agricultura e a pecuária do agronegócio das monoculturas de mercado são priorizadas, ignorando a existência de homens, mulheres e crianças ali existentes, que migraram em busca de oportunidades. Aliado ao desprezo dos atores sociais marginalizados e despossuídos, que clamam por oportunidades, também o meio ambiente sofre uma avalanche de projetos, sem as mínimas observâncias no que tange a agressão generalizada que ocorre na Amazônia. O meio ambiente é colocado em segundo plano para dar espaço aos produtos de mercado, porém essa estratégia deixa todas as áreas vulneráveis e sem importância quando entra em jogo o lucro e a preservação.

Dessa forma, as monoculturas do comércio proliferam em todos os sentidos e o Estado articula em oportunidades decisivas, sendo conivente ao preservar os interesses das elites dominantes que têm poder decisivo na ocupação dos poderes governamentais. Todos os cuidados são tomados por meio de suas instâncias de representação através dos órgãos ali existentes quando se trata de negar os méritos das massas, a fim de garantir os benefícios ao capital articulado de forma planejada e organizada.

O novo local de processo migratório fica contaminado pelas dinâmicas do capital nacional e internacional, vindo a comprometer todo o tecido social e o espaço ambiental. Ao apresentar o desenhar da negação do coletivo e de proporcionar meios de intervenção das articulações apuradas do capital, transforma a região em espaço de dependência e toda via de extrema violência é construída através das articulações da estratificação do modelo capitalista, que atua no espaço regional.

Esses fatos abordados servem para identificar de forma sucinta o que consta no presente livro, sem perder de vista a grande dinâmica que foi articulada na instalação desses grandes projetos econômicos, bem como da vinda dos marginalizados e despossuídos oriundos de todas as partes do país, passando ao leitor, que toda essa organização vai servir para garantir os intentos para a expansão do poder organizado no desígnio de agregar valor ao capital. Com essa meta, atinge a estratégia máxima quando domina a relação, tendo todos os ecossistemas a sua disposição para garantir as estruturas do Estado ao seu favor, mantendo dominada a classe trabalhadora, que fica dependente e envolvida no processo de produção e trabalho.

A finalidade é gerir a máquina da exploração que gera o lucro, tendo as melhores possibilidades ambientais irrestritamente ao seu favor. Ao relacionar os poderes constituídos que sustentam o projeto econômico das elites amazônicas e todas as relações de poder ao seu favor, observam os limites das possibilidades em busca de meios de fazer a economia crescer sem restrições e de forma ilimitada para o capital.

Assim, verifico por meio da nova dinâmica organizada na última fronteira do agronegócio das monoculturas, um processo continuado e crescente da concentração da terra e da renda, mesmo quando paralelamente o mundo do capital vive uma profunda crise econômica e ética de forma globalizada. A violência na Amazônia tem o registro de um modelo excludente e concentrador, que define regras e determina um povo marcado pela desordem social coletiva na região, mas preservam os poderes que dominam nas mãos de poucos privilegiados.

Todo o espaço amazônico foi construído através de um projeto arrojado do capital ao longo da história, que criou de um lado pou-

cos ricos, que concentram a terra e a renda no local, e muitos pobres sem nada ou apenas com o básico para se manterem trabalhando e dar sustento ao plano do capital na Amazônia. Diante do exposto, não há dúvidas de que é preciso que aconteçam muitas mudanças no espaço ora ocupado por pessoas de várias partes do país, que vieram em busca de oportunidades e que tiveram e ainda têm seus direitos negados.

É necessário um esforço desafiador do coletivo para vislumbrar saídas à classe trabalhadora através da posse dos meios de produção. A única alternativa de reversão desse quadro exposto é através das ações coletivas e por meio dos movimentos sociais de base que possibilitariam a reversão dos desequilíbrios ambientais provocados com a ação e a intervenção do homem na terra. É preciso um novo traçar dos paralelos que sustentam a intervenção dos espaços e ao mesmo tempo, em que os seres humanos sejam colocados como os atores principais dessa dinâmica da expansão regional, pautando-se na solidariedade das classes dentro dos movimentos sociais e que esse conjunto busque a humanização da sociedade através das oportunidades coletivizadas.

Ao construir a opção de finalizar o trabalho através da composição literária foi um mecanismo encontrado para conseguir definir com detalhes de riqueza o que realmente ocorre nos espaços amazônicos. Usando a forma textual e dando continuidade no mesmo estilo da escrita ao encerrar o trabalho, repassarei aos leitores a real situação dos espaços conflitantes e violentos encontrados através das pesquisas. Assim, por meio da literatura e da música é possível de discorrer e aproximar a realidade encontrada com o entendimento social dos leitores. O objetivo é para que essa realidade possa ser repassada através da escrita, mas usando uma forma inovadora e com mais efeitos para os entendimentos, bem como para conseguir chegar o mais próximo possível da realidade ali encontrada e, dessa maneira, oferecer os entendimentos reais aos leitores.

1

COLONIZAÇÃO E RELAÇÕES HISTÓRICAS DO MODELO AMAZÔNICO

O processo evolutivo ocorrido ao longo da história na Amazônia brasileira retrata o caráter e a posição do sistema capitalista mundial. Na ação estratégica e intervencionista são sucessivas as fases do prolongamento expansionista na busca dos objetivos que justificam a mediação nesse espaço. A meta é agregar valor através das sucessivas e organizadas investidas, que podem ser vistas e avaliadas por meio do progresso das interposições articuladas. Esse espaço sedutor pela beleza é também atraente pelas possibilidades existentes em relação à busca dos frutos da terra, bem como das mercadorias de interesse do mercado global.

Os tempos são diferentes, mas poucas mudanças ocorrem e a análise nos remete ao retrato do capitalismo de fronteira sem, em nenhuma das fases possibilitar outras relações – a não ser as imposições aos que pertencem ao grupo dos descamisados e despossuídos, que viviam nessa área de expansão, bem como aos que ali passaram a viver. Assim, esses que já viviam ou começaram a conviver conjuntamente, passaram a ser incluídos servindo através de sua força de trabalho, como única alternativa dentro do projeto ali instalado.

O modelo articulado se reproduz, deslocando-se do centro para a periferia do modelo econômico, com o objetivo de organizar um

movimento de expansão do capital, ocorrendo também essa investida na Amazônia brasileira. Essa realidade pode ser observada por meio das dinâmicas de mercado que foram determinantes a partir do início das investidas da colônia portuguesa no Brasil, bem como em todo o território amazônico, local de nossos estudos¹.

As dinâmicas mundiais, que buscam o lucro através da exploração do homem e do meio ambiente, vão progredir e intervir conforme as necessidades do comércio mundial. O prolongamento da fronteira se pauta na opressão do homem pelo próprio homem, bem como com o do livre arbítrio do modelo imposto na região em usufruir dos recursos naturais que são, inclusive, abundantes em toda a área que compreende a Amazônia Legal brasileira.

As diferentes alternativas de representações organizadas foram criadas e reproduzidas, tendo como objetivo a concentração econômica mundial. Entretanto, não foi um projeto que apenas se pautou no passado por meio dessa determinação de mercado. O projeto continua com as mesmas estratégias da concentração e do comércio atual. O objetivo é servir ao mercado evoluído da mais-valia apurada, porém é possível identificar observando e respeitando o tempo e os espaços. O mesmo propósito hoje do modelo econômico mundial continua em pauta: sugar o que existe nos países periféricos, submissos ao modo capitalista, vistos e observados como funcionais da acumulação financeira dos tempos modernos.

Neste esforço estratégico, é indispensável ter o entendimento do

¹ Para o melhor entendimento da formação do processo histórico e do econômico no Brasil, são importantes os teóricos que versam sobre as temáticas. Podemos nos pautar por meio das contribuições de determinados autores. Seguem indicações para as leituras complementares e a melhor compreensão: FURTADO, HOLANDA, SODRE e PRADO JR.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 29. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1999./HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. 23. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1982./SODRÉ, N. W. **Formação histórica do Brasil**. 14. ed. Rio de Janeiro: Graphia, 2002./SODRÉ, N. W. **Radiografia de um modelo**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1975./PRADO JR., C. **Formação do Brasil contemporâneo**. 13. ed. São Paulo: Brasiliense, 1973./PRADO JR., C. **História econômica do Brasil**. 36. ed. São Paulo: Brasiliense, 1976.

passado para conseguir mensurar os vários ciclos ocorridos ao longo dos períodos através do progresso e do crescimento econômico regional. Não foram levadas em consideração as possibilidades de desenvolvimento social, que atendam os interesses da coletividade. Isso principalmente daqueles que dispõem de poder aquisitivo aquém das necessidades naturais que possibilitem uma vida digna por serem trabalhadores e não somente a uma minoria que detém as condições de exploração, impedindo que as classes menos favorecidas sejam proprietárias dos meios de produção.

Observa-se, por outro lado, o que realmente é almejado e cobijado pelo mercado e quais os produtos que mais interessam para fins de exportação de acordo com cada época. É necessário dividir o tempo histórico, antes da grande investida da ação ditatorial militar, ocorrida em 1964 no Brasil, e após essa estratégia mundial da mesma época para a Amazônia. Na primeira etapa, as investidas na região eram apenas para sugar produtos de bom envolvimento comercial para satisfazer o comércio, sem intervir na estrutura local.

Os grupos capitalistas buscavam apenas os frutos da terra, não intervindo de maneira estrutural nas bases produtivas ou coletoras de produtos extrativistas. As investidas podem ser observadas por meio da mineração, da agropecuária, da pesca, caça ou qualquer tipo de produtos oriundos da natureza da imensa área da Amazônia brasileira. Fato esse bem identificado nos anos de 1852 a 1912, por meio do extrativismo dos seringais, que representava em algumas épocas uma média de 25% das exportações brasileiras no período².

A segunda etapa do processo migratório Pós 64 do último século ocorre de maneira diferente, sendo estratégico ao modelo capitalista global, de modo a estruturar o novo espaço por meio das ditaduras. Nessa nova investida acontece a instalação dos projetos no espaço amazônico, através da organização de todo o processo produtivo e o Estado é o penhor da nova estratégia ali instalada. Na época, o Estado foi quem organizou o processo migratório e, além disso, financiou a deslocada de grandes grupos econômicos nacionais e internacionais.

² WEINSTEIN, B. **A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850–1920)**. Trad. Lólio Lourenço Oliveira. São Paulo: Hucitec-Edusp, 1993.

Com bases fixas de prolongamento da nova fronteira reprodutiva, o Estado e o capital nacional e mundial uniram-se com táticas de asfixia, sufocando quaisquer outras possibilidades de inclusão e participação local, dando ênfase aos interesses estadunidenses frente à política de preservação do modelo capitalista. Esse conjunto articulado toma conta e organiza o novo espaço de reprodução ao seu modo, com apuradas habilidades de intervenção no meio ambiente e articulação de mecanismos de expropriação do homem por meio do próprio homem.

O projeto passa a ocorrer com mais ênfase por meio do extrativismo, da agropecuária, da industrialização e da prestação de serviços. Com esses cuidados, as dinâmicas planejadas organizam também todo o arcabouço de mão de obra. Todo esse cuidado é para oxigenar as empresas que buscam a concentração da riqueza por meio do lucro e também dar respostas aos investimentos econômicos expandidos em busca de agregação de valor aos capitais concentrados em outras partes do país e do mundo, porém, agora deslocados para nova acumulação e pautados por um projeto de alongamento da fronteira expansionista, intervindo nas relações locais, desapropriando propositadamente homens, mulheres e crianças do seu habitat natural e social.

Com os estadunidenses no comando do centro do poder mundial, a época foi propícia para a expansão, pois como estavam no auge da Guerra Fria, e sendo oportunistas, foram impulsionados em direcionar estratégias de comando e controle nos países subdesenvolvidos. No Pós anos 50 do último século foi intensificada e desenvolvida uma grande frente de interesses para dominar o mundo através do centro hegemônico do capital mundial³. O intento é para preservar suas dinâmicas e mecanismos protecionistas, ou seja, se fazer representar e dominar as relações em busca da projeção hegemônica e o controle do mundo através do modelo e o Estado é orientado a servir ao padrão capitalista em detrimento da sociedade brasileira.

Além disso, os capitalistas montaram suas estratégias para usufruírem dos recursos naturais, do modo de produção e também trans-

³ EVANS, P. **A tríplice aliança**. As multinacionais, as estatais e o capital nacional no desenvolvimento dependente brasileiro. Trad. Waltensir Dutra. Riode Janeiro: Zahar, 1980.

formar esses locais em bases para o fornecimento de matéria prima aos países centrais. Os países da América Latina, bem distribuídos com bases e comandos ditatoriais, foram colocados estrategicamente a serviço da preservação do modelo global. O Brasil, de forma ampla e sem restrições, por ter aderido com a autocracia em cadeia em 1964, se projeta pela localização geográfica. Com essa estratégia, o país se identifica com os objetivos de formação das bases táticas da dominação no silêncio da ditadura.

Os comandos tiveram a preocupação de se empenhar nas articulações com o objetivo de asfixiar, engessar, acorrentar e calar outras possibilidades que não fossem as de interesse das articulações mundiais⁴. Os que eram contrários as estratégias de dominação, por meio das forças de mercado, essas representadas pelos anseios populares, foram dominadas pelo capitalismo em detrimento da hegemonia mundial. Estrategicamente, os comandos da América Latina foram colocados a serviço do capitalismo concentrador, que exclui as pessoas para serem incluídas ao seu modo, na forma de força de trabalho, para produzir a riqueza concentrada por meio de uma pequena parcela da população⁵. Por outro lado, a formação do Estado é altamente viciada no que diz respeito às políticas coletivas em detrimento da preservação do modelo capitalista nacional e mundial⁶.

Com esse alvo atingido pelo controle mundial do capitalismo, arquitetado e controlado na região, foi intensificada a briga ideológica entre as duas grandes frentes defensoras das estratégias do comunismo/capitalismo, através da Guerra Fria. O Brasil, sob o comando da ditadura militar e aliado dos estadunidenses, se coloca a serviço da astúcia repressiva, que elege o comunismo como adversário, com o objetivo de articular e emudecer os movimentos sociais brasileiros usando a opressão interna.

⁴ SODRÉ, N. W. **Radiografia de um modelo**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1975.

⁵ EVANS, P. A tríplice aliança. As multinacionais, as estatais e o capital nacional no desenvolvimento dependente brasileiro. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

⁶ DALLARI, D. A. **Elementos de teoria geral do Estado**. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

Possivelmente essa alternativa seja a única forma de libertação da classe trabalhadora, porém o capital investe pesado por meio do silenciamento e da violência contra as massas. O Estado é o próprio capital e tem como objetivo destruir as possibilidades coletivas e preservar as classes dominantes no poder, mantendo sob vigilância os trabalhadores sempre na função de movimentar a relação produção/trabalho.

Nessa lógica, no âmbito regional foram criadas ditaduras em cadeias abrangentes na América Latina, fato acontecido além do Brasil, no Chile, na Argentina, no Uruguai, dentre outros países⁷. A América foi transformada em um centro da desestabilização dos países, pois o objetivo principal era preservar o sistema capitalista mundial, mesmo que para isso acontecer fossem necessárias as táticas repressivas com a população⁸.

Esse aparato planejado por mecanismos dos países de primeiro mundo tinha a finalidade de garantir a dominação de nações ditas subdesenvolvidas e periféricas. Além dessa premissa, a ditadura militar imposta ao Brasil, em 31 de março de 1964, foi a ponta da lança para organizar o padrão de um projeto mundial reprodutivo na Amazônia brasileira. Os interesses se fundem, porém as nações dependentes e ao mesmo tempo vulneráveis a outras propostas de organização de Estado, ficam sob o controle do centro mundial do capitalismo, com os estadunidenses articulando e dominando a América latina⁹.

Após silenciarem os movimentos sociais, usando a repressão, a tortura e os assassinatos, bem como o controle dos meios de comunicação e dos mecanismos políticos, as forças estratégicas elegeram um novo espaço para estabelecer as frentes de reprodução econômica brasileira e mundial. O alongamento da nova fronteira extrativista e agrícola tem o objetivo de servir ao mercado com produtos oriundos desse novo espaço, bem como de desenvolver meios de silenciar ou-

⁷ MARINI, R. M. **Subdesarrollo y revolución**. 10. ed. México: Siglo Veintiuno, 1980.

⁸ PICOLI, F. **Amazônia: do mel ao sangue – os extremos da expansão capitalista**. 2. ed. Sinop: Editora Fiorelo, 2004.

⁹ MONIZ BANDERA, L. A. **O governo João Goulart**. As lutas sociais no Brasil 1961 – 1964. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

tras possibilidades, que não fossem de interesse da ditadura.

O cenário regional não podia ser outro, o estado do Mato Grosso, bem como a região Norte mato-grossense, é a terra do silêncio¹⁰, também como em todo o território de alongamento da nova fronteira econômica sem levar em conta o ser humano que migra para essa nova terra e a preservação da natureza que contempla fauna e flora e toda a rede de vida desse local. O alvo era a reprodução do capital, silenciando as investidas contrárias ao modelo que busca a hegemonia mundial, usando sempre a força de repressão física ou psicológica, tendo para isso a máquina do Estado colocada a serviço da sanha desvairada do modelo capitalista global¹¹.

O comando era feito pelos estadunidenses que mantinham o padrão dominador, podendo até interferir nos comandos militares estruturados dentro de cada país através do uso da influência e dos estudos apurados para dominação¹². Essa tática era realizada pela Agência Central de Inteligência – CIA, que organizava mecanismos de controle e de silenciamento aos descontentes¹³. Isso era regra tanto para os países não simpáticos às ditaduras impostas, como também aos movimentos sociais descontentes e pessoas associadas ou individuais que se rebelassem ou não aceitassem as imposições articuladas¹⁴.

O controle era feito com armas ou sanções econômicas para punir os que não atendiam a dinâmica do projeto mundial. Aos que não eram simpáticos às estratégias do modelo concentrador mundial passavam a receber todas as formas de penalidades. As punições partiam de sanções às exclusões, por meio das relações de mercado e social, para as nações que não desenvolvessem táticas de enfrentamento e dominação, aniquilando e asfixiando os não simpáticos ao centro do capital

¹⁰ BECKER, B. K. **Amazônia**. 5. ed. São Paulo: Ática, 1997.

¹¹ ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Trad. Leandro Konder. 11. ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 1987.

¹² HUGGINS, M. K. **Política e política: relações Estados Unidos/América Latina**. Trad. Lólio Lourenço Oliveira. São Paulo: Cortez, 1998.

¹³ PICOLI, F. **Amazônia: do mel ao sangue – os extremos da expansão capitalista**. 2. ed. Sinop: Editora Fiorelo, 2004.

¹⁴ ARNS, Paulo Evaristo. **Brasil nunca mais**. Um relato para a história. Rio de Janeiro: Vozes, 1991.

mundial representado pelos estadunidenses.

Esse conjunto, por tabela, organizava o interesse dos demais países do atrelamento em busca da hegemonia mundial e para atingir essa façanha era necessário aniquilar os movimentos sociais de base. O controle abrange todas as áreas geográficas de cada nação, com o uso dos exércitos locais que eram organizados através de uma operação conjunta de grande alcance articulados aos demais países de relacionamento regional.

Assim foi de regra e não de exceção, em todo o território brasileiro, tendo como alvo os revoltos ou contrários as ideias articuladas pelos estadunidenses no comando do ardiloso predomínio. Caso bem marcante nessa época foi o combate através dos exércitos brasileiros aos revoltos da Guerrilha do Araguaia¹⁵, que se localiza no espaço da Amazônia brasileira¹⁶. A força das investidas foi por meio das torturas, dos assassinatos e toda a violência generalizada para coibir os rebeldes articulados que faziam oposição à repressão militar implantada no período Pós 1964, com os militares no poder.

Todo esse aparato era para preservar a aliança entre o Estado e o Capital. No conjunto, o objetivo era preservar os interesses das articulações globalizadas, mas com intervenções contundentes nos espaços periféricos do modelo, que fornecem matérias primas ao primeiro mundo. A conjuntura proferida pela união histórica preserva as estruturas intactas do plano articulador de predomínio mundial, estreitando cada vez mais as alianças dominadoras.

O planejamento em conjunto do novo ambiente de transferência de capitais para a região ocorre com bases organizadas e controladas, de formas sólidas e eficazes. O capital tem todos os mecanismos de expansão e de acumulação e o Estado é o hipoteca da nova articulação por meio da ocupação regional. Assim, a classe trabalhadora fica contemplada com a inclusão do projeto original mundial, que ocorre por meio da possibilidade de servir de força de trabalho no novo es-

¹⁵ MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil**. 5. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

¹⁶ MONIZ BANDERA, L. A. **O governo João Goulart**. As lutas sociais no Brasil 1961 – 1964. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

paço de alongamento da fronteira reprodutiva¹⁷. Todo esse aparato é para serem formadas as elites amazônicas¹⁸ em movimento articulado, porém com as dinâmicas do capital nacional e mundial integradas. O objetivo é a reprodução do capital através da acumulação. Por outro lado, a força de trabalho faz sua parte com o processo de mais-valia apurada da superexploração por ser um espaço de capitalismo periférico e subdesenvolvido.

O Estado de Mato Grosso recebeu o maior fluxo de projetos e pessoas no período da ditadura, embora não existissem projetos que contemplassem o ser humano e seu ambiente. A expropriação passa a ser o tratamento de regra nesse novo espaço. A ênfase é o capital organizado e suas dinâmicas de reprodução com o intuito de preservar as diretrizes mundiais. O propósito era organizar o novo espaço, que vem agregado do agrupamento da produção de mercadorias de interesse do mercado.

A região amazônica recebe as mais variadas intervenções, sendo transformada por projetos de extrativismo mineral e florestal, como também pela produção agropecuária, atendendo o mercado globalizado. A produção passa a ter mecanismos produtivos universais, fato que vem culminar em 2012, que foi o ano de uma grande produção para exportações, sem levar em conta as alternativas de interesses coletivos de todos os brasileiros e, sobretudo, dos que vivem nesse espaço.

Assim, foi produzida uma profunda desilusão no que diz respeito

¹⁷ BOGO. A (Org). **Teoria da organização política**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

¹⁸ O tratamento “elite amazônica” é usado ao longo do livro com o objetivo de demonstrar um conglomerado de articulações, que preservam os interesses dos representantes do modelo capitalista nesse espaço de movimento econômico local. Esse tem por objetivo agregar valor aos capitais, porém de forma mais contundente e progressiva, para levar vantagens em relação aos demais atores sociais locais. Essas representações ocupam os espaços através dos poderes econômicos, políticos e parte das instâncias do Estado, com o desígnio de dominar os espaços de interesse. Eles têm como estratégia desenvolver mecanismos de proteção à classe dominante e desmobilizar as demais atitudes que não sejam de interesse da manutenção do modelo imposto na região. Assim, a elite local é o controle e o poder articulador dentro de um plano sistêmico interno e global, que preserva as classes e reproduz a classe trabalhadora ao seu modo.

à posse da terra, fato que ocorreu com forte requinte de crueldade através da violência para organizar os espaços do capital, através da expropriação do homem e do seu ambiente¹⁹. As atitudes são de uma fábrica de monstros humanos através da grilagem de terras com jagunços e pistoleiros, contratados pelo crime organizado, tendo ainda algumas ramificações nos poderes locais e fora deste²⁰.

O cenário é completo e as possibilidades são ilimitadas ao poder econômico para ocorrer a concentração da terra e destruição das pequenas propriedades através do processo repressivo em pauta, bem como da vida dos nativos desse espaço²¹. Ao mesmo tempo, a região amazônica recebe um grande fluxo migratório dos marginalizados e despossuídos de outras regiões do país, para ajustar-se na condição de força de trabalho barato na região. O mais interessante é que através desse aparato arranjado e articulado pelo Governo da ditadura, a transferência de pessoas acontece também naturalmente, por meio da propaganda enganosa do Governo Federal, que cria a “ilusão da terra prometida”²².

Em toda a região amazônica, com mais de 50% do território nacional e composta de nove estados da Federação, até 1970 essa região registra 3,6 milhões de habitantes²³. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2010), em 2012, esse número é estimado para aproximadamente 28 milhões de habitantes²⁴. Com

¹⁹ IANNI, O. **Ditadura e agricultura**. O desenvolvimento do capitalismo na Amazônia: 1964-1978. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

²⁰ IANNI, O. **Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1979.

²¹ SABATINI, S. **Massacre**. São Paulo: Conselho Indigenista Missionário, 1998.

²² A ilusão da terra prometida. Também foi título de livro de minha autoria em 2005. Ele resume como se dá a expropriação do homem e do seu ambiente, que foi de regra planejado pelos grupos econômicos por meio da ditadura, porém organizados em conjunto com o Estado na expansão capitalista da Amazônia brasileira. PICOLI, F. **Amazônia: a ilusão da terra prometida – uma abordagem da expropriação do homem e do seu ambiente**. 2. ed. Sinop: Editora Fiorelo, 2005.

²³ CARDOSO, F. H. & MULLER, G. **Amazônia expansão do capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1977.

²⁴ IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>>. Acesso em 23 de abril de 2012.

essa proeza conseguida pelo projeto ali instalado, no que tange ao significativo aumento populacional dos últimos 40 anos, não é possível negar que em termos de estratégia do modelo em pauta, nada pode ser igualado ao sucesso dessa ofensiva do capital expansionista²⁵.

O resultado é possível de ser observado também por meio das marcas deixadas pela expropriação do homem e do seu ambiente. A estratégia cravou um profundo desastre aos povos desses locais, no que tange a cultura e a intimidade com a floresta, assim foram expulsos das áreas por meio da violência física e psicológica, porém os que resistiram boa parte foram assassinados²⁶. O avanço do agronegócio, representado pelas monoculturas de mercado, é a representação máxima do sucesso da planificação articulada entre o Estado e o capital no seu empenho conjunto de acumulação²⁷. O esforço organizado no seio do conjunto articulador leva em conta apenas as vantagens financeiras de um pequeno grupo em detrimento dos demais atores sociais, que receberam como legado a desapropriação do homem realizada pelo próprio homem, para dar lugar às alternativas de lucro não socializado.

O desenho social, econômico, cultural e ambiental apresenta um cenário alterado e novo. No econômico, a divisão das classes entre muitos pobres e poucos ricos. A cultura local foi engolida pelas imposições de novas culturas, vindo desprezar as dali existentes para facilitar a dominação e organizar ao modo da preponderância. O meio ambiente se transforma em oportunidades de negócios e o lucro fica acima dos interesses grupais.

O tecido social, por sua vez, responde ao conjunto de destruições coletivas, pois ao alterar a essência conjuntural, também passa a alterar as possibilidades de harmonia e paz do coletivo, em detrimento das possibilidades e das facilidades do capital por meio do seu projeto

²⁵ IANNI, O. **Ditadura e agricultura**. O desenvolvimento do capitalismo na Amazônia: 1964-1978. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

²⁶ SABATINI, S. **Massacre**. São Paulo: Conselho Indigenista Missionário, 1998. ARNT, R.; PINTO, L. F. e PINTO, R. **Panará**. A volta dos índios gigantes. São Paulo: Instituto Socioambiental, 1998.

²⁷ SCHAEFER, J. R. **As migrações rurais e implicações pastorais**. São Paulo: Loyola, 1985.

articulado. O entendimento desse espaço no período da instalação da ditadura no país é fundamental para compreender o que está em curso atualmente na região Amazônica.

Conhecendo o passado e identificando os dias atuais, é possível realizar projeções de futuro para a região. Trata-se de um projeto estratégico e vitorioso do capital, com as dinâmicas nacionais e internacionais vencedoras por meio da elite dominante da Amazônia, porém hoje dependente de multinacionais dos venenos, dos transgênicos e das exportações e importações manipuladas. No decorrer dos escritos serão abordadas com maior aprofundamento essas táticas do capital multinacional na região. Com essa base na análise da concepção e sua efetiva prática atual, é oportuna a realização de projeções vindouras de sequência do que estar constituído atualmente. Este espaço de dominação e o poder ali instalado venceram todos os desafios aos quais foram submetidos. Assim sendo, o capital é o vitorioso. Isso pode ser observado pela vertical e ou pela horizontal e essa visualização é possível de ser verificada ao analisar a história decorrida com as dos dias atuais.

Para valorar os ditos avanços na região, é importante que se conte histórias dos vencedores, do que vieram para a Amazônia, que conquistaram bens, terras e fortunas, explorando, obviamente, os menos favorecidos e a natureza. Essas histórias de sucesso são sempre lembradas para mostrar que esta terra fértil gera riqueza e que tem valor, sendo este fator motivo para novas especulações. Já os pobres da terra, aqueles que trabalhavam arduamente, não tiveram a mesma sorte, visto não terem conquistado os meios de produção, e nesse caso é a posse da terra.

Sem ter sequer os nomes citados na história, esses anônimos foram silenciados, amordaçados e assassinados no processo da conquista do seu território através da atuação de pistoleiros a serviço do poder econômico, dos políticos e a parte corrompida das instâncias do Estado brasileiro²⁸. Assim, através do silêncio e a omissão das informações ficam preservadas as dinâmicas do modelo concentrador e passam à sociedade o que é de interesse do capital.

As vítimas foram os índios, os posseiros, os garimpeiros e toda a

²⁸ MARTINS, J. S. **Expropriação e violência**. A questão política no campo. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1991.

forma de violência no processo de utilização da força de trabalho em toda a região²⁹. De regra, o crime organizado fez todas as articulações, pois foi instalado dentro do poder econômico, do poder político e das instâncias do Estado, bem como em todas as articulações possíveis de dominação e uso de poder desse coletivo elitizado.

Com esse aparato desenhado e planejado, nos últimos 40 anos o acesso das empresas e das pessoas à região aconteceu de três formas: com a colonização espontânea, com a colonização dirigida pelo governo e com a promovida por empresas privadas³⁰. Na base da violência e do silêncio, o Estado articulado tinha o firme propósito de honrar com os compromissos acordados com as frentes econômicas nacionais e mundiais, que ajudavam a sustentar o projeto da ditadura imposta pelos estadunidenses, que veio culminar através da derrubada do Presidente da República João Goulart em março de 1964³¹.

²⁹ É possível avaliar o alto grau de violência praticado no processo de colonização junto aos povos originários e os posseiros e bem como com os migrantes de forma geral através das obras de IANNI, MARTINS e OLIVEIRA. Os autores realizam um longo e intenso trabalho nesse novo espaço de expansão do capital, no intento de interpretar o processo migratório e o desenvolvimento do modelo concentrador na região amazônica.

IANNI, O. **A ditadura do grande capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

IANNI, O. **Colonização e contrarreforma agrária na Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1979.

IANNI, O. **Ditadura e agricultura**. O desenvolvimento do capitalismo na Amazônia: 1964-1978. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

MARTINS, E. **Amazônia, a última fronteira**. A saga dos oprimidos/as multinacionais/ a iminência de um deserto. Rio de Janeiro: Codrecri, 1981.

MARTINS, J. S. **A degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Hucitec, 1997.

MARTINS, J. S. **Expropriação e violência**. A questão política no campo. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1991.

OLIVEIRA, A. U. **Amazônia**. Monopólio, expropriação e conflitos. 5. ed. Campinas: Papirus, 1997.

³⁰ PICOLI, F. **Amazônia: do mel ao sangue – os extremos da expansão capitalista**. 2. ed. Sinop: Editora Fiorelo, 2004.

³¹ MONIZ BANDERA, L. A. **O governo João Goulart**. As lutas sociais no

A violência foi de regra principalmente com empresas de colonização nos locais de intervenção do modelo capitalista da última fronteira do agronegócio e do extrativismo brasileiro na Amazônia. Mesmo com o silêncio e a não ventilação dos fatos ocorridos no período, não foi possível esconder todos os episódios ocorridos. Fato bem contundente foi o da colonização da região de Alta Floresta, no extremo norte mato-grossense, no dia 11 de setembro de 1979, conforme Oliveira aborda³² a extrema violência nesse local com muita brutalidade e mortes.

Segundo Schaefer³³, a região foi organizada com um verdadeiro e aterrorizante ataque coletivo e foram centenas de mortes nesse único dia. O episódio culminou com muitas torturas seguidas de mortes. O sangue dessa tragédia pode ser entendido através das suas pesquisas, que culminaram com a apresentação de um livro delatando o episódio.

Vários outros estudiosos também denunciaram as mortes no local, porém na época, como é sabido, o país vivia em regime ditatorial e eram ventiladas as versões de interesse do capital e de seus projetos na Amazônia. A violência aconteceu para impedir que garimpeiros entrassem no espaço pela descoberta de grande quantidade de ouro no subsolo do local. Mesmo com o acontecimento a cidade se tornou importante na mineração aurífera e passou a receber um fluxo maior de pessoas com o auge da consolidação dos garimpos na região.

Nessa tendência, os movimentos articulados tinham o firme propósito de desenvolver meios e comandos, porém os garimpeiros tomaram conta do lugar, e no final dos anos 80 estima-se que 100 mil garimpeiros viviam na lida dos garimpos nessa região³⁴. Ao mesmo tempo, o plano necessitava de simpáticos ao projeto dessa dominação mundial e foi delegada às empresas de especulação imobiliária a distribuição de terras pública na região amazônica por parte do Estado. Porém, a presença e o movimento dos garimpeiros perturbavam a gru-

Brasil 1961 – 1964. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

³² OLIVEIRA, A. U. **Amazônia**. monopólio, expropriação e conflitos. 5 ed. Campinas: Papirus, 1997.

³³ SCHAEFER, J. R. **As migrações rurais e implicações pastorais**. São Paulo: Loyola, 1985.

³⁴ OLIVEIRA, A. U. **Amazônia**. monopólio, expropriação e conflitos. 5. ed. Campinas: Papirus, 1997.

po que não tinha interesse em manter aqueles homens na terra.

As empresas tinham o livre arbítrio de organizar e darem os limites ao novo espaço conquistado, visto que o exército brasileiro quando necessário interferia em nome do capital, como ocorreu no episódio de Alta Floresta estavam presentes. A finalidade era facilitar todas as artimanhas projetadas do conjunto criminoso e fora da lei que em muitas oportunidades agiam conjuntamente. Foi nesse conjunto também oferecido pelo Estado toda a estrutura pertinente aos aliados para o sucesso da concepção e compreensão do projeto com bases sólidas à expansão e a concentração financeira.

Nessa época também foi colocada à disposição dos que detinham o poder o aparelho dito protetor da sociedade como as instâncias da justiça, surgindo em muitas partes do território as milícias oriundas do poder militar, usando todos os aparatos para expropriar o homem da terra e organizar nesse local os poderes do modelo capitalista. Por outro lado, os poucos assentamentos realizados nos primeiros anos da ditadura tinham o firme propósito de não darem certo dentro das estratégias do Governo Federal e suas ramificações³⁵.

Os militares se infiltravam nos assentamentos como agentes secretos para estudar todos os movimentos dos recém-chegados e, munidos das informações planejadas, tinham em suas mãos o poder de destruir todas as possibilidades de sucesso desses assentamentos. Assim, os assentados abandonavam as terras e os grupos que sustentavam a ditadura tomavam conta do local. Além disso, o feito tinha objetivos maiores em desqualificar outras reivindicações de Reforma Agrária no restante do país³⁶. O Estado, na verdade, nunca teve interesse em

³⁵ PIAIA, I. I. **Geografia do Mato Grosso**. 2. ed. Cuiabá: Edunic, 1999.

³⁶ ZART, L. L. **Desencanto na nova terra**: assentamento do município de Lucas do Rio Verde – MT na década de 80. (mimeo). Florianópolis: UFSC, 1998. O trabalho de Zart é um contundente estudo sobre o processo migratório realizado no estado de Mato Grosso no pós 1964. O estudo foi realizado no assentamento promovido através do Estado brasileiro, com o objetivo de viabilizar a saída dos gaúchos com problemas de desapropriação e que clamavam por terra. Esses foram transportados até Lucas do Rio Verde. O mesmo exemplo pode ser visto através do assentamento realizado em Terra Nova do Norte no mesmo estado. Os dois exemplos refletem como

promover a tão sonhada reforma agrária no Brasil. O projeto era para proteger as elites com interesses na Amazônia, que sustentavam a tirania do país, bem como efetivar na prática a desqualificação das ações dos movimentos sociais³⁷.

O governo elege essas empresas de especulação imobiliária para organizar a distribuição das terras no novo espaço de alongamento da fronteira, para projetar a região ao mercado globalizado, principalmente por meio da agropecuária e do extrativismo. A junção entre o Estado e o capital realiza de maneira silenciosa a maior frente migratória brasileira da história desse país, construindo o mito e o consenso de suas ideias, na sufocação dos contrários com os militares no poder, e a “Amazônia passa a ser entendida como a terra do silêncio”³⁸. O silêncio é uma estrutura montada para coibir qualquer alternativa na região que não fosse dos poderes constituídos e ao mesmo tempo criar um quadro de trabalhadores asfixiados e dependentes, porém aptos e à disposição do processo produtivo local.

Ao desenhar o cenário reprodutivo do modelo concentrador, a organização da repartição das terras ficou a cargo da ditadura e o capital, por meio de um Estado que acobertava todas as formas de violência, com o propósito de organizar o novo espaço dentro das diretrizes capitalistas. Além disso, realizava na região práticas de silenciamento aos movimentos sociais e a classe trabalhadora³⁹.

No acatamento do projeto dos articuladores e por meio dos mentores do mais recente ambiente de dilatação migratória, o crime aparelhado articula de sua forma e de seu jeito a construção de um novo

foi à estratégia dos militares com o objetivo de não darem certo as novas colônias de assentados com o objetivo de desqualificar os agricultores. SANTOS, J. V. T. **Matuchos**. Exclusão e luta. Do Sul do Pará à Amazônia: Rio de Janeiro: Vozes, 1993. Nessa mesma perspectiva é possível de serem indicados também os estudos Santos, que faz uma avaliação de como os militares agiam no Estado mato-grossense e paraense, no intento de realizar o processo migratório por meio da ditadura a mando do capital articulado.

³⁷ IANNI, O. **Imperialismo na América Latina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

³⁸ BECKER, B. K. **Amazônia**. 5. ed. São Paulo: Ática, 1997.

³⁹ BECKER, B. K. **Amazônia**. 5. ed. São Paulo: Ática, 1997.

cenário social violento e de expropriação. Entretanto, as elites que investem no “novo eldorado” tinham a certeza que o crime compensa nesse local, e não faziam ajuste algum se apresentando através da grilagem de terras e o uso da máquina humana armada, por meio de jagunços e de pistoleiros⁴⁰.

Foi nesse primeiro período que grandes projetos econômicos se instalaram para organizar e arquivar a terra e a produção⁴¹. Além de serem oferecidas as facilidades na aquisição das terras, também foram colocados à disposição os mecanismos estratégicos através da criação de órgãos representativos do Estado, tais como: BASA, SUDAM, INCRA, FUNAI, dentre outros, que se juntam aos organismos já existentes na nação, com o objetivo de fomentar as táticas articuladoras para dar curso a um processo migratório dos grupos econômicos e das pessoas pobres⁴².

A presença do aparato militar, aliado com um grande projeto do capital conjuntural e sistêmico, oportunizou o início da transferência das pessoas e das empresas. Como foi abordado na essência do processo, o crime organizado delimitava as regras por intermédio de grupos econômicos altamente articulados e ramificados. As articulações envolviam grupos políticos históricos e oligarquias regionais, bem como o Estado que era o responsável em proteger o capital. Essas foram colocadas com parcialidade a serviço do modelo concentrador, eliminando, de uma certa forma, os marginalizados e despossuídos, que buscavam a terra e as oportunidades no novo espaço dominado pelo silêncio.

Os despossuídos e marginalizados que rumaram no início da abertura dos espaços na Amazônia no pós 1964 tinham como primeiro objetivo a posse da terra, mas a eles sobrou apenas a ilusão da terra prometida. O Governo da ditadura passava à nação que estaria em pauta uma ampla reforma agrária na região, usando um discurso mentiroso

⁴⁰ MARTINS, J. S. **A degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Hucitec, 1997.

⁴¹ IANNI, O. **A ditadura do grande capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

⁴² MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil**. 5. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

para atrair os trabalhadores aos projetos do capital. Poucos tiveram acesso a terra e os que conquistaram seu espaço foram expulsos das áreas por meio de jagunços e pistoleiros a serviço do crime organizado na região⁴³. Esses atores sociais foram os amansadores e amaciadores das terras, para que em seguida as elites tomassem posse das áreas.

O objetivo era organizar os espaços, que hoje são locais sem vestígios da violência, visto as torturas e os assassinatos da época não serem ventilados. O Estado tinha o controle da sociedade e das informações através da ditadura imposta no país. Muitos dos locais onde hoje estão grandes projetos da agropecuária e do extrativismo escondem o sangue derramado na conquista da terra, através do solo arado e das queimadas.

Por outro lado, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA passa a orientar uma suposta reforma agrária na região, que na verdade não aconteceu. O capital nunca aceitou realizar uma reforma agrária no Brasil, o que motivaria realizar essa na Amazônia? Na região, foi articulado o alvo da continuidade, pautando-se na dominação das ideias, no controle dos movimentos e na asfixia das articulações populares.

Na realidade, o Governo da ditadura assume o poder no país principalmente pelas ações desencadeadas pelo Presidente João Goulart na época, que confundiu a opinião e os entendimentos capitalistas ao anunciar uma ampla reforma agrária no Brasil⁴⁴. Também com as ações implementadas poderia se aproximar de Cuba, que tinha aderido ao regime comunista na época e estrategicamente não era bom aos interesses dos estadunidenses na dominação e no controle da América Latina, que mais nações se opusessem ao regime capitalista⁴⁵.

O fato fez com que parte das ações da ditadura fosse ao sentido de não distribuir terras e combater os movimentos sociais de base, com

⁴³ FERREIRA, E. C. **Posse e propriedade territorial**. A luta pela terra em Mato Grosso. Campinas: Unicamp, 1986.

⁴⁴ MONIZ BANDERA, L. A. **O governo João Goulart**. As lutas sociais no Brasil 1961 – 1964. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

⁴⁵ MONIZ B. L. A. **A presença dos Estados Unidos no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

o objetivo de não distribuir terras e renda, bem como para que a classe trabalhadora não tivesse acesso aos mecanismos de produção. Por outro lado, quando o Estado realizou assentamentos, que foram muito poucos era com o objetivo que esses não dessem certo. As ações eram com táticas articuladas com o intento de destruir projetos populares e as ações se voltavam contra principalmente os que reivindicam terra⁴⁶. Ao mesmo tempo, a atitude de governo foi para desqualificar os movimentos sociais no restante do país.

A reforma agrária no país foi uma farsa generalizada, bem como na Amazônia brasileira, ela nunca existiu de fato⁴⁷. Por outro lado, o Estado queria passar à nação que na Amazônia se fazia a distribuição das terras também aos trabalhadores. Sonhada e almejada historicamente pela população brasileira, a reforma agrária prometida pelo Governo Federal no auge da ditadura nunca aconteceu de fato. Na asfixia das imposições e no silêncio, a população que pouco entendia das reais intenções da tirania do governo foi derrotada na busca de seu objetivo principal. A esse povo sobrou apenas a possibilidade de servir de mão de obra barata para garantir o sucesso na formação do idealizado pelas elites.

Na prática essa dinâmica social não se efetivou. Os governantes camuflavam as reais intenções do novo espaço. O objetivo era organizar a produção que contemplasse os grupos econômicos nacionais e internacionais, mesmo que esses tivessem o óbvio interesse de extorquir a natureza farta desse local e depois abandonar os projetos. A população pobre do país deveria se submeter às regras da nova ocupação, por meio da força de trabalho, a fim de organizar a produção almejada pelo mercado consumidor mundial, além de estruturar as dinâmicas da concentração através da mais-valia, por meio de violenta superexploração da força de trabalho e em busca do lucro fácil para ser acumulado e concentrado na forma de riqueza⁴⁸.

⁴⁶ ZART, L. L. **Desencanto na nova terra**: assentamento do município de Lucas do Rio Verde – MT na década de 80. (mimeo). Florianópolis: UFSC, 1998.

⁴⁷ GRASIANO, S. J. **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

⁴⁸ OURIQUES, N. D. **O significado da conquista**: cinco séculos de domínio

Contrariamente, nessa região não se distribuiu terras, ou melhor, foi negada a possibilidade da agricultura familiar, através da pequena propriedade rural. O que ocorreu de fato foi a concentração das terras, dos grandes latifúndios, para agrupar as propriedades e agregar valor, bem como para a produção das monoculturas de mercado e principalmente de exportações.

Todo esse projeto vem aliado com um verdadeiro desastre ambiental, com terras expropriadas e grilagens, jagunços e pistoleiros a serviço do crime organizado na região. Era um verdadeiro desmando por meios da justiça e dos organismos com a incumbência de dar segurança à população, podendo ser visto a “olho nu” a dominação política e a completa destruição do tecido social, principalmente nas investidas contra os territórios dos indígenas e dos posseiros, como foi visto.

O crime organizado tem seus esteios nas células elitizadas do país e o aparato é de gangues ou de quadrilhas altamente esquematizadas, porém protegidas pelo Estado, para dar curso à preservação da espécie do modelo capitalista e suas dinâmicas mundiais. Essas tensões foram de regra em todo o espaço de alongamento da última fronteira brasileira, sem, no entanto, ocorrer preocupação dos articuladores do projeto em curso com a sociedade.

O Estado é o penhor no financiamento dos projetos, e os casos mais contundentes foram os projetos desenvolvidos através da extinta Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM. A imprensa noticiou amplamente o episódio na época, no ano de 2001, por ter sido alvo de crimes e corrupções, assim no episódio muitos políticos e grupos econômicos foram envolvidos no escândalo⁴⁹. Claro que tudo “virou em pizza”. Boa parte dos que usufruíram desse projeto foi para extorquir dinheiro público e a natureza abundante desse local. Os crimes através do mau uso do dinheiro público morreram junto com a legislação e a burocracia protetora. Além disso, realizava obras

e exploração na América Latina. In: OURIQUES, N. D. e RAMPINELLI, W. J. (Org). **Os 500 anos**. A conquista internacional. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

⁴⁹ PICOLI, F. **Amazônia**: o silêncio das árvores – uma abordagem sobre a indústria de transformação de madeiras. Sinop: Fiorelo, 2004c.

de grande vulto na região com o objetivo de chamar atenção dos brasileiros, e também para atrair grupos econômicos nacionais e internacionais para Amazônia, caso marcante foi à construção das rodovias⁵⁰.

A conivência do Estado, aliada aos mentores da investida local, sempre se caracterizou pela certeza da impunidade. Mas como a lei “deve ser respeitada”, eles investem na busca de mecanismos burocráticos para legitimar as irregularidades. As regras estabelecidas e organizadas, o crime aparelhado dando plataforma orientadora, que vinculava dinâmicas de alto teor estratégico, passam a desmontar o aparelho dito igualitário e ao mesmo tempo impossibilita a classe trabalhadora de ter acesso aos meios de produção e a terra. Ao não possibilitar os mecanismos de inclusão, também desenvolve na essência a reprodução das classes: de um lado os detentores dos meios de produção e do outro a força de trabalho. É desta forma que o ciclo do capital se mantém vivo e ativo.

Essa tática desencadeará, na prática, o aniquilamento das possibilidades de quem clama por oportunidades no processo migratório em curso na Amazônia, pela falta de caráter social e humano. Todas as oportunidades oferecidas não passavam de um engodo. O grupo dominante incentiva os marginalizados e despossuídos a se deslocarem de outras partes do país com a promessa da terra, quando na verdade eles iriam servir de força de trabalho aos projetos do capital instalados. Assim se reproduzem gerações após gerações de uma população sem esperança, sem acesso aos mecanismos de cidadania, bem estar e seguridade, na busca de serem detentores dos mecanismos de produção. De forma trágica, essa população foi excluída das oportunidades de contemplar um mundo justo socialmente para esta e as futuras gerações, reproduzindo a desesperança entre esses povos.

Ao arrancar o homem, a mulher e as crianças da terra, destruindo-lhes as possibilidades de sonhar, o capital fabrica as possibilidades ao seu modo, por meio da produção do mito e do consenso, bem como das estruturas montadas para impossibilitar e inviabilizar novas articulações das ilusões e de buscar o ouro da terra prometida, local onde

⁵⁰ GOMES, F. A. **Transamazônica**: a redescoberta do Brasil. São Paulo: Cultura, 1972.

gorra leite e mel. Ao mesmo tempo os movimentos sociais coletivizados são alvo de arrojados ataques das elites amazônicas, para coibirem o surgimento das ideias de emancipação das classes locais.

A esperança se funde com a desesperança e o mundo vazio das possibilidades é real. Além do domínio das terras pelos detentores dos poderes, foi arquitetado um verdadeiro aparato dominador em toda a região, que se instala também nas cidades idealizadas e determinadas pelo capital, com o intuito de concentrar a mão de obra necessária para fomentar o processo produtivo. Ao impor o silêncio e destruir possibilidades, o capital se projeta como única alternativa possível e viável. Aos demais atores desse espaço lhes restam as alternativas de servo, de escravo, de submisso e de obediente, para colocar sua força física como alternativa de sobrevivência.

Esse composto sistêmico planejado era necessário para o cumprimento das articulações organizadas, sem, no entanto ser levado em consideração os meios para estabelecer o novo espaço ao modo do capital e suas ligações reprodutivas. A falta de limites da burguesia na conquista do novo ambiente, bem como no intuito de desenvolver mecanismos de crescimento não socializado, constituíam-se no verdadeiro objetivo do capital quando investe na periferia distante dos centros hegemônicos, como no caso a região amazônica brasileira.

Assim se definem as classes, se produzem e se determinam os limites das possibilidades: são separados os interesses e as ordens para serem observadas e seguidas. O capital em um extremo, por meio dos ditos conquistadores do status da propriedade e da exploração, por outro lado aqueles que produzem a riqueza através do trabalho, mas seus lucros produzidos com a mais-valia não são socializados. Ao mesmo tempo não é permitida que a classe obreira fosse dona de seu próprio negócio e assim não é possibilitada à saída do cativo do trabalho.

A riqueza fica acumulada e a dinâmica mantida. Além da superexploração do trabalho, é oferecida toda a estrutura que o meio ambiente apresenta em forma de oportunidades gratuitamente. Para identificar a forma de separação, ela pode ser vista através de parte dos comandantes políticos altamente envolvidos em práticas irregulares tanto no passa-

do quanto atualmente. Boa parte da justiça fica à disposição do capital monopolizador, fazendo os atrelamentos entre as instâncias do Estado e suas relações de interesses, sendo conivente quando lhes convêm⁵¹.

Infelizmente, muitas vezes quem deveria dar segurança e preservar os direitos dos cidadãos age para manter as estruturas do poder econômico principalmente quando existem disputas de terras entre pequenos proprietários e quem reivindica o chão, em relação ao latifúndio⁵². Por outro lado, por parte das igrejas comprometidas com a sustentação do projeto em pauta servem de bálsamo ao acobertamento fazendo acreditar que o sofrimento faz parte da conquista e, para outras vidas dos seus seguidores, ela também serve às dinâmicas da concentração por ser altamente capitalista.

Todo esse conjunto foi digno de respeito, pois era articulado para preservar o modelo econômico imposto na região e ao mundo. Cada um desses poderes no decorrer da escrita recebe destaque através da evolução das páginas. Os movimentos sociais representados pelos Sem Terra reivindicavam os seus espaços, em busca da terra, mas esse direito foi estrategicamente negado. O capital sabe que os movimentos sociais são a única forma de conquista da liberdade das classes que clamam por seus direitos, porém o negar é uma forma de dar continuidade ao imposto e separar as classes.

Na época, os governos só atendiam por meio da pressão coletivizada, mas os poucos assentamentos que contemplavam os pequenos agricultores ocorridos na pós-ditadura de 1964 tinham o firme propósito por parte do Estado e suas articulações de inteligência de não progredirem e não frutificarem as ideias de serem donos do aparelho produtivo. Os colonos tinham uma missão a cumprir ao receber as áreas, de “amansadores ou amaciadores da terra” para depois cederem lugar ao capital⁵³. Esse assume através dos seus projetos altamente ar-

⁵¹ A corrupção e os desmandos no país são amplamente denunciados através da imprensa brasileira e internacional na atualidade. Fatos que são denunciados diariamente através dos meios de comunicação falados, televisados e escritos.

⁵² FERREIRA, E. C. **Posse e propriedade territorial**. A luta pela terra em Mato Grosso. Campinas: Unicamp, 1986.

⁵³ IANNI, O. **A ditadura do grande capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

ticulados e comprometidos por meio do modelo que separa as classes, dando limites e impondo condições.

Esses atores foram colocados no curso de um processo migratório como opção única para a tão sonhada conquista da terra, porém tiveram de conviver com doenças tropicais, a total falta de informações, clima diferente, solos frágeis, secos e ácidos, chuvas sazonais, bichos peçonhentos, insetos e animais predadores, sem assistência à saúde, sem escolas e desassistidos pelo Estado propositalmente para abandonar as áreas. A reforma agrária sonhada era de mentira, “para inglês ver” por ter sido no período do silêncio da ditadura. A desqualificação desse povo era também diminuir quem reivindicava terra em outros locais do país.

Assim a saga de um povo retirante é marcada pela expropriação das terras e lhe resta como alternativa ser força de trabalho, tal igual o capital projetou a esses povos no novo espaço de alongamento da fronteira da agropecuária e do extrativismo. Para saírem de cabeça erguida diante de tanta humilhação, os trabalhadores que sonhavam com a terra prometida levam consigo apenas a experiência da frustração, contentando-se com a “sorte” de sair vivo junto com seus familiares que, mesmo emudecidos e amordaçados, saíram com vida da área sonhada.

A atuação acirrada desses marginais, através do crime organizado, delimitava as conquistas das áreas na região a serviço da estratificação do capital organizado. O exército brasileiro fazia a vigilância em nome das elites, através de agentes infiltrados, que levavam e traziam as informações de como agir contra as massas, para desarticular os movimentos sociais e quem fosse dessa origem.

Quem chega depois e toma conta são os grupos agrários, para ter a posse definitiva das áreas com o intento de produzir as monoculturas de mercado através de terras regularizadas ou ainda irregulares. Contudo, muitas das áreas regularizadas elas são fruto de um conglomerado constituído através do crime organizado, altamente eficaz na região no passado e continua hoje em plena atuação. Esses grupos, quando necessário, agem com excessiva violência contra os movimentos sociais e a classe trabalhadora.

Foram criados ao longo do processo migratório, altos níveis de inteligência com o objetivo de aniquilar probabilidades, engessar e acorrentar as possibilidades dos marginalizados e despossuídos do país. Ao desqualificar os assentamentos rurais, através de seus atores coletivos, também desqualificavam os movimentos sociais brasileiros, que clamavam por uma Reforma Agrária de fato e de direito no país, nas conformidades da legislação pertinente, para dar legitimidade ao processo de inclusão, garantindo o vislumbre de um processo de cidadania, que viesse ao encontro das dinâmicas igualitárias.

As representações do modelo concentrador arquitetavam mecanismos para a não sustentação dos projetos dos assentados em toda a região amazônica, bem como no Brasil no Pós ditadura militar de 1964. Apesar disso, o Estado mantinha a postura de bom feitor para passar ao restante da nação que agia com táticas de bondade, que estava resolvendo a problemática da terra no país.

O capital contava ainda com as comunicações concentradas nas mãos de poucas famílias no país e na Amazônia não era diferente. O plano tinha o firme propósito de conter e impedir manifestações e ideias revolucionárias, como bem queria o governo militar. Havia, assim como há até hoje, o controle das comunicações, veiculando somente o que é de interesse dos grupos dominantes, sacrificando a liberdade de pensamento.

Faz necessário enfatizar que todas as articulações para viabilizar e colocar em curso um alto plano capitalista encontravam-se nas mãos dos detentores do poder. Esse projeto conseguiu reproduzir a fábula e a consonância da fabricação dos condicionamentos sociais, com a intenção de desqualificar os movimentos igualitários, que buscavam a propriedade dos meios de produção e a terra era o maior alvo para essa conquista. As comunicações têm um papel importante no processo de destruição das ideias não simpáticas ao plano proferido pelas elites.

Até mesmo os profissionais da imprensa, funcionários dos proprietários dos meios de comunicação, eram obrigados a falar a língua do capitalismo, sob pena de serem punidos ou perseguidos e ainda perderem o emprego. Era a lei da mordada. Ninguém podia falar, a não ser o que

interessava aos grupos econômicos. Os que se rebelavam e de vez em quando se exacerbavam um pouco eram punidos. Nem mesmo a linguagem sublimar era permitida. Hoje, anos após a queda da ditadura militar, os meios de comunicação continuam presos aos grupos dominantes, sendo usados como arma de manobra em favor das elites.

Os meios de comunicação são a verdadeira representação das oligarquias políticas, das colonizadoras de especulação imobiliária, dos coronéis da idealização do capital e todo o aparato da projeção econômica. O atrelamento dos grupos de interesse comum tinha como meta negar a compreensão do que realmente estava em pauta na nação através da ditadura repressiva. Ao mesmo tempo, a consolidação do projeto econômico protecionista se efetiva dentro das suas dinâmicas e concepções mercadológicas e negam outras possibilidades aos demais atores que vivem e fazem a Amazônia brasileira no dia a dia.

É importante também entender o papel das milícias militares da época da tirania para poder compreender a Amazônia hoje. Os projetos quando contemplavam a agricultura familiar se pautavam na intenção de desqualificar as classes pobres ávidas da terra. A atuação contundente e idealizada dos poderes “desenraizam ao seu modo, incluem para não incluir, porém incluem de outro modo, segundo suas próprias regras e sua própria lógica”⁵⁴.

Concordando com José de Souza Marins, o desejo das classes dominantes é de desenvolver mecanismos de desqualificação e que estes venham acompanhados de alto grau de dependência das classes, para na prática se efetivar a exploração do trabalho. O objeto maior do plano de alongamento da nova fronteira do modelo capitalista foi de relacionar os atores sociais de projetos distintos e torná-los dependentes na analogia de produção e trabalho. Essa é a forma desejada do projeto articulado nesse novo ambiente reprodutivo. Atravessadamente ele contempla as classes marginalizadas e despossuídas na figura de força de trabalho, ou amaciadoras da terra, em uma primeira investida da tática articulada universal do processo de dilatação da última fronteira brasileira.

⁵⁴ MARTINS, J. S. **Fronteiras**. A degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997.

É nesse sentido que os movimentos orientam as dinâmicas das forças do capitalismo e dirigem a ocupação na região. Os marginalizados e despossuídos tinham, no espaço de concepção organizada, o papel de coadjuvante para fornecer sua força de trabalho. A etapa seguinte era para reduzi-los a sua insignificância, dentro do plano arquitetado para o novo espaço, por conta da grande leva de pessoas disponíveis a oferecer a mão de obra latente ao mercado produtivo.

A desqualificação de membros dessa oferta faz parte do plano estratégico dos grupos capitalistas, que colocaram no mercado mais proletários clamando por oportunidades de trabalho que, articuladamente, fazem parte do exército industrial de reserva do novo espaço de alongamento da última fronteira do capital. Ao reproduzir os “soldados de reserva”, o modelo em pauta consegue organizar as classes através de suas próprias determinantes e os meios de como ocupar a força física e mental dos que buscam colocação junto ao processo produtivo.

Nesse mesmo entendimento, é pertinente afirmar que é necessário distribuir terras através da ideiação do Governo Federal, com um projeto claro de não distribuir terras, esse acabou sendo o lema de fato da política governamental de colonização dirigida⁵⁵. Octavio Ianni, ao interpretar o espaço amazônico, faz referências em seus escritos do alto desempenho imposto na região com os estratagemas do conjunto organizado, que deu sustentação no passado e continua hoje.

Ignorando os anseios da sociedade brasileira e sobretudo dos que viviam na Amazônia, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, tinha como principal finalidade o levantamento cadastral das propriedades e a demarcação das terras, além de programar as políticas de colonização no território brasileiro⁵⁶. Na verdade, o INCRA foi conivente propositalmente, a fim de proteger os desmandos para concretizar os interesses do capital, bem como de caminhar lado a lado ao crime organizado, que agia impunemente na região e continua agindo.

⁵⁵ IANNI, O. **A ditadura do grande capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

⁵⁶ BOSI, A. **Dialética da colonização**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

Dentro desse mundo de injustiça e dominação, o que passou a dominar nessa investida foram os poderes político e econômico que foram colocados a serviço do domínio das instâncias do Estado brasileiro. Muitas vezes essas articulações se realizavam por meio do delito constituído. O Estado conseguia se articular por meio das estratégias organizacionais, sendo cúmplice em oportunas táticas de interesse dos comandos do modelo dito soberano.

Assim, foram preservados os interesses não coletivizados que vinham ao encontro das elites econômicas do Brasil. Foi colocado em curso na Amazônia, por meio das táticas planejadas, a fúria delirante do capital com a sanha desvairada, sem limites no que diz respeito às atitudes sociais, culturais, econômicas e ambientais. A violência foi de regra nesses locais contra os trabalhadores. A intenção no passado – e continua hoje – era preservar as relações econômicas do padrão mundial estabelecido, que resguarda o modelo para reproduzir o estabelecido em sua essência⁵⁷.

Para que isso se efetivasse na prática fazia-se necessário o atrelamento articulado dos mentores da planificação regional, ou seja, os que se beneficiam com o estabelecido. Com esse aparato constituído, o Estado brasileiro comandado pela tirania, que representa o modelo capitalista sem reservas, no auge do absolutismo, pratica todos os desmandos. Esse controle das capacidades de sufocamento de todas as outras iniciativas decorria do conjunto do projeto articulado para a região amazônica.

O Estado se afasta da função de distribuidor de terras no começo dos anos 70 do último século na Amazônia. Taticamente, só faz isso após silenciar os movimentos sociais, já que a sua presença não se fazia mais necessária para a ocupação da terra. O intento era proteger e beneficiar os empreendimentos, os mesmos que sustentavam as dinâmicas da concentração por meio da ditadura e multinacionais, conforme visto ao longo do texto⁵⁸.

⁵⁷ MARTINS, J. S. **A degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Hucitec, 1997.

⁵⁸ DREIFFUSS, R. A. **A internacional capitalista**. Estratégias e táticas do empresariado transnacional 1918–1986. 2. ed. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987.

O governo militar passa a delegar essa função às empresas de especulação imobiliária e assim surgem centenas de projetos através dos empreendimentos de difusão privada. Na década de 70, a maior parte dos projetos articulados na região foi através de empresas de colonização especulativa. Assim, eles foram realizados no estado de Mato Grosso, que recebeu 57% dos migrantes e concretiza o plano concentrador da terra e da renda nesse espaço⁵⁹. Os migrantes rumavam para essa região em busca do ouro, da terra prometida e em busca de um sonho, que poucos conseguiram realizar⁶⁰.

O alvo maior em andamento foi a especulação imobiliária. O governo da ditadura tem o firme intento de proteger e organizar as empresas, bem como oferecer o domínio político do Estado, para consolidar o projeto de ocupação do grande capital na região⁶¹. O modelo de colonização atinge seu auge na implantação do plano de ocupação, porém os militares articulam e orientam o movimento migratório dos marginalizados e dos despossuídos do restante do país, para serem servos do cativo da mão de obra⁶².

A estratégia era “pousar de bom”, demonstrando aparentemente estar preocupado com os problemas sociais brasileiros, entretanto o propósito verdadeiro era esvaziar as áreas do restante do país em conflitos através das massas descontentes. Essas buscavam a inclusão pela grande quantidade de exército de trabalhadores de reserva e que o capital

⁵⁹ OLIVEIRA, A. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2001. PICOLI, F. **O capital e a devastação da Amazônia**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

⁶⁰ A busca constante do “mel”, bem como o encontro com este doce dourado, é uma metáfora usada ao longo do texto para demonstrar que as pessoas se deslocaram para a Amazônia em busca de um sonho. Mesmo aos marginalizados e despossuídos no processo histórico a região apresentou-se como um novo “eldorado”, e este veio acompanhado de muito brilho e luz intensa. Assim, o “mel” representa o alimento, a riqueza e a esperança de uma nova vida a todos que chegaram com o firme propósito de ver seus sonhos realizados. PICOLI, F. **Amazônia: do mel ao sangue – os extremos da expansão capitalista**. 2. ed. Sinop: Editora Fiorelo, 2004.

⁶¹ PICOLI, F. **O capital e a devastação da Amazônia**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

⁶² BECKER, B. K. **Amazônia**. 5. ed. São Paulo: Ática, 1997.

não conseguia absorver, bem como a espera de uma reforma agrária que não acontecia e não acontece até hoje no Brasil. A migração para a Amazônia também foi por falta de mão de obra, para atender ao grande movimento econômico se deslocando em busca de estruturação.

Esses fatos faziam justificar a transferência de pessoas de outras partes do país para desafogar os movimentos sociais e a necessidade de trabalhadores no processo de expansão. As primeiras fases do extrativismo e da agropecuária tinham a necessidade de um contingente maior de trabalhadores à disposição dos projetos organizados pelo capital. No decorrer de sua estruturação, os trabalhadores eram dispensados com o surgimento da tecnologia implantada na agropecuária após a abertura das matas.

Por meio do aparato articulador do Estado e do capital, esse conjunto unificado de interesses comuns consegue evoluir de forma geométrica sem aferir para si desgastes da sua imagem perante a opinião pública. O Estado sustenta a fiel incumbência para estruturar o novo espaço através da criação de órgãos burocráticos governamentais.

Sendo o Estado o articulador do modelo econômico, colocou uma gama de benefícios a serviço das elites da Amazônia, para oferecer toda a estrutura necessária e garantir o sucesso do plano arquitetado no conjunto dos mesmos interesses. Era passado à sociedade um plano de inclusão altamente agregador, porém os discursos do desenvolvimento não combinavam com as práticas.

O Governo Federal se encontrava no envolvimento de promessas enganosas com o projeto que só contemplava a aliança entre o Estado e o capital. O artifício em curso passa a articular a ocupação de caráter mais agressivo de um lado e por outro lado agia da mesma forma para desmobilizar revoltos e descontentes por meio do sigilo da ditadura. Desta forma, se apresentava com domínio das comunicações, dando a ideia de eficaz para a opinião pública, sendo colocada em prática a máquina dos poderes econômicos e políticos, para destruir outros interesses sociais e culturais.

A agilidade é sentida em todas as etapas do novo desenho ali coordenado e as ações passam a ser mais violentas e agressivas. Os pode-

res políticos e os econômicos são levados a desenvolver mecanismos de asfixia por meio dos militares, usando uma linguagem alinhada em relação ao entendimento dos discursos passados à população que não consegue contestar o que é dito.

O ser humano é desqualificado, expropriado e reduzido a força de trabalho através da superexploração⁶³, todavia o sonho da terra fica mais distante aos que buscam o chão para si nessa nova investida do modelo em pauta. O Estado, ao beneficiar quem já tinha posse para poder adquirir terras na região Amazônica, favorece os grupos capitalistas através de órgãos criados no intento de estruturar e fomentar os meios articuladores do capital, negando qualquer possibilidade aos trabalhadores.

O modelo usa como princípio a expropriação do homem e do seu ambiente sem a preocupação com os adversários de suas ideias, tanto no cenário brasileiro como no mundial. Esses estavam represados e sem mecanismos de se fazerem sentir, por conta das influências da Guerra Fria. O centro mundial do modelo capitalista, representado pelos estadunidenses, impunha aos aliados ditaduras em cadeia e foi o que ocorreu no Brasil.

A população não tinha as informações verdadeiras, pois os meios de comunicação tinham a incumbência de repassar à opinião pública o que interessava aos grupos dominantes, sufocando todas as ideias contrárias produzidas no âmago dos movimentos sociais. Com toda essa

⁶³ No entendimento de Cardoso e Muller (1977), a superexploração existe, mas não é inerente ao capitalismo dependente em todas as fases de sua reprodução. Ela compreende apenas a primeira fase do capitalismo dependente, e pode ser usado como exemplo o ocorrido na Amazônia brasileira na fase de implantação dos projetos econômicos. Para o entendimento de Marini (2000) leva a uma compreensão maior e mais consistente da relação de trabalho na Amazônia, pois a região faz parte do capitalismo periférico em qualquer fase de desenvolvimento do projeto de expansão e não só na primeira fase da implantação do projeto, como dizem Cardoso e Muller. (Picoli, 2004d). PICOLI, F. **Amazônia: pegadas na floresta – Uma abordagem da superexploração da força de trabalho**. Sinop: Fiorelo, 2004. CARDOSO, F. H. e FALETTO, E. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**. Ensaio de interpretação sociológica. 7. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1970. MARINI, R. **Dialética da dependência**. Trad. Emir Sader. Petrópolis: Vozes, 2000.

articulação, os povos originários e os posseiros são expulsos de suas terras na calada e na camuflada tirania, mantendo como meta a proteção do modelo imposto na região de todas as formas. O ser humano e o meio ambiente passam a não serem respeitados, contudo, não é o objetivo do capital exterminar totalmente com os povos indígenas e com os posseiros da região amazônica, mas sujeitá-los a servirem de força de trabalho para serem colocados a sua disposição⁶⁴.

A matança de indígenas e de posseiros⁶⁵ foi para abrir os caminhos do agronegócio das monoculturas, bem como ao extrativismo desordenado⁶⁶. As vítimas eram sempre os elos frágeis da ocupação local, o capital é estruturado nesse espaço e muitas vezes com a presença de jagunços e pistoleiros a serviço da expansão⁶⁷. Contudo, o caso que merece maior destaque na região foi o ocorrido em Paranaíta, na época o local fazia parte ao município de Alta Floresta no Norte matogrossense, com a presença de milícias, jagunços e pistoleiros⁶⁸. O

⁶⁴ PICOLI, F. **Amazônia**: a ilusão da terra prometida. 2. ed. Sinop: Editora Fiorelo, 2005.

⁶⁵ CPT. Comissão Pastoral da Terra, 2012. Disponível em: <<http://www.cptnacional.org.br>>. Acesso em: 15 de maio de 2012.

⁶⁶ SABATINI, S. **Massacre**. São Paulo: Conselho Indigenista Missionário, 1998. ARNT, R.; PINTO, L. F. e PINTO, R. **Panará**. A volta dos índios gigantes. São Paulo: Instituto Socioambiental, 1998. SHOUMATOFF, A. **O mundo em chamas**. A devastação da Amazônia e a tragédia de Chico Mendes. Trad. Luiz Fernando Martins Esteves. São Paulo: Best-Seller, 1990.

⁶⁷ SHOUMATOFF, A. **O mundo em chamas**. A devastação da Amazônia e a tragédia de Chico Mendes. Trad. Luiz Fernando Martins Esteves. São Paulo: Best-Seller, 1990.

⁶⁸ SCHAEFER, J. R. **As migrações rurais e implicações pastorais**. São Paulo: Loyola, 1985. Schaefer José Renato. As migrações rurais e implicações pastorais. Um estudo das migrações campo – campo do sul do País em direção ao norte do Mato Grosso. São Paulo: Edições Loyola, 1985. Neste livro, o autor relata os assassinatos dos garimpeiros e das prostitutas e os requintes de crueldade aplicados na tortura e morte pela polícia em Paranaíta, no Estado de Mato Grosso. KOWARICK, M. **Amazonas/Carajás**. Na trilha do saque. São Luiz: Anita, 1995. Kowarick (1995: 235), citando JOSÉ RENATO SCHAEFER (1985), comprova: talvez o caso de maior violência contra garimpeiros tenha ocorrido no garimpo de Paranaíta, no Norte do Mato Grosso, região dominada pelos garimpos da bacia do rio Teles Pires, formador do rio Tapajós (PA). Calcula-se em 300 o número de garimpeiros assassinados por jagunços

sinistro ocorreu no dia 11 de setembro de 1979, com aproximadamente 300 mortes nesse dia, porém foi constatada essa prática por meses seguidos e ao certo não se tem a contagem real das mortes ali ocorridas. Na época mesmo em período de ditadura, que não eram ventiladas as informações do modelo ditatorial, por conta da asfixia vivida no país no período, mesmo assim o episódio mereceu destaque por vários outros pesquisadores do espaço amazônico⁶⁹. Esses fatos não são acontecimentos somente vistos na época da última ditadura brasileira. É bom lembrar que recentemente aconteceu o massacre de Eldorado do Carajás no Pará, em 1996. No confronto resultou no assassinato de 19 sem terra e dezenas de feridos. O massacre foi organizado por uma suposta milícia do campo organizada dentro da polícia militar do estado do Pará. O objetivo da investida contra os que reivindicam terra foi para proteger as elites que concentram as terras, no entanto, muitas vezes essas áreas sendo fruto de supostas grilagem do crime organizado em expansão na Amazônia. Os dados do episódio e a violência no campo podem ser vistos através da Comissão Pastoral da Terra – CPT⁷⁰.

As formas brutais na conquista da terra foram para produzir os destaques de hoje na produção de grãos e carne, exemplo concreto é o estado de Mato Grosso, sem, no entanto deixar marcas e lembranças do passado da expropriação do homem e do seu ambiente.

A história contada é dos vencedores, porém a dos derrotados pela avalanche da máfia do crime organizado na Amazônia ficava no anonimato. Nessa conexão, as cidades têm a incumbência de organizar e articular as dinâmicas do projeto capitalista; elas oferecem os serviços essenciais e depositam parte dos posseiros e indígenas para fomentar e policiais (...). Sofreram também sevícias e torturas (...). A tortura de 3.500 garimpeiros inclui mulheres à frente de seus maridos, pisoteio, surras e, por fim o assassinato. Após as sevícias muitos foram despejados na beira do rio Teles Pires; foram encontrados ainda vários cadáveres na área.

⁶⁹ OLIVEIRA, A. U. **Amazônia**. Monopólio, expropriação e conflitos. 5. ed. Campinas: Papirus, 1997. PIAIA, I. I. **Geografia do Mato Grosso**. 2. ed. Cuiabá: Edunic, 1999. PICOLI, F. **Amazônia: a ilusão da terra prometida – uma abordagem da expropriação do homem e do seu ambiente**. 2. ed. Sinop: Editora Fiorelo, 2005b.

⁷⁰ CPT. Comissão Pastoral da Terra, 2012. Disponível em: <<http://www.cptnacional.org.br>>. Acesso em: 15 de maio de 2012.

a deficiência de mão de obra dos projetos no campo ou das cidades. Também foi colocado em curso um amplo processo migratório no país, como foi demonstrado, que se direciona na região em busca de oportunidades.

A finalidade era promover a estruturação das empresas do extrativismo florestal e da mineração, bem como na agropecuária extensiva das monoculturas. Esses migrantes vão se juntar aos demais expulsos da terra na região, para serem submetidos à obediência do capital organizado e sentir na pele a omissão do Estado. Nessa dialética, o campo em oposição às cidades é a dispersão e o isolamento. A cidade, por outro lado, concentra não só a população, mas os instrumentos de produção, o capital e as necessidades⁷¹. Para o processo de colonização, as cidades projetadas na Amazônia são de suma importância para as estratégias articuladas do modelo capitalista local.

Ao ser esquematizado o modelo de reprodução do capital através da relação de produção e do trabalho são viabilizados com sucesso os projetos nas cidades desenhadas. O objetivo é sempre levando em conta as metas do modelo, da agropecuária, do extrativismo e da prestação de serviços que promove todo o esqueleto da estratégia orientada do padrão imposto à região.

A preocupação é com os produtos de mercado, aqueles que recebem aceitação no comércio de mercadorias com objetivo das exportações. A energia da força de trabalho é organizada com firme propósito de oxigenar os planos de centralização do padrão capitalista. O alvo da relação produção/trabalho canaliza forças dentro dos limites para apurar essa afinidade através do processo de mais-valia absoluta e relativa. É possível organizar os trabalhadores por meio da afinidade da superexploração, fato bem identificado em todas as etapas do processo produtivo da região.

O capitalismo deve necessariamente lançar uma maior explora-

⁷¹ LEFEBVRE, H. **A cidade do capital**. Trad. Maria Helena Rauta Ramos e Marilena Jamur. Rio de Janeiro: Editora DP&A, 1999a. LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Trad. Sérgio Martins. Belo horizonte: UFMG, 1999b. PIQUET, R. **Cidade-Empresa**. Presença na paisagem urbana brasileira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. SPOSITO, M. E. **Capitalismo e urbanização**. São Paulo: Contexto, 2000.

ção no trabalho, seja com o prolongamento e intensificação da jornada de trabalho, bem como com a combinação dos dois procedimentos e redução dos salários⁷². Por outro lado observando os pesquisadores que tratam da superexploração específica da Amazônia Brasileira, também a identificam como possível em primeira fase da investida do modelo concentrador⁷³.

Essa identidade é possível por se tratar de capitalismo periférico e não por contemplar as primeiras etapas do capitalismo de fronteira, conforme trata Cardoso e Muller. De acordo com Marini, uma vez que a classe obreira é impulsionada a deixar parte do salário destinada à procriação e subsistência no processo produtivo em qualquer época, fato que motiva esse objeto de investigação, cuja premissa também se dispõe a identificar a superexploração em 2012, bem como o trabalho escravo⁷⁴.

A manifestação de superexploração no trabalho de hoje pode ser vista no dia a dia: as casas cedidas pela empresa nas madeireiras e agropecuárias, os acidentes de trabalho, a impunidade e omissão por parte do Estado, trabalho sem carteira assinada ou com valor abaixo do estabelecido e através da relação do sistema “gato”, ou escravidão branca, essas mazelas continuam acontecendo hoje⁷⁵. Fato que os mecanismos de exploração continuam sendo aplicados na periferia do capital com mecanismos diferenciados dos centros do modelo articulador mundial⁷⁶.

⁷² MARINI, R. M. **Dialética da dependência**. Trad. Emir Sader. Petrópolis: Vozes, 2000.

⁷³ CARDOSO, F. H. & MULLER, G. **Amazônia expansão do capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1977.

⁷⁴ CPT. Comissão Pastoral da Terra, 2012. Disponível em: <<http://www.cptnacional.org.br>>. Acesso em: 15 de maio de 2012.

⁷⁵ PICOLI, F. **Amazônia: pegadas na floresta – uma abordagem da superexploração da força de trabalho**. Sinop: Editora. Fiorelo, 2004.

⁷⁶ Para o entendimento da exploração do trabalho não podemos negar a grande contribuição que KARL MARX nos legou. A relação produção e trabalho é uma forma de exploração histórica temos de entender na essência lógica. Ao possibilitar esse entendimento é possível verificar que na expansão do modelo capitalista periférico é possível vir agregada por meio da superexploração. Indicações para as leituras complementares e a melhor compreensão:

Ao argumentar sobre o processo migratório da Amazônia, considera-se como foco elementar a colonização promovida pelo Estado e o capital em conjunto. A forma arbitrária da expulsão do homem da terra e a destruição ambiental foram de regra nesse novo espaço de alongamento da fronteira expansionista. O tratamento realizado com a força de trabalho e o desdobramento do processo produtivo têm a finalidade de produzir mercadorias ao mercado global.

Com esse panorama exposto, no início do terceiro milênio acontece um divisor de águas nas relações existentes nesse espaço de pesquisa: uma nova preocupação regional por meio das ações do Estado deve ser pautada para não acontecer uma completa destruição do tecido social e do meio ambiente, visto que o capital continua dominador nesse espaço e detém os meios de produção de acumulação. Também temos um novo pensar da sociedade interna dos problemas da Amazônia, bem como da externa que não aceita a destruição do tecido social e do meio ambiente. Por outro lado, as imposições do mercado globalizado são um forte termômetro do que vai acontecer nesse espaço nos próximos anos.

É certo que a nova postura desenhada, ou melhor, camuflada, não é impulsionada por vontade política e muito menos pelos detentores do poder econômico, mas determinação do mercado globalizado, na tentativa de reorganizar e também legalizar o que está errado na região. Melhor dizendo, é a legalização do crime organizado que agiu impunemente na região, com ampla atuação no processo histórico regional.

As ações de hoje são altamente estratégicas, por conta da crise econômica e ética no mundo. Os atos nos espaços amazônicos são eficazes e contundentes na busca de legalizar o irregular construído no pós 1964 na região por meio do crime organizado. O enfrentamen-

MARX, K. **O Capital**. Crítica da economia política. Trad. Reginaldo Sant'Anna. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998./ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Trad. Reginaldo Forti. 2. ed. São Paulo: Global, 1988./LUXEMBURG, R. **A acumulação do capital**. Trad. Moniz Bandeira. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976./BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista**. A degradação do trabalho no século XX. Trad. Nathanael C. Caixeiro. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981./OHLWEILER, A O. **Materialismo histórico e crise contemporânea**. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

to não é mais de forma direta, hoje é de maneira sutil na busca dos objetivos participando do processo participativo político da construção das alternativas. Caso recente foi o da construção e aprovação do Código Florestal Brasileiro. Ele foi construído pelas elites e passou à sociedade como oriundo de um processo altamente democrático. O domínio das ações populares em nada diferencia ao comparar com as épocas das ditaduras, são formas mais apuradas de praticar a violência nas ações e o povo é dominado dentro do processo dito democrático.

Tanto no passado quanto hoje essa forma de submissão se mantém viva por meio da grilagem, dos assassinatos, da sonegação de impostos, da ocupação dos espaços políticos, dos benefícios do Estado, da falta de planos ambientais e todo o aparato oferecido no processo de colonização e reprodutivo⁷⁷. Fato bem identificado por meio do Instituto Nacional de colonização e Reforma Agrária – INCRA, e a extinta Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM. Esses e outros órgãos foram criados com a preocupação de subsidiar e estruturar o capital em expansão no país, mas serviram de bancada do crime organizado em toda a região. Hoje continua da mesma forma e consegue evoluir conforme desejam apresentar as inovações camufladas à sociedade.

As ações globais no que dizem respeito às intervenções econômicas, sociais, culturais e ambientais determinam um novo entrosamento do já estabelecido e nos remete à novas possibilidades que determinam um novo pensar para a região através de imposições reguladoras existentes, por meio das ações do Estado, como também por determinantes do mercado globalizado. Atualmente estão gradativamente sendo estabelecidas novas concepções que limitam as intervenções no meio ambiente e nas questões de cidadania. Ao mesmo tempo ocorrem as interferências no aparelho reprodutivo da economia local, no que tange aos direitos e obrigações coletivas. O processo necessita evoluir muito para que as massas tenham em mãos os meios de produção, para saírem das imposições do capital, porém esse ainda é um exercício latente de quem busca meios de atingir a cidadania plena. Mas essa alternativa só

⁷⁷ CARDOSO, F. H. & MULLER, G. **Amazônia expansão do capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1977. MARTINS, J. S. **Fronteiras**. A degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997.

pode ser conquistada através das lidas atuantes dos movimentos sociais dentro do coletivo organizado, que buscam fazer a integração das massas e ao mesmo tempo contrapor a ordem estabelecida.

O modelo ainda tende a ajustar as diretrizes do processo de globalização, não por ser um projeto local, que seja orientado através da coerência, porém imposto às vontades capitalistas locais. A conjuntura econômica, social, cultural e ambiental gera um novo paradigma regional. Quem dá o tom são as relações sociais e mercadológicas que exigem uma nova sociedade que seja diferente da que se estabeleceu no processo histórico da Amazônia⁷⁸.

A ciência oportuniza novas possibilidades e alternativas, para colaborar com alternativas pautadas no conhecimento apurado e orientador, para auxiliar a desvendar o enigma amazônico, bem como as novas possibilidades dos movimentos sociais latentes das massas. Através dessa contextualização é admissível preparar o leitor com possibilidades de entrosamentos com o estudo. Isso é possível para verificar os entendimentos das próximas abordagens, através dos próximos capítulos do trabalho em construção. Vale lembrar, que outras obras de minha autoria fundamentam com riqueza de detalhes como aconteceu o processo migratório na Amazônia, principalmente no pós-64 do último século⁷⁹.

⁷⁸ SOUZA, M. **Breve história da Amazônia**. Rio de Janeiro: Agir, 2002.

⁷⁹ A base que fundamenta todo meu trabalho se sustenta também nos livros já publicados. Fiorelo Picoli é autor dos livros com temas da Amazônia, através da publicação das obras: 1 – Amazônia: do mel ao sangue – os extremos da expansão capitalista; 2 – Amazônia: a ilusão da terra prometida; 3 – Amazônia: o silêncio das árvores – uma abordagem sobre a indústria de transformação de madeiras; 4 – Amazônia: pegadas na floresta – uma abordagem da superexploração da força de trabalho; 5 – Amazônia e o Capital: uma abordagem do pensamento hegemônico e do alargamento da fronteira, 6 – O capital e a devastação da Amazônia e 7 – Amazônia: desarrollo y expropiación. Também várias obras através da organização e da coautoria, bem como artigos com as temáticas amazônicas.

O CAPITAL E AS COMUNICAÇÕES NA AMAZÔNIA

Após fundamentar o leitor a respeito do projeto do capital para o mundo e para a Amazônia, a fim de facilitar o entendimento sobre do processo de alongamento da nova fronteira do extrativismo e da agropecuária, abordaremos agora sobre os meios de comunicação e suas influências neste projeto de ocupação de áreas da região. Neste capítulo vamos organizar o nosso pensamento e estruturá-lo com fatos históricos e também reais por meio da investigação com o foco voltado para os meios das comunicações e dos fatos ocorridos, bem como os que continuam acontecendo nesse mesmo espaço de inovações e transformações organizacionais através de um processo violento contra as massas com o objetivo de preservar as diligências do capital.

Através dessa dinâmica, uma atitude chama a outra. Cada estratégia conduz ao entrelaçamento do projeto mundial e regional, mas para poder dialogar é necessário navegar nesse emaranhado de possibilidades e de aventuras, que esse estudo permite e nos desafia. É um mundo que foi aparelhado e desenvolvido por forças preservacionistas do sistema dominador. Todavia, ao transportar suas dinâmicas em outros espaços, as intervenções apuradas se repetem e também se reproduzem através de um modo adaptável nas estratégias, permanecendo vivas as estruturas e os objetivos de sugerir na investigação. O

propósito é ramificar ações com a intenção de conduzir e reportar o modo de integração por meio das relações das classes.

Com isso pretendo manter o leitor com as possibilidades diferenciadas do que realmente se passa no processo migratório ocorrido na região amazônica principalmente no pós-64 do último século, bem como fazer a relação do que se passa hoje nas comunicações. Sendo essa mais uma versão no intento de contribuir na discussão para o entendimento da academia e possibilitar o diálogo com outros escritores que versam sobre a região. Entendo que a universalidade das ideias tem a finalidade de interpretar quem teoriza e para produzir novos conceitos, por meio do ato investigatório para transformar a ciência o mais próximo da verdade. Esse é o papel do investigador em permitir as possibilidades, tanto a quem escreve, quanto aos leitores que fazem uso do material produzido.

O encadeamento não pode desprezar o todo, muito menos as partes. O conjunto valoriza o que já tem produzido, porém cria e conduz aos moldes das táticas sistêmicas para a busca do macro entendimento. Os trabalhos de pesquisa devem considerar as mais variadas condições, assim como as partes geográficas, para identificar os micros problemas e as possibilidades regionais, porém esses dados devem ser relacionados com relações macro no intento de apurar melhor e fazer comparações com outras regiões. Através dessas preocupações é possível organizar os passos que serão seguidos, no desígnio de conseguir com sucesso atingir cada alvo. Nesse capítulo, o nosso olhar será voltado para especificamente para as comunicações realizadas no movimento migratório, que ocorreu na Amazônia brasileira nos últimos 40 anos, e ao mesmo tempo fazer as costuras e os recortes através dos poderes da atualidade.

Os meios de comunicações, por representarem os verdadeiros interesses do capital, desenvolvem artifícios para a sedução humana, com o firme propósito de cravar profundamente na consciência as informações fabricadas impondo os moldes globalizados à região. Os alvos com as práticas ditatoriais são alcançados positivamente, porém com alguns ajustes no terreno restrito por ser um espaço novo. O trabalho foi realizado usando estratégias de como atuar nessas peculiari-

dades, levando em conta a época, a condição no país e os espaços geográficos. Esse é o objetivo do modelo capitalista imposto ao mundo, não sendo diferente nos espaços amazônicos. É importante observar que nesse espaço existe o agravamento nas relações, por se tratar de ambientes periféricos das dinâmicas que controlam o mundo, com o desígnio de preponderância.

Com essas preocupações, o projeto em pauta no planeta se sustentou e ainda se sustenta por meio das comunicações conduzidas pelas elites econômicas, bem como através dos entrelaçamentos macros de seus estudos dirigidos para dominar a classe trabalhadora. Esse é o alvo maior na relação produção e trabalho, ou seja, os detentores do capital e a força de trabalho se relacionam por meio das imposições e dominações. As comunicações têm um papel primordial em todo esse processo, já que engessam, acorrentam e silenciam para na prática proteger os interesses das elites dominantes.

Proteger as elites e amordaçar os proletariados, bem como a todos que não correspondessem com os interesses do capital, foi de fato a verdadeira tarefa dos meios de comunicação na ditadura, usando táticas próprias da época e do momento ímpar vivido pelo Brasil. Sem dúvida, eles usavam meios tortuosos e toda a tirania possível e imaginável para calar a boca dos que queriam falar e impedir a expressão do pensamento, impedindo a disseminação das ideias. Hoje não é diferente. Eles usam os mesmos mecanismos, calando as vozes do coletivo para preservar o capital dentro do mesmo princípio. Assim como no passado, as comunicações fazem parte do aparato do capital nessa estratégia.

Embora com o mesmo objetivo, o de se manter no comando do poder, atualmente os veículos de comunicação têm uma nova roupagem, como se fossem bons mocinhos, mas que na realidade mostram o que interessa aos seus proprietários que são em sua grande maioria políticos ou grandes e influentes empresários. As concessões das emissoras de rádio e televisão são dadas exatamente para este público que faz e desfaz da informação, chegando a um ponto de hoje pouco acreditarmos até mesmo no que é verdade ou mentira. O mesmo acontece com jornais, revistas e demais veículos de comunicação no Brasil. É uma forma de dominação que deteriora a cultura e desenvol-

ve formas diversas no que diz respeito aos novos desejos e visões das massas sobre seu verdadeiro papel no meio social.

Claro que hoje eles usam estilos diferentes no processo de dominação. São mais apurados e com filtragens diferenciadas, porém não abrem mão das imposições e se pautam no predomínio das ideias, dos espaços e na repetição de frases que calam fundo, passando suas vozes a serem únicas e verdadeiras. São muitos os programas criados para bestializar as pessoas, tornando-as reféns e sem ação diante da fabricação do consenso. Para a manutenção do poder, comandado por uma minoria da elite brasileira que oprime e sufoca, eles negam ideias contrárias aos interesses do projeto que sustenta o mundo do capital de forma sistêmica.

A lógica mundial, por meio das ditaduras ou em regimes democráticos, ao sair do centro para a fronteira subdesenvolvida continua com os mesmos artifícios de dominação mostrando, à sua forma, através da comunicação a fabricação e reprodução do consenso, dos condicionamentos sociais altamente elaborados, com capacidades pedagógicas, sociais e psicológicas colocadas em ação. O empenho é de verdadeiras máfias que preservam os seus interesses, com ações voltadas para a produção do marketing positivo e de mercado, sem a preocupação com a ética e respeito à cidadania dos que se apresentam invisíveis no plano elevado das classes.

O objetivo é a manutenção do sistema dominante, usando artifícios que camuflam todas as suas verdadeiras intenções, que ficam ocultas propositalmente como estratégia de dominação no campo das ideias elaboradas e ditas democráticas, mas com objetivos e táticas antidemocráticas. Eles não podem recuar nem ceder espaços por envolver interesses coletivos, por isso impõem seus limites. Sempre que necessário entram em ação as imposições, o não diálogo e a prática antidemocrática. Quando necessário surgem sistemas apurados através das ditaduras, porém com elas ou sem elas o objetivo é o mesmo o de dominação e os meios de comunicações são as principais armas das dominações em qualquer regime.

Essa estratégia procura ajustamentos através dos mecanismos de

persuasão e dos condicionamentos sociais, bem como utiliza para si todo o aparelho que fica mantido por elementos táticos agregadores de valor na essência orquestrada, que tudo leva ao aparelho reprodutivo em forma de dominação nas relações. Usando dessas estratégias, os comandos ficam nas mãos das classes dominantes através da engenharia do plano global, sem, no entanto, desprezar as ações diferenciadas geograficamente.

As inovações de mercado fazem parte da astúcia da manutenção do consumo e o aparelho se inova conforme a época e os movimentos geográficos, que necessitam dos deslocamentos expansivos das estruturas econômicas com eficiência e eficácia na obtenção de resultados. Assim, é prático e necessário organizar programas comunicativos que levam ao entendimento de interesse em comum. A estratégia se apresenta de forma cada vez mais inovadora e envolvente, para persuadir e relacionar os indivíduos aos produtos de consumo.

É imprescindível personalizar as estratégias de convencimento, visto ter de buscar nas profundidades do âmago individual relações que desenvolvam inclusões inconscientes com produtos do capital, por meio do processo comunicativo. Trabalham o lado psicológico, cultural e social, com o propósito de convencer os povos sobre a importância a respeito do ato de consumirem produtos vindos da relação produtiva, mesmo que esses não comunguem com as culturas locais. Ao mesmo tempo é primordial o uso de táticas que venham destruir as culturas locais, já que essa dinâmica facilita as imposições de novas culturas. Esse é um dos requisitos básicos para a dominação ofensiva através da fabricação dos condicionamentos sociais que massificam novas ideias altamente elaboradas.

As comunicações têm papel importante e indispensável no atual estágio mundial. São criados programas de rádio e de televisão com o intento de bestializar os indivíduos, organizando a sociedade ao seu jeito, de modo vazio, que se depura com a insignificância estrutural das pessoas. Presume-se que o novo vale mais e passa a desprezar o que já existe na sociedade culturalmente, assim preenche os espaços condicionados socialmente ao modo de sua nova fabricação de ideias e costumes. A construção desse novo aparato elaborado é o surgimen-

to de novas culturas impostas, com o objetivo de engessar os avanços dos meios sociais e manter as imposições e mudanças articuladas através dos interesses das elites amazônicas.

A meta é conservar a família atenta à produção do plano de dominação e ao convencimento inconsciente das artimanhas como argumento na reprodução das classes. Uma serve para dominar e representa as elites capitalistas, ou detentoras dos meios de produção; e a outra se sente importante sendo detentora dos mecanismos de sustentação do projeto através da força de trabalho. Além disso, são criados nesse entorno altos níveis de pendências mútuas, para justificar a necessidade de suas formas de existir.

O modelo capitalista usa inúmeros artifícios nesse processo de dominação. Há momentos em que muitos empresários da comunicação ludibriam os que para eles trabalham, convencendo-os de que são bons patrões e que o seu interesse é também interesse do trabalhador. Essa estratégia é muito usada atualmente, principalmente porque muitas vezes sem ter o que fazer, nem como quebrar as suas armaduras, os trabalhadores da comunicação são induzidos a viver no mundo da ilusão, satisfazendo o ego dos seus patrões ao transmitirem o que eles querem que seja veiculado.

Nos meios de comunicação, quem escutar o canto da sereia e não reproduzi-lo será penalizado com a perda do emprego. Por isso muitos se sujeitam em transmitir, mesmo sendo um mero dominado, as ideias do seu dominador, caindo à condição de bajulador, e não de comunicador de fato, ao divulgar o que vem ao encontro dos interesses da elite organizada e não de todas as classes sociais, incorrendo em um grande erro: informar com parcialidade.

Quando só isso não basta para seduzir, algumas igrejas entram em ação valendo-se da fé dos oprimidos. Elas entram com tudo para dominar as classes, aos descontentes que almejam um mundo mais justo e igualitário. Para isso, montam planos mirabolantes para jogar o bálsamo mágico e incutir na cabeça das massas que ser pobre é ser de Cristo ou escolhido por Deus e que é deles o Reino da glória. Com a lavagem cerebral de algumas das igrejas, muitos se calam e esperam a

felicidade após a morte, principalmente se “tiverem comprado”, dando dinheiro às igrejas, o seu terreno na terra. As igrejas em sua essência fazem parte do projeto econômico dominador e também usam dos espaços comunicativos para dar ênfase a suas estratégias.

É muito comum vermos igrejas em áreas de trabalhadores, onde há uma maior concentração de pessoas. Mas a presença do padre ou do pastor não é à toa naqueles espaços. Muitos deles, com raras exceções, têm o firme propósito de amansar os trabalhadores que sofrem pela opressão, pela falta de oportunidade e pelas dificuldades da vida. Eles trabalham, são explorados em sua mão de obra e o que têm não é suficiente para levar uma vida digna. Tudo isso causa revolta e indignação. Daí o papel importante da religião que mostra que riqueza não é tudo – e não é mesmo – e que o que vale é a riqueza interior, a bondade e a obediência a Deus. Após o sermão, todos ficam aliviados esperando a recompensa após a morte. E a exploração continua.

Mesmo com toda a apologia à pobreza, após cumprir a sua missão de fazer com que os povos não se rebelem e que continuem pensando apenas no trabalho, já que “o trabalho enobrece o homem”, muitos desses “missionários de plantão” participam de grandes banquetes nas residências exatamente daqueles que ajudam na construção da igreja dominadora.

Tanto as elites quanto as igrejas usam mecanismos para fabricar o irreal nas mentes dos proletariados, que, ludibriados, muitas vezes acreditam no que eles falam como se fosse verdadeiro. O intento principal é garantir e preservar o aparelho de dominação, não interessando para conseguir essa façanha os caminhos a serem percorridos. É fácil realizar o casamento entre o Estado, o capital e as igrejas, visto estar em jogo os mecanismos que se elevam na busca do lucro a qualquer custo, porém o atrelamento dos poderes se fundem com esse objetivo, que se apresenta para preservar as dinâmicas do capital. Os interesses são comuns.¹ Por outro lado, os meios de comunicações e a política fazem o papel de meio nos espaços amazônicos, pois ambos usam dos artificios legais convencionados ao entrelaçarem e comungarem com

¹ MARX, K. **Salário, preço e lucro**. Trad. Maria Clara. Faria. São Paulo: Moraes, 1985.

a preservação ideológica dos mesmos interesses, no desígnio da busca das vantagens econômicas às custas das massas dominadas.

São várias pessoas que se fundem em uma só. O capital personalizado de vários acobertamentos na busca do representar, do camuflar para no final da investida domar para preservar os interesses comuns. Essa relação é pertinente em qualquer ponto geográfico mundial. Na periferia do modelo as táticas são avantajadas, por ter menos limites nas ações com objetivo de desencadear a violência dentro dos limites que a população suporta. É uma relação de dominação das ideias, sendo necessária para a manutenção do equilíbrio das relações. Ao construir o consenso maquiavélico das inclusões pessoais, ao modo organizacional que inclui sem incluir, que domina sem demonstrar a superioridade e as diferenças das classes sociais, o capital se mantém firme em seu propósito².

O primeiro passo é tornar o ser humano insignificante, bestializando-o, com táticas altamente condicionadoras, e ao mesmo tempo juntar a ele uma significativa dose de desqualificação moral e pessoal. Tudo isso deve ser feito por meio do pensamento massificado, com o objetivo de deixá-los mansos e obedientes. A submissão vem acompanhada de uma porção de incapacidades para fazer sentir ondas magnéticas de dominação inconsciente. No próximo passo, os dominados se sentem agradecidos ao feito do modelo sistêmico colocado em prática no mundo. Com isso, conseguem “fazer parte e serem inclusos” com o sentimento de ator principal, porém na prática das representações circense e teatrais, não passam de coadjuvantes, sendo trabalhadores à disposição do modelo.

É necessário fabricar o mito e o consenso. Para isso agem na calmaria, de forma quase invisível, para aplicar o adestramento das classes trabalhadoras. A ideia é fazer com que essas pessoas se sintam úteis para usá-las cada vez mais, deixando-os excluídos e alheios ao discurso engenhoso que os domina e os reproduz enquanto espécie, para dar continuidade ao projeto. Na etapa final ocorre a bestialização do homem por meio do atrofiamento das mentes, e esse indivíduo passa a não vi-

² MARX, K. **O Capital**. Crítica da economia política. Trad. Reginaldo Sant’Anna. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

sualizar saídas, sem ser via atrelamento inconsciente do cativo das representações programadas pelos poderes do Estado, dos políticos, dos religiosos e dos econômicos³. Dentro dos poderes estatais, o mais importante são os poderes jurídicos, que se apresentam como responsáveis pela manutenção da ordem, mas sempre que é necessário muitos agem em defesa dos poderes que sustentam o sistema capitalista.

Com esse aparato formado, é importante ao plano ter os mecanismos de comunicação para si, ou lado a lado com as estratégias das elites dominantes. Isso é possível de ser identificado na Comunidade Europeia, no estado de São Paulo, e também nas regiões mais distantes do estado de Mato Grosso e do Pará dentro do território brasileiro. Nos espaços periféricos a dose nos ataques para garantir a preservação do modelo são maiores e mais violentos. Os meios de diálogo ventilam e passam a responder o que pensam as massas em estado de elo condicionado, ou seja, dar fusão com o consenso construído pelas dinâmicas organizadas do aparelho dominador local.

Essa prática pode ser vista através dos programas veiculados nos meios de comunicação com o uso da linguagem persuasiva, convencendo os interlocutores que não dispõem de outro tipo de informação a não ser aquela transmitida pelos grupos dominantes do capital. As mensagens colocadas em prática são as que atendem os interesses restritos da classe burguesa. As perspectivas da maioria da população vêm codificadas e com profundo teor de sedução, mas com objetivos camuflados com a ocultação da verdade, impondo o que for de interesse para manter viva a relação produtiva e da concentração da riqueza nas mãos da minoria.

O capital dá as regras na dominação. Com essas atitudes, os mentores do projeto mundial são vistos como democráticos e isentos de qualquer suspeita, mesmo que fomentem guerras no mundo. O objetivo é preservar as relações da economia global movida a dólar e petróleo. Fatos recentes levados a cabo dessa natureza ocorreram com as guerras no Iraque e no Afeganistão, com violenta intervenção dos exércitos dos países do primeiro mundo, através dos comandos dos

³ PICOLI, F. **Amazônia e o capital – uma abordagem do pensamento hegemônico e do alargamento da fronteira**. Sinop: Editora Fiorelo, 2005.

estadunidenses. Esse se apresenta fazendo o papel de policial mundial, com o objetivo de manter a ordem das estruturais econômicas para o modelo globalizado em crise⁴.

Com toda a astúcia e ousadia, eles conseguem organizar o modelo dirigido de pensamento único, para manter reavivadas as relações do aparelho reprodutivo, inculcando as fantasias com táticas do padrão dentro do plano sistêmico. O objetivo é preservar as espécies e cada ator social responder por meio de sua função aparelhada pelos limites dos interesses organizacionais.

Essa feita não deixa de ser semelhante quando comparamos o comportamento das pessoas que estão nas periferias do projeto sistêmico do capital como é o caso dos países da América Latina, ou o continente africano, quando comparados com os países europeus, os estadunidenses e até os japoneses. Claro que é necessário buscar também o lado cultural para ser trabalhado e identificado, para destruir a tradição, na sua essência, e impor a do consenso mitificado, manipulando as pessoas.

A estratégia é diferente em cada circunstância, entretanto são levadas em conta várias situações. Foi o que aconteceu no caso específico da migração amazônica. Era necessário negar a cultura local dos povos tradicionais e dos povos que faziam parte das migrações anteriores posteriores a 1964, período de maior intensificação no deslocamento de pessoas para a região. Ao impor outra cultura, foi levado em conta o saudosismo, que servia como anestésico e conforto ao sofrimento e a violência, para suprir dificuldades no novo espaço. Os estudos são altamente engenhosos para identificar e interferir nos novos ocupantes dos espaços organizados através do Estado e do capital no seu conjunto de interesses articulados.

O plano foi perfeito, já que conseguiu unir na tática da negação por meio dos meios de comunicações, bem como amenizar o sofrimento reavivando os Centros de Tradição Gaúcha - CTG, aos padrões do estado do Rio Grande do Sul, exigindo dos seus frequentadores, até mesmo o uso de vestimentas típicas. Ocorrem ainda as tradicionais

⁴ WALLERSTEIN, I. **A reestruturação capitalista e o sistema-mundo**. Trad. Ricardo Aníbal Rosenbusch. Petrópolis: Vozes, 2000.

brincadeiras típicas, como a do chope, ao estilo da Ocktoberfest, realizada na cidade de Blumenau, em Santa Catarina e na Alemanha, entre outras festas que representam cada região do Brasil⁵.

A criação do mito exerce inegável influência sobre a mente dos homens, das mulheres e das crianças, que se empenham em compreender a realidade social alterada, tanto aos que chegam, quanto aos que já habitam a terra. A construção do imaginário dessas pessoas e o projeto elaborado pelas dinâmicas do modelo globalizado atuam fortemente no espaço de expansão, ignorando a cultural do povo já existente na região. O negar é o meio de impor o diferente aos moldes dos interesses para atingir os resultados da dominação.

Nesta perspectiva, a fantasia congrega um conjunto de hipóteses que não podem ser testadas⁶. Na verdade, a fabricação do consenso é a forma ideal para condicionar as pessoas e a forma certa para produzir a bestialização do ser humano com a finalidade de criar padrões dentro dos interesses dos grupos organizados, que objetivam a acumulação à custa do trabalho alheio⁷. O estancamento das possibilidades é parte primordial da dominação e depois esse exercício vem acompanhado de métodos violentos na forma de dominar, e impor as ações ao humano e ao meio ambiente local.

Para o capital, o desafio é entrar no seio da sociedade e na sua intimidade para entender o que essas pessoas pensam, com o objetivo de devastar o projeto cultural local ou os ensinamentos das tradições passadas pelos conhecimentos populares. Ao destruir os existentes, impõem novas culturas construídas ao modo de sua lógica, com o intento de ramificar a dominação. Esse fruto enigmático é necessário para torná-las objeto e ao mesmo tempo fazer os indivíduos se sentirem importantes, embora na realidade sejam usados e submetidos à lógica do mundo globalizado, que tem no comando o modelo capitalista.

⁵ PICOLI, F. **Amazônia e o capital – uma abordagem do pensamento hegemônico e do alargamento da fronteira**. Sinop: Editora Fiorelo, 2005.

⁶ FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

⁷ PICOLI, F. **Amazônia: do mel ao sangue – os extremos da expansão capitalista**. 2. ed. Sinop: Editora Fiorelo, 2004.

Ao ser analisado o processo de colonização da Amazônia brasileira, e fazendo análise da Colonização de Sinop, no estado de Mato Grosso, podemos perceber o poder das comunicações, que foi usada no intento de seduzir o migrante. Em Sinop, textos escritos e falados faziam alusão ao progresso, prosperidade, trabalho e união eram repetidos continuamente marcando profundamente no pensamento da população, o sentido de estarem atrelados para conseguirem vencer no novo espaço⁸. O que leva mencionar Sinop no estado matogrossense e não outra cidade? Poderia se falar de qualquer cidade planejada nesse período, porém esta opção foi por conhecer mais e ter convivido nela. O que aconteceu e acontece nessa cidade foi de regra em toda a região de espaço de alongamento dessa fronteira de expansão.

No processo de igual intervenção regional, chegar à mitificação das pessoas, através do fantasioso, ou do imaginário produzido, utilizando a fábula como elemento de sujeição, era o propósito e o fim almejado pelas elites dominantes, representadas pelo Estado e o capital em conjunto e todas as relações de dominação do capital. Todo esse aparato foi colocado a serviço da lógica organizada, no intento de seduzir mais pessoas a migrarem ao novo espaço e também convencer os que ali já estavam.

O poder das comunicações é extraordinário no processo de convencimento e fortalecimento das ideias, assim mirando os olhares de diversas direções para chegar a um ponto único, persuadindo indivíduos que ficarão a serviço de uma causa. Através das comunicações é possível consolidar estratégias que perpetuam durante longos períodos, podendo camuflar uma realidade e criando outras, as quais poderiam muito bem permanecer no mundo da imaginação⁹.

⁸ SOUZA, E. A. **Sinop**: história, imagens e relatos. Um estudo sobre a colonização de Sinop. (mimeo) Cuiabá: UFMT, 2001. O estudo do professor Souza aborda o processo de colonização de Sinop, no estado de Mato Grosso. Para entender como de fato aconteceu esse projeto que foi instaurado no auge da ditadura do país, sendo hoje uma importante contribuição. A pesquisa foi transformada em livro e também é um entendimento aos que querem compreender o processo de colonização das empresas de especulação imobiliária.

⁹ SABINO, M. P. **A comunicação como elemento de persuasão para atrair pessoas ao norte de Mato Grosso, no caso Sinop**. (mínio). UNEMAT, 2006.

Os detentores do poder, por meio do Estado e do capital, o primeiro delega a função ao Colonizador que é legítimo representante do modelo em pauta, para orientar a distribuição das terras em seu nome, mesmo que para organizar os espaços usem de extrema violência com as classes populares, além, muitas vezes, do suposto envolvimento com o crime organizado. Ao organizar os espaços, além de preservar as dinâmicas do protótipo em pauta, utiliza uma forma autêntica de organizar uma configuração de comunicação, que leve em conta a fabricação da concordância das táticas da ditadura, que por necessidade sistêmica naquele momento estava nas mãos dos militares.

Nesse sentido, sabe-se que as comunicações têm o poder de formar, informar, desinformar, construir ou desconstruir imagens e realidades. Não é de se estranhar que o Grupo Sinop de Colonização, o principal interessado neste projeto capitalista local, e que as classes políticas usem de todas as táticas e mecanismos das comunicações para tirar proveitos próprios. Por outro lado, era necessário para o plano dar certo mostrar uma realidade que não existe no município, burlando os dados e fatos reais através dos mecanismos construídos pela linguagem persuasiva¹⁰.

Sem exageros nas palavras, mas organizando a vida de maneira irreal, para ser direto com o uso da mentira, é possível convencer e reproduzir imagens que não existem. Além de manter o domínio capitalista nessa análise de caso e sendo investida aos moldes dos poderes, assim podemos organizar a dominação política conjuntamente com a dominação das massas. Esse é o grande motivador das táticas organizacionais das elites em ação, visto que a manutenção do plano de asfixia da ditadura tinha relações e elos claros através do conjunto das afinidades, entretanto um ator não vive sem o outro.

Assim, organizar o conjunto não era um favor a alguém, mas uma necessidade de conseguir manter vigilante o aparelhamento do modelo mundial, contudo transportado para a periferia subdesenvolvida do capital. Esse fato fica bem refletido no processo de ocupação da Amazônia Legal brasileira para deixar claro ao leitor a importância que o

¹⁰ SABINO, M. P. **A comunicação como elemento de persuasão para atrair pessoas ao norte de Mato Grosso, no caso Sinop.** (mínio). UNEMAT, 2006.

projeto de expansão dedicava a maior tenacidade através do processo comunicativo. Esse é o meio de manter a ordem, de impor regras, de desenvolver e transmitir pensamentos, bem como de destruir ideias que não vinham ao encontro do projeto ali instalado, principalmente as dos movimentos sociais. Porém, continuam hoje com as mesmas táticas e os mesmos empenhos na dominação coletiva.

O arquitetado projeto une forças distintas e impõem à sociedade os meios e condicionantes para a construção social, visto sobre a ótica dos entendimentos repassados ao público. Os ensinamentos produzidos e elaborados vêm carregados de ideologias dominantes em todas as frentes das difusões das ideias. É importante identificar que os meios de comunicação dispõem de mecanismos de persuasão tão fortes que constroem poderes através da opinião pública, fazendo com que a grande maioria das pessoas pense que o que é repassado constitui-se em única versão possível e verdadeira. O processo se completa quando também são levados pela impotência os que conseguem visualizar algo diferenciado do que foi imposto e articulado.

Nesse sentido, é importante mostrar exemplos do falso real para confundir a opinião pública, expondo fatos invejáveis de pessoas que venceram na região, como se aqui fosse realmente o “el dourado” do Brasil. A demonstração de poder de uma cidade onde “um cachorro come bagas de uvas e que o seu proprietário virou empresário de porte que se dá ao luxo de passar parte de algumas manhãs no jardim de sua mansão”, com certeza é o lugar certo para se viver¹¹. O poder das representações, que se articula com as comunicações, é determinante em qualquer sociedade, porém no processo migratório da fronteira extrativa e agrícola, era necessário construir o imaginário de sucesso e de conquista.

Quem detém os meios de difusão das ideias é capaz de incutir pensamentos e ideologias com intenções que especificam em proveito próprio ou de grupos aos quais representa¹². Esse o grande argumento dos poderes da reprodução do capital e humana através da colo-

¹¹ SABINO, M. P. **A comunicação como elemento de persuasão para atrair pessoas ao norte de Mato Grosso, no caso Sinop.** (mínio). UNEMAT, 2006.

¹² SABINO, M. P. **A comunicação como elemento de persuasão para atrair pessoas ao norte de Mato Grosso, no caso Sinop.** (mínio). UNEMAT, 2006.

nização. A organização se torna a representação máxima nos locais de alongamento da nova fronteira do extrativismo e da agropecuária. Esse fato fica mais contundente nas primeiras fases da construção das cidades, que se apresentam como centros articuladores do capital na região, porém com ramificações universais.

Essa central que unifica decisões tem poderes agregados, mas nem sempre realizados com consciência do seu papel desempenhado. É ao reproduzir as táticas de um pensamento único e estratificado das decisões conjuntas que se manifestam em formato de domínio arquitetado e nem todos têm noção exata do papel que desempenham no domínio das massas. Os trabalhadores são vítimas do aparelho que domina e estabelece regras de dominação e de obediência, bem como a dependência dos poderes constituídos locais¹³.

Essas ideias vêm agregadas com poder pedagógico para repassar com sucesso o que contém na estratificação da ideologia transportada, porém com afinidades próprias do momento e do espaço da ação e o local geográfico que acontece. Os mecanismos de comunicação, que se apresentam totalmente servis ao sistema dominante, fazem o papel de cães de guarda para preservar os interesses das minorias, tendo que agir com ações que venham dividir as classes, a fim de deixá-las dependentes e organizadas ao modo subserviente, na relação produção trabalho.

Quando identifico que o Estado é o defensor do capital, não estou levando em conta se esse é representado por ditaduras, ou por meio de processos democráticos, pois isso nada muda. A última ditadura brasileira de 1964 até 1985, com 21 anos de duração, foi necessária para manter a ordem do modelo imposto ao mundo. A intervenção e a ação de controle aconteceram porque os poderes corriam perigo através dos estadunidenses. A máxima representação do capital na época do auge da Guerra Fria estava perdendo o poder dominante e tinha de ocorrer ações mais contundentes através das ditaduras. Contudo, com o final dos 21 anos da tirania imposta, passamos a conviver democraticamente, visto que os eminentes perigos da Guerra Fria não mais se faziam sentir.

¹³ MARINI, R. M. **Dialética da dependência**. Trad. Emir Sader. Petrópolis: Vozes, 2000.

No caso brasileiro, bem como de toda a América Latina, os militares quando impõem o poder forçado, foram usados em nome da preservação do modelo dominante mundial. Nessa mesma linha a história nos remete as rupturas dos regimes, porém nesse comparativo o primeiro mundo também foi vitimado dessa mesma fúria das ditaduras, assim como o Brasil¹⁴. Quando os países adentram no processo democrático, esses atores se tornam sem importância, ou insignificantes como sempre foram por pertencerem também ao coletivo das massas.

Entretanto, as forças militares constituem-se em armas nas mãos dos governantes na função de manter a ordem do capital, visto que continuam formando profissionais truculentos e sem nenhum preparo pedagógico para lidar com a população. Hoje são forças vigilantes que se resguardam no silêncio e preservam sua real função, mas as vigilâncias estratégicas os matem com a mesma fúria e a brutalidade própria da sua formação, para manterem as ordens impostas pelas elites. Fazem o papel de meio cauteloso do capital e se necessário entram em ação com toda a brutalidade contra aos movimentos sociais e a classe trabalhadora.

Embora em algumas oportunidades se apresentem através das forças pacificadoras, comunitárias e agentes da paz, que no fundo nada disso existe, é uma forma de integração social para futuras ações contra as massas. A estratégia é tática para ter o aparelho pronto e preparado para as ações de combate, porém em nome da preservação do modelo. Essa tática foi de regra no passado com as forças repressivas e continua hoje em momento de vivência dita democrática. São apresentações de tempos diferentes e de necessidades também diferenciadas, mas a razão de existir continua a mesma.

O papel desempenhado foi apenas para servir de meio no desígnio de organizar a sociedade ao modo das dinâmicas mundiais. Nessa interpretação, para provar que a asfixia aos demais pensamentos deu certo, que no final dos anos 80 e no início dos anos 90 do último século acontece a queda do Muro de Berlim, bem como e a desintegração da União Soviética. Ao caírem os símbolos máximos da resistência, em nada muda a população mundial, visto que as estratégias passaram a

¹⁴ SOUSA, F. P. **Política de memória histórica**. Um estudo de sociologia histórica comparada. Florianópolis: Em Debate, 2011.

fluir ao modelo dominador com outras táticas, mantendo-se preservadas as relações produção e trabalho.

Hoje não são necessárias ações repressivas para garantir o percurso da humanidade, agora por meio do processo democrático em pauta, e as dinâmicas continuam no transcurso do mesmo sistema de ideias e com o mesmo projeto e metas historicamente elaboradas pelo capital. Enquanto os exércitos dormem acordados, a população é refém da tão propagada democracia que nunca chega, mas pode vir mesmo que seja em sonhos e essa é a esperança do povo.

Com esse fato, torna-se evidente a não necessidade de manter militares no comando do poder central. Agora servem apenas de meio para manter a ordem e o transcurso da prática das ideias, com domínio hegemônico pelo casamento entre o Estado e o capital ser permanente e indissolúvel. Os militares em momentos de processo democrático em curso, o seu valor é observado na condição de mantenedores da ordem do modelo e conduzem olhares ao transcurso da sociedade no dia-a-dia, mas no momento se reduzem a pouca significância.

Eles fazem o papel de meio e não de fim. É possível sentir a desqualificação das forças armadas de forma geral, que já não são mais úteis como antes, já que eles não foram preparados pedagogicamente para o processo democrático, sabendo agir somente com a força truculenta e de embate, como foi observado. A menos que essas forças tenham novas formas de recrutamento e seleção, bem como novas formas didáticas que levem a novos objetivos, do contrário não têm função além da truculência e da brutalidade.

Bem ponderado dentro de suas dinâmicas, o capital suga e extrai o que lhe interessa. Em uma analogia seria como se chupasse a laranja doce que mata a fome e posteriormente joga fora o bagaço que já não serve para nada. Usa por interesse enquanto tem necessidade, depois desqualifica e desconsidera. Isso é de regra em todas as relações, sejam elas por meio da relação produção trabalho, no uso de forças e de todas as instâncias do Estado e demais atos importantes de épocas. Os poderes constituídos por meio da política são para organizar a sociedade capitalista em todos os sentidos, fortalecendo os grupos dominantes.

Eu continuo dialogando na essência dominante, para poder dar evasão e entendimento das ramificações que integra o todo. Através desse prisma, vamos continuar no âmago das concessões dos meios de comunicação. Ao verificar o conteúdo da Constituição Brasileira, que sofre transformações com o tempo e as necessidades do projeto globalizado, fica clarificado o empenho em manter a dominação. Nos Artigos 220 a 224 da Carta Magna¹⁵, que versam sobre as difusões, é inequívoco que cada linha é construída pelos poderes representativos do capital e serve para manter a dominação.

São as representações democráticas, ou não, um exercício dos poderes com planos de ação amplamente definidos e possessivos. Esse domínio não deixa as classes submissas usarem o poder decisório, pois o arquiteto dominador impossibilita para não perder o meio de dominar. Ao não possibilitar as concessões universalmente, aplicam estudos para saber a qual grupo ou região será dado este poder, com o intuito de manter o domínio e a organização das ideias.

Nessa lógica, o mundo não é um espelho de reflexos únicos. As regiões do Brasil não podem ser vistas com um único desenho reprodutivo e estático. Elas têm diferentes concepções e costumes para serem construídos, porém ao interesse das elites dominantes daquele espaço, para dar hegemonia ao modelo capitalista por meio das comunicações. Ao trabalhar com diferentes opções e posições, em meio a desiguais interesses geográficos, também se juntam as diferentes relações locais, que se constituem na prática a aplicação das atuações proferidas.

Dessa maneira, ao verificar os conteúdos dos artigos da Constituição do Brasil, eles nos remetem ao plano local de preservação dos mecanismos de informação. A linguagem tem o poder de utilizar os discursos políticos nos discursos publicitários e uma gama de estratégias que decorrem do carregamento de fetiche. Eles reiteram sempre a um discurso voltado para a prosperidade, construindo um mito e manipulando os fatos através de uma realidade fictícia¹⁶.

¹⁵ CONSTITUIÇÃO. **República federativa do Brasil 1988**. Brasília: Ministério da Educação, 1988.

¹⁶ SABINO, M. P. **A comunicação como elemento de persuasão para**

Os meios de comunicação são de propriedade do Estado que, por conveniência, delega as concessões aos fiéis representantes regionais. Os representantes dos meios de comunicação são na maioria das vezes os representantes políticos, esses distribuídos em cada espaço de atuação e usam um recurso do Estado como propriedade e para sua promoção pessoal ou grupal. As velhas oligarquias do poder local entram em cena e não é difícil de identificar, por exemplo, no Estado de Mato Grosso, a oligarquia Campos; no Maranhão, a de Sarney; na Bahia, dos Magalhães; no Rio de Janeiro, o Grupo Marinho; e assim por diante.

Esses grupos decidem eleições, promovem familiares no cenário político nacional e local, através das influências e dos poderes das comunicações, porém dentro das táticas organizadas e por meio da manipulação das massas. A ponta da lança para conseguir esse intento com sucesso são as difusões, por meio das concessões estatais. É importante observar as dinâmicas do arquitetado modelo da colonização de especulação imobiliária através da Colonizadora Sinop, por meio de suas representações legais.

Na época, o colonizador Enio Pepino valorizou a criação das comunicações para o atrelamento entre táticas e respostas junto à sociedade. Amigo pessoal do então presidente da República, o general e ditador João Batista Figueiredo, Pepino acompanhava as comitivas governamentais, recebendo em Sinop a visita presidencial em março de 1980¹⁷. Esse caso uso como exemplo, pelo fato de ser de regra e não de exceção em toda a região amazônica as táticas de organização dos espaços, por meio da manipulação social das massas e com uso do aparelho do Estado, bem como de suas instâncias e de todo o aparato disponível para manter as dinâmicas do capital. Assim, fazia um marketing positivo sobre o seu empreendimento, para conseguir mais negócios em suas terras e na consolidação da cidade com venda de terrenos.

O objetivo era também demonstrar poder e força local, bem co-

atrair pessoas ao norte de Mato Grosso, no caso Sinop. (mínio). Sinop: UNEMAT, 2006.

¹⁷ PICOLI, F. **O capital e a devastação da Amazônia.** São Paulo: Expressão Popular, 2006. SOUZA, E. A. **Sinop: história, imagens e relatos.** Um estudo sobre a colonização de Sinop. (mimeo) Cuiabá: UFMT, 2001.

mo aos que viessem migrar ao novo espaço, fazendo com que eles se sentissem com a sensação de segurança e protegidos pelos poderes e pelo próprio Estado. Todo esse empenho era para dar visibilidade e credibilidade ao projeto sinopense em ação na região. Com a visita presidencial facilitou-se a estrutura para a nova cidade com energia elétrica, bancos, usina de álcool, serviços telefônicos, rádio e TV¹⁸. O Estado passou a financiar com mais afinco as novas necessidades com o dinheiro público que foi direcionado ao empreendimento.

O fortalecimento de todas as estruturas e as prioridades das comunicações embutiam as estratégias dos grupos representativos da ditadura. O alvo precioso da investida era a manipulação das ideias e pensamentos e a mira era para os recém chegados no novo espaço de expansão. O plano estratégico tinha noções claras do que queria e aonde devia chegar para atingir os objetivos das elites, bem como assegurar aos proletários o seu lugar na formação da força de trabalho. Esse aparato era montado e colocado à disposição para o período da ditadura e com visões futuristas, de olho no processo democrático com novas estratégias nas ações, para direcionar duelos na permanência do poder local.

Todas as concessões oferecidas no período da ditadura, como agrados econômicos por meio das comunicações, era para manter a ordem do padrão em pauta, que se identificava com o capital em dilatação. Com essa dinâmica, as comunicações brasileiras, em torno de 80% se encontram em mãos de sete famílias privilegiadas por meio do atrelamento econômico e político, porém a serviço da lógica do plano do capitalismo articulado¹⁹. Assim é possível de verificar e analisar a dimensão do papel desempenhado por esses promotores da identidade do aparelho sistêmico.

A mensuração do poder de ataque aos contrários das ideias impostas e dos poderes constituídos locais são um imperativo sem igual. Essas representações, no caso amazônico, ficam claras por meio do poder das

¹⁸ SCHAEFER, J. R. **As migrações rurais e implicações pastorais**. São Paulo: Loyola, 1985.

¹⁹ GUARESCHI, P. Relações comunitárias, Relações de dominação. In: CAMPOS, Regina Helena de Freitas (org.). **Psicologia Social Comunitária: da solidariedade à autonomia**. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

colonizadoras, dos grupos políticos, dos grupos que coordenam a economia regional. Nesse espaço é de regra que esses atores sociais fiquem atrelados uns aos outros por meio da junção das forças, porém quando necessário da manutenção da ordem ideológica, eles se aproximam ainda mais para construir o consenso das ideias estratificadas.

O colonizador, que é o mais poderoso em termos de capacidade articuladora, dita as normas, porém contribui para criar os ditos coronéis, ou chefes da organização local, que dão prosseguimento à estratégia no decorrer do avanço estratégico do projeto local, bem como ao passar dos tempos. Com o término do ciclo de poder de liderança do colonizador e seus mandatários, não se altera o prosseguimento das dinâmicas, ficando mantidas e preservadas, visto o alto grau de adaptação e a não resistência as mudanças. Contudo, é para prosseguir o ciclo de inovações criadas pelo próprio arquétipo, que tem por objetivo inovar e criar novos protótipos para terem argumentos e ferramentas na condução do processo organizacional em pauta.

Todo esse aparato montado vem agregado com objetivos claros: reproduzir o modelo capitalista e despistar revoltos e descontentes, mostrando de forma medíocre que busca algo diferente ao desenhado e de consenso das elites. Os primeiros a serem expelidos são os que procuram colocação na terra. Nesse agrupamento estão os sem terra, os sem teto, os sem oportunidades, os sem remédios, os sem saúde, os sem educação, os sem segurança e assim vai um leque de despossuídos e marginalizados, que foram produzidos pelo próprio sistema reprodutivo. O sistema não cria as oportunidades e para manter as relações de produção/trabalho/mercadoria, o criador capitalista e explorador tem medo e vergonha de sua própria criação hoje, passando a ter medo do próprio homem²⁰.

Nessa investida, a sanha desvairada do capital coloca suas garras à vista de todos para defender o direito de ser possuidor dos meios de produção, restando aos demais a capacidade física para alavancar essa produção de mercadorias, por meio de sua força física de trabalho. É uma

²⁰ MENEGAT, M. **O olho da barbárie**. São Paulo: Expressão Popular, 2006. MÉSZÁROS, I. **O século XXI – socialismo ou barbárie?** Trad. Paulo César Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2003.

relação de exploração e não de proteção, visto ter uma leva de trabalhadores na fila para serem submetidos às torturas da concentração, sem oferecer as mesmas oportunidades para ascender na sociedade elitizada.

Em todas as cidades da região amazônica foram criadas levas de marginalizados que flutuam ao longo do processo de alongamento dessa fronteira de acumulação e principalmente nos entornos das cidades fabricadas²¹. Hoje esses não encontram colocação nem mesmo no mercado de exploração capitalista, visto que as primeiras fases dos projetos implantados já aconteceram, sendo preciso, nesta etapa, menos trabalhadores e mais qualificação. Isso possibilita uma identificação da pobreza produzida pelo capital na região.

Com o fim das possibilidades de flutuações da classe trabalhadora, que é detentora da força física do trabalho, os poderes dominantes passam a se comportar nas cidades planejadas pelo capital. Anteriormente podiam sair do processo de colocação das indústrias de transformação de madeiras, para ocupar postos na agropecuária, no extrativismo mineral e muitas colocações nas mais variadas ocupações nas cidades projetadas. Ao criar um exército industrial de reserva no espaço, a relação passa a piorar entre as classes e o tratamento histórico de rejeição fica mais aflorado. Os promotores da organização do plano de alongamento da nova fronteira agrícola e pecuarista de hoje, que se apresentam altamente possuidores de tecnologias, desprezam os trabalhadores desqualificados²².

Neste novo cenário não é mais possível emprego para todos, levando os trabalhadores a viverem à margem da sociedade. Muitos, não tendo como sobreviver, voltaram às suas cidades de origem da mesma forma que vieram: uns apenas pobres e outros miseráveis. Os pobres voltam envergonhados por não terem ascendido socialmente, por terem fracassado enquanto trabalhadores que lutaram e sonhavam com

²¹ CHOSSUDOVSKEY, M. **A globalização da pobreza**. Impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial. Trad. Marylene Pinto Michael. São Paulo: Moderna, 1999.

²² PICOLI, F. **Amazônia pegadas na floresta** – uma abordagem da superexploração da força de trabalho. 2. ed. Florianópolis: Editora em Debate, 2011.

uma vida melhor. Por outro lado, são expurgados dos locais de fatura de terras, com uma natureza sem igual e a possibilidade da conquista do leite e mel é negada aos trabalhadores que não conseguem ser proprietários dos meios de produção.

Outros, os miseráveis, perderam-se no tempo transformando-se em alcoólatras, dormindo nas ruas e praças das cidades até serem transportados, como um objeto, para outras cidades para se livrarem desse ser humano não mais desejado, escondendo a realidade de que o processo gerou grupos de despossuídos. Para desqualificar as massas, bem como para não dar ênfase ao tratamento violento com os trabalhadores é pertinente que sejam contadas as histórias das pessoas que conseguiram êxito, porém se negue a história dos que pereceram através da luta pela terra e os espaços no movimento amazônico.

As elites investem contra os movimentos sociais, combatendo as ideias do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST e outros movimentos que não venham ao encontro do modelo capitalista que mantém atrelamentos com os meios de comunicação em todas as etapas, travando verdadeiras guerras contra esses movimentos de base para proteger o sistema dominante. O empenho é sem igual pela opção inovadora do projeto das classes sociais, sendo colocada toda a força da mídia para deturpar ações e desqualificar reivindicações dessa organização social. Sob o comando das forças do poder, os veículos de comunicação mostram apenas o que interessa ao capital, colocando os trabalhadores como invasores, desocupados, preguiçosos, fora da lei, dentre outros qualificativos.

O objetivo é fazer com que a população se volte contra esses trabalhadores, mostrando exemplos de pessoas com carros nos acampamentos e que estão ali como aproveitadores. A mídia esconde a verdade, já que trabalha a serviço do poder, não mostrando, por exemplo, as condições subumanas das pessoas e das crianças que ocupam aquele espaço.

Não é de interesse dos grupos dominantes mostrar a miséria existente, bem como dar atributos a quem busca ser dono dos meios de produção, no caso a busca da terra. A intenção é fazer com que todos se voltem contra os movimentos sociais que buscam a sobrevivência

na terra, desqualificando os trabalhadores que têm suas vozes ocultadas, tendo em vista que os meios de comunicação estão nas mãos daqueles que representam o poderio político e econômico do país em cada estado da nação.

Observem que mais uma vez entra o aparelho das comunicações, pois ao calar, ao desmerecer e ao desmobilizar as interferências que buscavam a inclusão por meio da terra, também são colocadas as vozes do capital como únicas e verdadeiras. As forças organizadas ao sentirem seu projeto maior em perigo, bem como seu domínio geográfico e humano ameaçado desenvolvem mecanismos de desarticulação e convencimento do coletivo. Nesse ínterim entram em ação os planos de desqualificar os descontentes com o que o capital projetou, mas a tarefa passa ser dos meios de comunicação²³.

Ao identificar e eleger os movimentos reivindicatórios que não estejam submetidos às ordens da separação das classes, bem como submissos e obedientes, esses são levados à mídia por meio da construção de consenso, fazendo valer as ideias de interesse do capital. Por outro lado, desconstroem todo um projeto das classes que reivindicam posições e seus espaços. Para isso acontecer, o capital altamente organizado, coloca a seu favor toda a estrutura financeira e o monopólio das informações, usando a legislação para adequar-se aos seus interesses, tendo ainda muitas vezes ao seu favor a própria justiça.

Aliado a todo esse aparato montado pelas oligarquias, ainda tem a parte das igrejas que em nada contribuem para visualizar o diferente. O seu atrelamento por meio da convivência faz parte do pacote lançado na dominação e no controle da população. Mesmo com toda a opressão e perseguição sofridas e sem alternativas, os movimentos sociais tentam sobreviver, não aceitando a submissão e obediência do capital. O MST, que é um dos maiores movimentos sociais do mundo, reage e se mantém firme em seu propósito inovador de conquista de espaço para todos e não somente para uma minoria.

É por isso que o movimento perturba tanto a ordem regional amazônica e do Brasil como um todo, visto que a tentativa em ação é

²³ PICOLI, F. **Amazônia e o capital** – uma abordagem do pensamento hegemônico e do alargamento da fronteira. Sinop: Editora Fiorelo, 2005.

possibilitar que os trabalhadores sejam donos dos meios de produção. Assim, aceitar esse fato indica a contradição do capital no empenho de manter as classes dentro dos propósitos. As elites sendo proprietárias do processo produtivo e a força de trabalho dominada e mantida no cativeiro da produção de mercadorias por meio da força física²⁴.

O temido movimento em busca da democratização do acesso à terra nos limites do Mato Grosso ou fora dele no restante do país passa a representar a ponta da lança para desencadear um processo de desconcentração da propriedade agrária²⁵. Diante dos fatos atuais isso é possível? Esta é uma questão que deve ser estudada e levada em consideração, visto ser uma das saídas dos proletários, para serem donos dos meios de produção, tendo para isso que contrariar a ordem do modelo imposto. Os dados da última eleição de 2010 apresentam avanços no controle da terra e na distribuição dos recursos do Estado, visto a nova configuração dos poderes em algumas regiões, por meio das representações das bancadas dos Deputados Federais, que são os legítimos representantes do agronegócio e das monoculturas de mercado.

Os Deputados Federais e os Senadores, eleitos pelas massas de trabalhadores induzidos pela burguesia por meio do dinheiro e de pequenos favores, são representantes do capitalismo, já que eles fazem parte deste grupo, o que motiva o atrelamento e o suporte na sustentação do casamento entre o estado e o capital. Os assuntos ligados à política serão amplamente tratados nas próximas páginas desse livro, mas é bom lembrar-se desse atrelamento em todas as pontas de intervenção conjunta dos poderes.

A verdadeira burguesia entra em cena sempre que necessário. Dinamita e incendeia e se sente proprietária do aparelho concentrador, como na verdade é. Porém, busca atrelamento com a classe média e até colocar os marginalizados e despossuídos uns contra os outros estrategicamente. A mídia brasileira se coloca contra os movimentos sociais que reivindicam espaços, não sendo isso interessante para o arquétipo

²⁴ ROSDOLSKY, R. **Gênese e estrutura de O capital de Karl Marx**. Trad. César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

²⁵ PICOLI, F. **Amazônia e o capital** – uma abordagem do pensamento hegemônico e do alargamento da fronteira. Sinop: Editora Fiorelo, 2005.

sistêmico. Os movimentos, querendo o capital ou não, são um afronta ao próprio capital e perturbam os projetos do modelo em pauta²⁶.

Os aparelhos comunicativos, em mãos dos detentores do poder local, seguem orientações universais e nacionais, que mostram como agir em defesa dos interesses que preservam o aparelho reprodutivo em cada posição geográfica. As produções locais que chegam ao cotidiano nas casas são as mais absurdas, são na maioria das vezes programas de rádio e de televisão produzidos no intento de bestializar os cidadãos e as cidadãs que assistem ou escutam as asneiras transmitidas.

A programação dos meios de comunicação começa e termina com desgraças e tragédias e vem carregada de muitos preconceitos e cenas vergonhosas. O derramamento de sangue dá um qualificativo a mais na notícia, sendo a doença e a morte banalizadas em pleno horário nobre. Os assuntos ligados a questões culturais e de instrução das famílias e que contribuem com possibilidades na busca de saída aos engessados pelo aparelho dominador, são poucos e, quando acontecem, são em horários de pouca audiência.

Nada é por acaso. Tudo é bem planejado para ludibriar a população de forma escancarada, sem vergonha de infligir a ética e os bons costumes. O dinheiro silencia os homens, as mulheres e as suas descendências, porém, para isso acontecer, faz-se necessário primeiro colocar suas marcas, suas modelagens e romper com os princípios de solidariedade e distribuição de renda. Por outro lado, organizam os pensamentos por meio da concentração para poucos e reproduzem a dependência para dar prosseguimento à produção da riqueza, concentrando mais bens nas mãos das elites protagonistas da fortuna.

O que acontecia no passado na Amazônia em termos de comunicação continua até os dias atuais. Os grupos políticos monopolizam suas estratégias e coordenam os espaços com concessões voltadas aos próprios interesses, manipulando a população em disputas políticas internamente em busca do poder local, visto que os meios de comunicação locais são na maioria das vezes de políticos, que usam esse bem

²⁶ MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. Trad. José Carlos Bruni e Marcos Aurélio Nogueira. 11 ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

para se promover em suas regiões²⁷. No entanto, sempre que necessário se juntam para garantir o conjunto das elites na defesa do modelo capitalista. O padrão não pode ser perdido de vista, pois a estrutura não pode ficar abalada em qualquer situação.

Com essa atitude garantida, o poder que exerce domínio e envolve as pessoas, se deleita ao rasgar as roupas dos servos para colocar outras. São vestimentas de forças que engessam o corpo e oprimem a alma. Ao mesmo tempo, imobilizam na política, na economia, na cultura e na vida social, passam a desenvolver o sentimento de “serem importantes” para ser servil e obediente, e na fase final os indivíduos entram num processo complexo de dominação²⁸.

O opressor é o aparelho comunicador porque nele está vestida a dominação generalizada, sendo os reflexos de tudo o que ocorre na sociedade, mas de maneira refinada para polinizar a sociedade por meio das estratégias altamente estudadas. Além disso, muitos programas, na maioria das vezes sem qualidade, são realizados por pessoas sem o mínimo de qualificação profissional, agravando ainda mais a situação.

A falta de ética fica explícita quando o foco é um trabalhador em relação aos grupos mantenedores do arcabouço da reprodução das classes. O tratamento não é o mesmo, ficando o proletariado sem vez e sem voz. De fato não há democracia, o que existe é uma ditadura velada dentro dos interesses em manter o silêncio do coletivo.

Depois de todos esses argumentos, existem as lutas internas dentro dos próprios meios de comunicação, que provêm de grupos rivais que detêm os comandos na política regional, na economia e nas religiões, podendo entrar em conflitos por interesses vinculados ao domínio e ao poder. Essas atitudes devem ser entendidas como posições momentâneas das forças em busca dos comandos no ato de dominação do dia a dia. O grande projeto em qualquer circunstância é o do conjunto do capital articulado, que deve ficar preservado em qualquer situação.

Há ainda por outro lado, o arco das alianças organizadas para des-

²⁷ PICOLI, F. **O capital e a devastação da Amazônia**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

²⁸ PICOLI, F. **Amazônia e o capital** – uma abordagem do pensamento hegemônico e do alargamento da fronteira. Sinop: Editora Fiorelo, 2005.

qualificar e desmerecer o conjunto da sociedade e garantir as benesses adicionais aos promotores dos poderes constituídos. Os políticos, que representam as forças econômicas de sustentação do modelo dominador, estrategicamente não toleram possíveis indícios de contrários ao projeto estabelecido. O MST, por representar perigo à burguesia, é motivo de atenção e cuidados em todos os sentidos, pior quando vindos dos meios de comunicação por serem de propriedade dos capitalistas, que historicamente defendem as elites dominantes, por fazerem parte dela.

Os motivadores da ira contra os movimentos sociais que se opõem ao estabelecido são identificados em dar possibilidades à classe trabalhadora. Esses movimentos constituídos e estabelecidos perturbam as táticas maquiavélicas da concentração da terra, que se processa em franco desenvolvimento no país, principalmente na região amazônica, onde o crime organizado instituiu a posse de boa parte da terra e a legalização de parte desse chão, com objetivo de repassar as áreas a terceiros de forma legal ou também irregular²⁹.

A região convive com sérios problemas fundiários, com uma desordem generalizada produzida na ação de colonização através da grilagem de terras, expropriação de posseiros e de indígenas de seu chão. Esses ditos “novos donos da Amazônia”, que agem de forma truculenta, sem dó nem piedade na opressão e perseguição aos trabalhadores, dispõem de um grande aparato violento montado com o objetivo de legalizar o que é irregular no processo de distribuição das terras³⁰.

Essa estrutura é realizada pelos próprios representantes do modelo dominador, que tem franco movimento no alongamento da mais nova fronteira do agronegócio das monoculturas do Brasil. Para essa façanha acontecer, o Estado foi conivente com a violência em todas as etapas para ajudar a burguesia a se estabelecer no novo espaço. Além de colocar à sua disposição o aparelho estatal, que estabeleceu regras que favorecem as classes dominantes que sustentam o projeto do capital.

²⁹ MARTINS, J. S. **Expropriação e violência**. A questão política no campo. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1991.

³⁰ SHOUMATOFF, A. **O mundo em chamas**. A devastação da Amazônia e a tragédia de Chico Mendes. Trad. Luiz Fernando Martins Esteves. São Paulo: Best-Seller, 1990.

Muitas vezes o Estado oferece a força policial direcionada para coibir os movimentos que reivindicam a terra, colocando essas forças de cão de guarda dos capitalistas de maneira não identificada pelo plano coletivo³¹. Nesse entendimento, não podemos desvincular os poderes, pois são um emaranhado de possibilidades que vinculam a separação das classes e sustentam a cerca dos poderes estabelecidos e criados para esse fim.

Não podemos perder de vistas que há um casamento entre o Estado e o Capital. Os personagens são os mesmos e podem ser vistos na dominação política, por representantes das multinacionais, do agronegócio, das monoculturas de exportação, tendo em vista que o “pé de boi” e o dos grãos de soja são de interesse do comércio internacional. Por esse motivo tudo gira em torno da opção econômica. A meta é o mercado das exportações dos produtos amazônicos e a manutenção das dinâmicas estabelecidas, porém a cada novo ciclo da investida, novas regras são criadas para dar sequência à lógica e continuar a dominação, mesmo que seja necessário agir com extrema violência contra a força de trabalho e os movimentos sociais.

O que mais desafia são as grandes frentes montadas nesse país através da Câmara dos Deputados e do Senado brasileiro, que defendem e organizam o latifúndio ao seu modo. O que está em pauta são arranjos ardilosos com a finalidade de legalizar o grilo no país. A Amazônia é um ponto de agitação, visto que um número considerável de políticos tem grandes áreas sem titulação e com titulação nesse espaço, assim como os seus comparsas que sustentam o projeto elitizado e financiam a compra do mandato³².

A Amazônia é uma espécie de vácuo político, com uma representação menor de Deputados Federais representando a região, quando comparada com outros espaços menores e bem mais representativos. Quanto ao Senado cada estado tem três representantes e a região congrega nove estados, assim mesmo é um terço das representações do

³¹ SCHAEFER, J. R. **As migrações rurais e implicações pastorais**. São Paulo: Loyola, 1985.

³² PICOLI, F. **Amazônia e o capital** – uma abordagem do pensamento hegemônico e do alargamento da fronteira. Sinop: Editora Fiorelo, 2005.

país, para mais da metade do espaço territorial. Por outro lado, uma leva significativa desses representantes mesmo não residindo na Amazônia tem interesses e terras no local e deve favores aos grupos econômicos multinacionais e nacionais, por financiar campanhas políticas para representar em Brasília. Mesmo que o financiamento das campanhas políticas seja um mecanismo legal no país, se tornou também uma forma de manter os poderes dominados e subservientes, e além de ser em muitas oportunidades não ético e imoral.

Existe a perspectiva através de um grande golpe à nação, com o intento de legalizar o crime efetuado no passado, bem como o que se processa a cada dia na região. Hoje a mídia pouco ou nada fala sobre esses episódios, porém quando mantém os assuntos dessa natureza é com a finalidade de criar condicionantes às elites para justificar as ações criminosas. Na formação dessa base e aparato, a ofensiva contra os movimentos sociais se deve ao perigo de não conseguirem ou terem de adiar por mais tempo a legalização do projeto fundiário no país. Esse fato em pauta é o coroamento do crime organizado, que agiu e age impunemente na região fazendo valer a máxima que o crime compensa³³.

O artifício de alongamento da nova fronteira agrícola na Amazônia é fruto de pensamentos articulados. Fazendo uma análise profunda dos acontecimentos na região, é possível entender o aparato montado para organizar a propriedade privada capitalista e quais ações ao longo da história foram organizadas por meio do crime aparelhado, que é composto por grupos econômicos, grupos políticos que são colocados à disposição das instâncias do Estado que é historicamente comprometido³⁴.

Com esse aplicativo, na região foram estabelecidas e separadas as classes: muitos pobres sem propriedade e sem perspectivas de vida; e poucos ricos querendo manter a qualquer custo a concentração da terra e da renda³⁵. O caso da terra também é usado para agregar va-

³³ MARTINS, E. **Amazônia, a última fronteira**. A saga dos oprimidos/as multinacionais/ a iminência de um deserto. Rio de Janeiro: Codrecri, 1981.

³⁴ IANNI, O. **Ditadura e agricultura**. O desenvolvimento do capitalismo na Amazônia: 1964-1978. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

³⁵ SANTOS, M. **Por uma globalização do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

lor mesmo não sendo utilizada, foi o que aconteceu em muitos casos nos espaços amazônicos. No final, esses atores privilegiados negam a distribuição de terras e das possibilidades aos demais atores sociais, mantendo e reproduzindo as camadas sociais.

O crime organizado atuou impunemente na região no passado e continua deixando suas marcas. Pouco mais de oitenta milhões de hectares de terras na Amazônia legal foram ‘griladas’ nesta década dos anos 70 do último século, mas é provável que muito mais do que isso esteja sendo apossado ilegalmente por particulares no poder³⁶. Por outro lado, segundo o Ministério da Política Fundiária e do Desenvolvimento Agrário, em 2001, fazia a projeção da existência de 93.620.587 hectares de terras no Brasil com esse problema³⁷.

Esses são os frutos da grilagem e com titulação cancelada, porém a Amazônia é a que mais tem irregularidades; no estado do Mato Grosso existem 960 grandes imóveis irregulares, dos 3.065 existentes no país com o mesmo problema³⁸. Em 2012 a situação perdura, porém aos poucos se observa movimentos das elites políticas articulando para regularizar a grilagem, bem como enterrar e ocultar a história do crime³⁹. Em muitos casos serão absolvidos os que comandam a política e a economia e muitos são os detentores das comunicações para dar legitimidade junto à opinião pública⁴⁰.

Esses são dados que não foram criados pelos movimentos sociais, que reivindicavam a posse da terra legalizada junto ao Estado ao longo da trajetória histórica. Eles recebem formas violentas no tratamento para não acessar as áreas e, os que conseguiram a terra, muitos são expropriados das terras. A esses trabalhadores foi negada a possibilidade de serem donos da propriedade sonhada, sendo-lhes colocadas armadilhas e entraves para deixá-los desprotegidos. De forma sagaz,

³⁶ PINTO, L. F. L. **Amazônia: No rastro do saque**. São Paulo: Hucitec, 1980.

³⁷ PICOLI, F. **O capital e a devastação da Amazônia**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

³⁸ PICOLI, F. **A ilusão da terra prometida**. 2. ed. Sinop: Editora Fiorelo, 2005.

³⁹ CPT. Comissão Pastoral da terra, 2012. Disponível em: <<http://www.cptnacional.org.br>>. Acesso em: 15 de maio de 2012.

⁴⁰ PRADO C. J. **A questão agrária**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

o Estado sempre usou os trabalhadores, os que faziam parte da massa, criando assentamentos para não darem certos⁴¹.

O projeto do Estado era e continua sendo bem claro: desqualificar os movimentos sociais, que reivindicavam a terra. Os números acima sobre a grilagem não representam a verdadeira realidade, já que muitas das áreas já estão com a documentação totalmente legalizada por meio do crime organizado, inclusive com ajuda das representações do próprio Estado, que atuam nesse arcabouço engenhoso dentro do conjunto dos interesses estratificados⁴².

O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra foi eleito pela burguesia através da mídia para ser julgado e colocado como o vilão. Ele é qualificado como um movimento de desordeiros, de perturbadores, de descontentes e assim vão os qualificativos com a finalidade de produzir o consenso negativo junto à sociedade. Isso é possível pela concentração da mídia em mãos dos representantes do poder capitalista através da concentração da terra e da renda no país.

Por outro lado, através da concentração das terras, também se processa uma contra reforma agrária no país, bem como a migração do campo para as cidades. De todas as formas, os movimentos sociais aborrecem os detentores do poder por colocarem em cheque o modelo em pauta, por serem os legítimos que lutam pelos oprimidos em busca de direitos e cidadania. Por isso, essa ira desvairada contra os trabalhadores que buscam os seus direitos de ocupação da terra. Os poderes econômicos, aliados às comunicações, são máfias que proliferam e se multiplicam para desqualificar a classe trabalhadora.

O capital organizado oprime e faz a separação das camadas sociais, promovendo o terror na época da ditadura e continuam reproduzindo o pânico no processo do movimento democrático em pauta

⁴¹ ZART, L. L. **Desencanto na nova terra: assentamento do município de Lucas do Rio Verde – MT na década de 80.** (mimeo). Florianópolis: UFSC, 1998.

⁴² CARDOSO, F. H. & MULLER, G. **Amazônia expansão do capitalismo.** São Paulo: Brasiliense, 1977.

OLIVEIRA, A. U. **Amazônia. Monopólio, expropriação e conflitos.** 5. ed. Campinas: Papirus, 1997.

no país. Uma verdadeira marcha articulada da dominação dos tempos modernos. Eles tentam a todo custo manter as relações de produção e de trabalho, impondo a superioridade na relação.

Os meios de comunicação nas mãos das classes dominantes oprimem a população através do desmontes das articulações populares por meio de atitudes imparciais quando está em jogo os interesses das privilegiadas elites. Dessa forma, é perfeitamente entendível que o capital use dessas amarras sociais e que qualifique os movimentos representativos da força de trabalho de desordeiros. Hoje as mobilizações que se desencadeiam no país são através dos movimentos sociais de base, porém são atos democráticos e esses têm o objetivo de conscientizar os poderes constituídos. O fato é gerado por não serem ouvidos em suas reivindicações na busca das mudanças almejadas ao coletivo.

Por outro lado, ao mesmo tempo em que ocorre a manipulação das comunicações tradicionais, também está em curso no país uma nova forma de fazer as comunicações, que são através das redes sociais. Essa pode ser a ponta da lança das mudanças sociais, visto que o poder manipulador aos poucos tende a perder as forças e o domínio junto ao coletivo social, por meio do descrédito da população com as notícias manipuladas pelas elites.

A sociedade tende a evoluir e não aceita mais os desmandos com as questões políticas, as com a econômica, as do meio ambiente e com quem deveria zelar pela justiça e segurança da população, bem como com toda a corrupção instalada no Brasil ao longo da história, mas principalmente em nossos dias. A sociedade moderna é evoluída e já compreende o que está em pauta no mundo globalizado e no país. Hoje o coletivo acena para novas posturas e novas mudanças conjunturais, porém é uma questão de tempo para serem construídas as mudanças que se afloram, se frutificar para serem colocadas em prática as novas mudanças, mas virão do seio social coletivizado.

3

O CAPITAL E A POLÍTICA NA AMAZÔNIA

Através dos fundamentos do processo histórico regional, bem como por meio das dinâmicas do processo comunicativo é possível traçar paralelos com o modelo político em pauta na Amazônia e no restante do país. Nessa composição, os padrões articulados que coordenam os arquétipos do neoliberalismo concentrador a cerca das dinâmicas mundiais necessitam navegar na intimidade das possibilidades e verificar terrenos férteis. O objetivo é firmar as estratégias nos espaços de alongamento da mais recente fronteira do agronegócio, que representa as monoculturas das exportações, bem como através do extrativismo florestal e mineral.

O empenho estruturado tem o intuito de integrar-se socialmente também por meio da astúcia dos poderes políticos. A vida política e suas ramificações dos elos de dependência, que são altamente pensados sistematicamente, passam a fazer parte da outra armação de possibilidades estruturadas na planificação dos interesses. Após trafegar no movimento produzido por intermédio da organização dos espaços do capital e dos ambientes das comunicações, faz-se necessário proferir sobre o entendimento dos partidos políticos dos mesmos ambientes articuladores.

Esse esforço é para poder interpretar o que está explícito, bem como o que se apresenta no envolto do fetiche e dos condicionamentos sociais, porém mitificados na região. A estratificação oriunda da orga-

nização sistêmica serve para preparar a vida ao seu modo, entretanto os entendimentos e as posições não podem ser interpretadas de forma restritiva ou isolada. Os acordos são advindos dos projetos excludentes, que preservam uma casta e despreza a maioria dos cidadãos que fomentam a discussão.

Em qualquer espaço de expansão existem atitudes próprias nas dinâmicas e nas regras, nos espaços fronteira amazônica os mecanismos são avantajados no que diz respeito à relação produção/trabalho, sendo usada a violência para provocar o silêncio. Neste sentido, ao proferir as análises, também são requeridas posturas de fino trato e todos os cuidados na interpretação dos discursos das ações práticas, bem como no acatamento que o coletivo faz com os acontecimentos de ontem e de hoje.

Ao se modelar todo o altamente ambicioso projeto amazônico, por meio da realidade vivida em seus entornos, não restam dúvidas da fertilidade das ideias reunidas em um mesmo conjunto de ações. Na prática, os acontecimentos visam à concentração da riqueza e a evolução dos planos é facilitada quando os atrelamentos vêm com as ocupações através das funções políticas, bem como de todo o aparato à sua disposição.

Essas determinantes provêm do conjunto norteador do poder do Estado. Nessa mesma interpretação lógica e prática, não podemos perder de vista os objetivos maiores da nova investida interpretando os fatos através do modelo capitalista, por ser o legítimo representante e também o penhor das dinâmicas articuladas e planejadas na região através da análise e discussão dos movimentos humanos ali ocorridos, que despreza outras possibilidades vindas das classes trabalhadoras que têm a incumbência apenas de servir de força de trabalho.

Quando me reporto ao papel e a organização do Estado dentro do aparelhamento da sociedade, mostro o consenso entre os grupos influentes, que se apresentam com a finalidade de constituir o dispositivo dominador disperso, juntando forças estratificadas com os mesmos interesses comuns dos grupos que representam. A analogia relação produção e força de trabalho é considerada a “galinha dos ovos

de ouro” do projeto que sustenta a preservação a qualquer custo do modelo capitalista.

Na verdade, a relação entre o Estado e o capital estratificado constitui-se na celebração desse consórcio entre si, com o objetivo de manter as frentes de dominação. O conjunto articulador nasce da estratégia por casarem os mesmos interesses, bem como por se fundirem no mesmo sujeito. A união serve para concentrar o arcabouço de possibilidades sistêmicas com superioridade efetiva perante as demais relações, podendo colocar em prática as ações de intervenção no conjunto da sociedade. A proposta política vem de estudos altamente drenados com a finalidade de não deixar expostos os planos de tensões. A investida é para preservar o modelo no centro mundial das decisões, bem como nas relações com os países periféricos, como é o caso do Brasil.

Ao mesmo tempo o Estado deve ser a garantia das condições, das relações sociais amplificadas fruto do capitalismo sistematizado. Ele é o protetor da distribuição cada vez mais desigual da propriedade que esse sistema enseja¹. Contudo, a origem da conjuntura deve ser analisada através do conjunto histórico, que é representado através das épocas distintas ao seu aparecimento, bem como os motivos que foram condicionados ao seu surgimento, por meio dos entendimentos². Não é possível avaliar os fatos isolados, porém as análises requerem uma fina investigação de todas as possibilidades – das partes e também do todo.

Ao diagnosticar todos os elementos formadores da sua origem e os motivos da sua criação os entendimentos são facilitados. Estes servem para juntar os elementos de estudo, que nos levem ao juízo de como surgem às articulações e suas reais necessidades da sua existência. A organização política efetiva possibilidades e interesses dos que se julgam os legítimos representantes das classes sociais. A meta é obter vantagens econômicas, concentrando e centralizando riqueza.

Com esse aparato, os políticos de hoje, eleitos por intermédio do

¹ BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista**. A degradação do trabalho no século XX. Trad. Nathanael C. Caixeiro. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

² DALLARI, D. A. **Elementos de teoria geral do Estado**. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

processo democrático, servem para representar interesses restritos dentro das concepções de interesses das classes e não os do coletivo da sociedade. O fato da classe dominante vencer sempre as eleições no país vem demonstrar o caráter de não representatividade democrática. Na política hoje se deflagra uma crise de representatividade, a grande maioria eleita não representa a sociedade brasileira, os eleitos são por meio de interesses, e assim não respondem aos anseios da coletividade.

Os partidos políticos fazem uma espécie de teatro sem público, porém os eleitores não estão gostando do que observam no cenário das representações. No atual estágio as massas assistem e não são atores da vida política partidária do país, mas o fato é gerado por falta de credibilidade geral no processo eletivo em pauta na atualidade. A escolha para o povo é através das representações capitalistas, que estão de salva-guarda a continuidade em oferecer e impor regras coletivas com o objetivo de prosseguir como está alinhada estrategicamente.

Além de concentrarem poderes por meio do conjunto soberano das estratégias de mercado, eles também contribuem na preservação da identidade do capital. Os poderes não consideram outras tendências não simpáticas ao estabelecido e, por outro lado, têm a obrigação de manter a máquina operativa, que coordena e articula o conjunto sincronizado das relações, para dar aparência e justificar a sua existência.

Nesta ótica, as elites orgânicas se responsabilizam pelo discurso político-pedagógico, no intento de representar as classes dominantes, apresentando regras padronizadas e colocadas de interesse coletivo³. Assim, o discurso e a prática não conseguem chegar a um acordo, visto que no discurso tem a necessidade de deflagrar um processo democrático abrangente, ao mesmo tempo de alcance e possível para todos. Na prática existe a aplicação real das estratégias, que protegem o modelo capitalista, que não querem democracia e muito menos o desenvolvimento social.

A teoria e a prática são oponentes em se tratando da aplicação do papel político, pois esse serve como resguardo de suma importância para construir os interesses de maneira restrita, sendo em regimes de

³ DREIFUSS, R. A. **A época das perplexidades**. Mundialização, globalização e planetarização: novos desafios. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

mocráticos ou não. As ditaduras são impostas ao mundo exatamente nos momentos da perda do controle sobre as massas e fazem-se necessárias ações mais contundentes. Nessa análise, devemos levar em conta a legislação, a ética e os princípios de cidadania, mantendo a ordem da ideologia empregada em um histórico momento, tendo como alvo principal o controle das regras de mercado.

Os movimentos democráticos possibilitam ações mais brandas, porém com a mesma agressividade e violência, quando se trata de dominação das ideias, de princípios sobre a soberania do aparelho articulador sem abrir mão da superioridade do capital em relação às massas. O objetivo é preservar a lógica do sistema, que articula os produtos do comércio com visões que se restringem às economias do mercado, ignorando em sua totalidade as questões sociais, culturais e ambientais.

Nada pode ser comparável em termos de estratégia em relação à reprodução do sistema de dominação expansionista, que também assegura todo o entendimento das ramificações dos poderes constituídos através da unificação das ideias já estratificadas. A dinâmica de bases sólidas é a integração das opiniões, que servem para determinar as regras a serem cumpridas, sendo responsável também pelas planificações dos projetos. Não é possível negar essa capacidade de articulação do capital.

É oportuno interpretar isso nas transformações periódicas do modelo, que pode ser identificado por meio do capitalismo mercadológico, do industrializado ou do financeiro de nossos dias no espaço de alongamento da recente fronteira do extrativismo e da agropecuária. Ao organizar os tempos e os espaços, é possível verificar os interesses, as trajetórias, as épocas, os modelos em pauta, bem como todas as intervenções realizadas no antes, no durante e fazer projeções do futuro. Essa análise nos permite avaliar com mais profundidade os mecanismos de negócio das mercadorias, bem como as relações evolutivas da relação produção e trabalho para averiguar as progressões do modelo global em constante evolução.

O avanço sempre decorre da necessidade das adaptações temporais através do desenvolvimento da sociedade e das tecnologias, porém o princípio é o mesmo que norteia as relações. O capital mantém

o modelo reprodutivo por meio da centralização do lucro, através da mais-valia, que serve para agregar valores no processo final da cadeia produtiva, culminando na concentração financeira das elites.

A dinâmica ainda faz levar ao entendimento, que essa acumulação deve ser incorporada aos capitais já existentes, que são frutos de relações de trabalhos anteriores⁴. Essa dinâmica nos faz concluir que a riqueza é fruto do trabalho humano, também como que a acumulação é resultado de lucros aferidos anteriormente através dos detentores do modelo de produção mantido a força por meio das imposições com a força de trabalho⁵.

Foi com essa perspectiva, que no final da terceira década do século XX, os Estados Unidos assumiram a representação capitalista mundial⁶. O papel de país central o qualificava para interferir nas decisões dos países periféricos, sempre que necessário, para restabelecer a ordem política do modelo, bem como sua manutenção. As hegemonias são representadas por núcleos controladores de centros do capital ao longo da história⁷.

A economia aceita polos de representação, ou chamadas cidades dominantes. Hoje os estadunidenses assumem essa postura de representação mundial e fazem o papel político que ramifica regras e normas para preservar o modelo capitalista. Fato que veio concretizar-se em 1929, o novo centro mundial político/econômico passa de Londres de um longo domínio inglês para a América do norte, na cidade de Nova Iorque, hoje é o centro mundial do modelo sistêmico em pauta⁸.

Com os atributos em discussão é possível organizar o pensamen-

⁴ BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista**. A degradação do trabalho no século XX. Trad. Natanael C. Caixeiro. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

⁵ LUXEMBURG, R. **A acumulação do capital**. Trad. Moniz Bandeira. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

⁶ WALLERSTEIN, I. **Capitalismo histórico**. Civilização capitalista. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

⁷ PICOLI, F. **Amazônia: do mel ao sangue - os extremos da expansão capitalista**. 2. Ed. Sinop: Editora Fiorelo, 2004.

⁸ BRAUDEL, F. **A dinâmica do capitalismo**. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

to, para chegar ao entendimento real do papel das dinâmicas organizacionais do Estado e suas conjunturas, que distribuem poderes e os representam também por meio da política em cada ambiente geográfico. Criam mecanismos de espaços pensados, por meio do poder político, das comunicações, do poder econômico, bem como todo bojo o de alternativas, que estamos construindo para entendimento das articulações das políticas partidárias. Entra em curso o espaço polido, realizado dentro da consciência de mútua importância, além de se propor diferenciais que não alteram a essência, mas se adapta às condições regionalizadas de ampliação dos juízos, para dar atendimento de maneira regionalizada o que é global.

A superioridade articulada dos conceitos estratificados serve para fertilizar os caminhos da inteligência maquiavélica, com a investida macro e micro no mundo globalizado. Ao inovar juízos e novos caminhos de fabricação do consenso, são visíveis as articulações na implantação das ideias que possibilitam a interpretação dos fatos. A função política partidária se apega não só aos poderes de decisão e representação, mas no status de coordenadoria organizacional de todas as ramificações do capital e sua manutenção.

O ser político é um ator que representa para se adaptar às épocas e aos espaços, com poderes formalizados para interferirem nas decisões de forma legalizada. O objetivo é para manter e melhorar os interesses do processo evolutivo e aparelhado, ao contrário do que pregam teoricamente de serem representantes dos anseios do povo. As reproduções políticas partidárias passam a fazer parte das representações do Estado que, por sua vez, é o legítimo representante do capital em estruturas de modelo capitalistas em pauta. Assim, se deflagra a existência do padrão representativo e consensual das elites dominantes, que pode ser observado através da história mundial e o desenvolvimento do capitalismo com a interpretação da ação e das atitudes por meio da vivência no dia a dia, bem como ao longo dos tempos⁹.

Através da operação Condor foram instituídos os mecanismo de manutenção do projeto do capital histórico e imposto através de um

⁹ARRIGHI, G. **O longo século XX**. Dinheiro, poder e as origens de nosso tempo. Trad. Vera Ribeiro. São Paulo: Unesp, 1997.

conjunto de repressão e domínio político aos cidadãos e cidadãs do Cone Sul, sendo firmado um acordo entre os países que impunham ditaduras militares com o objetivo de manter as estruturas dominadas do capital¹⁰. No conjunto das articulações o Estado é o penhor do modelo e as ações dos poderes políticos se direcionam para dar sustentação e vazão às ideias já padronizadas, que não permitem mudanças estruturais na condução da sociedade.

A corporação de poder político na América Latina aconteceu através da Dirección de Inteligencia Nacional – DINA, que desenvolveu as alianças de auxílio recíproco. O episódio que abalou as estruturas foi colocado em prática efetiva na metade dos anos 70. Nesse sentido, as ditaduras são por meio de regimes não democráticos, que se pautam na ausência das participações populares. O poder centraliza-se com o objetivo de desencadear comandos altamente articulados e dominadores¹¹.

Aqui estamos tratando do processo político partidário, sendo necessário um melhor aprofundamento para entender as imposições da ditadura e compreender os regimes democráticos. A aliança político-militar deflagrada é a estratificação das ideias de dominação contra as massas, ao mesmo tempo através das imposições por meio dos interesses do modelo concentrador. É colocado em curso um território amplificado para silenciar a coletividade e preservar o modelo. Essas ações antidemocráticas acontecem quando os regimes ou os países perdem o controle sobre as massas.

Os países firmam acordo de cooperação, porém o Chile tinha a incumbência de ser a sede articuladora das estratégias. O atrelamento aos principais órgãos de inteligência dos países articulados politicamente, sendo a Argentina, o Brasil, o Chile, o Paraguai, a Bolívia e o Uruguai, entre outros¹². Embora já fosse visto sobre esse episódio no decorrer do trabalho, não custa relembrar o fato e aprofundar que só

¹⁰ EVANS, P. **A tríplice aliança**. As multinacionais, as estatais e o capital nacional no desenvolvimento dependente brasileiro. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Ed.Zahar, 1980.

¹¹ PICOLI, F. **O capital e a devastação da Amazônia**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

¹² PICOLI, F. **Amazônia: do mel ao sangue – os extremos da expansão capitalista**. 2. ed. Sinop: Editora Fiorelo, 2004.

foi possível por intermédio das articulações e inteligência mentora da Cia americana dominar a America Latina. Esse fato foi contundente para o projeto capitalista, no intento de manter suas dinâmicas. Assim cada país associado na causa usou de todos os mecanismos possíveis, com o propósito de contribuir com o movimento anti-revolucionário deflagrado ao mundo na época, com o objetivo de preservar o modelo concentrador das elites.

Esse desenho capitalista continua hoje em 2012 e permanece com as mesmas regras e padrões de controle, não permitindo mudanças significativas nas relações das classes sociais. Na democracia, os poderes não são centralizados; eles se apresentam com as instâncias Legislativas, Executivas e o Judiciário. A dominação acontece de maneira mais branda, mas não menos eficaz em reproduzir o sistema dominante. Por outro lado, a política partidária mantém-se atrelada e subordinada, para não permitir mudanças sociais que venham de encontro aos movimentos sociais. Diante dessas constatações, das classes políticas não podemos esperar mudanças que determinem alterações do já padronizado. As elites partidárias principalmente as de extrema direita, mas também pode ser visto nas demais em menor proporção independente da bandeira que carregam, fazem leis e gestão dentro das orientações inflexíveis e coordenadas sistemicamente. Algumas ações são mais brandas e outras deixam claro a quem realmente representam no cenário representativo.

Mesmo que o poder executivo esteja nas mãos das classes operárias hoje no país, não podem existir mudanças estruturais sem acontecer o rompimento dos benefícios dados às elites ao longo da história. Fatos dessa natureza são visíveis nos últimos oito anos de gestão do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e já podemos avaliar o segundo ano de mandato da Presidente Dilma, que se encaminha para o mesmo desfecho. Hoje quem sofre as retaliações e os ataques da direita é a dita esquerda brasileira e quem continua levando vantagens é a extrema direita do país.

Nada vai mudar os projetos do capital. As bases contaminadas sustentam a estratégia e as forças externas globalizadas se mantêm presentes no Brasil o mesmo com o Presidente Barack Obama, dos

Estados Unidos, que é um fantoche necessário no atual estágio do desgaste político/econômico do mundo globalizado. Esses fatos nos fazem ter a certeza da dominação do modelo capitalista, visto as estruturas serem montadas e determinadas dentro da lógica dos privilégios, da continuidade e da falsa democracia. É possível avaliar as diferenças no trato com o social, mas nada que signifique perdas às elites dominantes do país, que dão aos trabalhadores apenas as migalhas do grande banquete das elites que ditam as regras no país.

Nos dias atuais a luta é a manutenção desse controle, por meio da mídia, chegando ao cúmulo da transmissão de guerras produzidas pelo próprio capital, sendo lançadas e determinadas para manter a ordem econômica mundial e alimentar a capitalização oxigenada com ações ditas democráticas, éticas e legais. O ataque aos contrários dessa ordem estabelecida são sanções econômicas, uso de exércitos e armas contra os países que resistem em acatar as opiniões, bem como para manter o domínio do padrão dólar e do petróleo.

Também é construído um verdadeiro aparato generalizado para coibir conceitos de resistência em cada nação e para isso ocorrer é necessário silenciar e reprimir os movimentos sociais de massa. Este fato pode ser observado tanto em períodos repressivos, assim como nos democráticos. É o que acontece no Brasil atualmente por meio das retaliações de ataques ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST. A causa do desagravo generalizado se identifica pelo fato que o movimento carrega o conceito de ator político também, por atribuir possibilidades aos atores sociais, tendo como fundamento e base a inserção dos homens, mulheres e crianças a terra através da inclusão coletiva¹³.

O país não tem um projeto de reforma agrária, além disso, o governo é composto de tecnocratas e isso é possível por conta dos atrelamentos políticos. Assim, parte dos partidos políticos partidários é corporativista e defensores do modelo capitalista em pauta. Isso é possível pelo momento que vivemos com uma crise representativa, por falta de credibilidade e a maioria dos que hoje ocupam postos eletivos não representam as massas.

¹³ GOHN, M. G. **Mídia terceiro setor e MST**. Impacto sobre o futuro das cidades e do campo. Trad. Augusto A. Zanatta. Petrópolis: Vozes, 2000.

Esses fatos deixam indignado o poder organizador da propriedade privada, visto que a articulação do modelo capitalista se pauta através da concentração da terra e dos meios de reprodução concentrados. O propósito é o de não possibilitar alternativa à classe trabalhadora, a não ser sendo vendedora de sua própria força de trabalho. O processo é dito democrático, com articulações de poderes populares, fabricando o consenso, uma vez que vivemos um período de não ditadura na governabilidade do país.

Hoje o mundo vive a maior ditadura financeira da história imposta ao mundo. Os mecanismos são voláteis e, por meio de cassino financeiro, se apresentam através da contabilidade virtual e a mídia articula mecanismos para reproduzir como legal e verdadeiro até o que é imoral e antiético. Ao mesmo tempo dizer que isso faz parte da manutenção do aparelho igualitário de oportunidades, porém não passa de uma farsa engenhada para dar credibilidade ao imposto e as práticas violentas do capital.

A mídia, concentrada e a serviço desse modelo dominador, se organiza e solidifica através da dominação política. Assim entra em curso o espaço dos partidos políticos, que é realizado dentro da consciência de mútua importância, além de ser propostos diferenciais que não alteram a essência, se adaptando por meio das condições regionalizadas, para dar atendimento de maneira geográfica ao propósito das economias expansionistas do capital.

O interesse é manter altos níveis da capacidade produtiva e também a concentração da terra por meio das elites agrárias para uso ou agregação de valor. Ao idealizar as concepções da relação produção e trabalho, o capital organizado parte do princípio que a parte marginalizada e despossuída da população deve se restringir a oferta da força de trabalho e ser colocada à disposição dos detentores dos meios de produção. A classe trabalhadora nessa lógica deve ser reduzida a sua significância braçal, de modo a não perturbar a ordem estabelecida.

O que interessa é manter viva a farsa da distribuição da renda e da terra, ludibriando os trabalhadores com a fantasia de que é possível que eles passem a pertencer a este seletivo grupo, dependendo, é claro,

da capacidade de cada um. Com o incentivo à exploração da mão de obra, o trabalhador se esforça e dar tudo de si para fazer parte deste grupo. Porém, de nada adianta o seu trabalho no processo de enriquecimento. O trabalho não enriquece ninguém. A riqueza concentrada das empresas quase sempre é resultado da exploração dos trabalhos dos outros, como o uso da natureza e atuação em práticas criminosas.

Esse trabalhador que serve ao capital será sempre um explorado, um idealista que vive em busca de dias melhores, que sonha com um pedaço de terra para ter sua casa própria. Entretanto, ao não servir mais ao capital sua mão de obra é dispensada, sendo que muitas vezes nem os seus direitos trabalhistas lhes são concedidos. Para sair dessas imposições, é necessário que este trabalhador seja dono dos meios de produção, do contrário, nunca sairá desse estado deplorável da exploração de sua força física, que no caso amazônico chega a superexploração¹⁴.

Desenganados da vida e sem um teto para morar juntamente com a família, vão em busca de um novo horizonte e caem novamente na mesma armadilha do capital. É a triste sorte e sina do trabalhador explorado pelo poder dominador, que faz questão em colocar a engano no novo desempregado expulso da terra, já que a “oportunidade” lhe foi dada, como fazem até hoje. Se não faz parte, a culpa recai sobre si, por não se qualificar, não estudar, não inovar e assim vão os adjetivos que qualificam e justificam a consolidação da existência dos excluídos no processo de produção de mercadorias. Ao se processar a exclusão da terra e das possibilidades dos que buscam alternativas justas de sobrevivência, ao mesmo tempo se concretiza uma contra reforma agrária no país¹⁵.

A sanha desvairada do capital concentrador tem a capacidade de envenenar para poder aplicar o antídoto contra as suas toxinas, mas assegura para si a não responsabilidade pelo ato realizado. Esse artifício tem lógicas construídas, para confundir os menos avisados, os alienados através da mágica ilusionista do sistema, servindo para

¹⁴ PICOLI, F. **Amazônia** – Pegadas na floresta – uma abordagem da superexploração da força de trabalho. 2. ed. Florianópolis: Em Debate, 2011.

¹⁵ OLIVEIRA, A. U. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2001.

organizar as massas ao modo articulado, que representa o mundo da fantasia e também o real.

Fatos ocorridos no passado na Inglaterra através da exploração da força de trabalho, eles podem ser comparados na Amazônia hoje, porém com mais eficiência e eficácia no trato de como levar vantagem com os trabalhadores por parte do capital¹⁶. Dessa forma, são importantes as estruturas de manutenção do existente, porém a forma ideal é por meio das forças políticas dominantes dentro do modelo capitalista da atualidade¹⁷.

É importante e necessária a estruturação política partidária em um sistema democrático com a utilização de todos os espaços para o controle e as intervenções efetivas. Isso é um avanço na estratégia e a garantida da aplicação correta do plano. Através dos mecanismos de sustentação e da defesa das representações e de interesses grupais, os espaços políticos são conduzidos dentro dos méritos dos países e intervenções das multinacionais que injetam dinheiro, com a finalidade de fazerem as bases representativas para o mundo das mercadorias. Também através das grandes estruturas econômicas brasileiras, para comprometer e manter refém as futuras gestões públicas. Pior a classe trabalhadora quando não são seus legítimos representantes, aqueles que darão visibilidade e aplicabilidade ao projeto das elites.

A investida do agronegócio das monoculturas de mercado das exportações realiza um verdadeiro ataque na conquista dos seus objetivos. Porém, sofre uma grande derrota e desgaste no pleito democrático. Foi o que aconteceu na última eleição realizada em outubro de 2010. Segundo o Instituto de Estudos Socioeconômico – INESC¹⁸, a Câmara dos Deputados, que representa o cenário federal, era composta por um quadro 117 legítimos representantes no início do mandato

¹⁶ BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista**. A degradação do trabalho no século XX. Trad. Nathanael C. Caixeiro. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

¹⁷ PICOLI, F. **Amazônia** – Pegadas na floresta – uma abordagem da superexploração da força de trabalho. 2. ed. Florianópolis: Editora em Debate, 2011.

¹⁸ INESC. Instituto de Estudos Socioeconômico. Disponível em: <<http://www.inesc.org.br>>. Acesso em: 01 de dezembro de 2011.

em 2007, destes somente 61 voltaram ao grupo na gestão 2011/2015, por meio do voto direto. Claro que os poderes constituídos vão captar novos adeptos entre os novos eleitos, fato já concreto, no intento de emplacarem de modo eficaz os objetivos do projeto desse seletivo grupo do modelo capitalista, que aprova os interesses da classe e condena os que não têm terra.

Nesse sentido, a lista dos políticos contundentes na representação das elites agrárias é encabeçada pelo Deputado Federal Ronaldo Caiado, um velho adversário da pequena agricultura, que representa o estado de Goiás. Contudo, engrossam as fileiras os demais eleitos com o propósito da articulação de retirar benefícios do Estado ao grupo de representação. Esses são eleitos pelo povo, mas seus projetos são comprometidos com a classe burguesa, visto serem os representantes dessa casta, garantindo benéficos aos poderes dominantes.

O fracasso nas urnas é inédito no país, mas isso não quer dizer que o grupo não venha se fortalecer com as novas composições, atrelamentos e investidas das representações da concentração da terra e das investidas das multinacionais, que têm interesse na busca dos produtos, bem como na venda de agrotóxicos, máquinas e uma gama de produtos já dependentes da agropecuária brasileira. O fato preocupante ao grupo foi uma significativa derrota dos representantes do agronegócio das monoculturas de mercado. A atual conjuntura aponta para um novo cenário na política. A bandeira ruralista não está sendo vista com bons olhos pelos eleitores. São muitos os derrotados através do voto direto e podem ser observados políticos históricos de longas datas fora da ação política direta e das decisões em Brasília.

Nas representações do Senado Federal, a contundente senadora Kátia Abreu, do Estado de Tocantins, é quem encabeça a lista dos defensores do agronegócio, elegendo o MST como seu principal adversário no enfrentamento no campo. Essa senadora não esconde em seus discursos e ações quem realmente ela representa e age com aspereza ao desqualificar os que buscam terra por meio da agricultura familiar. A sua atitude é entendível, já que ela foi eleita como verdadeira representante do movimento ruralista, que tem por finalidade organizar a propriedade privada concentrada, bem como os meios de produção e o domínio das massas.

Em seguida vem uma grande lista com nomes de defensores do projeto ruralista, como Blairo Maggi e Jaime Campos, do Mato Grosso, e entre outros do cenário nacional. O segundo representa a oligarquia Campos, velha conhecida da época da ditadura e de todos os desmandos que ocorreu no estado matogrossense na época.¹⁹ O primeiro trata-se do maior produtor de soja do estado e se apresenta como inovador e democrático, porém concentra as maiores porções de terras e fortunas no estado de Mato Grosso.

Ainda é possível contar com as configurações de cada estado da federação, com representações altamente comprometidas com as bases latifundiárias, ou a serviço único dessas. Hoje o país mantém uma das maiores concentrações de terras do mundo no processo da centralização dos latifúndios, mas será abordado em espaço próprio desse trabalho. Além de um contínuo processo de crescimento evolutivo, esse fato é bem mais acentuado em região de domínio do agronegócio das monoculturas de mercado.

Os meios de comunicação para enfatizar os grandes produtores das monoculturas de mercado, passam à população de modo geral ao se referirem aos latifundiários, como o “setor produtivo”. O destaque é para dizer ou incutir na mente das pessoas, que quem produz a riqueza é o detentor dos mecanismos de produção e ao mesmo tempo mostrar que a força de trabalho tem papel insignificante no processo da produção do agronegócio.

Assim, é possível desencadear um processo apurado de marketing positivo do setor produtivo, contribuindo com a fabricação dos condicionamentos sociais, a fim de conseguir mais votos nas eleições. É através da dominação dos espaços estatais e de todas as formas que elevam o conjunto articulado que o capital consegue dominar e, ao mesmo tempo, silenciar e usar de violência nas suas ações contra as massas, para preservar o poder histórico e ainda pousar de salvador da pátria.

Esses fatos motivam os figurões ligados ao latifúndio e que também fazem parte da política por estarem em Brasília com a função de representar as forças do agronegócio das monoculturas. Atualmente soja e

¹⁹ IANNI, O. **Ditadura e agricultura**. O desenvolvimento do capitalismo na Amazônia: 1964-1978. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

gado bovino de corte são os principais produtos, porém dependentes das multinacionais dos venenos e das sementes transgênicas. Esses fatores fazem o estreitamento entre concentração das terras, as monoculturas de mercado e as multinacionais, que dominam a relação na viabilidade que vai das sementes, das tecnologias até a colocação dos produtos de maneira globalizada. Porém essa estratégia das multinacionais é histórica na região e continua hoje com muito mais intervenção²⁰.

Os caminhos trilhados por meio da atuação eletiva na política, principalmente quando são oriundos de processo democrático, as bases sólidas das configurações e o convencimento entram em cena. Assim é fácil de entender o que motiva as bases capitalistas a terem para si os meios de comunicação concentrados e a serviço do grupo organizado do capital. Estas atitudes trazem consigo os mais variados níveis de envolvimento na representação nos méritos estabelecidos, ficando suas representações implícitas nas plataformas e nos programas de intenções de trabalho de cada político.

Depois de dominadas todas as situações, são construídas campanhas eletivas milionárias, que as massas ficam perplexas e impotentes diante do aparato. Diante dessa estrutura financeira elaborada por meio dos atrelamentos apresentados ficam asfixiadas as possibilidades de um cidadão comum possa ser eleito para representar os proletariados. Assim, acontece a perda da credibilidade na política brasileira por parte das massas, bem como atualmente foi desencadeado uma crise de representação por não acreditarem nas mudanças com esse quadro político atual. Como interessa para os grupos econômicos nacionais e internacionais, as campanhas políticas dos representantes do poder são bancadas pelos mega-empresários dos mais diversos setores. O fato acontece por conta da legislação eleitoral, que possibilita esses mecanismos e vem legalizar as ações na busca dos interesses pontuais das representações do modelo capitalista nacional e mundial.

Esse é o motivador de tantos investimentos e empenhos por parte de suas alianças, que na maioria das vezes não representam a vontade de grande parte dos trabalhadores brasileiros. A máquina organizada

²⁰ PINHEIRO, S.; NASR, N. Y. e LUZ, D. **A agricultura ecológica e a máfia dos agrotóxicos no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Juquirá Candiru, 1998.

por determinados grupos semelhantes, que comungam com os mesmos objetivos e com os mesmos projetos de suas vidas. São os pares por afinidades ideológicas, motivações econômicas, bem como através dos interesses culturais e sociais, os quais devem representar após serem eleitos e preservarem os interesses das minorias.

O passaporte é o voto conquistado por meio de toda uma estrutura montada com eficazes técnicas de persuasão e convencimento. A pauta é a negação dos direitos das classes subordinadas, para deixar as famílias vulneráveis nas estratégias maquiavélicas do capital representativo. São ações de máfias altamente organizadas que muitas vezes se confundem com o crime organizado, permitindo-lhes transformar as irregularidades em atos legais por meio do poder político.

As forças políticas desenhadas em cada espaço regional devem atuar em direção e na defesa das representações organizadas e estabelecidas independente do tamanho da ficha suja ou limpa. Contudo, são possíveis várias forças de interesses e algumas delas, embora estejam de oposição, comungam com os mesmos ideais.

O fato marcante é por conduzirem um país de ideologia capitalista, que nega aos trabalhadores o direito de serem donos dos meios produtivos, de modo que se estabeleçam enquanto pessoas corajosas que têm como principal arma a mão de obra. Esse fato faz com as bandeiras partidárias sejam momentaneamente por meio das forças rivais, por buscarem poder individual. Neste sentido, quando entram em jogo os interesses das classes representativas, a luta sai da demarcação e do domínio individualizado e parte para a unificação das forças de interesses para poderem dominar as relações.

A disputa deixa de existir para verem contemplados seus interesses representativos, aniquilando outras forças não simpáticas aos seus desejos e aspirações. Fatos dessa natureza são possíveis de serem observados nas composições políticas de cada nova eleição, bem como os apoios na busca do fortalecimento e da manutenção dos grupos elitizados. Essas possibilidades são reais, tanto nos espaços amazônicos, quanto nos demais ambientes que contemplam o território nacional brasileiro.

O conjunto da reprodução se organiza por meio das representações

econômicas, sociais, culturais, religiosas e de trabalhadores. Os atores sociais se agrupam por interesses específicos através das classes de valores corporativos na preservação e manutenção do estabelecido pelo capital. Por outro lado, também se juntam os movimentos sociais representativos, para colocarem em prática os anseios das massas, incomodando a classe burguesa. O capital articulado começa a dominação no campo das ideias, para realizar a dominação no campo prático desmontar o plano geral de um projeto sistêmico do modelo capitalista.

Ele consegue desenvolver suas orientações no plano global, mas somente alcança êxito quando interfere nos planos geográficos regionalizados, no intento de manter as bases fortes e sólidas da dominação das classes. É a dominação que interessa as classes predominantes, mantendo firme a relação produção/trabalho, que gera mercadorias e essas são frutos das necessidades da população. O ciclo reprodutivo humano fica em constante ciranda e o mundo do capital atinge os seus objetivos em qualquer lugar que ele empenhe esforços.

Nessas investidas são colocadas estratégias das mais variadas concepções, sendo algumas vezes conflitantes entre os grupos representativos. Porém, o que importa são os objetivos comuns e o resultado final. Para conseguir entender essa façanha, temos de entender a formação do capital regional e da estrutura econômica em relação às ações dos grupos.

As elites, ao se apoderarem dos veículos de comunicações, têm por objetivo organizar o pensamento coletivo através da negação das informações, limitando as oportunidades e ao mesmo tempo incutir as ideias de mérito dos grupos minoritários. Esses por sua vez não representam a vontade coletiva e sim os interesses efetivos das suas representações parciais.

Aliado com o domínio dos veículos de comunicações, o poder político partidário busca capacidades no campo econômico, sendo eles a ponta da lança para organizar o “poder dito civilizado”, porém em sintonia com as ideologias dominantes para reproduzir e organizar o plano regionalizado do capitalismo²¹. Com este aparato minado é pos-

²¹ OHLWEILER, A O. **Materialismo histórico e crise contemporânea**. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

sível buscar atrelamentos nos poderes coletivos, por meio das instâncias do Estado e suas representações que se apresentam para proteger os interesses dos poderes estabelecidos como únicos e verdadeiros²².

Aqui entram também as ramificações de parte das ações da justiça colocadas quase sempre a serviço das forças ideológicas do capital, através dos mecanismos de acesso ao conhecimento. Como foi observado, o plano se funde com os interesses, mas representa a minoria na planificação dos projetos que se propõem conceber. Embora os conglomerados que representam o capital posem de bonzinhos, não passem de lobos em pele de cordeiros, enganando e iludindo as massas.

No plano da dominação, parte das igrejas também tem seu papel nesse processo como grande aliada das elites, embora em um passado recente algumas delas se manteve ao lado dos movimentos sociais. O objetivo foi para coibir as torturas, os assassinatos e toda a forma de opressão principalmente durante o período da ditadura militar. Porém, essa atitude contraria a dinâmica de sua própria concepção centralizada, que também é extremamente capitalista. Com o fim do período ditatorial, as poucas iniciativas dessa natureza são mal vistas internamente e externamente, pelo alto poder dos comandos conservadores e centralizados, bem como da fabricação dos consensos produzidos pelas estratégias do modelo estratificado.

Hoje faz o papel mais de conduzir os fieis, conscientizando-os para aceitar o trabalho como uma dádiva divina. Nos dias atuais as igrejas servem de freio aos impulsos da coletividade, com a função de confortar os excluídos do processo histórico do capital. Trata-se de uma organização com fins também econômicos e sua existência tem sentido para frear os impulsos da população, tendo ainda a incumbência de recolher os excluídos e marginalizados, que são frutos do próprio modelo. Ao confortar o corpo e toda a sua existência de reprovação, as igrejas confortam os desprezados do plano ideológico global.

Em muitas oportunidades as igrejas buscam seus fieis e adeptos através do entendimento da sua condição de sofrimento. O momento ideal para captar suas vítimas é quando as pessoas passam a ter

²² DALLARI, D. A. *Elementos de teoria geral do Estado*. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

problemas com doenças, finanças e de relacionamentos familiares e, vulneráveis, entregam-se à religião. As pessoas comuns com problemas ao serem adeptas também podem ser vítimas duplamente, porque tinham um problema até então – que é a dominação normal do modelo imposto ao mundo e da vida tribulada – depois passam a ser vítimas de um duplo processo que conforta para no final ver acesa a esperança, aliviando as dores da alma e do corpo com o anestésico bálsamos da esperança dos pobres e infelizes servos do capital.

Muitas das igrejas usam frases fortes e históricas para dominar as relações de opressão entre dominadores e dominados, tais como: **“Sempre houve ricos e pobres”**; **“O rico será castigado no juízo final”**; **“A pobreza é uma situação passageira da vida terrena”**; **“Deve-se aguentar o sofrimento sem revolta para mais tarde ser recompensado”**. Diante da lavagem cerebral, muitos são levados a não buscar alternativa, permanecendo no cativeiro do trabalho e servo das classes dominantes. Já amansados pela igreja, os trabalhadores permanecem no cativeiro, porém mais felizes e confortados pelas religiões que lhes garantem o reino dos céus após a morte.

Esse é o objetivo maior das forças estratificadas do poder unificado e as religiões em muitas oportunidades fazem esse terrível papel à população, reproduzindo o sistema econômico. A verdade é que maioria das religiões de hoje não evangelizam, apenas fingem fazer esse papel. Tentam religar o que sempre foi ligado e se apresentam como a saída para a resolução de todos os problemas, dominando ainda mais a classe trabalhadora, além de conseguir vantagens econômicas nesse processo de manipulação. Trata-se do novo mal do século, assim como o poder das multinacionais impondo regras e seduções através dos poderes econômicos mafiosos globalizados. São duas formas extremas de reproduzir o social altamente dominante, por meio do sistema capitalista articulado e soberano, porém sem nenhum controle nas suas estratégias. Essa é uma marca da dominação atual para manter as questões financeiras na superioridade, mesmo que para isso a humanidade seja destruída fisicamente e psicologicamente.

Os mecanismos são estratégias para a manutenção da relação produção trabalho, que gera mercadorias e as necessidades, culminando

com o objetivo principal da relação que vem em forma de lucro. Em um primeiro desdobramento controla e domina para depois engessar os trabalhadores por meio das relações de mercado. Para conseguir tal artimanha utilizam-se da concentração dos poderes, que organizam as forças coletivas por meio dos interesses comuns, tendo as igrejas como partes aliadas.

Com esse entendimento faço uma análise conjuntural das práticas individuais que levam ao alcance do coletivo por meio dos poderes do capital, porém em nenhum momento estou duvidando da existência divina – também creio nela – apenas questiono os métodos usados e a falta de intervenção nos campo das informações, do engajamento na luta de classe em busca de uma sociedade justa e igualitária, com distribuição de renda e oportunidades para todos.

As igrejas deveriam ter na teoria e na prática uma pregação coerente e verdadeira, sem usar de artifícios enganosos para tentar piorar o que na essência da sociedade se desdobra de maneira excludente. A maioria delas tira as perspectivas de vida da população para aferir lucros nas mãos da minoria. Em poucas oportunidades é possível ver parte das igrejas envolvidas com problemas sociais de forma estruturante, para reverter a condição da população. Na maioria das vezes entram em ação com objetivo de acalmar com paliativos, de confortar com palavras, mas sem ações contundentes que mudem a realidade vivida por esses trabalhadores.

Outro fato que devo esclarecer é que não acredito e não sou adepto de projetos que venham interferir na sociedade por meio da tomada de poder bruscamente, independente do regime político, pois acredito que a evolução de uma sociedade é gradativa e contínua. No meu entendimento, o regime correto é aquele que consegue tratar da sociedade, por meio das oportunidades de fato igualitárias. Também não sou Marxista, embora seja adepto das suas ideias filosóficas, das formas de conduzir as políticas públicas, de como proceder com as questões econômicas e que esse conjunto vai culminar em uma coletividade de fato e de direito socialmente igualitária.

Até o presente momento da trajetória, o capitalismo hegemônico

não consegue dialogar sequer nesse sentido, visto que sua essência de existir se pauta na relação de produção/trabalho, que vai culminar na relação de exploração com objetivo de levar vantagem da classe trabalhadora. Faz ter fé que o expurgo e o filtro da coletividade são realizados pelo mundo grupal, além de acreditar no processo popular, que busca novas saídas e alternativas. Já que a evolução ainda leva algum tempo, porém ela acontece quando a classe trabalhadora conquiste os meios de produção de maneira justa. As elites tentam a qualquer custo assegurar as possibilidades da classe obreira, mas a conquista se processa através das lutas de classes e isso é só uma questão de tempo para acontecer²³.

O caminho de entendimento é o caminho democrático e por isso estou dando ênfase às estruturas de dominação política, que também se apresentam por vias de representação do falso democratismo de hoje. A corrupção generalizada, a falta de ética com a sociedade desses falsos representantes do povo, também tendem a se destruir com o desgaste do tempo e a evolução social. Se não firmarmos nesse propósito, não é possível conviver com essas monstruosidades do dia a dia na política brasileira, que envergonham o povo. Fatos dessa natureza fazem parte do cotidiano dos noticiários do país, e não é necessário citar um fato para não direcionar essa ou aquela ação da justiça. Hoje são centenas de casos todos os dias sendo divulgados por meio das comunicações tradicionais, bem como através das redes sociais, a nova forma de manter informada e articulada a população brasileira.

Na análise atual, os arranjos estratégicos nascem de mecanismos de superioridade das opiniões para não romper e também não impor o seu estilo e preservar as dinâmicas planetárias, que não pertencem ao coletivo mundial. O objetivo é chegar a uma fase de melhor entendimento do conglomerado, com análise das partes, por meio de um Estado laico e representativo para todos, sem a necessidade de atrelamentos com grupos e representações das partes já comprometidas e promotoras do mundo das exclusões.

Esse é o grande desafio. Juntas, as classes menos favorecidas podem ter poder, principalmente ao se juntarem aos movimentos sociais.

²³ WALLERSTEIN, I. **Após o liberalismo**. Em busca da reconstrução do mundo. Trad. Ricardo Aníbal Rosenbusch. Petrópolis: Vozes, 2002.

As bandeiras acenam para essa nova organização de coletividade, que também é levada por uma crise moral e ética no sistema mundial, com o conflito do primeiro mundo das representações econômicas e militares. O que está em jogo não é a hegemonia do modelo articulador, mas os re-cuos aos planos da ditadura financeira imposta ao mundo com sinais de falência do modelo digital contábil, constituído de políticas falidas, no que tange as mínimas condições aos que estão à mercê da sociedade²⁴.

Essa é a contradição clara vivida hoje. Os estadunidenses e a Europa extorquiam do mundo periférico as vantagens por deter o domínio hegemônico e distribuíam as fartas migalhas aos seus povos, e esses se sentiam felizes e orgulhosos por dominarem o mundo. A crise moral e ética vivida hoje vem demonstrar as mazelas da sociedade de um sistema em processo de demonstração das contradições²⁵. Nas crises quem paga a conta é a classe trabalhadora novamente.

A pobreza e a marginalização construídas historicamente não têm como ser reorganizada com esse projeto em pauta no mundo, visto que os mentores não têm mais a quem culpar pelo fracasso global pelo fato do mundo ser hegemônico e gerido pelo capital. Esse é o grande motivador de ainda navegar por meio das estratégias dominantes e que separam as classes, ao não observar questões sociais e culturais e nem preocupação com a sociedade mundial.

Por outro lado, no que tange as questões ambientais e sociais, o mundo caminha para a barbárie e as catástrofes produzidas pela ganância do modelo. A barbárie é o resultado de políticas excludentes, da falta de projetos de sociedade e que vem culminar com a completa destruição do tecido social. As catástrofes, em parte, têm raízes no uso dos recursos naturais sem planejamento, ou a completa desordem desencadeada como fruto da ganância e a busca do lucro a qualquer preço.

O correto é possibilitar às gerações futuras políticas sociais com mecanismos sustentáveis, que no atual projeto não tem sustentação

²⁴ MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. Trad. Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Unicamp, 2002.

²⁵ KURZ, R. **O colapso da modernização**. Da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. Trad. Karen Elsabe Barbosa. 5 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

nessa conjuntura. No novo entendimento global quem dará o tom da nova sociedade são as pessoas, por meio da ocupação de todos os espaços representativos e populares. Por outro lado, para dar continuidade ao imposto ao mundo, todos os mecanismos de manutenção são colocados em prática, visto a alta capacidade de articulação existente no meio organizacional do capital.

A preservação da relação concentradora, mesmo que essa se apresente esgotada e falida ainda é objetivo das elites lutarem para manter as práticas abusivas contra os trabalhadores, no intento de reverter o quadro exposto. Fatos dessa natureza são as novas imposições de convívio coletivo na Europa, que vem desencadear o agravamento da crise de 2008, mas que perdura até hoje e a cada dia detona agravamentos. Também o conflito moral do capital não acena com projeções otimistas para o futuro, para esses espaços geográficos em declínio, porém já se processa uma crise sistêmica do capital ao restante do mundo. As ondas de contradições fluem do centro para a periferia do modelo, com sinais claros da necessidade de novas atitudes coletivas, para gerir a sociedade mundial dando acesso e de maneira igualitária.

Contudo, no decorrer da construção textual desse trabalho podemos abordar com mais ênfase as estruturas mundiais no envolvimento de uma crise generalizada, porém não mais só com ondas geográficas e localizadas, mas de forma sistêmica e muito mais abrangente. O fenômeno da crise do modelo capitalista se instala efetivamente ao mundo de forma sistêmica, 2008, mesmo com prenúncios indicando a sua chegada nos anos 90 do último século²⁶.

²⁶ Oriente aos leitores no sentido de buscarem as leituras através de WALLERSTEIN, Immanuel e MÉZÁROS, István, assim quem queira se aprofundar nesse processo anunciado por alguns teóricos, que possibilita o entendimento de forma ampla da Crise Sistêmica instalada ao mundo na virada do milênio, porém bem identificado no ano de 2008:

WALLERSTEIN, I. **A reestruturação capitalista e o sistema-mundo**. Trad. Ricardo Aníbal Rosenbusch. Petrópolis: Vozes, 2000.

WALLERSTEIN, I. **Após o liberalismo**. Em busca da reconstrução do mundo. Trad. Ricardo Aníbal Rosenbusch. Petrópolis: Vozes, 2002.

WALLERSTEIN, I. **Capitalismo histórico**. Civilização capitalista. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

As ações representativas locais não agem por bel prazer na fixação de imposição de ideias, mas pela necessidade da manutenção das imposições mundiais. O poder político local, que atua com veemência na Amazônia, age com o intuito de proteger parte da sociedade capitalista, que mantém seus privilégios a custa da negação da grande maioria da população local. Aqui não é diferente de outras partes do planeta. Essas relações frias e calculistas existem em qualquer parte, pois visam sempre o lucro.

Trata-se de um projeto que marginaliza e despossui para depois reinserir ao seu estilo e de sua forma de entendimento focado na transmissão e fabricação do consenso mitificado. Nessa lógica, quando vou organizar o meu pensamento levando em conta os mecanismos organizacionais é para dar corpo e forma ao estabelecido. Mesmo que esses juízos e entendimentos venham camuflados com várias facetas é necessário ter a coragem de interpretar, oferecendo novas versões no campo das ideias e rediscuti-las com a sociedade.

Esse entendimento facilita o alto grau de intervenção dos meios políticos, de posse de um bojo de possibilidades altamente arquitetadas, com o objetivo de combinar as relações. A sustentação é possível por meio dos mecanismos de persuasão, que vão dar possibilidades e estofa ao aparato para chegar à ocupação dos espaços democráticos. A proteção e os direitos no Brasil tomam base no status social, no poder aquisitivo e, além disso, por pertencer às categorias de dominação da sociedade. A organização, embora tenha sua essência e firmamento no sistema dominador mundial, preserva elites, que oferecem como alternativa às massas a opção de servirem apenas de força de trabalho de pouco valor. O projeto imposto pelo capital atualmente brota na sociedade a capacidade de ramificar as estruturas sem socializar os meios de ascensão social da coletividade.

Hoje cada espaço onde se fomenta o meio de organização é importante ter à disposição toda a microestrutura local, para ficar de olho

MÉSZÁROS, I. Para **além do capital**. Trad. Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Unicamp, 2002.

MÉSZÁROS, I. **O século XXI – socialismo ou barbárie?** Trad. Paulo César Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2003.

na macroestrutura de maneira abrangente, com o intuito de acompanhar as evoluções, que o mundo projeta. Todavia, sempre observam os progressos do mercado, da economia, bem como mantendo formas táticas de envolvimento ditos igualitários, mesmo que não sejam socializados os frutos do processo concentrador.

Para a busca do poder político na região amazônica, há um agravante nas formas rápidas e evolutivas, que se processam por meio da ação de colonização recente, conforme abordado ao longo dos escritos. O espaço amazônico se transformou nas últimas quatro décadas, através dos comparativos com períodos anteriores na região, bem como em relação as outras partes do Brasil. O processo migratório foi sem igual na última fronteira de ocupação brasileira por ter sido organizado e planejado para evoluir rapidamente e desenvolver políticas da separação das classes.

O desencadeamento da corrida expansionista também cria formas próprias de organização política partidária através do refinamento dos atores sociais, que se destacam na preservação das ideologias dominantes, oportunizando a todos esse atrelamento de expoentes das camadas sociais. Aos que não se sujeitam as regras impostas, por meio dos desígnios do proposto estabelecido, recebem a repulsa da sociedade dita legal e representante do processamento contínuo.

A intenção clara é possibilitar o avanço do extrativismo e da agropecuária na região, bem como o processo acumulativo em pauta, mesmo que esse tenha produzido no espaço muitos pobres e poucos ricos, além de terem transformado o desenho ambiental em forma de catástrofe para o futuro da humanidade, produzindo uma extrema pobreza, que se encaminha à barbárie local. Hoje as elites regionais amazônicas têm vergonha e medo da sua própria criação.

Para avançar na dinâmica teórica regional é possível verificar três fases bem distintas dos últimos 40 anos, antes de igualar às táticas com outras partes do Brasil. A primeira intervenção política nasce dentro da ditadura militar imposta ao país em 1964, sendo também o início mais contundente da transferência de pessoas e grupos econômicos, ao novo espaço expansionista. Essa época ocorreu

no auge do domínio das empresas de especulação imobiliária, conhecidas como colonizadoras, que faziam a frente das articulações.

Aquele momento não era diferente dos de hoje em termos de estratégias. As organizações de sociedade também tinham alto estudo para poder chegar ao controle político. Mesmo que em período de autocracias, era facilitado o controle dos movimentos e as formas de intervenção. O Estado é a garantia da hipoteca das ideias e das ramificações articuladas, sem a preocupação de desenvolver uma sociedade por meio da democracia.

Com a capacidade formal e moral de impor às normas, o colonizador chega primeiro e fala em nome dos governos da época repressiva, com capacidade de reproduzir os seus mandatários políticos locais. O poder agora é da pessoa jurídica em nome da especulação de terras e da organização dos territórios, entretanto se fundem junto com a pessoa física, que faz o papel de “Grande Chefão” e isso pode ser visto em todas as áreas de processo migratório principalmente após 1970 na Amazônia. A função de distribuir terras deixou de ser do Estado, que delega essa incumbência aos “filhotes da autocracia”²⁷.

Com estruturas pensadas, os colonizadores organizam os espaços políticos locais, com capacidade política de determinar quem são os mandantes, os protegidos e os beneficiados com o processo expansionista. Os mandarins que vão administrar os novos espaços com os recém criados municípios e todo o quadro de influências. O que realmente estava em curso nesse caso foi o franco desenvolvimento do processo de especulação imobiliária, para efetivar a agregação de valor às elites da terra, bem como iniciar projetos com o objetivo da produção agropecuária e o extrativismo. O objetivo é desenvolver mecanismos que venham estruturar todas as investidas locais. O atrelamento tinha somente um caminho por meio da asfixia das massas, do controle e do engessamento de ideias opostas que não comungassem com a aliança entre o capital e o Estado dominador²⁸.

²⁷ CARDOSO, F. H. & MULLER, G. **Amazônia expansão do capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1977.

²⁸ IANNI, O. **Ditadura e agricultura**. O desenvolvimento do capitalismo na Amazônia: 1964-1978. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

A segunda fase do processo político local passa a ocorrer através da perda gradativa dos poderes dos “Barões da Colonização”. Uns pela redução a sua própria insignificância – o mesmo que ocorreu com os militares, visto que o capital usa enquanto necessário. A saída dessa fase é tranquila e controlada pelo capital, que encaminha um novo período da história no Brasil. Isso acontece por meio da entrada no processo democrático gradualmente, que expurga e depura o que não é mais necessário.

Nesta etapa, quem coordena, orienta e desenvolve os mecanismos de silenciamento regional são os agora “Coronéis da Floresta”, que são as criações do colonizador. Eles são oriundos dos alastramentos desse novo espaço e indivíduos que ficaram atrelados na sustentação da tirania através de suas ações que vinham em acordo com o poder local e global. A ascendência econômica é um dos requisitos básicos, para usufruir o poder político e representar as dinâmicas organizacionais.

A sua promoção enquanto coordenadores vem agregada de significados como foi abordado ao longo dos escritos, entretanto com a incumbência de dar continuidade ao estabelecido, ou seja, manter a ordem do modelo e o processamento das ações ideológicas daquele espaço geográfico. O novo gestor agora vem imbuído de estrutura econômica, bem como de um processo produtivo em franco crescimento. Nesse processo, pouco importa os meios para ascensão econômica e social para ser representativo e bem visto na sociedade. É a estrutura que fabrica os condicionantes sociais de convencimento nas disputas eleitorais, além do dinheiro empenhado pelos interesses em jogo.

Essa em muitas oportunidades pode ser por meio da indústria da grilagem, da nota fiscal fria, irregularidades ambientais e pouco importa de qual facção ou crime organizado pertença no capitalismo de fronteira.²⁹ As cidades sedes administrativas locais são produzidas para serem transformadas e administradas politicamente como cidades centros do capital. O intuito é organizar a região com toda a infraestrutura, que vai desde a formação do exército da mão de obra de reserva até as tecnologias de ponta, para fomentar o processo produtivo e a

²⁹ MARTINS, J. S. **Fronteiras**. A degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997.

acumulação de renda e da terra.

Nas cidades já organizadas há mais tempo eram fomentadas todas estruturadas por meio do processo produtivo mais apurado, do comércio e da prestação de serviços. As cidades oriundas do projeto de alongamento da nova fronteira servem para dar suporte ao desenvolvimento e seu crescimento ocorre gradativamente e quando comparado com outras regiões do país a projeção é muito rápida. Hoje algumas se destacam e também são centros que passam a oxigenar as bases da relação produção e do trabalho regional³⁰.

Desta forma são criadas várias alternativas para organizar a sociedade politicamente. A nova versão vem com molduras democráticas para ocupar cargos eletivos e obter sucesso. Os cidadãos e cidadãs devem estar atrelados aos coronéis da política nessa nova fase do capitalismo de fronteira. Nas cidades e no campo continuam as ideias de manutenção do estabelecido e todos os que não são adeptos ao constituído recebem as sanções socialmente, mesmo com o fim da ditadura e início do processo democrático no país. Esses recebem como atributo de serem retiradas todas as oportunidades das classes trabalhadoras que o novo espaço oferece para que não consigam levar avante suas ideias e seus projetos, reduzindo essa significativa parcela da população em mão de obra à disposição dos grupos constituídos pelas dinâmicas do capital.

Não é possibilitado aos que não se submetem às ordens e as regras a ascensão no meio político. Em alguns casos quando existe muito desgaste político é possibilitado ao trabalhador acender através da política, porém logo ele é metralhado pelo plano organizacional altamente eficaz e estruturado para ser de fato desqualificado enquanto

³⁰ Para demonstrar a importância das cidades e pertinente que complementem com as leituras de SPOSITO, M. Encarnação e LEFEBVRE, H. Eles fazem a demonstração por meio dos conceitos, da importância das cidades servindo de centro do capital:

LEFEBVRE, H. **A cidade do capital**. Trad. Maria Helena Rauta Ramos e Marilena Jamur. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Trad. Sérgio Martins. Belo horizonte: UFMG, 1999.

SPOSITO, M. E. **Capitalismo e urbanização**. São Paulo: Contexto, 2000.

representação política. Essa asfixia produzida não ocorreu somente nos tempos passados. Atualmente ela continua em todo o espaço de acumulação e quem tem o troféu de grande vencedor é o agronegócio das monoculturas de mercado na região. Os donos dos “pés de boi” e dos grãos de soja juntam todo o aparato existente que vai do poder econômico, das comunicações, das instâncias do Estado, para ocupar lugar na política. Os seus verdadeiros representantes atualmente já estão ocupando o lugar dos Coronéis sem desvirtuar a dinâmica nessa terceira fase da investida política³¹.

Mais uma vez, conforme a evolução do processo em andamento e dependendo da região geográfica, sai do extrativismo florestal e do mineral e passa para a produção de mercadorias do mercado de hoje por meio da agropecuária que é a mais contundente na atualidade. O avanço da agropecuária torna a região altamente contaminada por meio de perfis políticos das representações da bancada ruralista. Nos resultados da eleição para Presidência da República em 2010 ficou clara a grande intervenção que ainda manipulam as áreas de maior intervenção da agropecuária. A disputa ficou bem dividida em termos geográficos e todas as partes onde o agronegócio das monoculturas tem domínio, as eleições foram vencidas pelo candidato José Serra. As outras partes, a vitória foi dada candidata Dilma Rousseff, que venceu as eleições, com pouco apoio das regiões ruralistas.

Esses ainda veem os partidos ditos de esquerda como ameaça aos seus projetos de acumulação, mesmo sabendo que suas ações são asfixiadas através do conjugado grupo de apoio aos eleitos na Presidência da República. Os apoiadores servem de termômetro para coibir os avanços nas questões socializadas. É o caso do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB, que faz o papel de noiva no altar dos vencedores. Essa atitude não é por acaso, mas é um estudo altamente apurado com o objetivo de assegurar o curso da manutenção das prioridades através dos recursos do Estado e serem direcionados ao capital, bem como manter o controle do poder.

Não que a candidata vencedora, a hoje atual Presidente da República, ofereça medo no atual quadro mundial exposto. A verdade

³¹ GRASIANO, S. J. **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

é que as elites apostaram no candidato que foi derrotado na certeza que poderia facilitar mais as estratégias da ciranda dos benefícios das elites agrárias na região. Essa vai do perdão de dívidas, do prolongamento das mesmas, a organização fundiária e a facilidade de emplacar melhor as diretrizes do novo código florestal já aprovado, para burlar parte das questões ambientais.

O que não podemos perder de vistas é o projeto do capital, que vem com roupagens democráticas, com o objetivo de ocupar todos os espaços para preservar os seus interesses e a intervenção processa-se por meio da política partidária. Esse controle é muito importante para a manutenção da ordem estabelecida, e ao mesmo tempo dar continuidade as estratégias históricas na região.

Já foi demonstrado anteriormente que pela primeira vez na história a bancada ruralista saiu um tanto derrotada do pleito das eleições, por meio das representações na Câmara dos Deputados e do Senado, mas ainda exerce grande poder articulador e de influência. O ponto de identificação que o resultado das eleições dividiu o país em dois blocos: um nas regiões mais adeptas às intervenções do agronegócio e o outro sem a sua influência. Já é possível observar as novas articulações dentro dos poderes constituídos em Brasília, porém não podemos negar a capacidade de sedução não só do poder de quem ocupam cargos eletivos, mas das oportunidades financeiras aliadas ao domínio político.

Ao desenrolar as possibilidades para organizar o arcabouço dos entrelaçamentos das ideias, devemos ter claro como os representantes do modelo agem. Hoje a banca ruralista tem outras preocupações principalmente em regiões de alongamento da nova fronteira agrícola, que é o firme propósito de organizar a questão fundiária. O caso de mais contundência se localiza na região amazônica, visto ser o novo eldorado na produção de grãos e carne, por meio do avanço da agropecuária e do extrativismo e muitas áreas ocupadas é fruto da grilagem de terras do crime organizado local. A tarefa é legalizar o irregular, já que a questão fundiária é um problema no campo pela grande quantidade de áreas em estado de irregularidade no que tange a documentação das limitações³².

³² ARBEX JR, J. e OLIC, N. B. **Rumo ao Centro-Oeste**. O Brasil em regiões. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1996.

Grande parte da região foi organizada no processo de colonização no passado, através do delito organizado e em muitas partes ainda hoje permanecem comandando. O desafio é arranjar mecanismos para que o crime fique impune e os criminosos sejam promovidos para terem as terras griladas legalizadas de maneira mágica através dos empenhos políticos. Não importa se as terras pertencem ao Estado, se são de propriedade de pessoas físicas e jurídicas, se são áreas indígenas ou de preservação ambiental. A tarefa é árdua aos políticos representantes, visto que a façanha deve deixar impunes os expropriadores do homem do seu ambiente, bem como todo o aparato criminal ocorrido nesse espaço, por meio da conquista da terra³³.

Foi comprovado que a região amazônica tem dois grandes problemas na atualidade. O primeiro é através das questões ambientais, que cada dia sofre mais agressão pelo avanço agropecuário e para reverter esse quadro é necessário dar valor econômico à biomassa. Um grande desafio visto que o mercado está de olho nos produtos da região, buscando a carne oriunda da pecuária de corte e os grãos da agricultura. O segundo problema realmente é a questão fundiária, a grande quantidade de áreas irregulares sendo ocupadas por parte do agronegócio das monoculturas de mercado, bem como na busca de especulação imobiliária.

O papel político com esse quadro requer muita habilidade e dedicação dos representantes da bancada ruralista. É possível visualizar que aos poucos estão minando os espaços na tentativa de criar mecanismos legais, para legalizar o crime e decretar de vez a terra grilada em áreas regulares, com toda a documentação devida. O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST luta historicamente na condição de ator e coordenador social através da reivindicação da terra para assentamentos da reforma agrária³⁴. Contudo, esse fato demonstra que mesmo o país vivendo em regime democrático na atualidade, também leva as elites a desqualificar os movimentos de inclusão, visto as elites

³³ MARTINS, J. S. **Expropriação e violência**. A questão política no campo. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1991.

³⁴ SCHIMIDT B. V. **Os assentamentos de reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1998.

terem os meios de comunicação nas mãos e o poder político. O capital em qualquer regime necessita destruir os movimentos sociais, para poder continuar manipulando a sociedade ao seu modo.

Esse fato serve para o Movimento Sem Terra ser denominado de desordeiro e as críticas contundentes começam ao atribuir o título de invasores aos seus membros, bem como outros qualificativos de condicionamentos inculcados na sociedade através do aparato controlador das comunicações. Por outro lado, a grilagem vem acompanhada com todas as formas de violência. Hoje o estado de Rondônia, do Pará e o norte matogrossense contabilizam os maiores índices de conflitos³⁵, de mortes e na utilização da força de trabalho escrava, por meio da escravidão do sistema “gato”³⁶. Além disso, a grilagem de terras é a maior máquina do desmatamento na região, bem como pautou as ações mais contundentes do crime organizado no passado e continua hoje com as estratégias iguais, ou piores em certos casos. É o retrato de um país dos fora da lei impunes, porém alguns desses são eleitos ao longo da história como legítimos representantes do povo³⁷.

Assim, as tomadas irregulares das terras por parte das elites não se enquadram como invasões no sentido político, porém esses se sentem no direito de legalizar a grilagem e passar a borracha nos crimes. Observem a importância do entendimento estruturado e ramificado da região, a fim de entender a real situação do país, principalmente do espaço ama-

³⁵ CPT – Comissão Pastoral da Terra, 2011. Disponível em: <<http://www.cptnacional.org.br/>>. Acesso em: 20 de maio de 2012.

³⁶ **Escravidão branca** – Refere-se à escravidão dos tempos atuais, que engloba pessoas brancas e negras. Os trabalhadores se encontram na maioria das vezes em condições subumanas e de dependência. São violados os direitos humanos, ficam presos em cativeiros nas fazendas agropecuárias e no extrativismo, sendo obrigados a efetuar trabalhos forçados, não tendo a liberdade de ir e vir. Em muitos casos, os trabalhadores são agredidos, torturados e mortos. A escravidão branca acontece em grandes propriedades, através do sistema “gato”, com ajuda de jagunços e pistoleiros fortemente armados que prestam trabalho a grupos econômicos nacionais e internacionais, principalmente na Amazônia brasileira (Picoli, 2004b).

³⁷ SHOUMATOFF, A. **O mundo em chamas**. A devastação da Amazônia e a tragédia de Chico Mendes. Trad. Luiz Fernando Martins Esteves. São Paulo: Best-Seller, 1990.

zônico que é um barril de pólvora no que diz respeito às irregularidades na questão do direito a terra. Ao abordar o processo de colonização nas análises dos meios de comunicação e da política, podemos observar a gravidade do problema, pois no Brasil há dois pesos e duas medidas.

As elites, com a ajuda do Estado, podem legalizar suas terras griladas no passado, mas os trabalhadores, aqueles que labutam arduamente, não têm a mesma sorte e são chamados de invasores e baderneiros. As atribuições dos atores das representações extremas são de invasores, quando realizada pelos movimentos sociais, porém de ocupantes das áreas quando realizado pelas elites. Assim, faz dos primeiros de criminosos e foras da lei pelo sistema capitalista; o segundo de vítimas e injustiçados pelo processo de ocupação da Amazônia.

Com esse aparato os grupos econômicos têm o fermento correto para buscar por meio da política a manutenção do poder, bem como usufruir das instâncias do Estado ao seu favor com o objetivo de legalizar as áreas oriundas do crime³⁸. A tentativa é colocar a opinião pública contra os que reivindicam o chão, colocando-se de forma covarde e medíocre como vítimas do processo. Ao mesmo tempo são organizadas supostas redes com milícias criminosas³⁹ sustentadas pelo Estado na proteção da propriedade privada, porém no intento de concentrar a terra e a renda na região para as elites, com o objetivo de coibir movimentos populares que buscam a terra para as classes populares, sendo o alvo principal o MST⁴⁰. A estratégia do crime organizado é formar verdadeiras máfias articuladas contemplando parte dos políticos, dos grupos econômicos e das instancias do Estado e faz parte do processo histórico na região⁴¹.

O objetivo é para qualificar parte das terras desqualificadas juri-

³⁸ BENCHIMOL, S. **Amazônia: a guerra na floresta**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992.

³⁹ GAZETA. Gazetadigital, 2009. Disponível em: <<http://www.grupogazeta.com.br/conteudo/show/secao/9/materia/215308>>. Acesso em: 24 de abril de 2012.

⁴⁰ CPT. Comissão Pastoral da Terra, 2012. Disponível em: <<http://www.cptnacional.org.br>>. Acesso em: 15 de maio de 2012.

⁴¹ MARTINS, J. S. **Reforma agrária o impossível diálogo**. São Paulo: Edusp, 2000. IANNI, O. **Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1979.

dicamente, dando legalidade aos atos do crime organizado na região e no país. Assim, concretizam a impunidade centralizando nas mãos das classes privilegiadas a posse das terras griladas tanto da região amazônica quanto do restante em outras partes⁴². Conforme se aparelham as elites por meio da concentração da terra e da renda, também caminha junto uma verdadeira contra reforma agrária no Brasil.

Por outro lado, está em discussão quem é ficha limpa ou suja na política⁴³. Assunto que ainda é ventilado hoje (2012), mesmo já sendo a lei aprovada. Mas o que leva ao assunto são outras discussões de como passar borracha nas penalidades sofridas e fazer da legislação palavras mortas e sem efeito no dia a dia, por meio da recorrência e desqualificações das punições. Em todos os discursos da não validade da lei para os recursos do pleito de 2010, foi observada com manifestação de vitória o empurrar da legitimidade para as eleições municipais de 2012, porém tudo sem a certeza de nada.

Mesmo com a aprovação da lei ficam ventilando mecanismos da não implantação da lei, já que têm os mecanismos legais e ilegais à disposição dos grupos que praticam os crimes eleitorais. Contudo, ainda ficam dúvidas se realmente será validada a nova lei ou não na prática, e se não é mais um engodo para a população de um projeto que jamais será implantado de fato no país. A desconfiança também se pauta pelos mecanismos dos desdobramentos das leis duvidosas no país e a dúvida se a justiça funciona de fato.

⁴² FELTRIN, M. (Org). **Comissão Parlamentar de Inquérito da terra matogrossense. Relatório final dos trabalhos**. Cuiabá: Assembleia Legislativa, 1995.

⁴³ **Ficha limpa** é um projeto de lei com origem da iniciativa popular. Foram juntadas 1,9 milhões de assinaturas nos diferentes espaços do território brasileiros. A iniciativa foi no intuito de impedir que político que tenham recebido condenação através da justiça, esses seja evitado que concorrem aos cargos políticos eletivos no Brasil. A iniciativa nasce dos movimentos organizados do país antes da virada do milênio e objetiva combater a corrupção brasileira. Contudo, o projeto foi aprovado na Câmara dos Deputados em 05/05/2010 e no Senado Federal no dia 19/05/2010. Foi sancionada pela Presidência da República em 04/06/2010, que se transforma em Lei Complementar nº 135. Hoje a lei existe, porém faltam mecanismos legais e vontade política para ser colocada em prática.

O que não podemos perder de vista é o grande número de profissionais da política, e muitos serem sujos por sua existência e trajetória. O fato de não terem sido pegos ainda se sustenta através de vários mecanismos de controle e de poder que exercem, como foi visto ao longo do texto. É necessário o entendimento desses atores da política da atualidade no Brasil, eles têm funções muito importantes no cenário nacional, a de ficarem de plantão para impor a ordem do capital imposta ao mundo e não para preservar a classe trabalhadora e os movimentos sociais.

O fator que norteia parte dos políticos brasileiros hoje se configura na falta de credibilidade na visão do coletivo social. Essa falta de confiança entre a população e seus representantes legais é um fato marcante em nossos dias pelo cenário exposto nos noticiários tradicionais, bem como nas redes sociais. A sociedade assiste desiludidamente o que se passa nesse panorama em crise estrutural permanente, que em seu envolvimento é possível de observar a falta de ética e da moralidade. Na verdade a população no momento se sente oprimida ao acompanhar no dia a dia tanta corrupção e envolvimento nos crimes de parte dos políticos desse país.

A tão esperada ficha limpa resolve os problemas dos desvios na conduta política? A sonhada reforma política que não vem, e vindo através desse quadro é possível de acreditar que algo sério para moralizar e recredenciar o processo eletivo nacional? Ficam dúvidas, mas os fatos são apenas os vinculados através das denúncias, visto na atualidade terem se tornados esses profissionais altamente qualificados em fazerem papéis que não fazem parte das funções a que foram eleitos. Hoje a política funciona através de quadros compostos por profissionais políticos e a maioria desses ao serviço do capital.

O exposto faz perder a confiabilidade na política, porém partes dos atos ainda são acobertadas em suas ações, visto as altas articulações do crime organizado no Brasil. Principalmente através da violência no campo⁴⁴. Na atualidade dentro da política brasileira e fora dela são possíveis práticas imorais por meio das ramificações do delito,

⁴⁴ CPT – Comissão Pastoral da Terra, 2012. Disponível em: <<http://www.cptnacional.org.br>>. Acesso em: 15 de maio de 2012.

que envolvem parte dos grupos econômicos, dos empresários, dos políticos e das representações do Estado, bem como em alguns casos relações com o narcotráfico e bicheiros⁴⁵. Nessa escuridão dos rumos políticos do país a vida segue e o povo continua refém das minorias representativas do capital.

⁴⁵ No primeiro semestre de 2012 foi possível acompanhar no cenário político de Brasília uma sequência de detonações de atos praticados por longos anos, que ofereceram denúncias pelas autoridades competentes. Porém vindo ao público a alta corrupção por parte de alguns dos que ocupam cargos eletivos e deflagrando uma crise institucional. Foi amplamente ventilado por meio da imprensa do país fatos que deixam sem credibilidade o processo democrático do Brasil. Os envolvimento são de supostas quadrilhas do crime organizado ditando regras e normas, bem como praticando crimes, que desrespeitam os brasileiros por serem representantes do povo. A política se tornou um engajamento de profissionais e para conseguir o crivo para entrar nesse seletivo grupo é mais difícil do que entrar no vestibular de medicina da USP. O que qualifica não é só o processo eletivo no dia das eleições, mas todo um aparato montado dentro das representações de poder e de interesses a preservar o modelo em crise.

4

O CAPITAL E AS MONOCULTURAS NA AMAZÔNIA

Com amplo entendimento por meio do processo migratório na região amazônica, das comunicações locais e suas relações, bem como com o juízo amplo do processo político, é possível desenvolver apontamentos através dos mecanismos da organização do capital. A investida dessa nova etapa das argumentações decorre do projeto de desenvolvimento da última fronteira de expansão, além de identificar o avanço do capital na nova fronteira da agropecuária e do extrativismo, que almeja as monoculturas e os produtos de mercado global.

Para se efetivar essa dinâmica é levado em conta o processo migratório, bem como as relações de influências, que possibilitou transformar a região nos últimos tempos¹. Um projeto que foi desenhado para aprovar o triunfo programado em duas fases bem distintas: a primeira através do extrativismo e na segunda por meio da agricultura e da pecuária nas regiões da floresta. Nas áreas de cerrado o processo é de primeira fase, por conta de maior facilidade no amansamento da terra para a produção principalmente de grãos. O processamento acontece naturalmente, já que os produtos cobiçados pelo mercado mundial são hoje os cultivados na nova fronteira agrícola de expansão e vistos como objetos de lucro para o comércio.

Contudo, é pertinente a identificação dos atores sociais para ser

¹ PICOLI, F. **Amazônia**: do mel ao sangue – os extremos da expansão capitalista. 2. ed. Sinop: Fiorelo, 2004.

possível organizar o trabalho e também para dar continuidade a escrita e a compreensão dos espaços, que requerem entendimentos contínuos com diversos olhares enfocando todas as possibilidades. O objetivo é contribuir com os entrosamentos por meio da ampliação e do crescimento do agronegócio das monocultoras de estruturas comerciais. A ênfase nesse contexto é a região de alongamento da nova fronteira da agropecuária da Amazônia, que já foi identificada ao longo da escrita como área de conflitos na formação da propriedade privada, através da violência generalizada².

A análise serve também para poder observar a amplitude das relações na rede da vida ampliada, que associa o humano e o intercâmbio entre a fauna, a flora e o complexo meio ambiente. Fato que podemos identificar por meio da expropriação do homem e do seu ambiente, sendo de regra e não de exceção em todas as partes de intervenção humana³. Um espaço que todo o sistema ambiental aos poucos é expropriado para ceder lugar aos pés do gado bovino de corte e aos grãos de soja, que são os principais produtos da investida para servir ao mercado externo. Nunca foi dada importância aos seres humanos que viviam nessa região, nem tampouco aos que chegam nesse espaço de migração dirigida ou espontânea. A interferência do agronegócio se compõe de todas as relações que envolvem a cadeia produtiva, porém considerando por meio do antes, do durante e do depois⁴.

Nesse sentido, ao desenvolver as estratégias planejadas é possível realizar as relações no conjunto econômico, que envolvem os negócios da agropecuária. O empenho no entendimento global serve para identificar os apontamentos das afinidades do mercado mundial, que nos levam aos padrões da modernidade tecnicizada. É importante aliar que o agronegócio tem sentido amplo nas atividades da agropecuária, bem como em outras relações, porém esse conceito é válido tanto para as pequenas quanto para as grandes organizações no envolvimento da agricultura e da pecuária⁵.

² PINTO, L. F. L. **Amazônia**: no rastro do saque. São Paulo: Hucitec, 1980.

³ PICOLI, F. **Amazônia**: a ilusão da terra prometida. Sinop: Fiorelo, 2004.

⁴ PROCÓPIO, A. **Amazônia**. Ecologia e degradação social. São Paulo: Alfa-Omega, 1992.

⁵ GRASIANO, S. J. **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

A agricultura familiar se identifica através da produção para a subsistência e aos produtos da alimentação no dia a dia, mas principalmente para o consumo interno de cada nação⁶. As práticas das grandes monoculturas de mercado se aproximam pela representação da grande produção, mas principalmente através das monoculturas com os produtos do comércio em grande escala. Essas servem para abastecer o mercado interno do país, mas principalmente externamente através das exportações, que atendem o comércio em grande escala⁷.

A agricultura familiar dar-se por meio da relação produtiva que envolve o processo interno da cadeia produtiva com uso da força de trabalho dos próprios membros familiares e somente eventualmente busca o assalariamento para poder complementar as tarefas do dia a dia. Sua capacidade produtiva na maioria das vezes se envolve por meio da diversificação da produção e o intercâmbio da gestão dos negócios por meio da sabedoria popular, que é gerido pelos próprios membros que compõem o seio da família.

A ligação da pequena agropecuária tem relações e afinidades por meio dos movimentos sociais. O objetivo com essa tática é organizar as classes através dos seus semelhantes, por afinidades nos atos reivindicativos, que também levam a organização ao associativismo através dos pares. Os envoltimentos entre as organizações similares são levadas pela procura de melhorias coletivizadas, para desenvolver o processo produtivo, observando todas as oportunidades.

As técnicas inerentes ao bom desempenho são na procura das inovações, da organização administrativa, da organização social, de como gerir o empreendimento familiar, das formas de agregação de valor na procura de adicionar conveniências e renda, bem como através do melhor uso das ferramentas de mercado. A finalidade desse conglomerado de ideias de inovação e estruturação é para melhorar a colocação dos produtos no mercado consumidor em busca do bem estar individual e coletivo. O envolvimento da agricultura e da pecuária através da agricultura familiar faz parte da emancipação da classe, e ao mesmo

⁶ FARIA, M. S. **Autogestão, cooperativa, economia solidária** – avatares do trabalho e do capital. Florianópolis: Ed. Em Debate, 2011.

⁷ OLIVEIRA, A. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2001.

tempo eleva os produtores a detentores dos meios de produção⁸.

O agronegócio das monoculturas das exportações tem implicações através da plantação de produtos de larga escala. Este se envolve com produtos isolados ou únicos, os exemplos dos dias atuais são a produção da carne e dos grãos.

As metas são o mercado por meio das exportações, bem como gerir os negócios no próprio país, e se pauta por meio da agropecuária e toda a cadeia produtiva de grandeza. As formas bem sucedidas são através da relação da produção e do trabalho assalariado, com o desenvolvimento através da formação das empresas comerciais na forma jurídica. Esse processo é contínuo e faz parte da história econômica do país⁹.

No que diz respeito ao envolvimento grupal, o agronegócio do encadeamento produtivo em grande escala articula mecanismos mais aguçados e responde pelo envolvimento com as determinantes do modelo capitalista em pauta. O que determina esta atitude são as necessidades de mão de obra assalariada, com a efetiva relação de envolvimento entre os diferentes atores sociais que se relacionam por meio da produção de mercadorias.

O modelo depois de organizar o processo produtivo através do envolvimento entre as classes distintas, o seu poder articulador prossegue a orientar e desenvolver regulações oriundas dos detentores dos meios de produção e seus aliados. Esses se estruturam através da propriedade privada, das grandes áreas de terra e desenvolvem relações de comando na rede produtiva, porém os comandos são universais do capital organizado. Essa dinâmica é possível através das acumulações anteriores e por meio do envolvimento com a força de trabalho¹⁰.

Assim, podemos definir que a afinidade da cadeia produtiva do agronegócio das monoculturas, acontece através da produção em larga

⁸ OLIVEIRA, J. M. **A esperança vem na frente**. Contribuição ao estudo da pequena produção em Mato Grosso, o caso Sinop. (mimeo) São Paulo: Universidade de São Paulo, 1993.

⁹ FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 29. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1999.

¹⁰ OHLWEILER, A O. **Materialismo histórico e crise contemporânea**. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

escala e sendo uma relação do motor capitalista na Amazônia brasileira¹¹. A dinâmica se pauta por meio do uso das explorações generalizadas, que contemplam a força de trabalho, o uso da natureza, a concentração da terra e da renda, assim como pela estrutura produtiva altamente estratégica através da dominação dos poderes organizados na vida social¹². As ramificações de domínio se desenvolvem com intervenções necessárias ao grupo no seio das relações do Estado, bem como fora desse para dar clareza e assegurar o transcorrer com segurança, sobretudo no que diz respeito às manobras do mercado globalizado¹³.

Os mecanismos políticos e as comunicações fomentam as estratégias de longo alcance, visto servirem de escudo para proliferarem suas ideias de dominação, de comandos e de asfixia as demais ideias não bem vindas ao novo espaço de alongamento¹⁴. Essa dinâmica arquitetada é para coibir as opiniões que não são simpáticas dentro da conexão proposta pelo grupo dominador. A meta é somente o lucro e ao desprezar às demais alternativas que colocam os seres humanos e suas relações como centro, as dinâmicas atingem o estágio proposto da desqualificação e também tornam insignificantes os demais atores sociais. A dominação inicia aonde tem possibilidades de acumulação econômica e termina aonde tem meios de intervenção para garantir o objetivo, porém é necessário entender as dinâmicas do capital e as possibilidades das classes em movimento e transformação. O modelo imposto ao mundo e na região não é a única alternativa e muito menos a correta na agregação do coletivo¹⁵. O que se desenha nesse espaço são ações do modelo capitalista dominador, e seus atrelamentos são no sentido de se efetivar o projeto expansionista das elites.

O Estado é o penhor. Neste sentido, segundo o Ministério do De-

¹¹ IANNI, O. **Ditadura e agricultura**. O desenvolvimento do capitalismo na Amazônia: 1964-1978. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

¹² PICOLI, F. **Desarrollo y expropiación**. Sinop: Fiorelo, 2008.

¹³ SODRÉ, N. W. **Radiografia de um modelo**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1975.

¹⁴ MONIZ BANDEIRA, L. A. **A presença dos Estados Unidos no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

¹⁵ POLANYI, K. **A grande transformação**. As origens da nossa época. Trad. Fanny Wrobel. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

envolvimento Agrário¹⁶, foram disponibilizados os financiamentos para a agricultura empresarial, com números altamente evolutivos, demonstrando claramente o atendimento especial recebido nesse período pelo Estado. Para a safra 2003/2004 foram destinados 27,1 bilhões de reais, para serem usados no custeio e comercialização, nos investimentos e nas linhas especiais de crédito. Para fazer um comparativo, em sete anos, para a safra 2010//2011 os recursos orçados foram de 100 bilhões de reais. A evolução do envolvimento entre os membros do agronegócio das monoculturas, por meio da política se tornou uma necessidade primordial, para a manutenção dos índices que crescem consideravelmente a cada ano.

Por outro lado, o financiamento para a agricultura familiar neste mesmo período também evoluiu consideravelmente. Na safra 2003/2004 foram aplicados 5,4 bilhões de reais, porém a previsão orçamentária para o financiamento, custeio e investimentos da safra 2010/2011 está orçada em 16 bilhões de reais. É possível observar nos números um alto investimento, por meio dos recursos aplicados pelo Estado brasileiro.

Para melhor interpretar e organizar nosso pensamento, o aumento no período de sete anos de recursos aplicados na agricultura empresarial foi de 72,9 bilhões de reais a mais investido. Fato observado, quando comparados os recursos dos dois períodos, o que veio melhorar a produção de grãos no país na comparação do início e do final da avaliação. Com essa mesma análise interpretativa, a agricultura familiar obteve também um considerável aumento de 10,4 bilhões de reais, quando comparamos os recursos aplicados no início do período interpretado com o orçamento da safra hoje.

Para comprovar o resultado positivo em termos de produção de grãos no Brasil, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE¹⁷, na safra de 2004/2005, a produção em toneladas ficou em 114,1 milhões, já na safra de 2009/2010 o volume foi elevado em 146 milhões de toneladas produzidas. No período de cinco anos o país

¹⁶ MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/portal/>>. Acesso em: 23 de maio de 2011.

¹⁷ IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 20 de maio de 2011.

aumentou a produção em 31,9 milhões de toneladas a mais. Fato que vem colocando o Brasil como grande produtor mundial e com tendências claras de grande aumento nos próximos anos.

O novo plano que congrega a agricultura e a pecuária para 2011-2012 atingem recordes através do penhor do Estado na distribuição dos recursos. Segundo o plano agrícola do Governo Federal, os novos recursos oferecidos para financiar o custeio, os investimentos, a comercialização e o seguro rural foram orçados com aumento de 7,2% para 2012. Os dados correspondem aos recursos à disposição ao agronegócio de forma geral, que atinge os pequenos, os médios e os grandes, que se envolvem com a agropecuária brasileira.

Nesse sentido, as exportações dos produtos agrícolas são por meio das matérias primas e são comercializados sem valor algum agregado na cadeia produtiva. Além de serem controladas as vendas por multinacionais, essas não deixam vantagem algumas aos brasileiros, trata-se do estilo típico da volta da colônia portuguesa, que sugava sem deixar margem alguma à nação. No ano de 2011 as exportações agrícolas representam um montante elevado, porém equivalem ao mesmo valor da produção, 94.590 bilhões de dólares, sendo esses valores praticamente concentrados nas mãos das elites agrárias¹⁸. Em 2012 as expectativas são as mais otimistas em termos de crescimento no final do balanço das exportações do setor.

A cartada de mestre dos políticos foi dada no período de Fernando Henrique Cardoso na Presidência da República. Através da Lei Kandir¹⁹

¹⁸ UOL. Disponível em: <<http://economia.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2012/01/10/brasil-obtem-recorde-de-colheitas-e-exportacoes-agricolas-em-2011.jhtm>>. Acesso em: 25 de abril de 2012.

¹⁹ Lei Kandir, lei complementar brasileira nº 87 que entrou em vigor em 13 de setembro de 1996 no Brasil, dispõe sobre o imposto dos estados e do Distrito Federal, nas operações relativas à circulação de mercadorias e serviços (ICMS). A lei Kandir isenta do tributo ICMS os produtos e serviços destinados à exportação. A lei pega emprestado o nome de seu autor, o ex-deputado federal Antônio Kandir. Art. 3º O imposto não incide sobre: II – operações e prestações que destinem ao exterior mercadorias, inclusive produtos primários e produtos industrializados semi-elaborados, ou serviços; Parágrafo único. Equipara-se às operações de que trata o inciso II a saída de mercadoria realizada com o fim específico de exportação para o exterior,

o produtor não paga imposto sobre as exportações, o Imposto Sobre a Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços – ICMS, através das exportações é isento por força da lei. Contudo, o setor se intitula de “setor produtivo do país”. Isso vem demonstrar a força da bancada ruralista no Senado e na Câmara Federal, com o legislativo a serviço das minorias que, por meio das suas representações, fazem o imoral ser legal.

Ao mesmo tempo essas elites se declaram inimigas dos movimentos sociais brasileiros, por entenderem que o mundo vive no tempo da colônia escravagista, entretanto agem como tal para o reinado e as vantagens continuarem. São atitudes sustentadas todos os dias através da mídia que se coloca parcialmente dentro das causas, como foi observado em capítulo especial, que consegue elaborar consensos para destruir classes e promover outras ao seu bel prazer.

Porém, com o objetivo de continuar fazendo dos políticos dedicados as suas causas pessoais e ao mesmo tempo declaram guerra às causas sociais coletivas dos brasileiros. Isso é possível em processo pela democracia no país, vindo comprovar como eram as ações nas ditaduras repressivas, visto que os atores políticos na grande maioria serem os mesmos ou filhos do processo evolutivo do capital.

A utilização dos espaços destinados ao agronegócio através da terra a cada novo período sofre alterações²⁰. O uso do solo por meio da agropecuária, que aqui abrange os principais produtos do Brasil, é uti-

destinada a: I – empresa comercial exportadora, inclusive tradings ou outro estabelecimento da mesma empresa; II – armazém alfandegado ou entreposto aduaneiro. Disponível em: <www.wikipedia.org/wiki/Lei_Kandir>. Acesso em: 25 de abril de 2012.

²⁰ Com base no censo agropecuário realizado no ano de 2006, com dados fornecidos através do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, a quantidade total das áreas dos estabelecimentos que se ocupam com a agricultura e a pecuária no país utiliza 354,8 milhões de hectares, ou seja, 42% do território do Brasil, sendo composto por: 76,7 milhões de hectares com lavouras (temporárias ou permanentes); 172,3 milhões de hectares com pastagens; 99,9 milhões de hectares com matas e florestas naturais ou plantadas; e outros: 5,9 milhões de hectares. Os dados foram colhidos através do IBGE. (IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2006. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006/agropecuario.pdf>>. Acesso em: 25 de abril de 2012.)

lizado em muitas partes do país e com produtos através de tecnologias de ponta. Em outras atividades ainda os mecanismos de tratamento são de forma rudimentar, tanto no tratamento ao solo e também com as tecnologias aplicadas em toda a cadeia produtiva. Esse fato pode ser observado através da agropecuária de subsistência, para a produção de alimentos para atender as demandas internas do país, bem como quando comparado através das monoculturas por meio das empresas para atender as exportações²¹.

Através dessa análise, hoje somos um grande potencial mundial, o carro chefe na produção e nas exportações está o complexo soja na frente, em seguida vem o complexo pecuária, com a produção de carne bovina, suína e do frango. Quando realizamos as interpretações dos dados reais, que são oferecidos por meio das representações estatais, é possível verificar o poder do agronegócio no Brasil. Esse fato pode ser identificado, tanto na análise das representações das monoculturas do tipo exportações com empresas comerciais, bem como dos que representam a diversificação na produção, a agropecuária familiar que na maioria das vezes serve para o sustento e a alimentação no próprio país.

Com base no IBGE de 2006, a agricultura por meio dos membros da família, utiliza menos de 30% do total das áreas rurais. Estes produzem em torno de 39% do valor bruto da produção do setor no país. No que diz respeito à ocupação das pessoas que trabalham no campo, a agricultura familiar emprega 76%, dos que se ocupam nessas atividades. São 4,1 milhões de propriedades rurais familiares e representam 85% do total dos estabelecimentos rurais.

É possível identificar que 15 milhões de pessoas, ou 37% das famílias que ocupam o campo, vivem em condições de indigência em processo de pobreza estrutural. Em torno de 15% dos estabelecimentos ocupam uma área de mais de 70% do país no setor e empregam apenas próximo a 24% do total da mão de obra do campo. Hoje em torno de 50 mil proprietários, sendo que apenas 0,9% das propriedades rurais, concentram em torno de 43% das áreas do setor agropecuário²².

²¹ PRADO C. J. **A questão agrária**. 4. ed. São Paulo, Brasiliense, 1987.

²² CPT. Comissão Pastoral da terra, 2012. Disponível em: <<http://www.cptnacional.org.br>>. Acesso em: 15 de maio de 2012.

O que vem demonstrar um alto índice de concentração de terras no país, por meio de um grupo fortemente articulado através do poder econômico, do poder político e, atrelados, buscam a qualquer custo organizar as estruturas para o atendimento das reivindicações de um grupo seletivo. Hoje o grande desafio é legalizar a questão fundiária, principalmente na região amazônica. Muitas das áreas de terras encontram-se sem documentos pelo fato de terem procedência duvidosa, em virtude da grilagem de terras no país, bem como com problemas de ordem ambiental²³.

No Estado do Mato Grosso 70% das áreas ocupadas pertencem ao latifúndio, com mais de 3.500 hectares e ocupa o segundo lugar em concentração de terras no Brasil. O primeiro no ranking é o estado do Mato Grosso do Sul, com 75% da concentração, está acima dos limites convencionados. O que caracteriza a concentração das áreas são as propriedades que possuem acima de 35 módulos fiscais²⁴. Esse é o diagnóstico de hoje, fruto da trajetória ocorrida nas últimas décadas. Porém, podemos observar que as projeções de futuro indicam uma verdadeira tomada das áreas em mãos dos capitalistas, assim a concentração da terra se processa para índices ainda maiores.

É possível de observar pouca disposição e capacidade dos sucessivos Governos Federais em realizar a Reforma Agrária no país, que é tão esperada pelos brasileiros. Os ex-presidentes Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva e agora a presidente Dilma Rousseff fomentavam a grande promessa da realização da distribuição das

²³ VIANA G. Impactos ambientais da política de globalização na Amazônia. In: VIANA, G.; SILVA, M.; DINIZ, N. (Org). **O desafio da sustentabilidade**. Um debate socioambiental no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

²⁴ Os dados utilizados são de domínio público, por meio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou dos Ministérios do Governo Federal, ou das Secretarias dos Estaduais. Dessa maneira, os dados utilizados sobre áreas de terras, da produção de grãos e do gado bovino, eles procedem de pesquisas junto as fontes públicas, e sem a necessidade de mencionar cada vez a fonte.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, 2006. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006/agropecuario.pdf>>. Acesso em: 25 de abril de 2012.

terras, mas parece que não estavam dispostos a desafiar as bases aliadas de sustentação, que são também as representações do agronegócio das monoculturas de mercado.

Fato que se confirma com a nova presidente em exercício. Mesmo tendo sido promessa das campanhas desses candidatos a desconcentração da terra, porém o que nos deparamos é com condição inversa à anunciada. Hoje está em curso a maior concentração da propriedade privada do país em mãos dos latifundiários de maneira regular e irregular²⁵.

Além de desafiar as possibilidades de legalizarem a condição fundiária e os atos ilegais da grilagem e colocar em prática o Código Florestal, que passa uma borracha na devastação realizada até hoje, essa ousadia não foi tentada em outros governos. Isso não vinha a público nem mesmo em período de ditadura, porém hoje é uma promessa que pode ser alcançada pelo poder embutido que domina os poderes do país.

Nessa possibilidade de poder, o Brasil é o segundo maior produtor de soja do mundo. Em primeiro lugar estão os estadunidenses. Neste Ranking, encontramos como primeiro lugar na produção brasileira Mato Grosso, em segundo o Mato Grosso do Sul. O estado de Mato Grosso comemora seus aproximados 30 anos de início do cultivo como o primeiro na capacidade produtiva em toneladas produzidas, bem como com tecnologia que coloca a produção como altamente elevada em termos de produtividade, quer dizer, a produção e a produtividade caminham juntas no estado. Segundo a Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, a previsão para a safra 2011/2012 em termos de toneladas produzidas, o estado matogrossense passará a ser o primeiro em produção de grãos no Brasil²⁶.

Já no ranking mundial da criação de gado bovino o Brasil também aparece em segundo lugar, visto ser superado somente pelos estadunidenses, que se mantém no topo da produção. O número de cabeças bovinas brasileiras supera a população com mais de 200 milhões de cabeças distribuídas em quase todo o território nacional. Novamente,

²⁵ REIS, E. A. **Amazônia legal & ilegalidade**. Rio de Janeiro: Revan, 1992.

²⁶ CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento, 2011. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1028&t=>>>. Acesso em: 25 de abril de 2012.

em se tratando de gado bovino de corte e quantidade de cabeças no pasto de forma geral, o estado de Mato Grosso lidera em números. Hoje ultrapassa os 30 milhões de cabeças, sendo que para cada habitante 10 cabeças de boi na média, por outro lado, em termos de comparação da média nacional é em torno de 1/1.

São dados altamente significativos, tanto para verificar as reais condições da agricultura e da pecuária, através das monoculturas de mercado para exportações, bem como na análise da agricultura familiar²⁷. O que é possível de verificar no que diz respeito à situação do campo é um alto desequilíbrio por meio do atendimento do Estado, bem como das relações que possibilitam o bem estar coletivo²⁸.

Verificam-se avanços em alguns pontos, porém o atual plano de crescimento criou dois extremos através da história no campo. Essa forma de tratar dos espaços não se diferencia nos demais estados que compõem a Amazônia Legal brasileira, conforme avança o agronegócio das monoculturas de mercado, também avança a devastação e o tratamento desigual quando se observa as classes que interferem.

De um lado, o agronegócio das monoculturas capitalistas com alta tecnologia e crescimento econômico, através da concentração da terra, da renda e de todas as possibilidades, mas o desenvolvimento não foi coletivo e a reforma agrária ainda é uma promessa dos Estados²⁹. Nessa outra ponta é possível observar outro mundo composto por marginalizados e despossuídos. A grande maioria que foi desapropriada na própria região, ou oriunda de outras partes do país com histórias de represamentos, que os levou à margem do acesso. Entre os que ainda insistem em ficar na terra sem assistência, identifica-se o camponês da agricultura da subsistência, aquele que coloca à mesa a maioria dos produtos que comemos todos os dias, porém esse sem o necessário atendimento do poder público de forma adequada, visto estar praticamente ausente.

²⁷ GUARESCHI, P. Relações Comunitárias, Relações de Dominação. In: CAMPOS, Regina Helena de Freitas (org.). **Psicologia Social Comunitária: da solidariedade à autonomia**. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

²⁸ IANNI, O. **Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1979.

²⁹ MARTINS, J. S. **Reforma agrário o impossível diálogo**. São Paulo: Edusp, 2000.

Os incluídos do processo de inclusão na terra são possíveis de serem verificados através de uma leva significativa de pessoas em torno das cidades fabricadas da Amazônia, com o objetivo de serem depositárias de mão de obra. Dessas uma quantidade significativa é fruto da expropriação do homem do seu chão através da pequena agricultura, conforme vimos. Porém acontece através da grilagem genérica, da falta de políticas públicas, do não acesso às tecnologias e a omissão do Estado de forma generalizada³⁰. Hoje poucos restam na luta produzindo alimentos e se tornaram projetos insustentáveis diante do aparato aplicado dentro da agropecuária de exportação.

O que aconteceu nas últimas décadas principalmente foi possibilitado a favelização no campo para esses atores sociais, que vem acompanhada de alto grau de destruição das perspectivas das classes menos favorecidas³¹. Uma verdadeira desordem do tecido social brasileiro no campo, por falta de alternativas de sustentação dos projetos através da cadeia produtiva. Assim ocorre a expulsão gradativa das famílias da agricultura de subsistência, além do pouco empenho do Estado em criar mecanismos de manutenção e atração das pessoas. A Reforma Agrária de fato que nunca chega, mas sempre é promessa de palanques dos mais diversos atores políticos brasileiros, esses de esquerda e também de direita, porém nada acontece de fato³².

O atendimento não é igual, não sendo colocado à disposição de todos os mecanismos do Estado, ou melhor, parte desses foi negada em detrimento do grande aparato estatal organizado no intento de organizar a grande propriedade privada no país³³. O plano é proposital e em nome do capital concentrador, todavia o aniquilamento e a asfixia das classes desprezadas fazem parte do projeto sistêmico em pauta no mundo.

³⁰ IANNI, O. **Estado e capital monopolista** 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1999.

³¹ MARTINS, J. S. **Expropriação e violência**. A questão política no campo. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1991.

³² MARTINS, J. S. **Reforma agrária o impossível diálogo**. São Paulo: Edusp, 2000.

³³ MARX, K. **O Capital**. Crítica da economia política. Trad. Reginaldo Sant'Anna. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

No Brasil se transportam as dinâmicas globais, bem como no novo espaço de concentração que se desenvolve por meio da concentração da terra e todos os mecanismos de produção concentrados. Hoje com a crise financeira dos países do primeiro mundo, existe uma ofensiva internacional do capital em busca de terras no Brasil, que fez retroagir até as poucas iniciativas do Governo Federal na questão dos assentamentos e o atendimento aos movimentos sociais. Assim, todos esses projetos de construir espaços na Amazônia são altamente estudados, para não se proliferarem alternativas a classe trabalhadora ser dona do seu próprio negócio. A desqualificação e o descaso do Governo Federal são proposital, para poder dar vazão aos projetos das elites de extrema direita, que sustentam o projeto de Estado e do capital, porém pouco importa quem coordena o poder executivo na Presidência da República no país.

A verdade é que o capital minou todas as possibilidades de mudanças sociais no Brasil, já que todo o aparato montado no país tem como finalidade beneficiar as elites que têm acesso à terra e os financiamentos oferecidos pelo Estado. Para minar os movimentos sociais e a classe trabalhadora, os investimentos como a agricultura familiar não são condizentes com as necessidades dos trabalhadores. Tudo isso é feito de forma proposital, usando os meios de comunicação e os partidos políticos, como forma de desmoralizar e neutralizar os proletariados. A intenção é manter como única alternativa aos marginalizados e despossuídos a possibilidade deles servirem apenas como força de trabalho, preservando as classes dominantes a processar a riqueza agora pelas monoculturas que atendem ao mercado globalizado. Assim, a ação de continuidade não se altera.

O mundo do campo e das cidades continua dividido entre os extremos: a pobreza e a riqueza e entre os detentores do poder e os dominados. Esse arcabouço montado no campo pelo modelo capitalista chega a imitar as práticas da máfia em termos de organização. É possível de verificar ao mesmo tempo o retrato de um país dos fora da lei, por meio da impunidade, pois quando ocorrem os crimes no campo através da concentração da terra pouca providência acontece por parte do Estado, visto esse ser o próprio capital³⁴.

³⁴ IANNI, O. **Imperialismo na América Latina**. 2. ed. Rio de Janeiro:

O motivo de sua ampla e irrestrita proliferação das ideias e dos interesses se concretizarem no dia a dia nos procedimentos adotados na representação do projeto do capital. Estes se denominam de “setor produtivo”, como se os demais setores e atividades não fossem produzir, bem como escondem que a riqueza é acumulada é através da exploração do trabalho. Aos que esperam por mudanças é necessário cautela no campo dos poderes articulados. O artifício da superioridade acontece por meio do terreno fertilizado, fruto da dominação de todas as possibilidades, sendo elas em regimes ditatoriais ou democráticos, como foi observado ao longo dos escritos, mas hoje é o regime democrático quem exclui. Para as elites não importa qual regime ou quem governa. O que interessam são as estratégias adotadas oportunamente para cada nova investida resguardar o poder e a lógica da concentração e para isso são minadas as possibilidades de existirem possibilidades e um mundo diferente no campo e nas cidades. Porém, dentro das dinâmicas do modelo capitalista³⁵.

É o Estado e é o capital em forma estratificada, porém dentro dos meios e mecanismos articulados, ou do contrário como seria possível menos de 1% dos proprietários das terras, que concentram 43% das áreas utilizadas por meio do agronegócio das monoculturas³⁶. Esses conseguem dominar o restante da população por meio da política, das comunicações e de todo um aparato que eleva ao poder³⁷. Como foi abordado é bom reiterar sempre para não perder o entendimento, quando são articuladas todas as possibilidades é possível organizar os interesses grupais em defesa das elites de forma planejada e do entendimento proposto pelo grupo. Por outro lado, ainda é possível de condicionar a população que tudo ocorre de maneira correta e integrativa, embora a integração proferida seja por meio da relação produção/trabalho.

Civilização Brasileira, 1988.

³⁵ SINGER, P. **O Capitalismo**. Sua evolução, sua lógica e sua dinâmica. 18. ed. São Paulo: Moderna, 2000.

³⁶ PICOLI, F. **Amazônia e o capital** – uma abordagem do pensamento hegemônico e do alargamento da fronteira. Sinop: Editora Fiorelo, 2005.

³⁷ MARX, K. **Salário, preço e lucro**. Trad. Maria Clara. Faria. São Paulo: Moraes, 1985.

As elites, ao desenvolver métodos que organizam socialmente os espaços, por meio das comunicações, que são colocados a serviço de produzir fundo nas mentes os condicionamentos – refletem em cadeia seus efeitos, vistos através da construção do mito e do consenso altamente elaborados. Na sequência da trajetória entram em cena os atores políticos, que são colocados o serviço do grupo, por representarem articulações de poderes regionais, que levam à dominação e ao controle coletivo. No final da investida entram as amarrações de quem esses políticos representam no cenário articulado e projetado, que na maioria das vezes são as classes dominantes concentradoras levando a cabo seus projetos.

Ao levantar essas possibilidades dos verdadeiros representantes dos latifundiários, nos remete às pessoas que lá estão com o firme propósito de fazer a ponte entre os interesses dos grupos minoritários, embora tenham sido eleitos pela população de forma geral. Na análise, se os eleitos não representam a grande maioria, existe apenas uma interpretação: as pessoas votam de forma enganosa. Se menos de 1% determina os rumos da sociedade da agropecuária, algo está errado, pois esse grupo jamais representará os interesses da maioria da população brasileira. O que levaria, por exemplo, os senadores Jaime Campos e Blairo Maggi, que representam a estado de Mato Grosso, serem eleitos através da vontade popular, mas corresponderem ao coletivo?

Do ponto de vista de sociedade democrática, no final de 2006, o primeiro senador se elegeu para um mandato de oito anos, através do esforço organizado das frentes de seu apoio e também de oposição. O fato é que ele seria o legítimo representante dos segmentos do agronegócio das monoculturas de mercado, por meio das empresas constituídas juridicamente. Também representa o conglomerado das multinacionais, que atuam no espaço com compras e vendas dos produtos dos venenos, da transgenia e das importações. O fato que chama atenção, que mesmo com toda a rejeição que a família tem por representar a velha oligarquia da ditadura, que dominou o estado historicamente, optam por um modelo de continuidade³⁸.

Para as articulações não interessa quem deve ser, porém devem

³⁸ SODRÉ, N. W. **Radiografia de um modelo**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1975.

fazer parte os indivíduos com alta qualificação e conceito representativo dos interesses do capital. A vitória nas urnas desse político é a certeza que o grupo apostou na forma de aglutinar forças e também conquistar os resultados no embate político. Ao desenhar esse quadro, verificamos o movimento retilíneo do projeto e esse vem ao encontro do que o grupo almeja, tanto é que apostou na sua eleição e na vitória. Hoje é um dos legítimos representantes do latifúndio e que tem o encargo de legalizar a questão fundiária, bem como as questões ambientais ao modo dos interesses da seleta casta.

Na atualidade o objetivo é regularizar os desmandos ambientais já processados com o novo Código Florestal, bem como a questão fundiária que a cada dia está mais complicada, tendo em vista um processo de acumulação de áreas e muitas em condições de irregularidades³⁹, como foi observado no decorrer do texto⁴⁰. A tentativa de regularizarem a grilagem no país é ponto de pauta de parte dos políticos representativos do modelo capitalista nacional, mas principalmente dos representantes do agronegócio.

O mesmo fato pode ser interpretado através da eleição para o Senado do mega empresário e ex-governador Blairo Maggi, também de Mato Grosso, que é a representação máxima dos interesses da produção de grãos e do gado no estado do matogrossense, bem como de toda a cadeia produtiva do agronegócio das monoculturas de mercado. Ele também não representa os trabalhadores, pois o grupo de sustentação é o que financia as possibilidades de vir a ter seu legítimo representante, porém nesse caso são os proprietários das extensas áreas de terras e ao mesmo molde do senador mencionado anteriormente.

Podemos buscar mais exemplos através da senadora Kátia Abreu, eleita como membro do Senado pelo estado do Tocantins. Ao receber o passaporte de legítima representante das elites agrárias, essa cidadã demonstra seu ódio irrestrito contra os movimentos sociais, destinando toda a sua aversão contra o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

³⁹ CPT. Comissão Pastoral da Terra, 2012. Disponível em: <<http://www.cptnacional.org.br>>. Acesso em: 15 de maio de 2012.

⁴⁰ PORTELA, F. e OLIVEIRA, A U. **Amazônia**. 5. ed. São Paulo: Ática, 1991.

– MST. Contraditoriamente, ela não foi eleita apenas com os votos dos ricos. Envolvidos pelos discursos proferidos por esta representante do poder, os próprios sem terra, sem teto e sem nada ajudaram a elegê-la. A avaliação que podemos fazer é que as pessoas são ludibriadas e enganadas, para não dizer que são coniventes ao colocarem as velhas “raposas para cuidarem do galinheiro”.

Podemos continuar discorrendo por muitas páginas cada um dos representantes, que representam as partes e que não representam as vontades coletivas, mesmo tendo sido eleitos pela maioria. É o caso de Ronaldo Caiado, do estado de Goiás, que tem uma trajetória política e foi reeleito Deputado Federal, bem como a presença de Júlio Campos no estado mato-grossense. Quando nos deparamos, com esses ilegítimos representantes do povo, digo isso pelo fato que esses foram eleitos através do financiamento de campanha dos grupos que vão representar, pondo de lado os interesses da grande maioria da população brasileira e dos movimentos sociais. Mesmo sendo um ato legalizado, porém não se efetiva sem segundas intenções, ou seja, a lei foi produzida para beneficiar a si próprios, que são os políticos profissionais e serve para preservar o modelo. Os grupos são as multinacionais, os detentores do poder econômico e principalmente as representações através da concentração da terra e da renda.

Assim, os verdadeiros representantes da burguesia que são os atores da concentração no país passam a navegar com o aval popular e para atender e proteger as minorias. É interessante que os apoios são os de interesses, mas sendo assim são bem vindos. Não tem problemas no tocante da origem do dinheiro para o custeio das campanhas, se essa parte vem dos grileiros de terras, do crime organizado, dos traficantes e das multinacionais dos venenos, que prestam uma grande ajuda no processo da manutenção das elites. Porém, aos eleitos, são incumbidos nas tarefas de negarem as possibilidades coletivizadas e possibilitar o alcance dos objetivos do capital organizado e concentrador.

Aliás, os movimentos sociais fazem parte das agendas de rejeições desses atores políticos profissionais, porém a tática é persuadir e condicionar. O capitalismo se infiltra e invoca ideais generosos, no intento de construir a enganação massificada, defendendo a democra-

cia e também a liberdade, demonstrando que luta contra as ditaduras e na defesa dos valores da sociedade no discurso. Todavia, ao seu modo e por meio de seus interesses a prática é a das verdadeiras representações. Na verdade fazem tudo na perspectiva de garantirem e verem contempladas suas reais intenções, para efetivarem a grande transformação, as conquistas ao grupo⁴¹.

Na realidade são cúmplices da desordem no campo e na prática silenciosa que reivindicam o direito à terra através de milícias criminosas e da vigilância repressiva com as articulações e os comandos planejados que ditam ordens e defendem a propriedade privada, sendo ela regular ou irregular⁴². Entre as suas artimanhas, criam sindicatos organizados pelos patrões, no desígnio de desarticularem a classe trabalhadora, ou burlando a lei por meio do crime organizado. Como foi visto, o crime organizado tem alicerces por meio dos poderes econômicos, dos poderes políticos e das instâncias do Estado⁴³. Nesse sen-

⁴¹ POLANYI, K. **A grande transformação**. As origens da nossa época. Trad. Fanny Wrobel. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

⁴² No início de mês de junho de 2009 foi amplamente divulgado em rede nacional sobre a existência de vários Coronéis da polícia militar do Mato Grosso, que davam apoio e suporte técnico a quadrilhas de grileiros, além do envolvimento de políticos. Os mesmos tiveram suas prisões decretadas pela Polícia Federal. Nas ações violentas ao expulsar assentados e amedrontar os produtores rurais tinham todo um aparato de crime organizado, por meio de quem deveria dar segurança à população, mas usava desse poder para desenvolver milícias no campo. O intento era para reprimir a pequena propriedade e efetivar na prática as possibilidades da organização do campo ao modo dos fora da lei, porém com auxílio através dos que deveriam ajudar cumprir com a legislação. Esses indivíduos fazem esses atos criminosos, porém sendo funcionários públicos pagos pelo Estado, ou melhor, pelos cidadãos brasileiros. GAZETA. **Gazetadigital**, 2009. Disponível em: <<http://www.grupogazeta.com.br/conteudo/show/secao/9/materia/215308>>. Acesso em: 24 de abril de 2012.

⁴³ Fato que chama atenção foi o ocorrido no Estado de Mato Grosso no primeiro semestre de 2010. Foram diferentes denúncias em vários meios de comunicação de vendas de sentenças por alguns Juizes mato-grossenses. Na época foi amplamente divulgado o episódio com todos os encaminhamentos e seus desdobramentos. Contudo, vale recordar o episódio para entender as lutas desiguais entre os atores sociais. Na venda de sentenças quem tem acesso na verdade é o crime organizado, que usam de praticas fora da lei. As vítimas

tido é pertinente relacionar poderes, mas desenvolver possibilidades, que esse aparato montado faz desdobrar. Quais são as vítimas sociais desse aparato elitizado do crime?

Ao imaginar as lutas do campo entre o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST, ao se deparar com milícias e sentenças combinadas, qual poder e possibilidade resta ao movimento social que almeja a colocação dos despossuídos e dos marginalizados na terra? A corrupção faz redes e a proteção de grandes empresas e pessoas se evidencia no desígnio de formar escudos protecionistas, para grandes empresas nacionais e multinacionais, bem como aos poderes organizados. Essas são as que mais ajudam a bancar os interesses sistêmicos e todos os mecanismos que podem possibilitar à concentração das elites dominantes do país, por meio de lutas desiguais e conflitantes⁴⁴.

O modelo capitalista protege as representações de poderes ramificados, bem como os desavergonhados para realizar seus grandes desejos, que é manter sempre viva a relação da produção e do trabalho dominada e asfixiada. Assim, a repressão e a exploração fazem eles

sempre são os despossuídos e os marginalizados, bem como os movimentos sociais e quem ainda acredita na legislação e sua aplicabilidade. ESTADÃO. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,stj-desmonta-esquema-de-venda-de-sentencas-em-mt-,553477,0.htm>>. Acesso em: novembro de 2011.

⁴⁴ Violência recente no país. Segundo a Comissão Pastoral da Terra – CPT. Os números relativos a janeiro a setembro de 2011, indicam uma redução geral de conflitos – redução de 777, em 2010, para 686, em 2011, -12%. Mas a queda não esconde que a violência se mantém e firme. Faz parte da estrutura agrária do país. Este número refere-se ao conjunto de conflitos que a CPT registra: por terra, por água e trabalhistas, no campo. Individualizando cada categoria de conflito, os conflitos por terra se reduziram de 535, em 2010, para 439, em 2011. Os conflitos por água de 65, em 2010, declinaram para 29, em 2011. Já os conflitos trabalhistas, concretamente o trabalho escravo apresentou elevação. Em 2010, neste período, foram registradas 177 denúncias de trabalho escravo, em 2011 este número se elevou para 218. CPT. Comissão Pastoral da Terra, 2012. Disponível em: <http://www.cptnacional.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=908:cpt-divulga-dados-parciais-dos-conflitos-no-campo-brasil-de-janeiro-a-setembro-de-2011&catid=12:conflitos&Itemid=94>. Acesso em: 25 de abril de 2012.

de entrosamento e de caminhada conjunta, sem, no entanto, deixar marcas ou pegadas dessa trajetória que sejam visíveis. Ao construir condicionamento social no plano global, a estratégia específica é facilitada e é garantido o sucesso ao projeto das elites, que ao misturar o tempero da organização, por meio dos condicionamentos sociais, o representante político cria mecanismos de agrado e de convencimento.

Isso é possível através da fabricação da doença e depois aparecem com seu antídoto, porém se fazendo apresentar de bom feitor com o contraveneno, passando a ser “defensor dos pobres” e ainda vem com um aparato de qualificativos falaciosos. Tudo não passa de meios para efetivar a enganação, mas mantém firme a obediência na representação de seus pares altamente articulados e astuciosos. O leitor que entende as dinâmicas do capital passa a perceber como funcionam as articulações e os mecanismos de enfrentamento, dentro e fora do poder. Esses enfrentamentos são as estratégias que fazem parte da nova ocupação eletiva na política, de como dedicar os esforços no sentido de proteger as legítimas representações em detrimento do coletivo.

Hoje foi legitimada a questão das representações, bem como do potencial que validou como grande arcabouço a estrutura do agronegócio das empresas nacionais e multinacionais das exportações. Esse espaço é minado de artimanhas, porém a luta é de como serão articulados os comandos para preservar as elites no âmbito da proteção jurídica e econômica, para dar vida e continuidade ao processo histórico e vazão para perpetuar a continuidade do já estabelecido⁴⁵.

Esse panorama apontado através dos breves relatos e interpretações indica que os próximos passos são no sentido de grandes enfrentamentos no campo para regularizar grande parte das terras griladas que são usadas para a produção agrária na Amazônia. Além desse ponto, o Código Florestal aprovado aos moldes dos interesses da burguesia, mas em fase de adaptação para ser implantado vem também organizar a propriedade de forma que não consiga incriminar os autores, visto os vários mecanismos criados junto para burlar a lei e legalizar os crimes cometidos com o meio ambiente.

⁴⁵ FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 29 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1999.

A outra frente de batalha do capital organizado é no que diz respeito à história da grilagem no país e os mecanismos de como legalizar as ações do crime organizado no passado, porém que ainda atua impunemente em várias regiões, mas principalmente em fronteiras da agropecuária em expansão⁴⁶. Surge como necessidade na atual conjuntura criar leis que venham dar legalidade aos que grilaram terras por meio da expulsão de famílias das áreas, bem como de áreas do Estado, de preservação ambiental e de terras indígenas⁴⁷. Os crimes ocorridos na dita “limpeza da terra”, esse termo muito usado em regiões de enfrentamento, atuam por meio dos jagunços e dos pistoleiros para manter a “ordem” no campo – claro a ordem do capital⁴⁸.

Esses ficam impunes, porém é um desafio político para evitar a tempo as discussões que estão afloradas na sociedade sobre a posse da terra, bem como do Código Florestal recentemente aprovado no país. A ação seria no sentido de legalizar o crime e de promover os criminosos como cidadãos e cidadãs de bem, além desses virem para concentrar a riqueza de forma criminosa, visto muitas dessas áreas serem fruto da grilagem de terras.

Aliás, são áreas que se justificam a distribuição de terras aos movimentos sociais pela necessidade da reforma agrária e dessa forma se vislumbra um enfrentamento ainda maior no campo. São as representações da União Democrática Ruralista – UDR, por meio dos grandes latifundiários, e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. A primeira se intitula como a força do produtor rural através da sua histórica batalha em proteger o latifúndio das elites concentradoras; o segundo grupo faz parte dos que organizam os pequenos agricultores na colocação dos trabalhadores na terra, por meio dos movimentos sociais e adquirir a posse dos mecanismos de produção.

As organizações sociais podem potencializar os enfrentamentos,

⁴⁶ JUNGSMANN, R. **O livro branco da origem de terras no Brasil**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001.

⁴⁷ PICOLI, F. **Amazônia: a ilusão da terra prometida**. 2. ed. Sinop: Fiorelo, 2004b.

⁴⁸ MARTINS, J. S. **Expropriação e violência**. A questão política no campo. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1991.

pois os problemas crônicos do campo são motivadores pela nova investida dos dois lados e ambos querem proteger e ao mesmo tempo conquistar. O movimento do agronegócio das empresas de exportação tenta legitimar o aparato de reivindicações embutidas no seu projeto político, além de dar os mecanismos de acesso a terra e legalizar o que o crime organizado através do grilo de terras conquistadas no passado. Essa luta vem de velhos tempos para colocar na pauta em todos os órgãos de representação suas reivindicações, sejam elas via INCRA, Banco do Brasil, bem como através de estratégias que venham formular a legislação com vantagens para as elites do campo.

Nesse sentido, não podemos subestimar sua capacidade de articuladores, visto serem comparados com organizações mafiosas com poder de destruição das ideias que não comunguem com as do seu plano organizacional. Trata-se de um plano mirabolante maquiavélico, que não interessa os meios, o que importa é o fim, pois o que querem é concentrar a terra e a renda. Por outro lado, é possível ver atropelado o projeto dos trabalhadores que reivindicam os espaços na terra fora desse contexto articulado. Muitos vivem das promessas de se efetivar na prática a tão sonhada reforma agrária dificultada pelos poderes constituídos que usam suas armas para que a partilha da terra com os trabalhadores não dê certo, desqualificando os movimentos sociais com suas estratégias.

O modelo desqualifica os movimentos sociais representativos, principalmente o MST, que hoje é a maior representação que contrapõe as ordens do modelo imposto ao mundo no Brasil. Aliado a todo esse aparato, os meios de comunicação são os grandes colaboradores no sentido de colocar a opinião pública contra os que reivindicam a terra através da agricultura familiar.

A mídia é a encarnação e a personificação do capital, arquitetando a conexão astuciosa em nome do projeto da burguesia, sendo essa a única razão de existir nas mãos das elites. A sua atuação é no sentido de desmerecer e desqualificar as alternativas que não sejam de manutenção e preservação dos interesses dos projetos e não comungam com as ideias dos trabalhadores serem os proprietários dos meios de produção. A busca da classe trabalhadora é por outra forma de fazer a

economia, por meio da solidariedade⁴⁹. Porém ao aparecer alternativas novas, que afrontam os interesses burgueses, é logo montado um aparato para destruir ideias.

O novo panorama visto por meio dos extremos na relação agrária deve aflorar os problemas sociais no campo nos próximos anos, tendo em vista a grande quantidade de áreas em litígio e com documentos duvidosos. Esse fato pode ser vislumbrado pelas novas configurações sociais expostas no país. O episódio que justifica esses enfrentamentos faz parte das novas possibilidades, bem como das impossibilidades que surgem no plano do agronegócio brasileiro, bem como através das lutas de classe.

Os trabalhadores não aceitam todos esses desmandos no campo e se afloram as lutas históricas, com o objetivo de serem donos dos meios de produção das mercadorias. Essa é a desavença criada junto com os movimentos sociais, visto que se acontecer dos trabalhadores serem os proprietários da relação produção, quem iria transformar a riqueza para os grupos econômicos organizados por meio da força de trabalho? Assim, tudo o que podem fazer para desqualificar e desmerecer a classe trabalhadora, eles fazem com o intento de preservar as ditas castas.

Além de a terra ser um meio de inclusão e de projeto de cidadania, é um meio de promover o bem estar social coletivo, de manter as famílias no campo, qualidade de vida, produtos sem venenos e a produção da cadeia produtiva familiar, ecologicamente certos e sustentáveis à coletividade⁵⁰. A grande necessidade dos próximos anos, segundo projeções, será a falta de alimentos no mundo. Entretanto, quem apresenta a capacidade de produção são as pequenas propriedades através da sua diversificação produtiva, bem como a facilidade de ser implementada a agregação de valor por meio da cadeia produtiva.

O Brasil possui todos os requisitos para ser transformado no maior celeiro mundial de alimentos, no entanto, o agronegócio das

⁴⁹ FARIA, M. S. **Autogestão, cooperativa, economia solidária** – avatares do trabalho e do capital. Florianópolis: Em Debate, 2011.

⁵⁰ GUARESCHI, P. *Relações Comunitárias, Relações de Dominação*. In: CAMPOS, Regina Helena de Freitas (org.). **Psicologia Social Comunitária: da solidariedade à autonomia**. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

monoculturas de mercado não consegue dar conta dessa nova dinâmica de mercado por trabalhar apenas com monoculturas. Além de produzir com bases nos venenos e na transgenia, por serem produções em larga escala a população de hoje não aceita esses produtos. Essas práticas podem trazer consequências incertas no futuro, visto que as monoculturas não conseguem produzir com sustentabilidade e sem agrotóxicos. Assim, o projeto vitorioso das elites não apresenta um projeto com capacidade produtiva por meio da diversificação dos produtos oriundos da agropecuária.

Na interpretação das novas necessidades do comércio é possível verificar também um novo consumidor, que exige produtos orgânicos e também livres de alterações genéticas. Como já foi abordado, quem dará o novo tom da sociedade são as pessoas através do seu conhecimento, dos desejos de serem atendidas de forma sustentável e com acesso e garantias à saúde. Nesse sentido, o homem, a mulher e as crianças devem fazer pauta do centro dos interesses, porém a vida deve ser mais importante do que o lucro.

Essa nova atitude social vem contrariar o que está exposto pelo projeto das monoculturas do agronegócio das exportações. O mundo hoje é globalizado e as fronteiras das asfixias, dos acorrentamentos estão com seus dias contados, visto a falta de capacidade que o capital tem de enfrentar no convencimento de suas atitudes contraditórias e em crise sistêmica. São enfrentamentos das incoerências, da crise moral e da falta de poder de condução da hegemonia desgastada pelo tempo, sem respostas coletivas que contemplem o tecido social sofrível. Mesmo assim, hoje o modelo continua com o controle de todas as situações sociais do país, principalmente da região amazônica.

Esses novos paradigmas mundiais trazem à tona problemas que nunca foram superados, que é a questão das lutas do campo e da necessidade de uma reforma agrária real e de fato. O Brasil, por ser um país de grandezas continentais, com clima ideal para a produção de alimentos da terra, e uma grande quantidade de mão de obra apta a ser inserida no trabalho é alvo do agronegócio de mercados. Além da capacidade tecnológica e industrial que completa a cadeia produtiva, o país é possuidor da maior reserva de água doce mundial, que torna

motivo de cobiça nacional e internacional do modelo capitalista. Além de existir atualmente uma grande corrida dos capitalistas do primeiro mundo em crise, esses estão se deslocando ao Brasil em busca de terras. Esse fato ajuda impossibilitar a distribuição das terras no país através da reforma agrária⁵¹.

Com essas possibilidades bem definidas é possível verificar transformações nunca vistas na região, no que tange a produção e produtividade. Além de reservas extrativistas minerais e vegetais, que impulsionam a economia de maneira impar, não se justifica a existência de extremos como ocorrem hoje. Assim, a falta de respeito com o meio ambiente que contempla flora, fauna e toda a rede de vida, bem como com o centro desse espaço que é o ser humano. Com biomas bem definidos, o país também é um potencial e promissor setor de turismo pelas potencialidades naturais. Entretanto, tudo isso corre riscos de destruição com esse projeto arrojado de intervenção sem as observâncias sustentáveis⁵².

Esses fatos somados com um gradativo crescimento da população mundial vão levar a necessidade de maior produção de alimentos. Também com a nova organização econômica mundial dos emergentes, por meio do poder aquisitivo em processo, visto que os países emergentes serem formados de grandes populações, sendo o caso da China, da Índia e do Brasil. A necessidade de maior consumo de alimentos indica que o maior crescimento no consumo seja na Ásia nos próximos anos.

As tendências de aumento demográfico mundial apontam números altamente consideráveis nas projeções. A população mundial atingiu 7 bilhões de pessoas no dia 31 de outubro de 2011. No ano de 2025 a população do planeta deve ser em torno de 8,3 bilhões de pessoas, porém as previsões apontam que teremos acima de 10 bilhões em 2050. Hoje 20% da população mundial carecem de água apta para consumo, e estima-se que 1,2 bilhões de pessoas encontram-se nessa condição atualmente⁵³.

⁵¹ CHABOUSSOU, F. **Plantas doentes pelo uso de agrotóxicos – a teoria da trofobiose**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

⁵² TOCANTINS, L. **Amazônia**. Natureza, homem e tempo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

⁵³ PORTAL. São Francisco, 2011. Disponível em: <<http://www>

Além disso, a nova configuração de consumo para 2025 é com previsão de quatro bilhões de toneladas para a base alimentar, que hoje o consumo fica em torno de 2,5 bilhões de toneladas. Por outro lado, segundo estimativas da Organização das Nações Unidas – ONU, a fome no mundo cresceu em 2009, foram 1,02 bilhões de pessoas que sofrem por desnutrição. Os números são altamente elevados, visto que aproximadamente um sexto da população mundial está nessa condição de vida⁵⁴.

Esses fatos nos orientam e remetem para uma nova dinâmica de sociedade. São novos tempos e o mundo não será mais o mesmo. As mudanças na base estrutural que alteram toda uma configuração de mercado e sociedade, que hoje é colocada como certa e duradoura, necessita de adequação. Os dados vêm dizer que temos de fortalecer a agricultura familiar, dando subsídios e atendimento em toda a cadeia produtiva⁵⁵.

O objetivo é viabilizar o processo que vai levar o Brasil a ser um grande produtor de comida para fazer parte da mesa brasileira e mundial. Mas para isso acontecer tem de ocorrer mudanças estruturais nas bases agrárias, no que tange ao processo produtivo, na desconcentração da terra e da renda, nos investimentos na agricultura familiar e a posse dos meios de produção por parte da classe trabalhadora. A colocação na terra de parte da população é um atrativo sem igual no sentido de melhorias coletivas.

Aliado ao aumento populacional e a nova configuração do consumo pelo maior poder aquisitivo de populações consideráveis, que antes consumiam a níveis abaixo da média, os dados apontam para um novo cenário de negócios. Isso fazendo um comparativo com os países que formam hoje o centro do capital, mais precisamente os Estados Unidos da América, os membros da Comunidade Europeia e o Japão, os emergentes têm uma população incomparavelmente maior. Mesmo

portalsaofrancisco.com.br/alfa/meio-ambiente-agua/agua-na-terra-2.php>. Acesso em: 26 de abril de 2012.

⁵⁴ GLOBO, O Globo Mundo, 2009. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/mundo/mais-de-um-bilhao-de-pessoas-passam-fome-no-mundo-diz-onu-3155673>>. Acesso em: 27 de abril de 2012.

⁵⁵ GRASIANO, S. J. A questão agrária no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1981.

com essa configuração, boa parcela da população mundial ainda continuará não tendo acesso ao consumo alimentar mínimo desejado, como é o caso de parte dos países principalmente os africanos⁵⁶.

O novo cenário sofre modificações e novos arranjos em termos de mercado, tanto nas possibilidades mundiais quanto como a real necessidade de grande investimento por meio do Estado. Nessa nova organização dos mercados, que almejam uma crescente produção de alimentos, o Brasil não pode vacilar e organizar a agricultura familiar no intento de produzir riqueza e minimizar os problemas sociais gritantes⁵⁷. É preciso oportunizar a Reforma Agrária tão esperada aos brasileiros, fazendo assim que parte da população seja proprietária dos meios de produção e que ao mesmo tempo sejam distribuídas a renda e a terra concentradas em mãos de poucos.

Hoje não existem mais argumentos para não realizar de fato a Reforma Agrária no país, por meio de um esforço nacional na busca de inclusão social e a nova alternativa econômica para boa parte da população brasileira e da Amazônia⁵⁸. Mesmo que para isso seja necessário confrontar os movimentos contrários. No meu entender, o grande adversário dessas novas possibilidades é o movimento ruralista das empresas das monoculturas de mercado, as multinacionais dos venenos que se apresentam com suas articulações como foi abordado ao longo do texto. Esses têm como objetivo dominar e determinar as regras da sociedade e do mercado, mas necessita de novos rumos à nação brasileira. A única forma de reverter esse equador é por meio dos movimentos sociais, que defendem os oprimidos do capital.

O movimento é histórico e se organiza em muitas oportunidades por meio de milícias armadas no campo, como foi visto, bem como

⁵⁶ CHOSSUDOVSKY, M. **A globalização da pobreza**. Impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial. Trad. Marylene Pinto Michael. São Paulo: Moderna, 1999.

⁵⁷ SCHIMIDT B. V. **Os assentamentos de reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1998.

⁵⁸ SILVA M. FOLEIRO, A. O desenvolvimento da Amazônia na visão dos produtores familiares rurais. In: VIANA, G.; SILVA, M.; DINIZ, N. (Org). **O desafio da sustentabilidade**. Um debate socioambiental no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

um aparato que cala fundo nas mentes e nos corpos, por meio da dominação generalizada pela máfia dos poderes fundidos. As investidas são para contrariar os que reivindicam as possibilidades do uso da terra, sem, no entanto, estarem atreladas às elites agrárias. A estratégia é captar para si e fazer uso dos poderes das forças no conjunto de dominação, para serem usadas contra os movimentos que reivindicam terra e para isso usam o poder econômico, o poder político e as forças do Estado⁵⁹. Esse último quando não está atrelado ao projeto de maneira interventiva, taticamente se torna conivente para proteger os seus verdadeiros representantes que mantém o aparelho dominador.

Por outro lado, o mercado diversificado nunca foi meta das elites agrárias, visto não terem competência de gerir essa necessidade e terem se especializado nas monoculturas comerciais, por usarem tecnologia de ponta, que refuta parte da força de trabalho e a especialização em poucos produtos. Além disso, a base produtiva é através de venenos dos mais variados e são direcionadas altas pesquisas em produtos transgênicos muitas vezes sem controle.

A nova concepção de sociedade não aceita ser vulnerável aos caprichos do lucro a qualquer preço, e que vem colocar em jogo a saúde coletiva do planeta. A capacidade dessa nova dinâmica mundial é um processo que requer novos argumentos, novas técnicas no processo produtivo, meios de organizar os produtores para agregarem valor aos seus frutos e mecanismos de mercado na colocação da produção, bem como produtos livres de venenos e transgênicos fazendo parte de produções sustentáveis⁶⁰.

Além de produtos vindos das alternativas sustentáveis, bem como da ética na produção de produtos alterados geneticamente, os novos consumidores observam as práticas ambientais no cultivo dos alimentos, a exploração do trabalho e a devastação das florestas⁶¹. Enfim,

⁵⁹ MARTINS, J. S. **Reforma agrário o impossível diálogo**. São Paulo: Edusp, 2000.

⁶⁰ VIANA G. Impactos ambientais da política de globalização na Amazônia. In: VIANA, G.; SILVA, M.; DINIZ, N. (Org). **O desafio da sustentabilidade**. Um debate socioambiental no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

⁶¹ VIANA, G. (Org). (1998): **Relatório da comissão externa destinada a**

uma gama de novos direcionamentos de mercado consumidor sendo alterado e o agronegócio das monoculturas não consegue satisfazer essa nova dinâmica mundial. O fato do não atendimento das novas exigências faz detonar um conceito de marketing negativo dos consumidores e refutam os produtos fora desse padrão de sustentabilidade.

Através desse entendimento, a situação continua conflitante no campo, porém quem tem a capacidade para essa nova onda mundial na produção, sem dúvidas, é a agricultura composta por membros da família, que em algumas ocasiões buscam suprir a necessidade da mão de obra, por meio do assalariamento. Contudo, a base de formação do quadro de trabalhadores é oriunda do seio familiar. Essa estratégia, além de realizar um verdadeiro mutirão de inclusão, também é uma forma de oportunizar meios de dignidade e de cidadania. Além de respeito ao consumidor, também é o momento de criar mecanismos de cidadania à coletividade através do entendimento de serem donos do chão, bem como dos mecanismos que produzem a riqueza concentrada hoje.

Esse novo panorama coloca em cheque a situação da concentração da terra. Não temos justificativa para a não distribuição das terras no país, visto a necessidade de produzir alimentos ao mundo e esse fato coloca o país como um dos maiores produtores hoje e futuramente pode ser o maior. Por outro lado, a terra é uma forma de inclusão social, de viabilidade econômica e mais uma maneira de promover o processo de inclusão social. Também serve para manter parte da população no campo, visto as cidades terem absorvido uma leva significativa de pessoas nas últimas décadas e essas não se sentem preparadas aos mercados urbanos⁶².

Os apontamentos nos levam a uma maior produção, bem como as enormes possibilidades postas, que o Brasil é um emergente por ser detentor de muitas potencialidades de gerar produção em larga escala ao mercado consumidor mundial. Isso é válido na produção de alimentos, bem como pela enorme disposição produtiva através das

averiguar a aquisição de madeireiras, serrarias e extensas porções de terras brasileiras por grupos asiáticos. Brasília: Câmara dos Deputados, 1998.

⁶² OLIVEIRA, A. U. **A agricultura camponesa no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2001.

indústrias dos mais variados setores produtivos. O que adiantaria o país evoluir sua riqueza concentrada se a maioria da população é pobre. Isso não serve ao Brasil e essa nova estratégia vai servir para criar mais opressores e oprimidos, sem, no entanto, resolver os problemas dos marginalizados e dos despossuídos historicamente.

Outro fator que deve ser considerado são as potencialidades energéticas do país, visto através dos fosséis não renováveis pelo grande volume à disposição para serem transformados em riqueza, e a energia dita limpa renovável por meio dos bicomcombustíveis, bem como o domínio dessas tecnologias é outro forte fator⁶³. Aliado dessas possibilidades tem uma abundante biomassa que deve ser usada de forma sustentável, para gerar renda e inclusão social⁶⁴.

Além de água abundante dos rios e um subsolo invejável através do Aquífero Guarani⁶⁵, que contempla 70% em subsolo brasileiro e os outros 30% se localizam nos países vizinhos: como a Argentina, o Uruguai e o Paraguai na América do Sul⁶⁶. Nesse mesmo sentido, o

⁶³ THOMÉ, J. L. **Um grande projeto na Amazônia**: hidroelétrica de Balbina um fato consumado. Manaus: Editora da Universidade da Amazonas, 1999.

⁶⁴ VASCONCELLOS, G. F. e VIDAL, J.W. B. **Poder dos trópicos**. Meditação sobre a alienação energética na cultura brasileira. São Paulo: Casa Amarela, 1998.

⁶⁵ Aquífero Guarani – A maior parte (70% ou 840 mil km²) da área ocupada pelo aquífero – cerca de 1,2 milhão de km² – está no subsolo do centro-sudoeste do Brasil. O restante se distribui entre o nordeste da Argentina (255 mil km²), noroeste do Uruguai (58 500 km²) e sudeste do Paraguai (58 500 km²), nas bacias do rio Paraná e do Chaco-Paraná. A população atual do domínio de ocorrência do aquífero é estimada em quinze milhões de habitantes. Mato Grosso do Sul (213 700 km²); Rio Grande do Sul (157 600 km²); São Paulo (155 800 km²); Paraná (131 300 km²); Goiás (55 000 km²); Minas Gerais (51 300 km²); Santa Catarina (49 200 km²); Mato Grosso (26 400 km²). Nomeado em homenagem à tribo Guarani, possui um volume de aproximadamente 55 mil km³ e profundidade máxima por volta de 1.800 metros, com uma capacidade de recarregamento de aproximadamente 166 km³ ao ano por precipitação. É dito que esta vasta reserva subterrânea pode fornecer água potável ao mundo por duzentos anos. Devido a uma possível falta de água potável no planeta, que começaria em vinte anos, este recurso natural está rapidamente sendo politizado, tornando-se o controle do Aquífero Guarani cada vez mais controverso.

⁶⁶ WIKIPEDIA, Disponível em: www.wikipedia.org/wiki/Aquiferoguarani.

oceano atlântico contempla 8.500 km de costa brasileira, sendo outro grande atrativo econômico por meio das mais diversificadas formas de fazer a economia, mas principalmente ao serem realizadas as importações e as exportações dos produtos, tendo também um grande atrativo turístico ainda pouco explorado. Contudo a floresta atlântica recebeu uma intervenção devastadora no passado e continua hoje, porém foi devastada antes do cerrado, o pantanal e da floresta amazônica⁶⁷.

Outro fator a ser levado em conta é o clima do Brasil, sendo outro atrativo e sem igual para a agricultura e a pecuária, com distribuição diferenciada em várias regiões do país, sendo possível de observar todos os climas ocorrendo em regiões bem caracterizadas. O que faz ser um novo eldorado mundial na produção de alimentos, por meio da crescente população apta na movimentação da economia, bem como de áreas de terras fartas à disposição. Todo esse potencial não faz a diferença se os meios de produção continuarem concentrados, visto à existência de extremos entre a pobreza e a riqueza e a não socialização dos frutos da terra.

Contudo, é possível de reverter esse quadro abusivo implantado no país ao longo da história e fazer uma melhor distribuição da renda e das terras. A classe trabalhadora tem de ser dona dos meios de produção e pode também participar da organização da cadeia produtiva dos alimentos⁶⁸. Porém, para isso ser real o Brasil necessita-se de um grande mutirão através da efetiva implantação da Reforma Agrária prometida, com o objetivo de inclusão, possibilitando também igualdade nas oportunidades ao povo brasileiro⁶⁹.

O Brasil tem essa riqueza imensurável, seja ela com as possibilidades através dos plantios ou oriunda da própria natureza. Outro fato que nos chama atenção são as possibilidades de poder dar valor econô-

Acesso em: 20 de outubro de 2011.

⁶⁷ DEAN, W. **A ferro e fogo**. A história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. Trad. Cid. Kinipel Moreira. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

⁶⁸ OLIVEIRA, A. U. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2001.

⁶⁹ OLIVEIRA, A. E. Ocupação Humana. In: SALATI, E. (Org). **Amazônia**. Desenvolvimento-integração, ecologia. São Paulo: Brasiliense, 1983.

mico à biomassa, que também vem justificar a preservação ambiental e seu uso sustentável, principalmente dos espaços amazônicos, que estão a cada ano perdendo áreas para o agronegócio através do avanço da soja e do boi.

Tudo isso serve a quem, se as terras e a renda são concentradas e não são socializados os frutos da natureza. Através do leque de possibilidades temos um país de belezas sem igual e pode ser também utilizado através de investimentos em turismo ecológico e turismo agrícola. É uma forma de integrar o homem ao meio ambiente e aproveitar dos nossos ecossistemas riquíssimos em belezas naturais muito pouco explorados, principalmente nos espaços amazônicos.

O país não tem mais a necessidade de assistir todos os dias gente reivindicando seus direitos, porém não é isso que acontece. O caso mais contestado pelos poderes constituídos é o do MST, que reivindica os espaços sociais, aos que integram esse movimento é no intento de conseguir a inserção das famílias na terra⁷⁰. Historicamente sempre foi considerado um ato correto a luta na conquista da terra, que sempre se pautou nas possibilidades de poder produzir com dignidade e o respeito, para possibilitar a integração social dos marginalizados e despossuídos do país. É fruto desse capital delirante que busca o lucro através da asfixia da maioria da população que trabalha em nome de poucos que ostentam posições, mas se armam de projetos que venham silenciar a força de trabalho e continuar uma condição de dominação e de dominados⁷¹.

O entendimento de hoje se justifica de maneira acentuada pela

⁷⁰ Gohn (2000:114), citando OLIVEIRA, (1997) e GARRETÓN (1998), enfatiza: O MST é um ator político porque atribui qualidade aos atores sociais que compõem suas bases ao inseri-los num plano que vai além da luta pelo acesso a terra, que é a luta pela democracia, pela igualdade, contra a exclusão. Ele se formou ao redor de uma identidade – sem-terra e luta para alterar a qualidade desta identidade passando a ser um com-terra um “igual”, sem passar pelo funil divisório que é a compra. Quer o acesso à terra pela posse com direitos iguais que detêm a sua propriedade e com isto ele perturba a lógica e a ordem das relações demarcadas na sociedade. Por isto, ele tem uma face inovadora e perturbadora à ordem dominante.

⁷¹ CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**. Ensaio de interpretação sociológica. 7. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1970.

necessidade de incluir as pessoas na terra produtiva com respeito e dignidade. O fato de só distribuir terras não basta, eles necessitam serem produzidos com a finalidade de ali formar a cadeia produtiva, com financiamentos, tecnologias que vão do preparo da terra até a agregação de valor aos produtos da terra. Além de serem produzidos em todo o processo de forma sustentável, que contemple o coletivo na forma de inclusão e o meio ambiente preservado⁷².

É preciso oferecer toda a estrutura para viabilizar a cadeia produtiva, verificando os mecanismos corretos que venham pautar o antes, o durante e o depois na ação produtiva. Essa nova forma de ver as possibilidades aos marginalizados e despossuídos não pode ser um sonho, isso é real, são novos tempos e deve ser encarado como a quebra dos paradigmas. O capital não dá conta de gerir essa sociedade por ter provada através da hegemonia suas contradições, que destrói o tecido social, as reservas ambientais, as culturas e não se justifica mais em períodos de mundo globalizado a servidão entre os países e muito menos através de pessoas⁷³.

O novo desenho mundial, ao colocar o país em cenário positivo dentro de uma agenda capitalista, isso pode significar mais uma nação que se sobressai para levar vantagens das demais, no caso específico do Brasil na América Latina⁷⁴. Além de servir de liderança econômica pode ser de controle e aniquilamento dos espaços dos demais, sem, no entanto, acontecer mudanças no cenário social, ou oportunizar por igual a coletividade e ao meio ambiente. Sem esse propósito concreto, em nada adiantaria aos milhões de marginalizados e despossuídos que vivem em nossa pátria.

Faz-se necessário colocar a humanidade como centro, com maior importância e direcionar possibilidades no intento de reverter as caóticas condições produzidas ao mundo pelo capital, que usou ao seu mo-

⁷² LEONELLI, D. **Uma sustentável revolução na floresta**. São Paulo: Viramundo, 2000.

⁷³ SANTOS, M. **Por uma globalização do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

⁷⁴ WALLERSTEIN, I. **A reestruturação capitalista e o sistema-mundo**. Trad. Ricardo Aníbal Rosenbusch. Petrópolis: Vozes, 2000.

do historicamente as pessoas e o meio ambiente no Brasil. Ao mesmo tempo de que adiantaria um alto crescimento econômico, se esse fica concentrado em mãos das elites agrárias ou de qualquer outra qualificação concentradora.

É necessário ter bem claro, que só existem mudanças de estrutura com acesso as oportunidades ao coletivo, todavia que sejam para todos oferecidas as oportunidades igualmente. O modelo capitalista se apresenta confundindo as relações, dizendo que trabalhando você pode ascender financeiramente. A única forma de obter lucro, que vem para ser acumulado é através da exploração da força de trabalho. Não existe milagre e não é trabalhado que os indivíduos se tornam capitalistas acumuladores, no máximo podem conquistar sua casa própria e ter seu carro quando bem-sucedido.

Se trabalhar enriquecesse as pessoas, nossos antecessores que lutaram desde tenra idade através da força física, sendo que alguns já partiram para outra, esses foram pobres sem serem projetados financeiramente, tendo como única alternativa ser mão de obra à disposição do modelo. Além disso, deixam um legado importante através das diretrizes fundadas da exploração humana, que se fundamenta em reproduzir também a espécie para que o cativo não cesse. Assim, não é interrompido o fornecimento de trabalhadores ao mundo da acumulação, para a reprodução do lucro concentrado⁷⁵.

O momento atual deve ser de revisão dos projetos de sociedade, que venham contemplar o econômico, o social, o cultural e as questões ambientais. No caso das intervenções nos ecossistemas o uso racional e por meio da sustentabilidade, possibilitará às gerações futuras a continuidade com segurança⁷⁶. Esse entrosamento e relacionamento com as dinâmicas de bem estar, da qual deve fazer parte das eficazes de um novo mundo, esse tanto almejado pelos povos da terra. A inversão do que está colocado deve ser um novo ambicionar do coletivo social,

⁷⁵ MARX, K. **Salário, preço e lucro**. Trad. Maria Clara. Faria. São Paulo: Moraes, 1985.

⁷⁶ SANTOS, C. M. **Amazônia**. Conquista e desequilíbrio do ecossistema. Brasília: Thesaurus, 1998.

mas através de equilíbrio aos ecossistemas locais⁷⁷.

Sendo a produção da riqueza global fruto de trabalho humano, não podemos perder a leitura de que somente essa relação constrói a riqueza. Ter mais oportunidades de evolução econômica sem ser socializada é uma força paliativa que só interessa às elites concentradoras, que têm a oportunidade de acirrar com mais afinco a exploração da mão de obra e acumulação da riqueza. Sempre que ocorrem crises, quem paga a conta são os trabalhadores, fato visível hoje na Europa com o aparecimento da crise sistêmica, que detona ondas de falta de ética no primeiro mundo, mas pode se espalhar no restante. As contradições do modelo nos fazem acreditar em um país diferente quando mudadas as estruturas atuais, quando os frutos dessa riqueza sejam de forma honesta socializada.

É muito bom dialogar, bem como trabalhar com números, já que esses nos orientarem a darem o estofamento no entendimento, para não achar que o mundo passa ser diferente a todos. Ele continuará igual ou ainda pior, além de não ser maravilhoso e belo pelo entendimento do coletivo. Em nada modifica uma sociedade sem mudanças e oportunidades estruturais, visto o alto índice de analfabetismo, de pessoas abaixo da linha da pobreza, bem como de explorados ao nível do primeiro mundo, porém com agravos através da superexploração do trabalho, que chega em muitas oportunidades ser qualificada como escravidão branca, por sermos uma economia periférica, que almeja e se projeta emergente⁷⁸.

Se existem grandes quantidades de terras no país concentradas em forma de latifúndio, se existem riquezas concentradas, já passou o tempo de realizar uma melhor distribuição de renda e das terras e uma das formas é taxando as grandes propriedades para aos poucos serem distribuídas. O Estado deve se fazer presente e priorizar as oportunidades com energia e compromisso social, ao invés de criar obstáculos as micros e pequenas empresas, bem como a agricultura familiar e a classe trabalhadora⁷⁹.

⁷⁷ SANTOS, M. **Por uma globalização do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

⁷⁸ PICOLI, F. **Amazônia: Pegadas na Floresta – uma abordagem da Superexploração capitalista**. Sinop: Fiorelo, 2005.

⁷⁹ OLIVEIRA, A. U. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo:

Porém hoje o maior obstáculo acontece através dos políticos brasileiros, as ações de parte deixam a desejar no que tange passar a sociedade visibilidade nas ações, ao contrário esses passam a total falta de credibilidade que algo de positivo aconteça nesse cenário. Contudo, a esperança não morre de almejar uma sociedade diferente e quem dará o tom dessa nova sociedade sonhada e almejada será por meio do coletivo social. Estão faltando posturas individuais que elevem o grupal e voltar acreditar nas mudanças estruturais de sociedade, elas são possíveis e dependem de cada cidadão e cidadã brasileira.

Por outro lado, não é possível que alguém vislumbre saídas quando um país que clama por mudanças e 1% da população concentra quase 50% das terras no Brasil, como foi visto anteriormente no decorrer do livro. Ao continuar com essa estratégia é malhar em ferro frio para obter resultados aos movimentos sociais, porém é o caminho correto na manutenção do sistema imposto ao mundo e preservação das elites. E nessa contrapartida a via que pode contrapor essa ordem são os movimentos sociais de base, que detém o poder organizativo e busca as mudanças da lógica da concentração.

O Estado deve agir com rigor e ter a coragem no intento de organizar a sociedade de forma diferente do que é exposto hoje, para que as elites do modelo capitalistas não se sintam envergonhadas e muito menos com medo de sua própria criação, observado através da barbárie que se prolifera em todas as cidades, que na maioria dos casos é por falta de oportunidades sociais, que possibilitam o acesso à educação e a um leque de mecanismos necessários para viverem com dignidade e respeito⁸⁰. Também o medo de ter interferido sem restrições com os ecossistemas locais, e que esses detonam sinais de falência e preocupa o futuro da humanidade com respostas ambientais através da proliferação das catástrofes⁸¹.

Essa desintegração social é fruto de falta de propriedades, que famílias inteiras são ceifadas pela ganância do capital destruidor das

Contexto, 2001.

⁸⁰ MENEGAT, M. **O olho da Barbárie**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

⁸¹ SIOLI, H. **Amazônia**. Fundamentos de ecologia da maior região de florestas tropicais. Petrópolis: Vozes, 1991.

esperanças do povo⁸². Um país que almeja ser uma grande potência mundial, e na verdade tem tudo na atual conjuntura econômica para ser, também deve ter um projeto coletivo de sociedade, que não seja um projeto de dar continuidade à desordem social e ambiental como é o atual processo em pauta.

Na Amazônia existe a negação dos caminhos, ao mesmo tempo a desilusão dos sonhos daqueles que ousaram sonhar, por vislumbrarem com um espaço possível para todos e que a terra seja fruto social⁸³. O novo desígnio vem com o objetivo de inclusão, de distribuição de renda, da propriedade e dos meios de produção socializados. Esses requisitos fazem evoluir para um coletivo de cidadania, que leva a integração social, a cultural, a ambiental e a econômica.

⁸² MÉSZÁROS, I. **O século XXI** – socialismo ou barbárie? Trad. Paulo César Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2003.

⁸³ MELLO, T. **Amazônia**. A menina dos olhos do mundo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

O CAPITAL E AS QUESTÕES AMBIENTAIS DA AMAZÔNIA

Ao desenvolver as possibilidades por meio dos entendimentos inerentes ao processo mundial em pauta, comparados com os acontecimentos brasileiros, é oportuno criar juízos voltados a real situação da Amazônia. Na vasta área amazônica houve uma violenta intervenção ambiental, como resultado do processo de migração desordenada arquitetada pelo capital articulado através dos meios de comunicação, dos poderes políticos estratificados, bem como do uso dos recursos florestais e minerais sem limites. Aliado a essas dinâmicas, o avanço do agronegócio brasileiro em constante expansão também possibilita meios de exploração desordenada no campo.

Quando demonstramos a continuidade da lógica global expandida, nos permite os entrosamentos das relações com a rede de vida ali existente, porém vulnerável diante do enfrentamento do movimento de alongamento do capital. Ao avançar com esses entendimentos amplificados na região amazônica nosso foco de estudo também se amplia. Nesse mesmo sentido, o ato de identificar a magnitude e a exuberância do novo espaço por meio das possibilidades é o fermento do estudo em pauta.

No nosso interpretar, as evoluções do sistema biológico desse relacionamento se amplificam através das relações do homem e do seu ambiente, que não conseguem se relacionar hoje com meios de inte-

gração por conta avançado processo de destruição da natureza dentro de suas vulnerabilidades. Ao adentrar nesse novo espaço, o intento é mostrar as primeiras etapas dessa trajetória, que vêm carregadas de emoções por serem interpretadas e relacionadas com representações do imaginário nem sempre com dimensões reais.

Na materialização do plano de intervenção é possível serem observadas as dependências locais ao modelo transportado para a periferia do capital, bem como sentir as perturbações com o ambiente exposto nas raízes do subdesenvolvimento. Com esse trilhar, as imagens passam para o plano concreto e em algumas oportunidades ele se confunde e assusta, mas sempre cria expectativas, às vezes promissoras e outras não.

Ao expor uma rede sistêmica organizada, é para entender as imposições de um plano global, que reúne tendências e fatos sobre a realidade observada presentemente através dos ecossistemas regionais, relacionando com um mundo com graves problemas ambientais. Ao discorrer sobre o uso dos meios naturais na expansão da última fronteira da agropecuária, por meio do desígnio da formação da riqueza com as abundantes reservas naturais da Amazônia, temos como finalidade possibilitar o entendimento histórico do espaço transformado com um novo desenho impulsionado pelas ações humanas¹.

Com essas determinantes e do acordo da formação das empresas que objetivam concentrar por meio do lucro e das afinidades inteiramente ligadas com as estruturas agrárias de mercado, é possível verificar o avanço dos projetos mata adentro. Através da intervenção que perturba as relações de bem-estar do homem e do seu espaço é possível também serem formados os conceitos das representações do capital. Para entender as práticas regionais a partir dessa interação entre a humanidade e o meio ambiente é necessário avaliar um complexo sistema, que contempla reinos diferentes, porém relacionados e dependentes².

Esses arranjos identificados são colocados à disposição das elites do país, para organizar ao seu modo o novo espaço de expansão. Com

¹ ESPIRITO, S. A. **O vale amazônico no futuro do mundo**. 2. ed. São Paulo: Edigráf, 1956.

² GONÇALVES, C. W. P. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo: Contexto, 2001.

esse aparato podemos avaliar com profundidade as relações também sociais, econômicas e culturais. Essas articulações locais não limitam as ligações globais, além disso, permitem interferir através do efeito cascata as influências conduzidas, as imposições e os comandos projetados para intervir no plano agrário local³. Essa estratégia interfere nos ecossistemas de maneira brusca e em muitas oportunidades de forma irrecuperável ao meio ambiente, com profunda intervenção do ser humano.

Assim, a principal meta dos poderes articulados locais fica mantida, alimentando as relações de dominação. Com essa estratégia pode também tornar vulnerável todo o complexo ambiental local, através das interferências, de forma decisiva com as questões ambientais globais, acerca do que acontece na Amazônia.

Com esses conceitos formados, é possível identificar que a posição em pauta, através de um grande projeto de concentração local, é organizada para fazer parte de um arcabouço amplificado, que não tem preocupações com as relações humanas e as culturais, nem tampouco ambientais. Os entendimentos nos permitem avançar nos ajustes peculiares e localizados, para poder decifrar as relações de dominação impostas ao mundo e formar conceitos amplificados com o avançado estágio de devastação na região.

É possível também interferir com questões da rede de vida, que venham atingir esses ecossistemas em amplo processo de ebulição pela intervenção do homem. Essas articulações têm o objetivo de desenvolver o aparelho dominador e dar ressonância às ideias de consenso expansionista e concentrador na Amazônia, a exemplo do que já foi feito em boa parte do país e no restante do planeta. Além das facilidades por se tratar de regiões de capitalismo periférico, também se processa através de um local de capitalismo rude, sem limites e a certeza que o crime compensa, pelo leque de irregularidades praticadas e a impunidade, como foi visto nas páginas anteriores.

O desenvolvimento político pronunciado serve para sustentar esse projeto das elites por meio da intervenção, bem como para identifi-

³ VIERA, P. F.; WEBER, J. (1997): **Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento. Novos desafios à pesquisa ambiental**. São Paulo: Cortez, 1997.

car o acirramento das lutas no campo entre os atores sociais distintos. Ao avaliar as lutas no campo, essas oferecem as credenciais do quanto repercute o projeto articulado mundial e também local, para poder avançar na compreensão e propor os entrosamentos amplificados dos extremos que o mundo vive e esse espaço serve de referência para proporcionar o entendimento capitalista.

A relação é de dominação e de dominados, por meio do processo produtivo, porém mesmo através da atração e da repulsa, faz elos de completa dependência entre as classes por manter a força de trabalho e o capital relacionados. Através do estudo proposto das questões ambientais é possível aglutinar parâmetros que se pautam por meio dos acordos e das amplitudes micro e regional, que se sustentam nas dinâmicas de mercado. Essas agendas, no entanto, servem para avançar nos espaços que interferem na regulação do meio ambiente e todas as estratégias de bem-estar local.

Na sequência fazem a conexão apurada dos juízos para avançar e permitir os entrosamentos macros da sociedade global, interferindo na Amazônia, mas agora de forma indireta, visto os objetivos serem a busca dos produtos oriundos desse local, por meio das mercadorias de exportações. A nova investida regional propõe seguir no intento de organizar as ideias, porém propor com cautela por meio da realidade vivida no dia a dia dos atores sociais, que ficam envolvidos nessa trama na busca do lucro a qualquer preço através do capital organizado.

O atual estágio do trabalho também possibilita a abordagem de desenvolvimento e de crescimento dos espaços locais e suas especificidades, porém lado a lado com as implicações do meio ambiente através da busca de produção para servir ao mercado global. Ao organizar e atingir o novo cenário proposto, que se desdobra no seio dos conceitos evolutivos, com tendências reprodutivas e também com inovações, o ambiente nos oportuniza a intervenção através do entendimento apurado dos ecossistemas regionais.

O nosso propósito é entender como essas interferências são possíveis de avançar e ao mesmo tempo verificar a intensidade no processo do avanço do agronegócio das exportações. Esse leva as operações

humanas a interferirem em seu próprio ambiente, para fazer uso das potencialidades e organizar o desígnio de propor relações de acumulação. O objetivo é levar lucro por meio dos procedimentos expansionistas da mais recente fronteira migratória do país⁴.

Trata-se de uma ação não estática, que permite observar as evoluções também por meio das lutas de classes ligadas com a rede de vida da região. Os extremos observados em franco desenvolvimento oportunizam o pesquisador e lhes oferecer luz nas discussões e ao mesmo tempo serve para pautar o diálogo de forma concreta no que diz respeito aos problemas ambientais e o processo produtivo, que interferem nas áreas de posseiros e dos indígenas. A realidade vivida através dos atores sociais de diferentes níveis e convívios são a ponta da lança para poder identificar as relações evolutivas dos extremos encontrados nesse novo espaço de movimento migratório e da maior frente da agropecuária do país⁵.

As novas configurações sociais, ambientais, econômicas e culturais se desencadeiam através dos relacionamentos pacíficos ou não provenientes das lutas das camadas sociais, que se identificam através de diferentes concepções. O ponto que serve de alicerce para as interpretações são os comandos articulados da cadeia produtiva sistêmica, que é conduzida pelo mercado na relação também dos envoltos do meio ambiente e todas as relações, na busca das mercadorias para as exportações.

O fortalecimento e o entrosamento globalizados refletem os efeitos locais no caso amazônico, visto que o espaço se identifica como periferia do capital em franca intervenção humana e esse processo deixa no local uma nova paisagem. Por ser fronteira do modelo, o leque de possibilidades nos apontamentos regionais nos permitem identificar a realidade concreta do modelo organizacional da sociedade capitalista. As intervenções diretas com a fauna, a flora e toda a rede de vida é um processo consequente da interferência humana na região amazônica. Porém, no atual estágio pouco interessa ao modelo de intervenção do

⁴ BRAUDEL, F. **A dinâmica do capitalismo**. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

⁵ MARTINS, E. **Amazônia, a última fronteira**. A saga dos oprimidos/as multinacionais/ a iminência de um deserto. Rio de Janeiro: Codrecri, 1981.

projeto as causas e as consequências. A busca é pelo lucro que a terra fértil pode proporcionar⁶.

O franco processo de influências junto ao meio ambiente local, bem como ao identificar os anseios de uma nova sociedade reproduzida por esse coletivo, não deixa esgotar a fomentação dos conflitos através dos entendimentos das classes na intervenção e uso do espaço da natureza. Contudo, é o ambiente repleto de oportunidades que serve para desenvolver envolvimento através da floresta, do cerrado, do pantanal, sendo a posse da terra a maior conquista que serve para desenvolver as oportunidades, bem identificado também em se tratando das reservas florestais e minerais⁷.

As atitudes voltadas às questões ambientais e sociais corretas contrapõem a lógica da concentração e conseguem se desenvolver com amplos desacordos e acordos na prática cotidiana de cada uma das cadeias produtivas. A interpretação e a análise, por meio dos ecossistemas geográficos da Amazônia, que se apresentam nesse espaço denunciando a fragilidade dos elos integrativos, não conseguem fazer a ligação social e ambiental. Não se trata de um espaço de qualquer poder econômico, porém um desejo de maneira enfática de demonstrar uma das maiores frentes mundiais de expansão da agropecuária. O local se desenvolve através das intervenções humanas e apenas com fins acumulativos, porém não tendo respeito com os ecossistemas locais e a coletividade⁸.

Esse alargamento ocorre através das dinâmicas do mercado e sua lógica reprodutiva, sem a observância das relações de vida existentes. Além disso, não se pensa no espaço com relação às futuras gerações. O intento da investida serve para interpretar o coletivo social em vistas de possibilitar a continuidade das gerações, bem como propor alternativas de bem-estar igualitário de todos os envolvidos nos ambientes interpretados.

⁶ PASSOS, M. M. **Amazônia**: teledeteção e colonização. São Paulo: Unesp, 1999.

⁷ NETO, M. **O dilema da Amazônia**. O complexo Carajás, os grandes projetos e a nova Amazônia. 2. ed. Belém: Cejup, 1986.

⁸ MARTINS, E. **Amazônia, a última fronteira**. A saga dos oprimidos/as multinacionais/ a iminência de um deserto. Rio de Janeiro: Codrecri, 1981.

Faz-se necessário levar em conta que o crescimento econômico do país e o avanço da agropecuária na nova fronteira que produz carne e grãos traz fortes complicadores ao meio ambiente, bem como ao tecido social regional. Nessa lógica, ao mesmo tempo não oportuniza a distribuição social da renda à coletividade, muito menos de usufruir das possibilidades que o meio ambiente oferece de maneira gratuita.

Esses espaços de extremos não são uma fatalidade. O que ocorre nesses locais de avanço do agronegócio é um projeto altamente articulado e bem projetado. Assim, não surpreende a quem pesquisa que os frutos não são socializados e quem consegue proveito são as elites econômicas, que produzem as monoculturas em grande escala ao mercado mundial e para isso ceifam a biomassa para dar lugar às culturas de negócios⁹. As elites representam as principais estruturas de dominação capitalista regional, por meio das alianças com empresas multinacionais e nacionais.

Por outro lado, quem perde com esse processo são o meio ambiente, as organizações sociais coletivas, bem como a cultura regional destruída para ceder lugar ao plano de acumulação que impõe a produção de mercadorias sem nenhum limite ao interferir na natureza¹⁰. Ao serem destruídas as possibilidades articuladoras, aos marginalizados e aos despossuídos, por meio da desqualificação das iniciativas e impondo culturas e regras, o modelo imposto atinge seus objetivos. O caminho correto que a burguesia encontra para impor o seu projeto altamente estruturado e articulado é através dos comandos mundiais, porém com suas ramificações sustentadas pelo coletivo dos poderes locais centralizados sem a presença das massas¹¹.

O poder do Capital articulado pode igualar-se as máfias, que se organizam e têm relações em não raras oportunidades com o crime organizado local. Os poderes constituídos por meio dos poderes eco-

⁹ HOMMA, A. K. O. **Patrimônio genético da Amazônia, como proteger da biopirataria. Seminário internacional sobre biodiversidade e transgênicos** – Anais. Brasília: Senado Federal, 1999.

¹⁰ SILVA, R. I. **Amazônia, paraíso e inferno**. Como sobreviver na selva e no mar. 4. ed. São Paulo: Rening, 2002.

¹¹ SANTOS, M. **Por uma globalização do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

nômicos, políticos e as instâncias do Estado são colocados lado a lado para tornar insustentável todas as iniciativas da classe trabalhadora. A base destrutiva projetada atua no campo através da desqualificação das iniciativas de quem está na terra, ou quem busca ser inserido a esse espaço através dos movimentos sociais, bem como quem reside nas cidades por meio da asfixia das possibilidades.

Como foi abordado anteriormente, é bom reiterar várias vezes para enfatizar que a força de trabalho desse espaço tem a incumbência dentro do projeto do capital de servir ao modelo por meio da mão de obra no plano acumulativo. Essa iniciativa possibilita a criação do exército de trabalhadores de reserva, bem como as amplas possibilidades de organizar as classes para procedimentos da mais-valia, no caso da nova fronteira da agropecuária a superexploração¹². A ação permite a criação de mecanismos de exploração, além dos já concebidos para concretizar de fato a exaltação frenética do capital nesse novo espaço fronteiriço migratório. Esse fato ocorre por meio do capitalismo periférico da última fronteira do agronegócio brasileiro, que se deleita com as possibilidades lucrativas e o uso indiscriminado do meio ambiente¹³.

Ao destruir as possibilidades humanas, o projeto parte para a segunda etapa da estratégia através da utilização dos recursos naturais de forma generalizada e sem restrições. O lucro é a meta, porém o foco são os resultados financeiros almejados. Não importa como serão utilizados os recursos dessas áreas ricas em biodiversidade, por meio da flora e da fauna, bem como dos recursos minerais, do solo e de todas as possibilidades¹⁴. No processo, as nascentes das águas são destruídas, não havendo respeito às margens dos rios, provocando o assoreamento do seu leito, dentre outros danos ao meio ambiente. As veias do coração da Amazônia ficam expostas e já dão sinais de que não suportam mais tantas intervenções humanas.

¹² PICOLI, F. **Amazônia**: pegadas na floresta – uma abordagem da superexploração da força de trabalho. 2. ed. Florianópolis: Em Debate, 2011.

¹³ MARINI, R. M. **Dialética da dependência**. Trad. Emir Sader. Petrópolis: Vozes, 2000.

¹⁴ SOUZA, E. L. P. S. **A organização do setor madeireiro no município de Sinop, Mato Grosso** - Uma análise da estrutura de mercado. (mimeo). Belém: UFPA, 1999.

Além disso, todo o tipo de veneno utilizado na agropecuária é jogado na natureza e, através das chuvas, prejudica a vida aquática, fato que ainda abordaremos na sequência¹⁵. A dinâmica fica exposta aonde tem relação de lucro por meio das intervenções ambientais e, neste novo espaço de dilatação e acumulação, os que detêm o poder ficam com o lucro e despreza qualquer das alternativas ambientais, sociais e culturais. Assim, a rede de vida e as relações de bem-estar da humanidade têm pouca importância, sendo jogadas no segundo plano ao intervir regionalmente.

A busca do lucro é de forma imediata, sem, no entanto, mensurar o valor econômico da biomassa destruída e das alternativas de futuro desse imenso espaço. A Amazônia dispõe de grande capacidade ambiental capaz de fornecer a cura para diversas doenças, inclusive o câncer por meio do conhecimento popular com o uso dos fitoterápicos, o que levaria a estudos mais apurados, mas não temos o direito de aniquilar essa possibilidade pela ganância destruidora na busca do lucro.

A intervenção através da sustentabilidade é um processo antigo e para atingir a viabilidade econômica os espaços de tempo são mais dilatados. O novo espaço tem pressa e os mecanismos de mercado são mais ávidos e ágeis, ditando a ordem de quanto produzir, o que produzir e como produzir, intervindo na imensa área cheia de vida e de valor econômico imensurável, por meio dos recursos naturais renováveis ou não. Assim, através dos estudos é possível buscar alternativas na superação das doenças com o uso de ervas e os produtos do pantanal, do cerrado e da floresta amazônica, no entanto, o que existe no local é um desenfreado processo de biopirataria sem controle¹⁶.

Para fazer uma preliminar das condições drásticas e o rastro de destruição deixado nos últimos anos, segundo dados do Ministério do Meio Ambiente, atualmente a região já perdeu acima de 17% das áreas por

¹⁵ SILVA M. FOLEIRO, A. O desenvolvimento da Amazônia na visão dos produtores familiares rurais. In: VIANA, G.; SILVA, M.; DINIZ, N. (Org). **O desafio da sustentabilidade**. Um debate socioambiental no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

¹⁶ SHIVA V. **Biopirataria**. A pilhagem da natureza e do conhecimento. Trad. Laura Cardellini Barbosa Oliveira. Petrópolis: Vozes, 2001.

meio do desmatamento indiscriminado do agronegócio e da exploração florestal na Amazônia. A parte brasileira da Amazônia Legal é mais de 50% do território brasileiro, levando em consideração os nove estados que compõem o complexo – sem levar em conta nesses cálculos e análises a Amazônia Sul Americana toda, que tem um valor imensurável¹⁷.

São dados que assustam, visto que no ano de 1.550 através da primeira intervenção portuguesa nesse espaço até o ano de 1.970, apenas 1% desse território tinha sido devastado pela intervenção humana. Nos últimos 40 anos um novo ambiente foi possibilitado através do movimento migratório na nova fronteira de expansão da agropecuária e do extrativismo florestal¹⁸. Como foi abordado anteriormente, a maior intervenção ocorreu no pós-64 do último século, por meio da ditadura que durou até 1985. O país ainda sofre as consequências desse período de tirania com as massas¹⁹. Ainda hoje o projeto fornece meios de sustentação aos planos do capital, incentivando a migração de novas famílias ao novo ambiente fronteiriço com a sanha da devastação.

Os avanços da agricultura e da pecuária, bem como do extrativismo florestal e mineral, deixam suas marcas, sem levar em conta a diversidade existente através do complexo ambiental²⁰. Para reverter esse quadro é necessário dar valor econômico à biomassa, pois enquanto a terra nua oferece mais possibilidades econômicas, qualquer iniciativa se torna inválida diante das possibilidades do lucro e a relação com o meio ambiente. A destruição generalizada do reino animal do vegetal, do mineral e de toda rede de vida, que se confundem com os recursos hídricos, são os elos frágeis da investida catastrófica em

¹⁷ MMA, Ministério do Meio Ambiente, 2011. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=182&idConteudo=10775>>. Acesso em: 20 de julho de 2011.

¹⁸ ARIMA, E. MACIEL, N. e UHL, C. **Oportunidades para o desmatamento do estuário amazônico**. Belém: Imazon, 1998.

¹⁹ IANNI, O. **Ditadura e agricultura**. O desenvolvimento do capitalismo na Amazônia: 1964-1978. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

²⁰ BERNA, V. **Ecologia**. Para ler, pensar e agir. Ética e educação ambiental para todas as idades. São Paulo: Paulus, 1994.

busca da produção de mercadorias para o mercado²¹.

A grandeza dos recursos gratuitos da natureza nada vale diante do aparato organizado que busca as possibilidades do meio ambiente e a estratificação do lucro. O fato de agregar valor através das relações de comércio interno e externo conduz aos resultados desastrosos, que servem de atributos para satisfazer as elites. O lucro não é socializado entre os trabalhadores que oferecem a mão de obra para aumentar a riqueza dos grupos dominantes. Como se não bastasse toda a desqualificação exercida sobre o coletivo ambiental, no final do processo eles não possibilitam um projeto digno e confortável às gerações futuras.

Para demonstrar o qualificativo amazônico, por meio dos dados do Greenpeace²², a riqueza nesse local é sem igual, em termos de valor econômico, social e ambiental para a humanidade. Ela é contemplada por cinco mil espécies de árvores, com mais de 300 espécies de mamíferos, os pássaros somam mais de 1.300 e os insetos chegam a milhões. Além de três mil espécies de peixes, temos de levar em conta que nesse espaço existe a maior bacia hidrográfica do mundo, que contempla a maior reserva de água doce do planeta. O Brasil concentra sozinho em torno de 12% dos recursos hídricos do mundo, porém desses recursos em torno de 75% estão no território da chamada Amazônia Legal brasileira. Além disso, as grandes reservas minerais nesse território são altamente produtivas, como é o caso das jazidas de ferro e ouro, dentre outros.

²¹ KOWARICK, M. **Amazonas/Carajás**. Na trilha do saque. São Luiz: Anita, 1995.

²² O Greenpeace é uma organização global e independente que atua para defender o ambiente e promover a paz, inspirando as pessoas a mudarem atitudes e comportamentos. Investigando, expondo e confrontando crimes ambientais, desafiamos os tomadores de decisão a rever suas posições e adotar novos conceitos. Também defendemos soluções economicamente viáveis e socialmente justas, que ofereçam esperança para esta e para as futuras gerações. Presente em 43 países de todos os continentes, o Greenpeace conta com o apoio de 4.384.000 ciberativistas e mais de 3.875.000 colaboradores. No Brasil, somos mais de 70 pessoas trabalhando nos escritórios de São Paulo, Manaus e Brasília, 250 voluntários, 47 mil colaboradores e 300 mil ciberativistas. GREENPEACE. Disponível em: <<http://www.greenpeace.org/brasil/pt/O-que-fazemos/Amazonia>>. Acesso em: 18 de junho de 2011.

Mas o ponto de pauta no início da segunda década do terceiro milênio é o agronegócio em franco desenvolvimento, que cria um novo desenho regional com caricatura das marcas da destruição. O processo desordenado de produzir a qualquer preço transformou o Brasil a partir de 2007, como sendo o maior consumidor do planeta de veneno agrícola²³. Os avanços através de novas técnicas, de novas estruturas e possibilidades vêm aliados de muito empenho para utilizar as probabilidades dos recursos naturais de maneira indiscriminada.

Hoje são consumidos em torno de um bilhão de litros do produto altamente tóxicos todo ano. Fato que coloca o Brasil líder no ranking dos maiores consumidores de agrotóxicos do mundo. Esses são prejudiciais à saúde humana comprovada e toda a rede de vida desse espaço, embora a maioria desses tóxicos já tenha sido proibida nos países de origem, mas indiscriminadamente usados em todo o território brasileiro²⁴.

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA²⁵ é o órgão que dedica seu trabalho no intento de organizar, controlar e vigiar a parte sanitária para proteger a saúde humana no país. Essa se depara com ações judiciais a favor dos grupos econômicos e a falsificação de rótulos, bem como a entrada irregular no país de produtos proibidos. Esse poder tem origem na corrupção promovida pelas multinacionais do veneno, bem como do envolvimento com o poder político local e o crime organizado, que em muitas fases do processo produtivo atuam impunemente na região.

²³ LONDRES F. **Agrotóxicos no Brasil – um guia para ação em defesa da vida**. Rio de Janeiro: AS-PTA – *Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa*, 2011.

²⁴ MACHADO, P. **Um avião contorna o pé de jatobá e a nuvem de agrotóxicos pousa na cidade** – história da reportagem. Brasília: Anvisa, 2008.

²⁵ ANVISA - Agência de Vigilância Sanitária do Brasil, essa foi criada no ano de 1999, tendo como determinação em proteção à saúde da população por intermédio do controle sanitário do processo produtivo, bem como da comercialização dessa produção. Além desse trabalho, fica com ela a responsabilidade nas questões ambientais e processuais, de insumos e de tecnologias que se relacionam. Essa autarquia se encontra na atual estrutura de Estado, por meio das ligações com o Ministério da Saúde, bem como faz parceira com o Ministério das Relações Exteriores, que atua no controle da vigilância sanitária nas fronteiras, nos aeroportos e nos portos brasileiros. <http://portal.anvisa.gov.br/wps/portal/anvisa/home>.

Esses atores sociais articulados produzem os desmandos de forma generalizada, para impor as práticas da concentração da riqueza através das intervenções no espaço ambiental de forma agressiva.

Para o capitalismo do agronegócio das monoculturas de mercado e para as multinacionais dos agrotóxicos não interessa se os venenos fazem bem ou mal à saúde humana. A meta é produzir para obter lucro a qualquer preço. O meio ambiente e as relações humanas não fazem parte de suas agendas de preocupações, já que no Brasil eles têm grandes aliados. São os representantes dos movimentos ruralistas, das grandes propriedades, que formam alianças para fomentar a economia, desprezando outras possibilidades. Os grupos das multinacionais dos venenos, inclusive, podem por meio da legislação brasileira bancar campanhas de seus aliados para servirem de representantes através de suas forças representativas políticas, para terem poder de manipular as estratégias de mercado.

O câncer é altamente proliferado por conta do uso indiscriminado dos agrotóxicos nessa região, esse em nada conta quando está em jogo o lucro em relação com o meio ambiente e a saúde humana. As pesquisas hoje comprovam que nos locais aonde têm grandes frentes de produção de grãos se multiplicam as causas da doença e também o seu aumento. O Estado não consegue ter o controle pela impotência diante do poder articulado do capital concentrador²⁶. Assim, o Estado e suas articulações fingem não ver e a estrutura que articula as estratégias finge que não pratica as irregularidades e crimes.

A realidade das doenças advindas do contágio pelo veneno começa a ser explicitada por meio de estudos realizados pelas universidades que utilizam-se do seu papel social e científico para comprovar o alto grau de contaminação em áreas de predomínio do agronegócio. As pesquisas comprovam o aumento de pessoas portadoras do cân-

²⁶ Através da Editora Expressão Popular, por meio da publicação do escritor CHABOUSSOU é possível de entender o alto grau de riscos com o uso indiscriminado de venenos, bem como o envolvimento das multinacionais e as doenças produzidas com essa prática.

cer nesta fronteira quando comparadas com outras regiões sem o uso concentrado do agrotóxico. Podemos usar como exemplo a tese de doutorado do professor Vanderley Pignati, da Universidade Federal do Mato Grosso, em 2007²⁷, e também com suas pesquisas posteriores no ambiente dominado pelo avanço da soja. Isso é possível de ser observado na região de Lucas do Rio Verde, de Sorriso e de Nova Mutum, no estado mato-grossense, bem como em várias regiões de maior influência do uso indiscriminado das toxinas²⁸.

Nesse mesmo sentido, além do uso indevido dos produtos altamente tóxicos e proibidos, muitos são usados irregularmente de forma a prejudicar ainda mais a saúde humana²⁹. Muitos dos produtos vetados chegam para atender as lavouras e os rebanhos na clandestinidade. Contudo, para existir o contrabando dos produtos proibidos deve existir quem queira adquiri-los para o uso local, por conta da elasticidade do lucro que pode proporcionar.

A consciência ecológica passa longe da consciência do lucro,

²⁷ FIOCRUZ. Disponível em: <[://bvssp.iciet.fiocruz.br/pdf/25520_tese_wagner_25_03.Pdf](http://bvssp.iciet.fiocruz.br/pdf/25520_tese_wagner_25_03.Pdf)>. Acesso em: 20 de agosto de 2011.

²⁸ Esse livro pode orientar como foi também no passado o uso indiscriminado dos agrotóxicos, vindo provar que esse problema não é somente de nossos dias, porém na época da ditadura militar e depois no período democrático, essa aplicação indevida em nada mudou e chegamos em nossos dias com o mesmo poder das multinacionais dos venenos no território brasileiro.

PINHEIRO, S.; NASR, N. Y. e LUZ, D. **A agricultura ecológica e a máfia dos agrotóxicos no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Juquira Candiru, 1998.

²⁹ Recente pesquisa divulgada em março de 2011, ela trata do uso indiscriminado dos agrotóxicos no município de Lucas do Rio Verde, no estado de Mato Grosso. A investigação faz parte do mestrado em Saúde Coletiva da bióloga Danielly de Andrade palma, da Universidade Federal do Mato Grosso - UFMT. Foram coletadas amostras de leite materno de 62 mulheres, que recebiam atendimento do programa de saúde da família. O resultado surpreendeu ao ser diagnosticado em 100% das pesquisadas a existência de um tipo de veneno. Em 85% dos casos coletados foi identificado de dois a seis tipos de venenos. A substância com maior incidência foi de derivados de agrotóxicos proibidos no Brasil a partir de 1998.

ECODEBATE. Disponível em: <<http://www.ecodebate.com.br/2011/03/24/estudo-aponta-agrotoxico-em-leite-materno-de-mulheres-de-lucas-do-rio-verde-mt>>. Acesso em: maio de 2011.

principalmente porque aqui o crime compensa pela impunidade, sendo mínima a possibilidade de punição e quando é punido existem mecanismos e brechas na lei que desqualificam as penas³⁰. As penalidades pelos crimes são substituídas pela arrogância e a truculência dos criminosos, sem, no entanto levarem a sério qualquer princípio de coletividade, mesmo que coloque em jogo a saúde da própria família³¹.

Essa tática não ocorre somente com a produção de grãos. Ocorre com a produção da carne bovina na região através de produtos proibidos. O bovino cria massa e conseqüentemente o peso por meio de produtos injetáveis. São produtos com base de testosterona e seus derivados. Esses produtos são proibidos no Brasil, só que muitos aparecem clandestinamente com as embalagens e as fórmulas adulteradas.

O objetivo é camuflar, confundir e desviar da fiscalização, que possivelmente também seja conivente em muitos casos, visto que a função de fiscalizar é falha e os produtos chegam até os locais de uso. Posteriormente, fazem a aplicação no animal, que fica um período de descanso antes do abate para que não fiquem vestígios do uso do produto aplicado de forma ilegal. Cada produto tóxico dessa natureza é regularizado por meio dos entendimentos de cada nação. O que pode em um país muitas vezes não é permitido em outros, mas no caso brasileiro não podem ser usados³².

No episódio dos venenos, muitos são proibidos nos países detentores das patentes inclusive também no Brasil. Outro agravante é que em muitas oportunidades não são observadas as orientações e as normas técnicas de segurança no trabalho a quem faz o seu uso vítima de doenças trabalhistas que podiam ser evitadas. O modelo capitalista não respeita ninguém. Mas o que levaria um empresário do setor desenvolver os procedimentos adequados no uso dos produtos proibidos e tóxicos se esses já chegam de maneira irregular e clandestinamente no país?

³⁰ OLIVEIRA, A E. Ocupação Humana. In: SALATI, E. (Org). **Amazônia**. Desenvolvimento-integração, ecologia. São Paulo: Brasiliense, 1983.

³¹ LONDRES F. **Agrotóxicos no Brasil** – um guia para ação em defesa da vida. Rio de Janeiro: AS-PTA – Assessoria e serviços a projetos em agricultura alternativa, 2011.

³² PINHEIRO, S.; NASR, N. Y. e LUZ, D. **A agricultura ecológica e a máfia dos agrotóxicos no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Juquirá Candiru, 1998.

Além do mais, com o pensamento capitalista, por que realizariam tarefas com segurança aos trabalhadores se isso gera mais custos ao produto final, já que o uso irregular de produtos é para afinar o lucro. Além disso, que valor teria um pobre trabalhador envenenado, mutilado ou sem saúde? Na fila do cativo se apresentam milhares em tenra idade e com capacidade física nova, para ser inserido ao processo de trabalho e sugar suas forças³³. Assim, uma irregularidade propicia outra e a acumulação financeira não consegue se relacionar confortavelmente com as normas de segurança no trabalho, bem como com produtos ecologicamente corretos³⁴.

O dinheiro compra e vende a dignidade e a ética, por meio das relações de poder e a parte da sociedade também corrupta faz menção do rico pela própria riqueza que adquiriu, porém pobre de espírito e vencedor. É por esse motivo que as precauções são deixadas ao segundo plano. Quando ocorre algo que o responsabiliza, incrimina e venha resultar em problemas junto aos que praticam irregularidades nas questões ambientais, trabalhistas e fiscais, eles logo contratam um bem sucedido jurista para a defesa. Ao apostar nas irregularidades é uma decisão lucrativa, visto que o crime compensa e esse vem com a certeza da impunidade nos espaços amazônicos. Outro mecanismo colocado à sua disposição é através do alto grau de corrupção, leis que facilitam a não punição, conivência por meio de acordos por parte de algumas pessoas e setores que têm a função de fiscalizar e coibir esses crimes, bem como de incriminar os atos de desmando.

No final do processo, sem aplicar as práticas adequadas, por serem de alto valor na aplicação, reduzem drasticamente os custos, tendo em vista que são pouco vistoriados pelo Estado. Na verdade, o Estado não está presente propositalmente, sendo conivente com as catástrofes ambientais e a barbárie humana amplamente instalada por

³³ PICOLI, F. **Amazônia**: pegadas na Floresta – uma abordagem da superexploração da força de trabalho. 2. ed. Florianópolis: Editora em Debate, 2011.

³⁴ SILVA M. FOLEIRO, A. O desenvolvimento da Amazônia na visão dos produtores familiares rurais. In: VIANA, G.; SILVA, M.; DINIZ, N. (Org). **O desafio da sustentabilidade**. Um debate socioambiental no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

meio do capitalismo de fronteira da agropecuária e do extrativismo. A segunda verdade é que o Estado, aquele que deveria resguardar os direitos humanos, é o próprio capital fundido que forma “uma só pessoa e um só casamento” e se relacionam com o mesmo projeto através das metas e estratégias, a fim de alcançarem seus objetivos.

Um trabalhador com doenças oriundas do processo produtivo, ou de qualquer procedência e causa, em nada modifica a rotina da produção de mercadorias e as possibilidades da concentração financeira por meio da mais-valia. Uma pessoa a mais com câncer, com doenças ocupacionais, bem como com membros decepados, para o mundo do capital em nada muda. Esse segue em frente através da fúria frenética da busca do lucro a qualquer preço e a forma maquiavélica de ver as coisas, os meios justificam os fins³⁵.

Ao ser identificado um espaço de trabalho, que também envolve o meio ambiente local, sendo colocado para produzir a riqueza não podemos exigir que seja pacificador por meio das relações, principalmente em território de expansão periférica. O mesmo processo destrutivo do uso indiscriminado dos venenos também coloca em pauta os desdobramentos dos laboratórios que conseguem modificar produtos geneticamente³⁶. Esse aparato montado é para produzir a cada dia novas espécies de sementes e animais geneticamente modificados. O objetivo é satisfazer o processo produtivo com frutos que venham garantir mais produção e produtividade, também como desenvolver espécies mais resistentes às pragas, com mais durabilidade na exposição e melhor apresentado.

³⁵ PICOLI, F. **O capital e a devastação da Amazônia**. São Paulo: Expressão Popular, 2006. PICOLI, Fiorelo. **Amazônia: Pegadas na Floresta – uma abordagem da Superexploração capitalista**. Sinop: Editora Fiorelo, 2005. Esse trabalho também é um instigante trabalho de pesquisas desse autor, que pauta sobre os acidentes de trabalho junto ao processo de transformação de madeiras e da agropecuária da região norte mato-grossense. A pesquisa se efetiva através do uso dos equipamentos de segurança, as instalações e as máquinas, o treinamento e como são tratados os mutilados e os intoxicados no processo produtivo.

³⁶ HOMMA, A. K. O. **Patrimônio genético da Amazônia, como proteger da biopirataria. Seminário internacional sobre biodiversidade e transgênicos** – Anais.. Brasília: Senado Federal, 1999.

Isso é possível sem levar em conta os estudos, bem como as suas consequências ao meio ambiente, e também a quem venha fazer uso dos produtos colocados no mercado. A transgenia deixa vulnerável a todos, sem, no entanto, a ciência ainda ter as respostas sobre certas invenções laboratoriais que visam apenas o lucro. Com as possibilidades de a genética permitir, inclusive cruzamentos de reinos diferentes, assim é possível desenvolver estudos apurados e interferir no futuro da humanidade e na rede de vida local e também planetária³⁷.

Os estudos em pauta não são confiáveis e colocam na vulnerabilidade o coletivo mundial, por serem pesquisas de empresas que visam principalmente levar vantagens, por meios de ganhos econômicos e os produtos desse espaço são para o comércio através das exportações. Hoje não são somente os que mantêm contatos com os produtos tóxicos e geneticamente modificados as vítimas desse processo de incertezas, mas todos os consumidores, visto que através das possibilidades dos mercados serem universais, as mercadorias atingem os espaços globais com rapidez e intensidade. Também não podemos ser somente contrários às ideias da produção de produtos modificados, bem como do uso de venenos, porém devem ser observadas as questões éticas, as legais e colocar no centro das preocupações a humanidade com tratos sustentáveis.

O lucro não pode predominar diante da ciência, hoje somos reféns das multinacionais, que são possuidoras de alto poder científico para produzir sementes apuradas. Essas viabilizam apenas a produção de mercadorias para o mercado, podemos identificar a principal empresa desse setor no mundo a Monsanto³⁸. As empresas do terror, ou verda-

³⁷ VIANA G. Impactos ambientais da política de globalização na Amazônia. In: VIANA, G.; SILVA, M.; DINIZ, N. (Org). **O desafio da sustentabilidade**. Um debate socioambiental no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

³⁸ As grandes empresas multinacionais das sementes e dos transgênicos e suas sedes. A Monsanto e a Dupont têm são empresas com sede nos Estados Unidos. Em seguida podemos identificar a Syngenta (Suíça), o Grupo Limagrain (França), a KWS AG (Alemanha), a Land O'Lakes (Estados Unidos), a Sakata (Japão), a Bayer Crop Science (Alemanha), a Taikii (Japão), a DLF Trifolium (Dinamarca) e a Delta & Pine Land (Estados Unidos). Muitas foram incorporadas pelas multinacionais que dominam o mercado, como é o caso da Cargill e da Agrocereis, essa última antes comandava as sementes

deiras máfias que representam o cerne do agronegócio das monoculturas de mercado, se identificam por meio da revolução no campo. A guerra do processo produtivo também é o ápice para as determinantes comerciais no intento de atingirem resultados financeiros.

Nesse episódio de dominação através das multinacionais em muito pouco são levadas em conta as maneiras de intervenções econômicas, as sociais, as ambientais e as culturais nos países que fazem a intervenção direta. Assim, se tornam insignificantes os mais variados ecossistemas universais e também a existência do humano em seus espaços originais, e a vida se torna sem nenhum valor diante do mercado dos produtos³⁹. O comércio do agrotóxico, aliado com a transgenia desenfreada, é inescrupuloso e pode fazer o que bem entender no setor, podendo criar mecanismos de cura de produção das doenças tanto nas plantas quanto nos animais.

Com esse aparato, é possível produzir várias enfermidades, já que a fomentação da economia necessita criar formas criativas de impor as necessidades e o trunfo é marcar presença como salvadores da “pátria”. É o lucro em jogo e a pátria é financeira. O capital usa formas arrojadas de demonstrar na prática como funciona a fúria do modelo capitalista arrogante e sem limites. Esse atua hegemonicamente através das imposições ao mundo, com marcação de território nos países centrais e também nos periféricos e, ao sair do centro, os mecanismos para apurar as práticas irregulares se multiplicam através da confiança da impunidade.

Assim, a ditadura do kit casado forma um pacote de dependências aos produtores por meio da criação das necessidades. São oferecidas as alternativas para solucionar os problemas, que muitos foram fabricados ou criados propositalmente em laboratórios. O grande aparato

em todo o território brasileiro por ser genuinamente do Brasil, que sempre tiveram forte atuação no país e entre outras empresas. A Monsanto se tornou nos últimos anos a maior empresa e domina o mercado. Dados retirados junto da Agência Latinoamericana de información – ALAI. Disponível em: <<http://alainet.org/active/10410&lang=es>>. Acesso em 15 de Maio de 2012.

³⁹ SHOUMATOFF, A. **O mundo em chamas**. A devastação da Amazônia e a tragédia de Chico Mendes. Trad. Luiz Fernando Martins Esteves. São Paulo: Best-Seller, 1990.

oferecido para a agropecuária consta com produtos como: fertilizantes químicos, sementes híbridas e geneticamente modificadas, fungicidas, herbicidas e vai um aparato sem precedentes⁴⁰.

Todo esse complexo serve para obter maior produção e produtividade, porém deixam vulneráveis as pessoas e o meio ambiente. Claro que não podemos negar que se esses fossem possíveis sem prejuízos ao meio ambiente e de forma sustentável e para as relações humanas, seriam vistos como grandes aliados na produção de alimentos. Com a criação de práticas sustentáveis, o avanço tecnológico supriria as necessidades mundiais de alimentos, por meio do combate à fome, à pobreza e à miséria. Mas não é esse o objetivo. O que se quer é o lucro e a qualquer preço para ser concentrado.

O que está em pauta é uma ação arrojada de dependência e de dominação promovida por grandes laboratórios das multinacionais. Enquanto ocorre a concentração da riqueza e são estabelecidas relações impostas e de superioridade, não são viabilizadas alternativas que sirvam à coletividade. O processo deixa um rastro de destruições e de complicações através do aniquilamento gradativo da biodiversidade, por meio de procedimentos já irreversíveis das condições naturais e sociais. Esse processo em curso também afeta o prosseguimento das gerações futuras. Na cadeia final os grandes prejudicados são os seres humanos e toda a rede de vida local, porém sem uso racional da biomassa⁴¹.

Se todo esse aparato viesse agregado de bem-estar social, de integração entre a humanidade e a natureza, também através de práticas sustentáveis se justificaria toda essa intervenção. O que estamos assistindo é um projeto de contramão, aonde os reinos não convivem harmonicamente, bem como a presença do estranho serve para impor as regras de mercado. Além disso, tem o intento de destruir outras possibilidades sociais e culturais, que venham dar dignidade e cidadania da coletividade⁴².

⁴⁰ MACHADO, P. **Um avião contorna o pé de jatobá e a nuvem de agrotóxicos pousa na cidade** – história da reportagem. Brasília: Anvisa, 2008.

⁴¹ VASCONCELLOS, G. F. e VIDAL, J.W. B. **Poder dos trópicos**. Meditação sobre a alienação energética na cultura brasileira. São Paulo: Casa Amarela, 1998.

⁴² DREIFUSS, R. A. **A época das perplexidades**. Mundialização, globalização e planetarização: novos desafios. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

O homem é refém do homem do capital, que se funde em pessoa e arquiteta o destino das civilizações. A receita financeira foi colocada no primeiro plano e o ambiente da imensa região amazônica é vítima da exaltação delirante da máfia dos agrotóxicos e das experiências genéticas irresponsáveis. Com essa intervenção no processo de alongamento da última fronteira brasileira, nada é respeitado. O homem, a mulher e as crianças, juntamente com os ecossistemas, são expropriados para dar lugar às patas dos bois e aos grãos de soja, que são os carros chefes do agronegócio das monoculturas de mercado na região.

O interessante nessa abordagem, é que podemos identificar e observar uma cadeia representativa dos poderes, que cria certos escudos protetores para preservar os interesses das elites setoriais. As multinacionais que atuam como companhias mantêm relações com empresas do setor da carne e dos grãos de mercado, que são empresas na frente amazônica do agronegócio das exportações. Assim, entram em cena outros atores, que são formados por meio de parte dos políticos representantes da região.

Porém, no caso brasileiro o plano tem intervenção nacional, visto a grande área de abrangência da produção agropecuária e as estratégias são facilitadas pelo sistema brasileiro. A aprovação do novo Código Florestal brasileiro em 2012 é o retrato dessa dinâmica articulada, são votos dirigidos com objetivo de passar a borracha na destruição ocorrida ao longo da intervenção dos espaços humanos, bem como facilitar as estratégias de novas intervenções hoje e também no futuro.

O que nos admira é o alto poder de articulação. Observa-se um elevado grau de dependência nas relações, a submissão e a obediência se tornam regra nos relacionamentos. No processo não podemos perder de vistas, que os interesses se fundem na mesma direção, para no final do procedimento ter como objetivo final o lucro por meio de relações de produção, que vai gerar adicional financeiro através da mais-valia.

Todo o processo é de dependência, de controle, de asfixia e de possibilidades sem limites, que vem agregado de todo o aparato para silenciar os contrários ao projeto. As relações de dependência entre multinacionais e as empresas do setor do agronegócio também fazem parte

desta realidade, visto a opressão vir de um modelo que domina, que submete e que determina, sendo esta a lógica do capital em ação. O projeto ali instalado vem formar cadeia de desmandos em forma de cascatas na região de nossos estudos, porém a violência é a regra nos espaços.

O lado político e os meios de comunicação têm papel muito importante na estratégia, pois servem de guarita no desenrolar das relações. O primeiro facilita através da legislação para propor facilidades às empresas de sua representação. Muitos dos políticos mantêm suas campanhas bancadas por multinacionais, que aplicam esforços financeiros e aguardam os privilégios no decorrer dos mandatos, como foi visto anteriormente. Aliado a essa ideia, muitos dos políticos que fazem leis têm grandes reservas de terras nos espaços amazônicos ou recebem financiamentos das campanhas para agirem na defesa do agronegócio das monoculturas de exportações.

O segundo através dos meios de comunicação que são os grandes colaboradores para formar consenso de ideias. As forças são estruturais e aliadas, para darem personificação ao estrato ideológico das forças de poder, com o firme propósito de asfixiar as ideias contrárias, para agir no espaço de alongamento com flexibilidade, para produzir na prática o domínio regional de forma generalizada⁴³.

O Estado é a hipoteca e a representação dos poderes constituídos do capital e as suas intervenções quando fluem é no intento de desenvolver as suas incapacidades programadas. Ele consegue se manifestar por meio da omissão, para serem preservados os interesses das castas, que são altamente articuladas dentro do mesmo projeto e dos mesmos interesses. A relação capitalista é uma relação de cadeia articulada, para fluir com ressonância e possibilitar todas as amarrações com a função de propor relações desiguais às camadas sociais coletivas. Os propósitos são costurados com cuidado para, de maneira lógica, ser construído um arcabouço de benesses generalizadas aos detentores do poder econômico.

Esse aglomerado forma os mesmos interesses, por meio do conjunto dominador. Após construir todo um processo que dá o grau maior através da superioridade, o grupo concretiza o objetivo. Ao consegui-

⁴³ MARTINS, J. S. **Expropriação e violência**. A questão política no campo. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1991.

rem agir nas frentes de oposição, os alvos são os movimentos sociais silenciados, que reivindicam possibilidades de inclusão das massas. Assim, é colocado em ação esse aparato mobilizado para desqualificar qualquer tentativa de contraposição do idealizado das massas. Na fase seguinte são colocadas as algemas, as correntes, os gessos, imobilizando-os, como forma de garantir os seus alvos através do sucesso por meio da opressão.

A partir desse desencadeamento, a classe trabalhadora no projeto idealizado tem como única alternativa de servir ao engenhoso projeto por meio de sua força de trabalho. A asfixia só fica completa quando a fúria do arquétipo consegue dominar todas as relações que possibilitam a expansão do capital através da acumulação da riqueza, o uso do meio ambiente sem restrições e o domínio da coletividade. A dominação social vem acompanhada das possibilidades sem reservas no acesso aos meios formadores do lucro. O meio ambiente com todas as suas possibilidades é colocado à disposição do projeto, com todas as articulações que foram já abordadas.

Aos poucos, os espaços do cerrado, do pantanal e da floresta amazônica, através dos seus ecossistemas mais representativos do Estado matogrossense, bem como a brasileira, cede lugar às grandes fazendas cercadas de arame para o gado, principalmente o bovino de corte. Na mesma proporção, grandes áreas também mudam sua paisagem, para dar ambiente à produção de grãos e essas sedem os espaços principalmente para a produção em grande escala comercial da soja⁴⁴.

Além de grandes áreas de terras e um extenso litoral brasileiro, também tem as divisas internacionais e a maior parte fazem divisas com os espaços amazônicos. Os locais que são uma forma de integração entre os países vizinhos é hoje também rota do crime organizado, com tráfico de drogas ilícitas e lícitas. O contrabando das mais variadas naturezas inclusive dos venenos proibidos no Brasil⁴⁵.

⁴⁴ RIBEIRO, S. A. O. **Vida e morte no Amazonas**. São Paulo: Loyola, 1991.

⁴⁵ PROCÓPIO, A. **O Brasil no mundo das drogas**. Petrópolis: Vozes, 1999.

PROCÓPIO, A. O narcotráfico no espaço social rural da Amazônia. In: RIBEIRO, A. M. M.; IULIANELLI, J. A. S. (Org). **Narcotráfico e violência no campo**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

Com todos esses atrativos na busca do lucro, o retrato do mapa da região muda de imagens todo ano e o avanço do pé de boi carrega consigo as sementes da soja. Por outro lado, o setor de transformação de madeiras, que faz o aproveitamento econômico da biomassa da floresta tropical em forma de torra, realiza a primeira fase da investida, sem, no entanto, levar em conta possibilidades de manejo na maioria das áreas⁴⁶. Em seguida vem o pé de boi e o grão de soja, que adentram ao pantanal e ao cerrado com facilidade, porém a floresta amazônica necessita passar por fases para possibilitar seu uso com monoculturas de mercado.

A indústria de transformação de madeiras, que foi nos últimos anos a movedora da economia regional, não veio para ficar⁴⁷. Como foi abordado, faz uma significativa ação de coleta e aproveitamento das árvores no intento de aproveitar para não perder. O bom emprego de pequena parte da biomassa é pelo fato de que, com madeiras ou sem elas, o processo da busca da terra nua é contínuo, visto ser esse de interesse para a produção da agropecuária. A terra nua tem maior valor econômico para o mercado, visto as possibilidades da cadeia do agronegócio, assim são desprezadas as possibilidades dos produtos da floresta⁴⁸.

Quando se pensa na floresta em favor das áreas manejadas é com o propósito de aproveitar apenas as possibilidades da terra. Porém, não se pensa da gama de oportunidades com os outros produtos possíveis como é o caso dos fitoterápicos, das sementes, das resinas, das tinturas, das fibras, da energia, da água, dos combustíveis⁴⁹ e uma gama de oportunidades que são destruídas, inclusive de remédios que podem

⁴⁶ Através da obra que contempla uma longa pesquisa publicada em 2005, é possível avaliar melhor como foi no passado o movimento das indústrias de transformação de madeira, bem como é hoje na região em pauta. PICOLI, F. Amazônia o silêncio das árvores – uma abordagem sobre a indústria de transformação de madeiras. Sinop: Editora Fiorelo, 2005.

⁴⁷ SOUZA, E. L. P. S. **A organização do setor madeireiro no município de Sinop, Mato Grosso** - Uma análise da estrutura de mercado. (mimeo). Belém: UFPA, 1999.

⁴⁸ VIANA, G. (Org). (1998): **Relatório da comissão externa destinada a averiguar a aquisição de madeiras, serrarias e extensas porções de terras brasileiras por grupos asiáticos**. Brasília: Câmara dos Deputados, 1998.

⁴⁹ CABRAL, M. C. **A Amazônia e o petróleo**. São Paulo: Fulgor, 1960.

possibilitar a cura de doenças por meio das pesquisas⁵⁰.

Além disso, se processa um amplo e irrestrito processo de roubo do conhecimento popular através da biopirataria na região, ainda patenteiam os nossos produtos fora do Brasil⁵¹. A necessidade da construção das páginas de formação conceitual é para relacionar o modelo em pauta, que vai ao final da investida interferir no novo ambiente de expansão⁵². Faz-se necessário dar ênfase à expropriação generalizada da cadeia de vida, bem como das alterações por esse projeto através da sua intervenção. Aos poucos uma nova vista da paisagem social e do meio ambiente é construída, criando produtos e mercadorias para o mercado global e a relação de trabalho⁵³.

Como é do conhecimento por meio dos dados, mais de 70% das áreas da região amazônica têm sua consistência fragilizada, são terras que necessitam de muita intervenção através de adubação e de fertilização, para conseguir boa produção, porém viável⁵⁴. Por outro lado, as florestas desse espaço, que se apresentam com sua exuberância com árvores gigantes, os intentos são possíveis por meio de sua capacidade de auto-sustentação. Contudo, o mercado empurra o agronegócio a produzir produtos que vão suprir as necessidades mundiais, sem, no entanto levar em conta um processo latente de desertificação da Amazônia em crescente visibilidade hoje⁵⁵.

Enquanto o mundo se reúne para tratar de propostas para o futuro da humanidade, para discutir os problemas ambientais e suas consequências, a resposta para a região do avanço do agronegócio é produzir

⁵⁰ KOWARICK, M. **Amazonas/Carajás. Na trilha do saque**. São Luiz: Anita, 1995.

⁵¹ SHIVA V. **Biopirataria**. A pilhagem da natureza e do conhecimento. Trad. Laura Cardellini Barbosa Oliveira. Petrópolis: Vozes, 2001.

⁵² DEUSDARÁ, F. R. e PEREIRA, H. S. **Análisis de la información sobre productos forestales madereros en los países de América Latina**. Brasília: Ibama, 2001.

⁵³ BEZERRA, O.; VERÍSSIMO, A e UHL, C. **Impacto da garimpagem de ouro na Amazônia Oriental**. Belém: Imazon, 1996.

⁵⁴ SIOLI, H. **Amazônia. Fundamentos de ecologia da maior região de florestas tropicais**. Petrópolis: Vozes, 1991.

⁵⁵ PROCÓPIO, A. **Amazônia**. Ecologia e degradação social. São Paulo: Alfa-Omega, 1992.

mais. O estado matogrossense é exemplo dessa façanha, que continua elevando os índices das áreas plantadas e de produção, com uma única preocupação que se identifica com o mercado e o processo de acumulação econômica, como foi visto nas páginas anteriores. Por outro lado, está em curso um processo irreversível sobre o efeito estufa mundial, a desertificação de parte do planeta e o descongelamento das geleiras através do aquecimento global.

O atual estágio que envolve as relações humanas com as ambientais, não pode ser subestimado. Com isso não temos o direito de negar a ciência, também não é possível que em pleno início do terceiro milênio as práticas humanas sejam de organizar a sociedade através de propostas que contemplem apenas as dinâmicas econômicas. Hoje o produzir mais se sobrepõe a coerência das práticas sustentáveis, do engajamento social e do respeito às culturas locais⁵⁶.

Todo esse aparato está servindo para beneficiar as elites dominantes da Amazônia e as multinacionais. Os frutos da terra sendo concentrado, o que são socializados nesse espaço são as catástrofes ambientais, visto que toda a região no ano de 2010 foi vítima de grandes queimadas, provocando uma nuvem de fumaça nunca vista antes, nesse mesmo sentido historicamente a devastação é um problema regional⁵⁷. Por outro lado, a agricultura familiar, para os comandos do agronegócio das monoculturas de mercado, recebe a desqualificação.

O atrelamento das multinacionais e as empresas nacionais que objetivam apenas o mercado se evidenciam através das práticas do dia a dia. O acoplamento serve também para desenvolver mecanismos de desqualificação dos movimentos sociais, para serem garantidas as ofertas de trabalhadores à disposição das classes dominantes. Ao desorganizar as iniciativas, por meio do aparato engenhoso do modelo, fica garantida a manipulação das classes. A inserção dos dependentes

⁵⁶ SHOUMATOFF, A. **O mundo em chamas**. A devastação da Amazônia e a tragédia de Chico Mendes. Trad. Luiz Fernando Martins Esteves. São Paulo: Best-Seller, 1990.

⁵⁷ HEGEMANN, H. **Bancos, incendiários e floresta tropical**. O papel da cooperação para o desenvolvimento na destruição das florestas tropicais brasileiras. Rio de Janeiro: Ibase, 1996.

do modelo na relação de produção pelo trabalho é a única forma de gerar riqueza, principalmente quando tem imensas áreas dos espaços ambientais amazônicos à disposição.

Outra ocorrência delicada que envolve as questões sociais, as culturais e as ambientais são as reservas indígenas no estado mato-grossense, mas isso é regra em todos os espaços aonde aconteceu e acontece o avanço do processo migratório, em todos os estados que compõem a Amazônia Legal brasileira. O parque Indígena do Xingu, uma reserva criada em 1961, mas que serviu como local também para a transferência das várias tribos expropriadas de seu local de origem⁵⁸. O episódio ocorreu com ênfase mais tarde, visto que o curso da colonização do pós-64 se desenvolveu por meio de verdadeiro aparato violento para a conquista da terra.

Porém, boa parte dos índios foi dizimada na investida e de suas histórias pouco restam, visto que o sinistro foi realizado no silêncio da ditadura, quando as informações eram pouco ventiladas. Alguns foram levados para essa reserva, mas a grande maioria foi morta brutalmente, porém os assassinatos foram por meio de comidas envenenadas, roupas contaminadas com doenças não comuns as comunidades indígenas e através das armas⁵⁹.

As tribos faziam parte de pacote dos estorvos no processo de colonização, sem contar que pela legislação brasileira era necessário apresentar laudos que naquelas áreas não tinha a existência de indígenas e de posseiros. Assim, eram realizadas as ditas limpezas das áreas na base da violência generalizada. Isso quando aconteciam processos no entendimento legal, mas a indústria maior nos espaços era a da grilagem de terras. Essa vinha sem controle e padrões e com o objetivo de expropriar o homem e o meio ambiente do local⁶⁰.

Esses foram retirados da terra forçosamente no sigilo da autocracia, para ceder o local aos grupos econômicos, por meio da especula-

⁵⁸ ARNT, R.; PINTO, L. F. e PINTO, R. **Panará**. A volta dos índios gigantes. São Paulo: Instituto Socioambiental, 1998.

⁵⁹ SABATINI, S. **Massacre**. São Paulo: Conselho Indigenista Missionário, 1998.

⁶⁰ **Amazônia: a ilusão da terra prometida - uma abordagem da expropriação do homem e do seu ambiente**. 2. ed. Sinop: Editora Fiorelo, 2005b.

ção imobiliária. Os efeitos são oriundos do absolutismo, por ter sido as elites quem organizou a migração desordenada e violenta. A prática foi de regra em todo o estado de Mato Grosso, onde ocorreu expansão principalmente nos últimos 40 anos. O processo de expropriação dos povos originários vem de períodos anteriores também e em todas as regiões de processo migratório da Amazônia brasileira.

Quando em não raras oportunidades, quem comandou a colonização foi o crime organizado, por meio de um aparato de oportunidades com domínio dos poderes locais, bem como armando um forte aparato para assegurar a propriedade das terras, o uso dos benefícios do Estado de forma criminosa como aconteceu com o Projeto SUDAM, entre outros, a dominação de todas as formas e as práticas de silenciar o coletivo⁶¹.

No caso da reserva dos índios do Xingu, o espaço delimitado passa pelo rio do mesmo nome, que recebe seus afluentes por meio de rios menores, que formam uma imagem de espinha de peixe. O que ocorre em 2012 aos arredores da reserva é um processo que intervém nas questões ambientais das áreas protegidas, bem como na segurança alimentar dos indígenas. As fronteiras da reserva são ocupadas por fazendas que se dedicam ao plantio de soja, e na criação de gado bovino, que são os principais produtos almejados pelo mercado global.

As nascentes dos rios que vão desaguar no Xingu, boa parte brotam em áreas onde são usados indiscriminadamente venenos nos plantios agrícolas. Dessa forma, uma grande quantidade de toxinas são jogadas nas águas. Como foi visto, não existe controle efetivo sobre a entrada irregular de herbicidas e de fungicida com uso proibido pela legislação brasileira, por ser prejudicial à saúde humana. Como as chuvas são torrenciais em um período bem definido todo o ano, os rios elevados provocam o fenômeno da piracema, os peixes vão desovar nas nascentes e próximos delas⁶².

⁶¹ IANNI, O. **Ditadura e agricultura**. O desenvolvimento do capitalismo na Amazônia: 1964-1978. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

⁶² Parque Indígena do Xingu - se localiza ao Norte do estado mato-grossense, em um local de transição de vegetação. O parque foi criado no ano de 1961, pelo presidente da época Jânio Quadros. O espaço contempla uma área de aproximadamente 2.800.000 ha, os principais idealizadores da criação do

Com o processo de ocupação dos espaços cada dia mais aguçado, o meio ambiente nesse local está ficando comprometido, já que a segurança alimentar dos povos depende do alimento vindo da terra e das águas. Essa área que se situa ao Norte matogrossense tornou-se objeto de influências do que acontece no entorno desse espaço. Além da influência da ocupação desordenada e o uso desses venenos de forma indiscriminada, a população é vítima de suas áreas com constantes ataques de madeireiros e latifundiários.

Esses objetivam a grilagem de madeiras e terras, sendo o local constantemente alvo de notícias no país e no mundo. A soja avança em todas as terras indígenas do território matogrossense, isso pode ser comparado a uma catastrófica guerra ambiental, que se veste com os escudos econômicos e por meio dos poderes das elites enfeitiçadas na busca do lucro⁶³. O rastro deixado é desolador, a catástrofe é contínua e segue conforme avançam as monoculturas de mercado, impulsionadas pelos desejos da riqueza e conseqüentemente o desprezo ao complexo ambiental e das pessoas que organizam a rede de vida na Amazônia.

O fato que mais chama atenção em 2012 são os dados fornecidos pelo Conselho Indigenista Missionário – CMI, que mostram que dos 452 homicídios praticados contra as comunidades indígenas no Brasil nos últimos oito anos, 250 foram cometidos no estado de Mato Grosso

parque foram os irmãos Villas Bôas. Segundo as estimativas oficiais vivem em 2012 nesse espaço hoje aproximadamente 5.500 índios, que compreendem 14 etnias diferenciadas.

⁶³ A soja avança em terras indígenas em todas as reservas do estado matogrossense, é o que demonstra a pesquisa dos “Impactos da soja sobre as teras indígenas no Estado de Mato Grosso”. A investigação foi realizada através do Centro de Movimento de Agrocombustíveis e a ONG Repórter Brasil. As conclusões são catastróficas em termos de intervenção da soja em reservas indígenas na região, porém quem deseja aprofundar no assunto é pertinente recorrer a esse trabalho. A “*Terra Indígena Maraiwatsede, dos índios Xavantes, tem 90% de sua área tomada por fazendeiros. Dois projetos de soja são responsáveis pelo maior desmatamento em Unidades de Conservação do Estado, destaca levantamento*”. A pesquisa foi divulgada em julho de 2010. AGROCOMBUSTIVEIS. 2010. Disponível em: <www.agrocombustiveis.org.br> e <www.reporterbrasil.org.br>. Acesso em: 21 de agosto de 2011.

do Sul⁶⁴. O episódio é pela luta da posse da terra, mas os assassinatos mostram a fragilidade da população por meio de um Estado conivente com aqueles que organizaram a terra no silêncio da ditadura expropriando para dar lugar aos pastos e aos grãos para o comércio, que hoje ainda são detonadas as consequências⁶⁵.

O estado é o primeiro também em concentração de terras e uma coisa se relaciona com a outra. Como o processo de intervenção já avançou demais, agora restam os conflitos, e as vítimas são os elos frágeis da sociedade, nesse caso são os povos indígenas. Também na região das mortes dos indígenas, existe um alto índice de suicídios que acontece por conta do encurralamento e da perda das perspectivas de vida dos povos originários⁶⁶.

Esses episódios fazem a demonstração real dos conflitos no campo, os seres humanos são “coisificados” e as mercadorias recebem o status de personificação. As inversões dos valores nos deixa indignados, porém o complexo dominador se intitula dono da verdade absoluta e incontestável através das estratégias do aparelho dominador em cadeia histórica na região⁶⁷.

O que está em jogo hoje na Amazônia e também fora dela em outras regiões é o princípio da legalização dos crimes, que envolvem as questões da terra. Existe uma necessidade latente de legalizar a grilagem ocorrida principalmente nos últimos 40 anos, fruto do crime organizado, que perturba muitos proprietários, porém muitos desses novos proprietários foram vítimas da astúcia do crime. Muitas das anteriores a essa data, o crime aparelhado, por meio dos poderes, já legalizou parte e pouco interessa se foram áreas da união, de indígenas, de posseiros ou outras de pessoas físicas ou jurídicas.

⁶⁴ CMI. Conselho Indigenista Missionário, 2011. Disponível em: <<http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&action=read&id=6136>>. Acesso em: 24 de outubro de 2011.

⁶⁵ CPT. Comissão Pastoral da Terra, 2012. Disponível em: <<http://www.cptnacional.org.br>>. Acesso em: 15 de maio de 2012.

⁶⁶ CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Por uma terra sem males**. Fraternidade e terras indígenas. São Paulo: Salesiana, 2001.

⁶⁷ MARTINS, J. S. **Fronteiras**. A degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997.

A estratégia é tornar legal o irregular, mesmo que através desses episódios sejam necessários métodos de violência generalizada contra o homem e seu ambiente. O Estado, que participa das estratégias, tem sido o fiel penhor dos episódios, por ser cúmplice. Nesse mesmo direcionamento estão as questões ambientais e o novo Código Ambiental, que foi produzido e aprovado pelas elites políticas, por meio de sua arrogância e truculência. Trata-se da maior tentativa de golpe da sociedade, porém vem no direcionamento de legalizar os abusos com o meio ambiente e deixar impune os criminosos.

A grilagem é o principal motor da devastação na região, porém estrategicamente vem o Código Ambiental vem legalizar as condições irregulares produzidas no processo e se prolonga até hoje nas questões ambientais. As metas são os mercados e os lucros com o firme propósito de focar nos resultados financeiros. Todo esse aparato é possível de identificar pelos objetivos claros de parte da banda corrompida da política do estado de Mato Grosso empenhada na legalização da grilagem. Nada se assemelha na história desse espaço aos que ocupam alguns poderes políticos e suas relações determinantes. Muitos desses têm se envolvido através das irregularidades generalizadas, a fim de produzirem benefícios próprios e aos que representam de fato o cenário local e nacional.

Nesse dilema, as questões ambientais na região demonstram o drástico drama, que representa também a saga de um povo. No episódio são vítimas homens, mulheres e crianças, bem como o coletivo de bem-estar desse ambiente. O processo de alongamento da mais recente fronteira não veio para trazer paz aos migrantes, aos marginalizados e aos despossuídos, com um histórico de sucessivas reprovações da vida⁶⁸. Também não consegue transmitir a paz aos posseiros, aos povos originários e ao meio ambiente.

Foi instalada nessa última fronteira do agronegócio a guerra dos interesses, porém essa luta é para conseguir o lucro. Assim, são deixados para trás um rastro de destruição ambiental e de desilusão humana, que cria um mapa de tragédias ao interpretar as relações e os espaços. É possível indignar-se através da pesquisa nesse espaço e também sen-

⁶⁸ SOUZA, M. **Breve história da Amazônia**. Rio de Janeiro: Agir, 2002.

tir-se incomodando diante dos graves acontecimentos que ocorreram no passado e continuam acontecendo impunemente⁶⁹. E o mais desolador é que as previsões são as piores possíveis de entendimentos entre o projeto do capital e a cadeia de vida vulnerável na região.

Não podemos encontrar lógica e muito menos viabilidade, quando o processo de intervenção não consegue dar vazão às dinâmicas econômicas, sociais, ambientais e culturais. O que nos garante a inclusão e o respeito não é o que está em pauta hoje, mas um novo pensar que venha organizar os ambientes por meio da integração, da sustentabilidade e colocar como centro o ser humano e as gerações futuras.

Para isso se faz necessário desmontar as imposições desse local de avanço desordenado, que somente busca o lucro e não desenvolve as aspirações e os desejos do coletivo social. Os indivíduos almejam a justiça social, porém aliada com o controle ambiental, que oportunizam os elos necessários ao convívio entre homem e a natureza. O respeito e a dignidade são ingredientes para poder proporcionar a tão sonhada cidadania de maneira ampla e coletivizada no Brasil e na Amazônia.

Assim, é possível pensar em contrapor as ordens e as regras locais e possibilitar que a classe trabalhadora assuma seu papel de ser proprietária também dos meios de produção na terra. Existe hoje a necessidade de a humanidade conviver de forma pacífica com o meio ambiente e de encontrar caminhos que venham organizar a vida de maneira harmônica e inclusiva. O objetivo é integrar o coletivo com o meio ambiente, porém esse é o grande desafio das gerações de nossos dias, bem como as gerações futuras. Nesse mesmo paralelo, o alvo é estancar as veias abertas dos problemas com a natureza e também de evitar que a humanidade não seja destruída junto com os ecossistemas frágeis e já debilitada pedindo socorro. Contudo, o novo pensar as ações inerentes ao espaço regional depende de cada um de nós. O novo pensar tem de incluir esse desafio e dar vazão aos anseios da sociedade coletiva, para conseguir o bem-estar social da humanidade e garantir os direitos de cidadania à coletividade.

⁶⁹ PICOLI, F. **O capital e a devastação da Amazônia**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

6

A VIOLÊNCIA COM A FORÇA DE TRABALHO NA AMAZÔNIA

Através do entendimento do processo organizacional do modelo sistêmico imposto ao mundo, bem como esse sendo transportado de maneira estrutural por meio das bases periféricas da Amazônia, onde ocorre o avanço da agropecuária e do extrativismo do tipo exportação, podemos identificar os poderes e também as mazelas sociais locais. Com esse entendimento apurado através da construção da trajetória dos migrantes é possível tecer uma abordagem diferenciada na relação produção/trabalho com melhor aprofundamento.

As bases dos estudos são oriundas do andamento dessa pesquisa, que se apresenta com fases sequenciais distintas, para poder fluir o entendimento do novo espaço de acumulação. Porém, utilizamos nessa abordagem o entendimento apurado do uso da força de trabalho sendo organizado por meio das perspectivas do capitalismo periférico. O objetivo é verificar a forma de tratamento da classe trabalhadora no espaço de avanço da agropecuária em processo de ebulição, que interfere de maneira drástica na relação produtiva local.

Essa nova fase investigativa vem possibilitar o entendimento da relação através da identificação dos papéis nesse cenário, que apura a mais-valia com o objetivo de produzir lucros. Os atores se revezam por lados opostos. De um lado a classe dominante que se apresenta através de um verdadeiro aparato estrutural, para ser denominada de detentora dos mecanismos de produção, ou possuidora do capital constante. Do outro, a força de trabalho, que é insubstituível na gera-

ção das mercadorias, se apresenta por meio de sua força laboral, ou denominada detentora do capital variável¹.

O elo dependente de atração e de repulsa tem o objetivo de buscar o lucro empresarial, bem como a subsistência e a procriação da força de trabalho. O processo se funde através da lógica da mais-valia e essa é a estratificação da parte do trabalho não pago à classe trabalhadora, que vai ser acumulada aos capitais². O trabalho aqui organizado e citado é fruto de longo estudo investigativo desse autor, que através dessa pesquisa foi apresentado à sociedade. Assim foi demonstrado como se desenvolve a relação produção/trabalho na indústria de transformação de madeiras e na agropecuária da Amazônia brasileira. O objetivo é dar estofamento conceitual na interpretação da realidade ali vivida, porém com bases e sustentação teórica que levou a entender através da investigação que ocorre na região, bem como no restante do país.

O estudo nos remete a relação produtiva e vem identificar um arrolamento de superexploração da classe trabalhadora local, como já foi abordado no decorrer da escrita aqui gradativamente construída, para dar sustentação no decorrer das páginas. Ao identificar as reais condi-

¹ COGGIOLA, O. Introdução à teoria econômica Marxista. São Paulo: Viramundo, 1998.

² PICOLI, F. Amazônia pegadas na Floresta – uma abordagem da superexploração da força de trabalho. 2. ed. Florianópolis: Editora em Debate, 2011. O livro trata do processo de expansão capitalista da Amazônia legal brasileira e identifica-se pela lógica do servir ao mercado mundial. O projeto ali instalado apresenta-se em duas fases: na primeira, a indústria de transformação de madeira faz o aproveitamento econômico das árvores e, na segunda, efetiva-se a entrada das monoculturas, principalmente de soja e gado bovino de corte. A força de trabalho passa a fazer parte da estratégia de acumulação e vai oxigenar os projetos por meio de sua força de laboração. Nesse processo, as táticas são de superexploração e se identificam pela intensificação, pelo prolongamento e pela redução dos salários. A região, sendo parte do capitalismo periférico, também retira parte do valor destinado à subsistência e procriação da classe trabalhadora. Ela encontra os limites no acesso aos meios necessários para viver com dignidade, e passa se desenvolver por meio de um quadro de marginalização e desprovidimento. Esses pobres e miseráveis são frutos da desordem social imposta na região por meio do capital concentrador, e hoje, as elites locais têm vergonha e medo de sua própria criação.

ções de trabalho, bem como a omissão e a conivência dos mecanismos de Estado no processo produtivo, desencadeia um tratamento apurado no que tange a mais-valia, objetivo maior da relação produtiva³.

Nesse sentido, as lutas de classe são históricas e essa relação existente na Amazônia brasileira também vem sendo trabalhada e conceituada ao longo da trajetória mundial e local⁴. Através desses pensadores e outros que contribuem de forma exemplar aos que buscam entender as relações no que diz respeito ao processo produtivo que envolve empresas e pessoas. Dessa maneira, ao desenhar o panorama que envolve os procedimentos da produção das mercadorias, essa faz das estruturas que mais oferecem a visibilidade do processo de acu-

³ CATANI, A. M. O que é capitalismo. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 2001.

⁴ Reitero sobre as contribuições dos renomados autores aqui citados, que conceituam de maneira histórica o processo evolutivo da sociedade. Através da leitura desses teóricos é possível traçar paralelos na luta de classes através da relação capital/trabalho. No decorrer desse estudo foi percebido que sem as bases teóricas não é possível de fluir no processo de alongamento da mais recente fronteira do capital e ao mesmo tempo entender o projeto de Colonização da Amazônia brasileira. Também na evolução da escrita é aceitável de relacionar outros autores, que são importantes no entendimento do movimento migratório regional. Assim, ao fluir com determinação facilita chegar ao entendimento apurado das relações sociais locais.

BRAUDEL, F. **O tempo e o mundo**. Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV – XVIII. Trad. Telma Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista**. A degradação do trabalho no século XX. Trad. Nathanael C. Caixeiro. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Trad. Reginaldo Forti. 2. ed. São Paulo: Global, 1988.

LUXEMBURG, R. **A acumulação do capital**. Trad. Moniz Bandeira. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

MARX, K. **O Capital**. Crítica da economia política. Trad. Reginaldo Sant'Anna. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

MARX, K. **Salário, preço e lucro**. Trad. Maria Clara. Faria. São Paulo: Moraes, 1985.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. Trad. José Carlos Bruni e Marcos Aurélio Nogueira. 11. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

OHLWEILER, A O. **Materialismo histórico e crise contemporânea**. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

mulação concentrada, mas demonstra as afinidades de forma oposta e extremada ao tratar dos interesses das classes.

São relações de cunho desigual e não socializam os frutos da produção, sendo este um fundamento lógico da manutenção do sistema dominante. Ao colocar um trabalhador para produzir dentro de um aparato articulado, também o torna preso ao cativo de produção como se ele fosse um escravo. A mercadoria que produz é elevada à mais alta graduação de importância, por ser indispensável à ação produtiva e se envolve através da vibração atrativa pelas necessidades e da repulsa consciente a servidão do dia a dia.

São atores que se atraem por necessidades distintas. A empresa, pela necessidade de produzir, não consegue os objetivos planejados sem a presença do trabalho humano. A força de trabalho se envolve por meio das necessidades de subsistência e de reprodução das espécies, mas no plano do capital objetiva dá sequência nas tarefas continuamente. Quando falo da repulsa e a atração dos atores de concepções diferentes, levo em conta o modelo imposto à sociedade. Ele se apresenta com essa necessidade para poder permanecer a estrutura e também continuar com a dinâmica da concentração.

Os detentores dos mecanismos de produção ao mesmo tempo em que entendem a importância do trabalhador, fato que sem ele é impossível produzir a riqueza e acumular, também agem com ações de desqualificação das classes, valorizando-as apenas que lhes interessam. A relação através do aparato de produzir são relações ditas normais e sempre vem um trabalho estratificado de convencimentos através da formação dos consensos que canalizam ondas magnéticas de condicionamento sociais impostos concebidas como únicas e reais⁵.

Ao direcionar a convenção social, usando a relação de trabalho como um arrolamento justo, também são criados os argumentos de proteção da classe empresarial dentro do sistema capitalista, para continuamente preservar as classes. Nesse sentido, podemos entender a trajetória de teóricos que através da luta conseguiram desenvolver as

⁵ ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Trad. Reginaldo Forti. 2. ed. São Paulo: Global, 1988.

teorias que hoje sustentam nossos estudos⁶.

Com esse estofado organizado podemos desenvolver nosso trabalho na Amazônia brasileira observando essa dinâmica. O levar vantagem entre as categorias passa a ser visto e convencionado como padrão, para fomentar a produção e suprir as necessidades humanas na geração da riqueza⁷. Quando o falso vira verdadeiro, a mentira vira verdade e o irreal em real, a intenção é abafar às lutas de classes latentes. Tudo isso é para fabricar uma dosagem letal através dos condicionamentos sociais impostos. As estratégias fazem parte dos esforços conjugados do aparelho dominador, em constante vigília, para continuar propondo alternativas de continuidade na dominação.

A lógica da produção de mercadorias é colocar em movimento e manter a máquina capitalista produzindo mercadorias e não interessa quais argumentos são usados para alcançar esse objetivo⁸. Nesse desencadeamento, o trabalho gera mercadorias, as mercadorias geram as necessidades de consumo e esse aparato das necessidades vai terminar no alvo maior da relação que é o lucro concentrado. Esse é o argumento que sustenta a lógica, sendo o elo de dependência das categorias, para tudo continuar como foi estabelecido na relação globalizada do sistema no passado, permanecendo até hoje com mecanismos mais apurados na extração da mais-valia da classe trabalhadora⁹.

Ao se processarem os argumentos da manutenção do aparelho dominador, também se processa a asfixia da classe trabalhadora, visto não ser oferecida outra oportunidade a não ser de servos da escravidão do trabalho. Dentro desses contextos enfatizo que não existe nada de novo nessa relação de hoje na Amazônia. O que existe é uma sequen-

⁶ PORATH, H. C. **Centralidade epistêmica do trabalho**. Ideologia e suprassunção teórica. Florianópolis: Em debate, 2011.

⁷ BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista**. A degradação do trabalho no século XX. Trad. Nathanael C. Caixeiro. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

⁸ MARX, K. **O Capital. Crítica da economia política**. Trad. Reginaldo Sant'Anna. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

⁹ BRAUDEL, F. **O tempo e o mundo**. Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV – XVIII. Trad. Telma Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

cial revitalização do que está exposto para a manutenção da lógica do lucro concentrado no mundo sem alternativas de socialização dos frutos da terra¹⁰.

A tática para permanecer viva a separação das classes é a manutenção do processo produtivo sempre ativo. O segredo para manter refém a classe operária, é sempre manter à disposição mais trabalhadores prontos ao processo operacional da real necessidade de uso no dia a dia, para serem inseridos na relação produtiva. Esse requisito é de suma importância ao distribuir tarefas e escolher os que vão para a labuta da exploração.

Ao organizar e manter o controle desse exército industrial de reserva, o empreendedor consegue organizar a produção das mercadorias ao seu modo. Porém, se existe mais procura que oferta dos postos de trabalho na relação capitalista, a ação passa a ser de desequilíbrio na relação produção/trabalho. O domínio dos empresários é ao mesmo tempo a perda de poder gradativo dos trabalhadores ao reivindicar melhorias, ou outros mecanismos de fuga do jogo de xadrez vivo, que envolve o trabalho e o empresário.

Com esse objetivo alcançado, as classes dominantes passam a investir com eficiência e eficácia na busca do lucro por meio das operações aprofundadas, que procuram através das mercadorias de comércio e do consumo aplicar a mais-valia junto à sociedade de maneira mais elástica. Nesse sentido, o desequilíbrio da relação se dá no campo da asfixia, que submete de forma condicionante e mantém mais trabalhadores ávidos ao processo de trabalho que a sua real necessidade. Assim, através do objetivo conquistado a própria classe obreira organiza os valores salariais da jornada de trabalho, o seu prolongamento e a sua intensificação¹¹.

Esses requisitos apontados são fundamentais e essenciais para determinar o propósito das elites, que é a organização do homem como coisa, igualmente a uma mercadoria, que vende sua força de trabalho

¹⁰ LUXEMBURG, R. **A acumulação do capital**. Trad. Moniz Bandeira. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

¹¹ OHLWEILER, A O. **Materialismo histórico e crise contemporânea**. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

em troca da subsistência. Ao fazer refém os trabalhadores, esses servem para consolidarem a mais-valia, o objetivo maior do enfrentamento das categorias no dia a dia. Ao ser determinada essa relação desigual, as operações passam a ser organizada através da atração e da repulsa, da dependência e da submissão, que levam a consolidação permanente a divisões das classes¹².

O quadro fica completo quando o Estado é o aval e o penhor das ações, por ser o núcleo controlador da manutenção do sistema capitalista¹³. Como foi observada por várias oportunidades no decorrer da escrita desse livro, a relação de afinidade pode ser comparada com um matrimônio, que comunga com os mesmos objetivos e por ser realizado pelos mesmos atores estratificados. O objetivo é construir paralelos apurados de dominação, de controle e principalmente de acorrentamento e engessamento nas ações conjuntas das elites representadas.

As ações do Estado ao manter estratificado o interesse parcial, bem como ao desenvolver táticas do sistema dominante, operam principalmente com ações efetivas para deflagrar ações contra a força de trabalho para desqualificar a classe. O Estado prepara o terreno fértil, por meio da legislação e através das estratégias com tom democrático, mas, sendo um falso aparato, jamais corresponde com os anseios sociais. Na verdade tudo é direcionado e serve para proteger a ordem estabelecida, bem como para dominar e submeter a força de trabalho dependente. Os trabalhadores visualizam como única saída servir ao processo produtivo¹⁴.

Com esse projeto estabelecido é colocado à disposição as suas instâncias decisivas e passa operar como laico e democrático, contemplando a todos, independente da cor, da raça e da religião. O Estado é o cabresto da classe trabalhadora nas ações de dominação, por praticar atos de cunho protecionista na preservação das classes, e não na con-

¹² MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. Trad. José Carlos Bruni e Marcos Aurélio Nogueira. 11. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

¹³ MARX, K. **Salário, preço e lucro**. Trad. Maria Clara. Faria. São Paulo: Moraes, 1985.

¹⁴ ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. São Paulo: Editorial, 2000.

tribuição de um mundo humanizado e de todos. Uma das atitudes de proteção da classe empresarial é quando determina o salário mínimo de referência ao país e com isso gera a mais-valia coletiva. Além do direcionamento das suas instâncias, com o objetivo de privilegiar as elites, o Estado sempre foi conivente com as reivindicações e os atendimentos na prática da classe capitalista e nega aos trabalhadores seus direitos de cidadão e cidadã¹⁵.

O controle por meio das elites é o fomento ideal para poder exercitar a exploração no processo de trabalho. Os atrelamentos de níveis hierárquicos de poder estratificados encontram caminhos para dar vazão às táticas da reprodução do modelo. O objetivo é de avançar nas dinâmicas e nas investidas, com o objetivo de levar vantagens junto aos operários. Por se tratar de deslocamento de capitais para áreas da periferia do modelo, é possível juntar outros atrativos que são melhores identificados na Amazônia brasileira.

Todos esses feitos levam a categorizar o espaço por meio de um avantajado projeto de aplicação prática da superexploração¹⁶ no trabalho, objetivo maior nesse espaço é entender como funciona. Porém, é possível identificar em qualquer espaço produtivo regional, bem como na indústria de transformação de madeiras, na mineração, na agricultura, na pecuária, no comércio, na prestação de serviços e todas as atividades que envolvem relações de mão de obra na Amazônia. Isso só é possível quando organizado o exército industrial de reservas, o

¹⁵ BRAUDEL, F. **A dinâmica do capitalismo**. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

¹⁶ A conceituação da superexploração na Amazônia brasileira pode ser mais bem entendida através dos teóricos O conceito de superexploração é amplamente tratado por Ruy Mauro Marini no livro *Dialética da dependência*. Também por Fernando Henrique Cardoso e Geraldo Müller, no livro *Amazônia: expansão do capitalismo* e Fiorelo Picoli no livro *Amazônia: pegadas na floresta – uma abordagem da superexploração da força de trabalho*. Para dar ênfase a esses conceitos já tratados nessa obra é importante essas leituras. CARDOSO, F. H. & MULLER, G. **Amazônia expansão do capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1977./MARINI, R. M. *Dialética da dependência*. Trad. Emir Sader. Petrópolis – RJ: Vozes, 2000./PICOLI, F. *Amazônia pegadas na Floresta – uma abordagem da superexploração da força de trabalho*. 2. ed. Florianópolis: Editora em Debate, 2011.

passo seguinte é a aplicação da mais-valia. Porém, sendo por meio de um conjunto articulador, que chega através da exploração do trabalho de forma generalizada. Esse é um processo natural do modelo capitalista mundial em qualquer local do planeta e possível identificar essa dinâmica também nesse espaço regional¹⁷.

Na Amazônia a exploração vem com agregados que só são possíveis por ser espaço de periferia do modelo expansionista. O padrão exige formas de tratamento diferenciadas ao realizar o alongamento dos grupos econômicos se expandindo, com o objetivo de levar vantagem com a natureza e o humano. A superexploração é a galinha dos ovos de ouro do capitalista, visto não existir relação de trabalho sem ser para a classe patronal levar vantagem no processo de produção, ou melhor, é impossível existir riqueza sem mão de obra.

Na exploração convencional é deixado o mínimo dos frutos da produção em forma de salário, para as necessidades da força de trabalho poder dar sequência às labutas na produção da acumulação. Através da superexploração pode ser definida em poucas palavras quando é também deixada no processo produtivo parte desse salário destinada à subsistência e a procriação da espécie. Esse fato é possível pela total asfixia, bem como o engessamento e o acorrentamento imposto à classe trabalhadora que sempre fica em desvantagem pelo aprisionamento na Amazônia brasileira.

O aparelho dominador se apresenta por meio das comunicações, da política, do Estado e principalmente pelo poder do capital, que rege o agronegócio das monoculturas de mercado e o extrativismo florestal e mineral. Ao serem impostas as regras de interesse, também vinculam o abafamento das lutas sociais locais, que fornecem o fomento às camadas que buscam o diferente do ali existente nas relações das classes. O coletivo não pode rebelar-se com as imposições do dia a dia no local de exploração humana, pois suas ideias são sufocadas com a imposição do silêncio nas relações.

Esse é o grande triunfo do sistema imposto ao mundo, porém no alongamento periférico o desenho é incorporado através das táticas de

¹⁷ OTTO, Alcides Ohlweiler. **Materialismo histórico e crise contemporânea**. 2. Ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

dominação. Ao mesmo tempo são submetidos os adicionais nas estratégias de reprimir e silenciar que levam as comunidades locais a serem reféns do processo. Na Amazônia a ordem é silenciar os trabalhadores que não podem enfrentar o crime organizado, que manda e desmanda em partes nas operações existentes.

Os poderes não estão infiltrados nos mecanismos de poder por essa causa. Eles são o próprio poder decisório local em muitas oportunidades e faz parte das estruturas locais de predomínio, que determinam regras e impõem padrões que conflitam, mas ao mesmo tempo são fabricadas as condicionantes de convencimento da dominação. As táticas através dos mitos e dos consensos fabricados são as que calam fundo as pessoas para impor a ordem do modelo soberano em crise sistêmica mundial permanente. O objetivo é convencer que o crime e a barbárie produzidos por parte dos detentores dos poderes locais são os corretos e os verdadeiros na condução do coletivo local. A desordem social no campo com trabalhadores e aos que reivindicam terra pode ser visto através dos dados da Comissão Pastoral da Terra- CPT¹⁸.

Por outro lado, nos fazem acreditar que as crises econômicas são atributos do excesso de privilégios da classe trabalhadora, caso comum hoje na Comunidade Europeia através das deficiências financeira estrutural do modelo capitalista contraditório em crise estrutural permanente¹⁹. O objetivo é encontrar culpado pelas contradições sistêmicas, que estão levando ao colapso o regime capitalista, por não responder nem a si próprio através de suas próprias contradições. É o que acontece hoje na crise sistêmica mundial, que já está afetando principalmente o primeiro mundo. A tendência é respingar os fluidos das contradições aos países periféricos também e também nos do primeiro mundo que é representado principalmente pela Comunidade Europeia, os estadunidenses e também o Japão.

O Brasil através da crise nasce como emergente no crescimento econômico, porém com os dois pés cravados ainda na posição de ter-

¹⁸ CPT. Comissão Pastoral da Terra, 2012. Disponível em: <<http://www.cptnacional.org.br>>. Acesso em: 15 de maio de 2012.

¹⁹ WALLERSTEIN, I. **Após o liberalismo**. Em busca da reconstrução do mundo. Trad. Ricardo Aníbal Rosenbusch. Petrópolis: Vozes, 2002.

ceiro mundo, visto que a concentração da riqueza é muito grande, deixando uma leva significativa da população ao nível da pobreza e miserabilidade bastante significativa no país. O crescimento econômico não condiz com o desenvolvimento da nação a caminho de posições confortáveis dentro da economia capitalista global.

O que leva a essa categoria são as condições humanas, pois o país tem uma dívida social histórica que permanece em 2012, com poucas alterações através dos requisitos que avaliam as questões de cidadania, ou até piorando a condição de trabalho escravo com aumento de 12,7% em 2011 ao comparar com 2010²⁰. Hoje temos boa parte da população analfabeta ou semialfabetizada, bem como a falta do acesso aos mecanismos coletivos como: saúde, educação, segurança, moradia, alimentação e entre outras necessidades básicas da coletividade.

O próprio capital esqueceu as diretrizes do mundo moderno, o que movimenta o plano global é o conhecimento, sendo pertinente que o trabalhador também esteja preparado. Assim, foram criados os mecanismos de divisão das classes, poucos ricos e muitos pobres, faz o país se defrontar com os velhos sinais de permanecer no modelo periférico mesmo crescendo, ou enquadrar-se nos conceitos de terceiro mundo, porém com a terra e a renda concentradas. Esses são os sinais do tecido social altamente comprometido, entretanto as elites teimam em manter essa lógica mesmo em crise estrutural permanente, na forma de concentrar os meios de produção.

Na realidade, da maneira como foram realizadas as previsões por meio do teórico Marx e seus seguidores, as crises do modelo capitalista são também o fim do padrão imposto ao mundo. Para esse contundente teórico os sinais são o colapso econômico constante, que vem desencadear as contradições entre o modo social do processo produtivo em choque com os lucros privados concentrados. O processo desenfreado do modelo em declínio vem desenvolver ondas contraditórias até chegar a um ponto que se tornem insolúveis na sociedade e não se justifica sua presença. No entanto, as crises cíclicas sistêmicas

²⁰ CPT. Comissão Pastoral da Terra, 2012. Disponível em: <<http://www.cptnacional.org.br>>. Acesso em: 15 de maio de 2012.

são o assalto terminal traduzido em barbárie pelo modelo capitalista²¹.

As crises detonam outras crises²². É o que acontece hoje no mundo moderno com mais voracidade, afetando os seres humanos e a natureza. As evidências são vistas no dia a dia através das crises a cerca das questões gerais: o meio ambiente global sendo levada a catástrofes irreversíveis; a educação com falta de tecnologias educacionais de ponta e os professores mal pagos, desmotivados e o ensino em descaso que reflete a baixa qualidade dos alunos; o social e o cultural sendo destruídos e produzindo extremos como a barbárie humana; a política pela falta de ética, e a presença marcante da corrupção, porém a certeza da impunidade; as comunicações com programas bestializantes, alienantes e asfixiados; na economia por excluir a maioria dos pobres e miseráveis e beneficiar as minorias detentoras da terra e dos meios de produção; os conflitos étnicos pela intolerância generalizada; as igrejas sem compromisso com as minorias e a verdadeira falta de acordos com a evangelização; a justiça não se apresenta independente, além de desacreditada, visto em muitas oportunidades fazer parte também do modelo protecionista com suas ações e práticas; as relações de trabalho conflitantes e o Estado através das suas instâncias conivente com os atos irregulares do conjunto protecionista das elites.

Toda essa desordem generalizada consegue afetar também os movimentos de base, que hoje é única saída para contrapor a ordem contraditória do modelo capitalista imposto ao mundo e com sinais de falência dentro dos objetivos propostos. A luta dos movimentos sociais é com o objetivo de dar dignidade aos invisíveis ao atual projeto da burguesia, e sendo a particular forma de socializar os meios de produção concentrados, que fazem reféns os trabalhadores para dominar o coletivo²³.

Ao mesmo tempo, a classe burguesa trabalha com ideias engenhosas no dia a dia para não possibilitar aos detentores da força física

²¹ WALLERSTEIN, I. **A reestruturação capitalista e o sistema-mundo**. Trad. Ricardo Aníbal Rosenbusch. Petrópolis: Vozes, 2000.

²² KURZ, R. **O colapso da modernização**. Da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. Trad. Karen Elsabe Barbosa. 5 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

²³ BOFF, Leonardo. **O despertar da águia**. O dia-bólico e o sim-bólico na construção da realidade. Petrópolis: Vozes, 1998.

saírem do cativeiro da exploração histórica, que fomenta a riqueza concentrada. Tudo isso constata que o objetivo das classes dominantes é submeter os proletariados à força de trabalho, tornando-os reféns da produção das mercadorias. Isso aconteceu tanto no passado quanto no presente, permanecendo com mais contundência e voracidade nas ações das elites estratificadas. Na trajetória não foi pautado metas diferentes na distribuição da renda para ser socializada a riqueza, mas manter viável a acumulação e a concentração nas mãos da burguesia.

O conjunto corroído que determina padrões da crise moral e ética é sentido pela total instabilidade no coletivo social por meio da barbárie humana, bem como a destruição ambiental por meio das catástrofes irreversíveis às gerações futuras da humanidade. Os capitalistas não se deram conta que a reprodução do capital depende de dois fatores básicos e indispensáveis. O primeiro é através da natureza, porém optaram por espoliar a terra, com objetivo de lucro a qualquer custo ambiental e imediato. O segundo através da exploração do trabalhador sem limites nas ações e este se tornou um descarte no processo produtivo. Foram desenvolvidos os mecanismos não condizentes de extorsão da força físico e mental que negam a evolução humana do mundo moderno.

Ao serem criadas as estruturas contraditórias também são refletidos esses sinais na Amazônia brasileira, por meio da expropriação do homem e do seu ambiente, que foi levado a cerca dessa lógica²⁴. O modelo prega mecanismos de tecnologia avançada no mundo, altos estudos na genética, na transgenia e as operações contábeis digitais e em tempo real. Por outro lado, na Amazônia ainda existe trabalho escravo e fortemente evidente em todas as relações de trabalho a presença da superexploração humana²⁵.

É o cativeiro do mundo periférico, representado pelo terceiro mundo latente em problemas sociais, com as mesmas contradições vividas no mundo capitalista, que asfixia as fronteiras migratórias. A

²⁴ PICOLI, F. **Amazônia: do mel ao sangue – os extremos da expansão capitalista**. 2.ed. Sinop: Editora Fiorelo, 2004.

²⁵ PICOLI, F. **Amazônia: pegadas na floresta – uma abordagem da superexploração da força de trabalho**. 2. ed. Florianópolis: Em Debate, 2011.

barbárie humana tem endereço ao passar por regiões do avanço dos poderes articulados, por meio das monoculturas de mercado. O espaço onde pode ser identificado claramente é nos local de avanço do capitalismo periférico, na Amazônia brasileira.

A superexploração se estabelece em locais onde é possível a proliferação dos mecanismos de exploração com adicionais nas táticas. Porém se apresenta através dos aperfeiçoamentos da crueldade imposta aos trabalhadores, por meio de um processo silenciador que aniquila a classe. Podemos identificar a superexploração através dos acontecimentos nos locais de investigação, tais como: através da ausência da carteira de trabalho, ou com registro abaixo do valor recebido; do confinamento nas colônias de trabalhadores dentro do processo produtivo; o pagamento em forma de vale mercado, farmácia e outros combinados; o não acesso a mecanismos básicos de cidadania; a falta de atendimento a saúde, o não acesso a escola e segurança; as condições de trabalho através do prolongamento das jornadas, a intensificação, a redução dos salários e condições indignas no espaço produtivo; o agenciamento de mão de obra pelo “sistema gato”; a omissão e a conivência do Estado e a ausência de programas sociais²⁶. Em 2012 a saga continua visto a realidade pouco ter mudado com sucessivos governos democráticos²⁷.

Nesse sentido, é possível discorrer sobre os problemas oriundos da falta de registro em carteira de trabalho e o seu valor ser abaixo do real recebido. A carteira de trabalho é a comprovação da vida do trabalhador na busca de seus benefícios para efeitos de aposentadoria e toda sua vida de seguridade. O valor abaixo na carteira também representa percas em caso de necessitar comprovar os valores pagos. Ao serem negados esses direitos perde o trabalhador ao necessitar de aposentadorias, ou ao sofrer acidentes de trabalho, bem como o Estado por não receber o correto para dar retorno às demandas sociais inerentes na relação trabalhista²⁸.

²⁶ MARINI, R. M. **Dialética da dependência**. Trad. Emir Sader. Petrópolis: Vozes, 2000.

²⁷ PERONDI, E. **Conciliação e precarização**. A política trabalhista do governo Lula (2003-2010). Florianópolis: Em debate, 2011.

²⁸ CARDOSO, F. H. & MULLER, G. **Amazônia: expansão do capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1977.

Sobre o confinamento dos trabalhadores nas colônias de mão de obra dentro do processo produtivo²⁹, essa é uma estratégia que foi muito usada no passado, sendo que ainda continua sendo praticada em 2012 nas regiões mais distantes da Amazônia brasileira com a mesma estratégia. Em não raras oportunidades também pode ser visto nos locais próximos das cidades centros articuladores, que tem o objetivo de oferecer trabalhadores. Com essa forma de aglutinação de trabalhadores, o capitalista consegue sempre oxigenar o processo produtivo, visto submeter o pai, a mãe e também os filhos sempre que necessário a fornecerem sua mão de obra ali concentrada³⁰.

O confinamento nas colônias é também uma forma de cercear os trabalhadores, de lhes negar o direito de ir e vir, sempre com o objetivo de dominar dentro das operações e fora delas. Em muitos casos nos finais de semana é cadeado o portão do domínio patronal ficando uma passagem apenas de pessoas para saírem do espaço do cativeiro do trabalho. São locais sujos, com lixo exposto em todos os lados, moradias precárias e sem conforto, esgotos e fossas abertas, sem água tratada e convivem com animais peçonhentos e insetos transmissores de moléstias que prejudicam a saúde³¹.

Aliado a isso, é uma forma marcante de silenciar os sindicatos, os movimentos sociais, bem como quem lutam por seus direitos. Os ditos

²⁹ O conceito pode ser visto através de Fiorelo Picoli. Colônia de moradores é o local junto da indústria madeireira e também das sedes da agropecuária destinado à construção das casas para serem sediadas aos trabalhadores dos setores, tendo como objetivo servir de regulador de mão de obra para suprir as necessidades no processo produtivo, também para controlar a classe trabalhadora, bem como organizar o exército industrial de reserva. Pode ser entendido como local depositário da força de trabalho, sendo possível sua utilização mediante a necessidade do empreendimento capitalista ali constituído. As colônias são locais de confinamento onde a força de trabalho é submetida às práticas de superexploração nas suas atividades. Essa prática é possível em espaços de economia periférica, essa acontece nos espaços amazônicos em movimento de expansão do capital. PICOLI, F. **Amazônia: a ilusão da terra prometida - uma abordagem da expropriação do homem e do seu ambiente**. 2. ed. Sinop: Editora Fiorelo, 2005b.

³⁰ SPOSITO, M. E. **Capitalismo e urbanização**. São Paulo: Contexto, 2000.

³¹ PIQUET, R. **Cidade-Empresa**. Presença na paisagem urbana brasileira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1998.

benefícios do bem feitor são presentes de gregos oferecidos, que podemos pontuar como sendo: a moradia sem conforto por serem casas construídas com lixo de madeiras abundantes na região, a água sem tratamento visto ser de poços que se misturam com fossas e os esgotos, a energia gratuita em horários determinados para uso, vale compra em locais previamente estabelecidos e entre outras dependências impostas ao trabalhador. Esses são locais que não trazem dignidade e muito menos possibilidades desses trabalhadores marginalizados e despossuídos pela trajetória da vida, que vislumbrem algo diferente do que lhes é oferecido³².

Os pagamentos realizados através de vales aos trabalhadores eram de norma no passado nos espaços amazônicos, hoje em muitas regiões desse espaço é amplamente realizado. Essas práticas, quanto mais distantes dos meios de acesso das pessoas, são melhores colocadas em funcionamento no dia a dia. O pagamento em forma de vale é um mecanismo que garante um processo de exploração além do normal³³.

Esses são por meio do vale mercado, vale farmácia e uma espécie de vale tudo com o objetivo de manter o básico aos trabalhadores e seu endividamento. Em algumas oportunidades e em locais de pouco acesso é oferecido o mecanismo de compra básica no próprio empreendimento. Os empresários oferecem os produtos básicos da mesa do dia a dia no local. O intento é para não desviar a atenção dos operários e a perda de tempo entre as idas e vindas em busca de suprimentos familiares. Também com o objetivo de mantê-los endividados e organizar o ciclo das tarefas de forma sequencial e que não falem obreiros dependentes.

Com essa estratégia acontece a troca, que podemos comparar duas mercadorias sendo trocadas, bem como a volta do escamo com a finalidade de contemplar as dependências. De um lado a mercadoria, força de trabalho, do outro lado os alimentos de primeira necessidade que vão suprir o cotidiano da família. Quem ganha com isso é o patrão quando realiza acordos com mercados, farmácias, açougues e entre outros

³² GUARESCHI, P. A.; GRISCI, C. L. **A fala do trabalhador**. Rio de Janeiro: Vozes, 1993.

³³ PICOLI, F. **Amazônia: pegadas na floresta – uma abordagem da superexploração da força de trabalho**. 2. ed. Florianópolis: Em Debate, 2011.

de maneira planejada, para reter o dinheiro recebido nas operações de trabalho. Geralmente é realizada a combinação com esses outros empresários, mas ambos ganham com a prática, o fornecedor ao garantir suas vendas, visto o vale ter a necessidade de ser gasto no local do destino.

O empresário da mão de obra também ganha. Ele faz acordos para efetivar o pagamento geralmente com 30 ou 60 dias após o fornecimento da mercadoria. Aliado a essa estratégia em muitos casos são realizados acordos com redução dos valores no ato dos pagamentos pelos empresários, mas o portador do vale paga o valor expresso no ato das compras. A estratégia serve para garantir o endividamento dos trabalhadores, prática fundamental para manter a força de trabalho presa ao cativo e não sobre tempo para pensar em alternativas por ser devedor continuamente³⁴.

A superexploração se apresenta de várias formas. Ela pode ser identificada ao não acesso aos mecanismos básicos de cidadania, a falta de atendimento a saúde, o não acesso a escola e segurança e outros quesitos que beneficie o individual e o coletivo. As condições impostas à força de trabalho nos espaços de alongamento da mais recente fronteira da agropecuária, do extrativismo e das cidades fabricadas têm como objetivo ter a disposição a força física da mercadoria trabalho. As condições de vida através da saúde pouco importam, visto que ao debilitar as condições de uso dessa mercadoria tem outra em tenra idade ávida a ser submetida ao processo produtivo da servidão para ser explorado³⁵.

O empreendedor e o Estado com seu casamento e estratégias nada perdem ao negarem os requisitos de cidadania à população, visto que o acordo é manter viva a relação produção trabalho. Mesmo que o Estado perca nas receitas é um valor insignificante diante do projeto de manter a relação de dominação viva por meio da asfixia da classe obreira. O trabalhador letrado muitas vezes afronta as regras impostas, mas mantém o silêncio e a firmeza na labuta para produzir mercadorias para o mercado e ao mesmo tempo efetivar o lucro concentrado.

³⁴ CARDOSO, F. H. & MULLER, G. **Amazônia: expansão do capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1977.

³⁵ MARINI, R. M. **Dialética da dependência**. Trad. Emir Sader. Petrópolis: Vozes, 2000.

Nesse caso pode ser apurado na região analisada, visto qual serventia teria um operário das regiões afastadas sabedor dos seus direitos, bem como de ser conhecedor do seu real papel que desenvolve nesse espaço. Esses em muitas oportunidades nem acesso ao mundo moderno têm e quanto mais rude melhor e fica dependente das operações desempenhadas e organizadas pelo plano de expansão do capital.

Esses conseguem ver o mundo através dos programas das emisoras de rádios e de TVs, que na maioria dos programas e em raras oportunidades contribuem para sua formação e vida de cidadania. Os donos dos meios de comunicação fazem parte das elites e colocam programas bestializantes, que não vão a lugar algum na formação. As igrejas também entram nesse processo de alienação do trabalhador, pois muitas delas não evangelizam, apenas entram em ação dando a benção final ao trabalhador que morre na esperança de um mundo melhor. O objetivo é mantê-los ocupados e, além de fabricarem os consensos das estratégias estratificadas, que é a busca do lucro a qualquer preço, mantendo-os na opressão.

A falta de saúde, educação e segurança passam a ser mecanismos violentos na opressão generalizada, que a classe passa a ser submetida. Se o que é exposto fosse diferente, o que seria dos políticos, dos fornecedores de frentes de trabalho ao se depararem com cidadãos e cidadãs com saúde, com acesso a educação de qualidade e segurança e sem medos, bem como se sentindo protegidos com seus direitos constitucionais?

Não é esse o objetivo das elites. É preciso manter acessa a chama da acumulação e os trabalhadores mantidos refêns em seus postos de trabalhos, para o processo produtivo manter o giro das necessidades na produção das mercadorias. Os avanços e as conquistas das classes são na maioria das vezes apenas ajustes necessários pela evolução dos tempos, assim como o dito progresso aliado às tecnologias, que exigem novas posturas de mercado, mesmo assim manter como refêns os trabalhadores é a maior estratégia do capital³⁶.

Também podemos identificar outras formas de superexploração

³⁶ MARX, K. **O Capital**. Crítica da economia política. Trad. Reginaldo Sant'Anna. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

que identificam as áreas periféricas como sendo as mais contundentes. Essa tática pode ser vista nas condições de trabalho, através do prolongamento das jornadas, a intensificação, a redução dos salários e as condições dignas no espaço produtivo, porém aqui existem agregados na forma de retirar mais dos trabalhadores por meio da superexploração. É bom verificar que acontece um desencadeamento de regras, de imposições, de acorrentamentos para chegar um pacote de medidas aplicáveis, porém com terreno fértil junto ao transcurso do processo produtivo, que envolve as classes³⁷.

Um trabalhador sem saídas submete-se as torturas da exploração e não encontra mecanismos que sustente a contraposição da ordem por meio das necessidades normais e das criadas pelos arquitetados projetos pensados, com altos estudos para os meios justificarem os fins, que nesse caso é o lucro. O objetivo é manter os trabalhadores presos às tarefas no dia a dia. São relações através dos opressores aos oprimidos em um longo processo com o uso de estratégias em busca das metas.

A mais-valia dentro do trabalho é uma ação mundial chamada de exploração do trabalhador como foi abordado no decorrer do texto. Ela vai da ampliação das jornadas à intensificação e a diminuição dos vencimentos. Esse é o mecanismo único de lucro e não pode existir relação de igualdade no processo de trabalho para o capital. Os trabalhadores da cidade de Nova York, de Roma, de São Paulo passam pelo mesmo mecanismo, na Amazônia também acontece esse mecanismo de exploração do trabalho. Porém, aqui são ganhos aditivos com o processo de superexploração e só sendo possível em áreas de periferia do modelo.

Assim estou construindo por meio desse conceito por ser área de espaço periférico do modelo capitalista. Além da mais-valia normal do ato da produção de mercadorias, aqui ficam retidos na relação produção/trabalho parte do que é destinada a procriação e a subsistência da espécie humana. Essa, estrategicamente, tem o firme propósito da sequência progressiva de mão de obra à disposição da burguesia. Nessa lógica, o trabalhador se sente refém e dependente, por outro lado as operações nos espaços amazônicos fluem dentro do

³⁷ GUARESCHI, P. A.; GRISCI, C. L. **A fala do trabalhador**. Rio de Janeiro: Vozes, 1993.

projetado pelos grupos econômicos³⁸.

O não uso de equipamentos individuais e os coletivos são outra forma violenta junto aos trabalhadores. O processo produtivo seja nas indústrias gerais, nas agropecuárias, nos extrativismos, nos comércios e nas prestações de serviços, cada um deve atender legislações específicas quanto ao uso de equipamentos obrigatórios. Através de Picoli³⁹, na obra *Amazônia Pegadas na Floresta – uma abordagem da superexploração da força de trabalho*, foi realizada extensa pesquisa sobre o uso da força de trabalho no extrativismo florestal e mineral, bem como na agropecuária. Foi estudada estrategicamente a parte que mais recebeu migração no pós 1964, que contempla a região Norte mato-grossense.

Na obra é possível verificar através de longo estudo sobre as reais condições de trabalho no local investigado. A escolha dessa região para a pesquisa foi para atender requisitos básicos no trabalho com o intento de justificar a investigação. O primeiro comprovante da necessidade é visto nessa área ter sido o maior alvo do projeto de ocupação do Pós 1964 pelos militares no poder, como foi visto no decorrer do livro. Em seguida essa região pode ser o prenúncio do que pode acontecer no restante da Amazônia brasileira e também na parte Sul Americana. A certeza é pelo franco processo de intervenção do capital, por meio do uso do meio ambiente e as relações de trabalho ali constituídas.

Na obra foi mostrado como ocorre a formação do exército industrial de reserva, a exploração através da mais-valia, a superexploração nos setores específicos, o uso das crianças e das mulheres no trabalho, os salários e a vida social da classe trabalhadora. Todo esse estudo acabou com intervenção através da pesquisa in loco para verificar as

³⁸ MANUAIS DE LEGISLAÇÃO. **Segurança e Medicina do Trabalho, Lei nº 6.514 de 22/12/77**. 28 ed. São Paulo: Atlas, 1995.

³⁹ O livro que trata dessa pesquisa foi publicado em 2004. A mesma obra recebeu segunda edição em 2011. Aos interessados nesse trabalho é possível do acesso baixado o matéria e podendo ser de forma impressa. Todo o material foi colocado a disposição do leitor, sem custos através da Editora em Debate da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, no site www.editoriaemdebate.ufsc.br.

PICOLI, F. **Amazônia: pegadas na floresta – uma abordagem da superexploração da força de trabalho**. 2. ed. Florianópolis: Em Debate, 2011.

reais condições de treinamento, a segurança do trabalhador e a violência no processo produtivo.

O que enfatizo sobre a superexploração nesse trabalho são os mecanismos de uso da mão de obra. Que diferença faz esse trabalhador treinado ou não, sem educação, usando equipamentos individuais e coletivos se na maioria das operações locais a extração da mão de obra é através da capacidade física e com uso descartável por ser um trabalhador comum, que não exige investimentos na sua formação. Esse fato faz criar um padrão de trabalhadores rudes e sem escolaridade que vão ser utilizados nas operações do extrativismo e da agropecuária.

A única forma de manter o processo produtivo dessa região é mantendo o exército de trabalhadores de reserva ávidos ao trabalho, porém dentro da lógica da contratação e do descarte se necessário. Outra forma grave são os acidentes e as doenças adquiridas, por meio dos venenos e tóxicos, visto não serem observadas as normas que regulam o trabalho. Muitos dos trabalhadores que manipulam herbicidas, fungicidas e inseticidas nas lavouras e nas pastagens fazem as tarefas sem o mínimo de conhecimento e poucos desses foram treinados para manipulação dos venenos.

O mesmo acontece com os indivíduos que trabalham nos garimpos e nas indústrias de transformação de madeiras, usando os mais diversos produtos tóxicos. Isso ocorre também nos garimpos com o uso do mercúrio indiscriminadamente para a extração de ouro e entre outros produtos largamente usados na região. Alguns desses são proibidos nos países de origem e, inclusive no Brasil, como foi visto em páginas anteriores. Eles não recebem o preparo e o treinamento para poderem usar os produtos em muitas empresas, bem como os equipamentos de proteção individuais e os coletivos raramente são usados. A situação não seria diferente, já que a venda da mercadoria (trabalho) é oriunda da prateleira de um comércio regulado através da oferta e da procura, na falta de um tem outro para assumir as vagas.

Ao ser mutilado, intoxicado ou morto, um corpo que labuta no processamento da produção em nada muda a formação de um quadro com mais trabalhadores no mercado que o necessário, porém o projeto

da busca do lucro a qualquer preço continua em franco processo operativo e evolutivo. Além da certeza da impunidade nas ações é apenas uma perda humana e não reflete nos conceitos do capital que prolifera as irregularidades nessa região. Esse foi o motivador das elites nas primeiras fases do processo migratório recente no Pós 1964⁴⁰. O objetivo era formar o exército industrial de reserva, e foram bem sucedidos pela grande leva de marginalizados e despossuídos que migraram para a Amazônia. As cidades planejadas são a garantia do depósito de trabalhadores e assim esses são agenciados e contratados para serem levadas as mais distantes frentes de trabalho na região.

Também, quando necessário o capital vai buscar no seio da família os jovens em tenra idade prontos ao uso dos braços nas tarefas árduas no alongamento da fronteira da concentração. O objetivo desse projeto de expansão não veio para trazer sossego à coletividade ali vivendo e que passaram a viver, bem como harmonia aos mais diferentes ecossistemas das regiões da Amazônia. Com essa dinâmica constituída, a população que ali vivia e as vítimas do processo migratório violento foram expropriadas e seu ambiente também agredido em todas as fases da intervenção⁴¹.

Outro fator que até hoje envergonha a nação é a “escravidão branca,”⁴² como foi visto em páginas anteriores através do agencia-

⁴⁰ CARDOSO, F. H. & MULLER, G. **Amazônia: expansão do capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1977.

⁴¹ MARTINS, J. S. **Expropriação e violência**. A questão política no campo. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1991.

⁴² MTE. **Ministério do Trabalho e Emprego, 2011**. Disponível em: <<http://www3.mte.gov.br/geral/estatisticas.asp>>. Acesso em: 20 de agosto de 2011. **Dados Sobre a Escravidão Branca**. Fonte: *Relatórios Específicos de Fiscalização Para Erradicação do Trabalho Escravo no Brasil, do Governo Federal, através do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE. De 2003 a 2009* muitas operações foram investigadas sobre a existência de trabalhadores nos cativeiros no Brasil. O número de operações foi de 740, com 1.671 fazendas fiscalizadas e 30.309 trabalhadores resgatados. Também foram pagas indenizações no montante de 49.460.717,27, que resultou em 20.704 ALS lavrados. Também é possível de serem encontrados os dados atualizados até o final de 2011 em:

CPT. Comissão Pastoral da Terra, 2012. Disponível em <http://www>.

mento de mão de obra pelo “sistema gato” na região. Aqui se expressa através dos requintes da crueldade por meio da aplicação na prática da superexploração aos trabalhadores. Os mecanismos de agenciamento de mão de obra foram quase de regulamento no passado na região, e hoje são muito utilizados em fazendas distantes, em garimpos e nas indústrias de transformação de madeiras. Próximo às cidades planejadas é também possível de serem encontrados trabalhadores presos nos locais do cativo do trabalho⁴³.

Mesmo que tendo a presença melhorada dos órgãos que coíbem práticas abusivas junto aos trabalhadores, é sabido que os dados oficiais não representam a realidade. Eles são falsos e mentirosos para camuflar a realidade. Primeiro é pelo fato das denúncias serem raras de ocorrer em locais distantes, bem como porque muitos dos trabalhadores nem sabem que estão sendo escravizados. Outro não tem a coragem de denunciar, visto ser considerado até um ato de desonra, pela fabricação dos consensos locais fabricados, um operador de trabalho reclamar dessas práticas. O método foi historicamente empregado, ficando como convencionalizado, porém hoje continua com o mesmo sentido e lógica.

Segundo é pela possível corrupção existente na relação entre patrão e fiscalização em detrimento das perdas da força de trabalho nos seus direitos e vida de cidadania. Supostamente muitas vezes com direito as ações se voltam contra aos trabalhadores e as articulações do crime em raras oportunidades deixam de ser vencedoras pelo aparato montado nas suas defesas e articulações. Por outro lado, é possível de ser deparado um franco processo de enriquecimento local, porém usando da natureza sem os devidos cuidados e também o trato com trabalhadores com táticas usadas nas primeiras fases da colonização brasileira através do descobrimento do Brasil e a intervenção dos portugueses.

Através dessa conexão, faz parte da fronteira das estruturas os métodos arrojados das elites da agropecuária e dos extrativismos, que levam vantagens de forma extrema junto à utilização da força física da mão de obra, que gera a riqueza nesse espaço regional, sem, no en-

cptnacional.org.br. Acesso em: 15 de maio de 2012.

⁴³ PICOLI, F. **Amazônia**: a ilusão da terra prometida - uma abordagem da expropriação do homem e do seu ambiente. 2. ed. Sinop: Editora Fiorelo, 2005b.

tanto, serem socializados os frutos do trabalho grupal. Na realidade, o trabalho tem a socialização coletivizada por meio dos esforços físicos dos trabalhadores, porém a riqueza fica concentrada em mãos de poucos e acumulada através de uma pequena parte desse coletivo humano, que compõe os espaços da produção da riqueza⁴⁴.

Na prática, os trabalhadores são contratados geralmente nas cidades fabricadas pelo capital. Elas foram projetadas nas primeiras fases para servir de suporte aos grupos econômicos e a garantia de terem à disposição o exército industrial ali concentrado. Quem contrata a mão de obra geralmente não é o proprietário das fazendas, dos garimpos, das indústrias de transformação de madeiras nas mais diferentes atividades e funções da região.

O proprietário dessas atividades contrata um agenciador de mão de obra chamado de “gato”, que consegue reunir dezenas e até centenas em sua volta. Esses são conduzidos às frentes de trabalhos muitas vezes até 300 quilômetros distantes das cidades, deixando as famílias para traz. Assim, quem tem vínculo com os trabalhadores são os agenciadores de mão de obra, ficando os proprietários dos negócios sem a obrigação de responder pelos atos ocorridos, como direitos trabalhistas ou acidentes de trabalho.

Essa tática, em caso de pendengas trabalhistas, a empresa não contratou trabalhadores e quem responde é o “gato”, que geralmente também é um trabalhador que leva vantagens com os esforços físicos dos iguais. No início das primeiras operações locais essa prática era quase a única forma de abrir as áreas no cerrado e na floresta. Em 2012 ainda é possível encontrar muitas fazendas com trabalhos da agropecuária e do extrativismo, que permanecem com a mesma tática, isso principalmente nas primeiras fases da criação dos novos empreendimentos.

A força de trabalho é levada de caminhões, tratores e muitas vezes de barcos até chegarem aos destinos dos cativeiros. Ao chegarem aos locais onde tem suas tarefas a desempenhar, eles encontram condições subumanas através das moradias, na alimentação, na higiene, na falta de equipamentos de segurança, falta de remédios e de primeiros so-

⁴⁴ ROSDOLSKY, R. **Gênese e estrutura de O capital de Karl Marx**. Trad. César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

corros, caso necessite, além de não terem em sua grande maioria vínculo empregatício. Como pude expressar anteriormente, eles chegam endividados e com o compromisso de pagar as dívidas, porém sem reclamarem dos direitos⁴⁵.

A asfixia e a violência deixam a classe desorientada e muitos não sabem que têm direitos, vendo todo esse processo como normal e natural. A fabricação dos consensos consegue fazer do errado o verdadeiro, e a sociedade passa a ver como natural e normal os atos injustos ali desenvolvidos e praticados. Na realidade é a prática do consenso por meio dos envolvidos na trama social e não conseguem visualizar a existência dos invisíveis da margem social.

O aparato montado serve para dominar as relações. Assim, os trabalhadores que não conseguem saldar os seus compromissos no cativo são penalizados com regras estabelecidas no ato do contrato, que é realizado através das palavras por não existirem formalidades em muitas oportunidades. Também são renovadas as dívidas para manter o vínculo e a relação produtiva enquanto permanecer à frente de trabalho naquele local. Também é criada uma espécie de conformidade de serem maus elementos, maus profissionais sempre com o objetivo salvaguardar a imagem dos grupos econômicos ao aplicar a violência de todas as formas junto dos trabalhadores⁴⁶.

Em nossos dias, mesmo com a evolução, é muito raro um trabalhador denunciar maus tratos, por não vislumbrar caminhos que façam valer o direito ao respeito, a dignidade e à cidadania. O fato é que muitas vezes encontra a omissão e conivência de quem deveria proteger e não protege dentro dos órgãos do Estado, bem como todo um aparato do crime organizado que trabalha contra as classes menos favorecidas. O fato de buscarem seus direitos em muitas oportunidades pode custar a vida desse trabalhador, por conta do aparato armado nos empreendimentos com jagunços e pistoleiros impondo a ordem do capital⁴⁷.

⁴⁵ PICOLI, F. **Amazônia**: pegadas na floresta – uma abordagem da superexploração da força de trabalho. 2. ed. Florianópolis: Em Debate, 2011.

⁴⁶ PICOLI, F. **Amazônia e o capital** – uma abordagem do pensamento hegemônico e do alargamento da fronteira. Sinop: Editora. Fiorelo, 2005.

⁴⁷ CARDOSO, F. H. & MULLER, G. **Amazônia**: expansão do capitalismo.

Essas torturas foram mais contundentes através do grande fluxo migratório recente por meio da última ditadura instaurada no país. Em 2012 ainda existem muitos casos, conforme denúncias constantes através dos meios de comunicação, mesmo sendo um exercício criminoso, mas como abordo, a Amazônia é continental e não podemos levar em conta os dados ilusórios dos centros desenvolvidos da região, que também acontecem abusos com os trabalhadores⁴⁸. Mesmo que aqui é terra do capital alongado e o trabalhador recebe como ordem expressa o silêncio generalizado e o não cumprimento da ordem pode provocar vários problemas, sendo, portanto, melhor se manter calado.

Essa é uma prática principalmente de lugares de afastamento das fronteiras de trabalho e se identifica como sendo áreas de liberdade do sistema capitalista. Todos os espaços amazônicos são periféricos, tanto os urbanos, quanto os não urbanos, e dessa forma é possível a aplicação da superexploração extensivamente em todos os locais e os agravantes são as fronteiras de avanço dos projetos econômicos.

O conveniente dessa prática, que a força de trabalho após o término de suas tarefas localizadas se dispersa, se dissolve e não deixa marcas nos empreendimentos, principalmente os mais afastados. São as pegadas dentro da floresta, porém não são possíveis de serem identificados e encontrados os atores dessa prática abusiva, bem como os trabalhadores ali torturados. Eles não são vistos pela sociedade. No final da tarefa se tornam invisíveis e não sendo possível de serem encontrados, visto que essas frentes se deslocam propositalmente para não deixarem marcas palpáveis.

As práticas violentas por meio dos jagunços e dos pistoleiros com a classe trabalhadora, a mando do capital ficam também no anonimato. As histórias das torturas, dos crimes, das mortes e da superexploração generalizada devem ficar acobertadas e sepultadas através do silêncio. O acobertamento é através das cinzas das queimadas e com as vergas dos arados que preparam a terra. Também fechadas

São Paulo: Brasiliense, 1977.

⁴⁸ CPT. Comissão Pastoral da Terra, 2012. Disponível em: <<http://www.cptnacional.org.br>>. Acesso em: 15 de maio de 2012.

por meio das cercas que impedem o gado fugir e os trabalhadores de retornarem ao local dos crimes.

Porém, é necessário contar as fábulas das vidas dos vencedores, aqueles que ascenderam pela riqueza e pelo poder e ao mesmo tempo esquecer as histórias dos derrotados pela vida. Ou ainda através de trabalhadores que venceram na Amazônia e vieram em busca do mel, do ouro e da terra prometida, como foi abordado nas páginas anteriores. A história dos derrotados deve permanecer no anonimato, para o bem processar das dinâmicas do capital.

Alguns conseguiram, às duras penas, vencer e assim ter uma vida até melhor da que tinham antes de migrarem, pois faziam parte dos povos excluídos de outras regiões do país. Essas estratégias determinam com ênfase ao demonstrar os vencedores das lutas e os heróis desbravadores dos espaços. Por outro lado, desqualificam os derrotados pela vida, que foram silenciados por meio das mais variadas formas de violências no novo espaço de desenvolvimento de capitalismo periférico.

Muitas das mega operações na agricultura e na pecuária necessitam hoje de operadores com entendimentos de informática e de línguas, já que as máquinas são computadorizadas e com manuais através da língua inglesa. Esse é um trabalhador que surge, mas são poucas as vagas, visto que o processo de primeira fase, que é rude, necessita de muitos trabalhadores por meio da força física, para depois serem expurgados e desqualificados. Na segunda fase necessita de mínima quantidade de trabalhadores rudes e a outra melhor preparada, visto as exigências nas operações modernizadas.

Quem passa e observa não consegue relacionar que na maioria desses locais, hoje com a agropecuária e o extrativismo em evolução foram construídos por meio da violência, da destruição ambiental, da expropriação do homem e do seu ambiente e em muitos locais através da grilagem que é um braço do crime organizado na região. Assim, o vencedor é aquele que se projetou na vida sendo cidadão do bem, um bem feito e geralmente ocupa as primeiras posições de poderes sociais, sendo visto como pessoa que venceu na vida, sendo um visível social.

Porém, sobre os trabalhadores é outro desenho, uma página em

branco, que não diz nada e representa o passar da borracha no passado. Não se escreve sobre as histórias dos derrotados pela vida e muito menos por gestos e esforços e esses vaporizam e viraram nuvens, ou de pessoas que nadaram para virarem peixes, de pobres almas que foram consumidas em pó junto da terra. O interessante é que não deixem marcas e nem pegadas para que não perturbem a ordem estabelecida do modelo concentrador. As imagens não podem ficar manchadas, porém os trabalhadores fiquem invisíveis nas lembranças e também nos entendimentos sociais do dia a dia.

Nessa mesma interpretação e no caminho do entendimento de como se processa a superexploração, é possível levar em conta quesitos que são externos ao dia a dia das empresas. Nessa linha pode ser identificada a convivência do Estado com causas da classe trabalhadora, em detrimento das e apoio as elites amazônicas. O atrelamento dos órgãos governamentais com a classe burguesa faz parte das estratégias do plano de acumulação. Porém, o Estado passa a ser fundamental no processo da exploração para avançar e chegar a um estágio maior por meio da superexploração.

A convivência é uma forma de não atuação dos órgãos que se destinam a dar os direitos como obrigação, porém não atua nas causas de interesse da classe trabalhista. A convivência é uma forma de cumplicidade ao abordar as relações de produção/trabalho, porém sendo parcial ao tratar as relações em detrimento das elites. Nesse conjunto de artimanhas conjugadas está o trabalhador sem carteira assinada, com valor menor, a falta ou ausência de programas sociais, o não uso de equipamentos individuais e coletivos e todos os maus tratos provocados pelas elites contra os trabalhadores.

Os fatores práticos é que o Estado deve coibir os exageros e a violência nas relações, mas não faz cumprir os direitos e as obrigações das classes. O que leva a essa dinâmica são os atrelamentos, que vão culminar na estratificação dos interesses através das representações. Ao mesmo tempo é quem representa o capital. Também são esses atores que fazem fluir as regras e determinações dos órgãos do Estado. São os mesmos atores sociais entrelaçados por meio dos mesmos interesses e do mesmo projeto. Além disso, esse processo desencadeia

uma aproximação dos aparelhos representativos e muitas vezes atrelarem-se ao crime organizado.

A corrupção é o fator determinante, que pode chegar ao ponto em alguns casos que se decidem as relações trabalhistas servir de estorvo, visto a intervenção de quem tem mais poder, quem melhor representa as posições de mercado, bem como quem se corrompe leva vantagem. Assim, as esperanças de um Estado igualitário, laico e que impõe a ética para servir de salvaguarda nas relações, se torna parcial por não permitir a igualdade. Ele descumpra com os preceitos da Constituição Brasileira e parte da legislação passa a ser palavras mortas diante do aparato de recursos que só tem acesso de fato os poderes constituídos. Isso leva ao não cumprimento das obrigações sociais, que são de direito aos cidadãos, por meio da cumplicidade e do protecionismo das classes elitizadas.

Supostamente os mecanismos são os mais arrojados e criminosos, podendo chegar a algumas ações finalizadas por meio de acordos com patrões, impedindo que as irregularidades sejam observadas em certos setores empresariais. Quando um trabalhador busca os seus direitos, este é ignorado, sendo ludibriado pelas instâncias que deveriam protegê-lo. O país é representativo por meio dos poderes do capital e o desenho vem em forma de radiografia desse modelo perverso e raramente justo por não abranger a todos⁴⁹.

A negação e o fazer silenciar são estratégias das elites, para que a força de trabalho não tenha mecanismos que os levem a serem proprietários dos meios de produção. Ao recusar alternativas e preservar a continuidade das imposições históricas, os mecanismos de hoje avançam com novas estratégias e artimanhas, sempre com o objetivo da preservação da relação produção/trabalho. Além disso, o capital na região construiu uma parcela expressiva de alienados, visto existir uma parcela significativa de pessoas que não falam mais por si, mas em nome dos condicionamentos sociais altamente elaborados.

Na grande maioria das vezes essa parcela de trabalhadores é te-
mente às regras impostas e apenas servem de tapetes para serem pisa-

49 PICOLI, F. **Amazônia: pegadas na floresta – uma abordagem da superexploração da força de trabalho.** 2. ed. Florianópolis: Em Debate, 2011.

dos, bem como de pelegos para outros sentarem. Se forem perguntados se são felizes, esses dizem sou “felicíssimo” sendo o que sou, porém esse não entende que é servo do cativo do capital. Prova disso é a falta de seleção que o coletivo usa ao votar e escolher seus representantes, bem como na falta de opção ao escolher seus representantes por ser um meio bastante contaminado e uma leva significativa de pessoas desistiram do processo dito democrático. Esse processo altamente articulado e excludente dentro da política, na maioria das vezes, coloca as raposas para cuidarem do galinheiro. Ao mesmo tempo também serve para agravar a situação, tendo em vista que a grande maioria dos eleitos são financiados por multinacionais e grupos econômicos, não representando os interesses do povo.

As elites capitalistas sabem disso e usam os indivíduos ávidos de esperança expostos as possibilidades de corrupção, comprando não somente o seu voto como também sua dignidade quando esses trabalhadores aceitam as benesses oferecidas para deixá-los presos ao sistema, desqualificando, quando necessário, a classe trabalhadora e os movimentos sociais.

Muitas vezes a classe trabalhadora tem dois adversários. O primeiro é o capitalismo dentro das suas junções de poder e de articulação, que tem como objetivo asfixiar as possibilidades da força de trabalho e dos movimentos sociais. O segundo é uma parte dos trabalhadores que não consegue entender seu verdadeiro papel dentro do processo evolutivo e coletivo, porém ajuda a perturbar as ações de construção de uma nova sociedade historicamente almejada pela humanidade⁵⁰.

Outra parte da classe trabalhadora não aceita essas imposições e tenta construir alternativas por meio dos movimentos sociais e esse é o caminho na busca do diferente, da inclusão e da busca da verdadeira cidadania coletiva. Aliás, essa é a única via que pode contribuir na busca de uma mudança estrutural e tornar imparciais as relações da coletividade. Entretanto, esse grupo se depara com um país contraditório com as causas sociais, um Brasil de caciques na política, nas comunicações através da asfixia das vozes manipuladas, dos pistoleiros praticando as

⁵⁰ GUARESCHI, P. A.; GRISCI, C. L. **A fala do trabalhador**. Rio de Janeiro: Vozes, 1993.

atrocidades, da impunidade e das práticas com pesos e medidas diferentes, das injustiças e a falta de ética, como foi visto ao longo do livro.

Esse aparato leva a um país arcaico a caminho da consolidação das máfias, que impõem o silêncio e está levando os brasileiros a uma completa desesperança e insegurança social coletiva. É a barbárie no país inteiro e na Amazônia também é fruto da desordem social, que formou um mundo entre ricos e pobres que seguem seu percurso dentro da tirania fatal. A única saída para reverter esse quadro de expropriação do homem e o seu ambiente e a conquista dos meios de produção democraticamente, por parte da classe trabalhadora é por meio dos movimentos sociais de base.

Nesse caminho a vida tenta seguir nos espaços onde jorra leite e mel. Neste rico espaço amazônico, a vida poderia ser diferente com seus moradores tendo uma vida digna, diferentemente da posta aos cidadãos nesse local. Isso é possível no lugar onde avançam a agropecuária e o extrativismo do tipo exportações, porém é um desafio reverter esse quadro vergonhoso⁵¹. Os trabalhadores almejam conviver com a natureza de forma sustentável, com dignidade e direito a cidadania em um projeto coletivo e integrativo, coisa que não existe nos espaços amazônicos. Essa realidade pode ser mudada através de uma luta conjunta, mas para isso acontecer depende da real vontade do povo articulado dentro dos movimentos sociais e uma das causas é a busca da terra. O desafio é encontrar os verdadeiros caminhos através de quem luta pela classe trabalhadora do país que tenham como objetivo a integração de todos. Assim, a vida segue.

⁵¹ Os dados fornecidos através da Comissão Pastoral da Terra – CPT, no começo de 2012 sobre os conflitos de terra no país, os assassinatos, o trabalho escravo e a concentração da terra são preocupantes pela evolução ocorrida nos últimos anos. CPT. Comissão Pastoral da terra, 2012. Disponível em: <<http://www.cptnacional.org.br>>. Acesso em: 15 de maio de 2012.

CONCLUSÕES DO TRABALHO

A história da Amazônia é música, dor e poesia na voz do cantor¹. São palavras que emocionam, fazem chorar os que têm o coração endurecido igual pedra. São as práticas do sistema dominante, que veem o mundo desagregar num desmonte. Vejo a alma entristecida, e as lágrimas vêm do orvalho das mais belas flores umedecidas. Olho o verde que também é verde sendo igual a outros verdes, porém aqui é diferente ele sorria ao mundo e tudo diz. Ao encontrar esse local em desespero, as matas sendo derrubadas, dos rios sendo envenenados e assoreados, os povos das florestas sendo expulsos dos seus habitats naturais e sagrados, eu empobreço a alma e chora o coração. O dito progresso que não pede licença e não respeita nada nem crença, esse veio para ficar por meio da expulsão e da desavença. Essa vida determina a morte e a desilusão, mas dói no coração ver o mundo do caboclo se deteriorar.

A cultura sendo destruída através das intervenções, também pelas agruras das imposições, o mercado dá o tom por meio das suas determinações. Ao mencionar as penitências e as tristezas desse meio, faz menção e referencia a harmonia do que antes ali existia. Entre o verde das matas, o azul do céu e as águas dos rios, agora tudo segue seu percurso natural, porém na contramão. A história se repete, também

¹ A opção através da construção literária para concluir o trabalho, esse é um mecanismo encontrado para conseguir definir com detalhes de riqueza o que realmente ocorre nos espaços amazônicos. Usando a forma tradicional ao concluir o trabalho não conseguiria passar ao leitor a real situação dos espaços,

foi assim no início com Cabral. O alerta do problema que ali ocorre é um sistema de invasão, mas por conta do progresso desenfreado que promove a perdição. O poder não respeita ninguém, ele vem para ficar e oferecer outro desenho aqui nesse local. Aqui outra paisagem é um não coloquial e tudo vigiado pelo instinto animal.

Ao referir à terra do caboclo, esse é também posseiro, que é expulso de sua morada, sendo levado por novas estradas, mas isso até virou armada ter que se mudar. Viajo nessa onda dos caudalosos rios, que levam a triste gente que o capital destruiu. Empobrecidos pela vida eles não tinham a necessidade de mudar em frente, e muito menos de serem diferentes e ainda sonhar com a outrora perdida. Mas com a expulsão da terra vão se defrontar com a guerra da relação produção e o trabalho, e isso é um embrulho é um atalho. O único mecanismo ao caboclo oferecido é a brutalidade, para através das ações do homem dos poderes ali só vêm a maldade. Ao investir no próprio homem e na natureza indefesa, é

mas por meio da literatura é possível aproximar a realidade encontrada e essa ser repassar através da escrita. No desenvolvimento desse livro faz revitalizar o desejo da continuidade da pesquisa nos espaços amazônicos. Ao mesmo tempo desejo relacionar meu trabalho fazendo a interpretação dos fatos com a música e a poesia. A música escrita por **Vital Faria**, que também já foi cantada por outros grandes cantores brasileiros é minha inspiração na escrita. Tenho comigo a obrigação de colaborar com sua envolvente forma de denunciar e juntar as forças para delatar, a expropriação do homem e o seu ambiente que acontecem no dia-a-dia na Amazônia legal brasileira. Ao mesmo tempo aproveito a oportunidade para concluir o meu trabalho de maneira menos trágica, para amenizar as formas que tenho encontrado nas investigações incorporadas nos textos. A estratégia e o objetivo são para minimizar os sofrimentos trazidos a esse espaço de migração recente, principalmente no pós 1964, que ainda se faz presente. Nos escritos da letra da música é possível perceber o clamor e os gritos de desespero, que envolvem a alma e o coração movidos pela paixão de um brasileiro. Também por pertencer a um país que cria meios de corrupção, e com isso criou as oportunidades de deixar infelizes os povos das florestas. Trata-se de uma denúncia feita por meio das mensagens musicais na evolução dos versos, mas o seu objetivo é alertar a consciência do perigo que corre os ecossistemas levado ao lado perverso do modelo capitalista. A franca intervenção do homem é para poder culminar na destruição do conjunto humano que ali vive, bem como todas as relações com o meio ambiente, que nada mais sobrevivem no espaço onde hoje é do capital, mas ainda sobrevive a poesia.

sem cordialidade e tristeza quanta aspereza. Isso é o fim e o fim perdeu o começo, ele muda o endereço e faz a na prática, no avesso.

É possível ver na música as águas chorarem emocionadamente, juntamente com as mata e os animais, que correm sem rumos insistentes. A vida sendo destruída para dar lugar à vida exótica, assim flui o capital buscando o lucro igual ao estouro de pipoca. Porém, o choro não é só por magoar é também pelas imposições do silêncio emplacar, mas o duro mesmo é não poder, nem ao menos, gritar. A voz não tem ressonância e não encontra resposta é o modelo em fúria emudecendo que cala o Zé Taboca. É uma forma brutal que foi tributo desse local, que não deu trégua nem mesmo opção a ninguém do meio igual, mas a fuga ou a morte foi um fato banal.

Local que antes tinha paz e harmonia, e hoje tem a guerra dos poderes e dos interesses das minorias, de quem domina as relações do mundo das fantasias. Quem submete os caboclos dos sertões à aterrorização, mete medo e implica até na alça do caixão. Também a fauna e a flora recebem castigo maior, elas não têm posição alguma e isso é o pior, isso é o perigo. Porém para a morte e a destruição são chamados os urubus, para fazer a acareação, visto o sepultamento ser o adeus a essa condição da vida de jacu. É o fim da estrada não tem mais nada, e acabou a visão estou na escuridão, mas aperta o coração ver assim a situação.

O choro segue em frente, agora é a vez das aves coloridas, que pertencem ao mesmo projeto de destruição de vida. São os papagaios e os periquitos, que voam desesperados a procura dos seus ninhos aos gritos nas florestas e nos cerrados. Aonde foi parar o teto que já não existe mais, casa dos periquitos deu Adeus e nunca mais? Choram os peixes na corredeira ligeira ao rumarem na piracema, que buscam local segura para reproduzir no cio seguro e seu ovo perdeu a gema. Veja quanto dilema, aqui a vida perdeu o percurso, e aqui todo mundo é avulso. Mas a luta continua é para devolver o alimento do dia-a-dia, porém ele encontra a devastação e gora perde sua cria. Ao tentar sorrir o jurupari, os uirapurus não encontram a alegria, e também se põem em planto pela tristeza e desilusão, também chora o danado falcão.

Ao ver sua terra com tanta devastação também chora a alma do chão de saudade do irmão, que o medo e a dor fizeram colisão. Aqui a

falta de harmonia entre o homem e a natureza, que hoje estão em guerra veja quanta tristeza. As lágrimas se misturam com os rios, esses vaporizam e se tornam nuvens ou se infiltram nas terras férteis com poderio campestre, é uma transmutação que é a chama de cio do chão. Aqui tudo vira cinzas e pó e o colorido deixa de existir, veja como é triste dá dó. Para formar uma nova cor e uma nova paisagem, aqui o desenho virou pastagem, porém é a cor do dinheiro que se mistura com a tristeza e a flor, mas é apenas mais um embrulho na linha do equador.

A fauna rica em diversidade ali é destruída, mas é através da angústia que aparece uma nova vida. É a certeza da dizimação de hoje, o que outrora já foi terra prometida e de participação. São bichos que correm que buscam abrigo e não encontra mais ali, porém é tanta dor e desespero que o mundo não lhes pertence mais e não deixa sorrir. É o canhão que vem com a guerra dos tanques que não mata a sós, mas também destrói as possibilidades do recomeço em outros cafundós.

É o dito progresso que vive em constante alongamento na floresta, mas tem outros reis que sacolejam todos os espaços sem aresta. Isso inclusive fez não cantar mais os jaós, mas a condição é de muita pena e também de muito dó. Esse é o fim de um grande começo, mas o início da nova era a era da cratera na invasão da terra. A mata dá lugar aos dragões de ferro, a nova paisagem hoje é exótica, ao mesmo tempo o novo mundo que já não pertence mais aos povos da floresta. Os que dominavam e sorriam antes todos eram na vida um só, o brega é jeito de ser e representa a alegria dos cantos dos curiós.

Que fim deu o caboclo, a fauna, as flores, os frutos da floresta? A parte ainda ali existente, esses estão entristecidos, a outra parte já não existe mais, por ter sido acometido pela sentença da morte através do novo invasor e herdeiro dito promissor. Esse novo herói imposto ele não aceita a história como ela é, também não aceita a cultura da existência dos jacarés. Ele ao mesmo tempo nem é amigo do chão, mas dá um jeito de ser do dinheiro que pode levar nas mãos. Assim, quem enfeitava o local foi expropriado, quem sorria foi silenciado, quem chorou foi arrebatado. Aqui o mundo foi num circuito tudo mudado.

É realmente o fim de tudo, o término da vida em forma de morte e vem representado o novo, são as ordens do moderno, mas é uma afronta

ao povo sem sorte também sem inverno. O novo e imposto vem em forma de capital transvestido, com fama de salvador dessa pátria e produzir para mudar o tecido. É um verdadeiro processo de alargamento da mais recente fronteira da agropecuária e do extrativismo, que aproveita da floresta todo o seu exotismo. Esse vem em forma de dragão de ferro, que se mistura com o humano. Consegue confundir o cheiro da relva ao se fundir ao cheiro de sangue com as lágrimas do choro.

O novo invasor veio de fora, interferiu na mata e tira a alegria, trouxe consigo muita dor e a tristeza que ali não existia. Hoje às lágrimas não caem demais, e o vermelho da dor que brota triste em um vem e vai de silêncio. Terra que antes jorrava leite e mel e trazia alegria, hoje o desespero e a aflição dos que ainda seguem com dor no coração, mas é pela tortura e submissão atraída por essa guia da ilusão. As dores dos conjuntos de vida são também as dores das lendas perdidas, as dores dos povos originários das flores, são as dores da fauna rica e das floras vendidas.

Aonde foram parar as árvores do cerrado, da floresta e do pantanal, era uma vez uma terra de sinergia, de mogno, da itauba e da aroeira, que hoje não se encontra mais essa madeira? Porém a dor não é amiga, a dor dói demais e como vou suportar a dor do nunca mais? A dor do amor é uma dor que não dói, porém a dor da perda é a dor que dói demais. Aonde foram os animais, os peixes, e porque toda a flora em desespero? São perguntas que não deixam calar e fazem ressoar ecos de mais dor pelo cheiro, que em lugar aonde tinha mata, peixes, animais e flora já não existem mais, apenas o nada, um triste desespero. É o dito progresso que destrói, que concentra e exclui, mas quem pratica a grilagem e traz a desordem social e ambiental, porque vieram a esse local? Esse também pratica crimes dos mais absurdos na terra densa, e tem a certeza da impunidade, visto que o crime compensa.

São novas relações e formas diferentes da dor, que o caboclo não incorporou, que o mundo diferente ali imposto não contempla paixões, porém isso é duro demais nesses tristes rincões. Destroí o belo e a harmonia para dar lugar à terra vermelha e nua, por valer mais ao capital e a produção de mercadorias, mas a permanência do caboclo atrapalha e faz correria. Mesmo que o choro não se conclua, o velho deu lugar ao novo,

assim a história vai sendo assassinada junto com a cultura do povo.

A floresta, o cerrado e o pantanal têm seus dragões e vigias, mas faz parte do processo natural da oxigenação da vida, e sempre em defesa e da harmonia local e a paz ambiental, que o mundo deve abençoar. O novo vigia das matas agora é o jagunço e o pistoleiro a mando do capital, para dar novos rumos e as novas terras poder conquistar. Isso faz por ser bem ou sendo mal e representa parte de um mundo animal. Existe um novo estrangeiro que invadiu esse local, ele não veio do além-fronteiras é do país do carnaval. Ele é também um brasileiro, que migra através dos grupos organizados, porém outros se tornam novos obreiros na lida do campo e também da lida do gado.

O processo de acumulação é fortemente desvinculado com as lendas e as histórias das vidas desse local dos ali desapropriados. Esses novos vêm com fama de desbravadores, sendo representados pelos sulistas e também pelos nordestinos, para falar de algumas das regiões em busca dos destinos. Os outros são mineiros e paulistas representando a multidão, porém pertencem aos estados dessa nossa nação, para adentrar nas matas e mudar a condição. Junto vem o poder econômico que perturba a migração, mas esses entram com as armas na mão. A arma é o poder de destruição, calam muita gente na espingarda e no canhão.

Ao rumarem levam junto os dragões de ferro quente para acabar com a mata nativa e dar lugar ao novo alente. O moderno que chegou não levou em conta as histórias de vida ali existentes, e muito menos as culturas locais não ofereceu as resistências. A natureza foi invadida era local onde tinha gente feliz, e toda a rede de vida hoje sem a paz foi submetida. São colocadas as garras do capital pensando no lucro fatal, que não consegue ver diferença entre os ecossistemas e o lucro final.

Vai trator por todos os lados e a destruição é certa, mas veja no meio dessa guerra aonde foi o povo das flores. Esses muitos foram dizimados pelo progresso ali chegando, outros foram expulsos e transferidos do local se esgotando. A grande leva virou peão nas mãos dos torturadores, que levaram para o cativo a mão de obra dos brasileiros. Em outras partes da própria floresta eles foram se dispersando, fora os que foram sepultados na terra fria, mas representam a resistência e a triste agonia. Assim, chegou a escravidão moderna é outra parte da

vida, do silêncio das matas partem para o silêncio imposto pela vida.

Foi para trazer progresso, mas não sei de quem, que o trabalhador foi substituído pela máquina é a essa se tornou refém. Essa se tornou própria personalização do homem em termos de importância, e quem vale mais é quem rende mais e isso o dragão faz bem e com elegância. O novo espaço agora contempla novos vigias são por meio do crime organizado, que se apresentam todo dia. Ele é a estratificação dos poderes do capital, e são do colarinho branco, mas ao extinto animal. Também se apresenta a sociedade como fulano de tal, que no fundo é um desses grileiros que a todos traz o mal.

Foi através dos jagunços e dos pistoleiros que delimitam as terras, que conquistam os espaços, mas tem como salvaguarda as estratégias do Estado. Essa guerra tem ajuda de suas instâncias corrompidas, que delimitam a nova era, a era da política perdida. O limite é o poder e os assentamentos são uma farsa, é tudo um faz de conta para manter essa desgraça. A reforma agrária não existe, o que existe é a concentração da terra com ardor, mas o Estado é o penhor. Esse faz que dá assistência e não assiste, também que está presente para não ver o percurso natural da vida. A era do capital ali enfurecido, e faz o homem e a natureza impotentes, mas só coopera com os vividos. Não se trata de ver paz nesse local, mas um momento de desordem social e ambiental, esse faz o homem e a natureza refém do capital, porém o choro continuado não é um papo legal.

O projeto ali desenhado foi feito pelo capital planejado, esse de dentro e fora do país, entretanto os povos da floresta coitados, cada homem um pobre infeliz. A ditadura no país não abriu exceção, mas o plano foi feito andando sempre na contramão. E quem contrariou com o plano sabe onde foi parar, foi numa dessas emboscadas o jagunço e o pistoleiro o fez silenciar. Era terra de ninguém até o estrangeiro ali chegar, ele veio para cortar madeira e toda a terra conquistar. Pula índio e seringueiro, pula macaco sem parar é a fuga do tiroteio para outro lugar. O dono do dinheiro veio abrindo carreiro para a mata encurrular.

A floresta que não pula e nem pode se mudar, ela é a vítima primeiro para o dito progresso chegar. A máquina é a motosserra, que

corta sem parar, ela derruba árvores gigantes veja o tombo que ela dá. Aos poucos meu amigo não sobra uma para contar, vira um deserto muito feio que da pena de olhar. O pior de tudo isso é o pião que corta a madeira, morre na ribanceira todo amassado da madeira no seu corpo ao se cravar. É o fim dos tempos meu irmão, a máquina é a besta ferra solta, o mundo pode acabar e não adianta saltitar.

Quem aguenta essa tortura, essa falta de envergadura do projeto sem censurar, que foi ali se instalar? Nada igual foi comparado com a falta de tratado, e nesse espaço o caboclo dominado. Esse mesmo é sem finura o projeto da loucura, com um monte de estrutura que veio para acabar. Para não deixar mágoa na pintura o terreno deu a estrutura, mas não respeita o presente e a ternura e isso é uma loucura ver o caboclo definhar.

A natureza com certeza é a representação da nobreza dentro do espaço e que proezas, mas o homem criou nas redondezas o que dá pena e dá tristeza. Mas pergunta a quem sabe aonde foi o castanheiro, que via o fruto no terreiro e esse sempre bem caseiro e agora foi virar obreiro. É o começo do fim, não deixarão as árvores do mogno e nem do marfim, mas a perda foi ruim e agora isso é o estopim para a riqueza concentrar. É a guerra na floresta não deixou nem uma aresta, para poder se colocar o corpo nessa fresta e se embrenhar.

Está tudo concentrado o mundo do pecado não quer mais terminar. É a história do bicho grilo, que foi preso na cumbuca isso em forma de arapuca para documentos amarelar. Mas o grilo na verdade nem sabe da metade ao ser usado à vontade para falsificar, mas fazer do novo o primeiro nas sentenças para a terra roubar. Nunca vi coisa igual e muito menos parecida, ali sobrou ferida que insiste em não sarar. O novo chega e mata o velho, do sumiço no enguiço nos redores do cortiço faz o índio se arredar. Aqui não tem licença, tem calibre de 12 até 40 e não tem ciência que os façam recuar. A história se sucede, morre tudo na bala e a testemunha que não pode falar, não sobrou para o enredo à história testemunhar.

Até o ninho do passarinho recebeu nome feinho, para poderem de mancinho dele se livrar. Morre mãe e morre filho, o que sobrou é sem cantinho e lembrar todo dia quanta tristeza me dá. A mata pegou fogo

virou fumaça e virou cinza, até o pica-pau queimou a língua na hora de se alimentar. O tuiuiu e o gavião-rei deram lugar a muitos bichos das realezas, são patas para lá e para cá. A pobre da seriema sofre e até sussurra, pois no lugar antes da criatura já virou agricultura e não tem onde ficar. O pobre do bem-te-vi, bem que quis nos avisar da presença do estranho ali nesse lugar.

O rio que corre manso, ele nunca tem descanso a vida dele é viajar. Ele nasce bem fininho vai crescendo aos pouquinhos para um mar logo virar. É a natureza recebendo ordens e isso não é legal, visto quando se rebela salta a tampa da panela e ninguém podem tampar. A catástrofe é certa, bem-te-vi deixou de alerta pena não quererem escutar. Mas o rio não se acalma segue com dor na alma é a natureza a se vingar. É tanta coisa em desordem, que o lugar perdeu a cor, ali restou a dor e ela ninguém pode dominar.

O dragão não é um bicho nem é lenda do lugar, esse chegou com capricho para um mundo atazanar. Corre índio em seu carreiro lá na terra dos coqueiros, e vai descer a ribanceira essa fuga é para acabar. O pobre homem sem conceito de propriedade vê as terras pela metade, o resto virou maldade nas mãos da autoridade na ditadura militar. E a cultura Tupi-guarani com a língua tronco que beleza, já virou inglesa na mistura com a portuguesa, mas para poder comunicar em qual dialeto agora pode deslizar? A comida é a caça e pesca, mas disso pouco resta, a vida nova é se mudar. No lugar da roça de coivara, colocaram a nova agricultura e a pecuária é para além da pátria mandar.

O extrativismo caseiro que servia até de cheiro para a comida temperar, isso tudo virou quiçaça nas mãos dessa desgraça que veio foi para ficar. Os ritmos e as músicas foram silenciar, é tempo estão de resguardo e como podem comemorar. O ritual da magia foi sem alegria e a dança da folia nem a chuva podem chamar. O pai sol e a mãe lua tentaram avisar, que o mundo em trovão podia se acabar. É a parte da vingança dos pecados a pagar, mas com tanta penitência é o homem branco no lugar. Até a pajelança com rituais e plantas até perderam a esperança de voltar a ser o mesmo lugar.

O seringueiro de outrora que dominava caipora foi expulso do lugar. Hoje não corta mais carregadores em alças no lugar, agora se

perdeu para poder sobreviver teve que se afastar. No lugar dos seringais hoje são pastos e curais para o gado alimentar. Antes os coronéis da borracha era quem vinha dominar, hoje é a madeireira que surgiu é para acabar. De soldados a guardiões da floresta, disso nada resta além de um lembrar. Foi nos anos 70 a chegada dos fazendeiros, que expulsa os seringueiros para a mata derrubar. A morte anda perto Chico Mendes acometido, foi por não levar em conta o recado recebido. O temido mundo moderno, que chega e se apodera e quem ficou sem terra é o caboclo do lugar. É guerra que não acaba mais, o coletivo ficou para traz e o interesse das minorias vigorou.

A sina dos bichos se compara a dos retirantes sem aval, mas não tem nada disso igual na terra do coqueiral. O tatu foge sem terra, o pássaro sem o ninhal, mas ainda sobra o bicho preguiça que resiste o vendaval. O macaco perdeu os galhos e nem têm bananas no orvalho, mas ele também sumiu lá na curva do rio. É o fim e não tem começo os bichos da floresta perderam o endereço aonde foram parar? Nem o mundo animal foi poupado pelo capital, pela desordem liquidado, lembranças que não existem mais.

Com anuência dos três poderes no espaço da ditadura, deu presença sem censura a essa nova bravura do povo expulsar. O militar está no meio, empurra espora e o areio para o povo dominar. São milícias com nome de bravura, para derrubar as estruturas para a terra dominar. A festa na floresta e também no cerrado, mas aqui só se vê um mundo atrasado com a destruição do desapropriado prosperar. É grileiro que mata grileiro e esses matam até no cheiro para o terreno conquistar. Aqui o crime compensa e o tamanho da violência sem ninguém para registrar. A imprensa do país esta toda vendida não meche nas feridas para nada vazar. É um grande projeto de destruição, de ladrão pega ladrão para ninguém se escapar.

A arma é de rolamento, vem com balas por dentro prontas para detonar. A outra é de dois canos solta chumbo e fumaça e para trazer desgraça quando estrondo dela salta. Também tem o facão de três listras ou não, que corta na invasão para a terra concentrar. As mortes e a intimidação chegam à contramão e não deixa nada se livrar. O pistoleiro chega a casa pede para se retirar. Alguns dias depois queima a roça

e molesta a filha, mesmo que o sangue fervilha manda se calar. Alguns dias depois mata o filho e queima a casa para mostra autoridade que a arma pode dar. No final disso tudo tem chacina vai também a esposa e a menina, e isso é para acabar. Esse é o fim, foge ou morre, muda e vai as outras terras amansar, mas logo chega jagunço faz levante nesse novo lugar. Agora foge para a cidade fazer o trabalho circular, é tal a exploração que o homem de pé no chão só lhes resta aceitar.

Assim, o castanheiro e o seringueiro deixaram a lida do facão, para empunhar com as mãos o trabalho no rincão ou nas cidades estruturar. Antes não vendia agora todo dia vende sua mercadoria. Alonga-se nos pastos e nas roças e até se destroça de tanto trabalhar. Esses são os que restaram os outros foram embora levados pelos urubus, não tem quem aguento tanto brucutu. O Chão tem buraco e foi para colocar o resto dos cavacos do corpo a descansar. É o fim e não deu chance e outra cova mais adiante só se pode lamentar. É tanta confusão que na casa do patrão fez o homem se escravizar.

Veja só a contramão é o estouro do rojão, mas através da fumaça do canhão a terra concentrar. É baderna todo dia aonde foi nossa alegria ninguém mais quer ali cantar. Calaram o índio e o posseiro, e quem calou foi o grileiro e só sobrou o forasteiro do jagunço na terra perturbar. Na violência e no sangue a desordem só responde para a terra organizar. Organizar a sua maneira, para dizer que nessa leira ninguém mais pode entrar. Fecha cerca, fecha rios agora tudo é proibido só sobrou fazendeiro com o bandido que nem a mata aceita lá. Aquele que sucumbiu lá na curva do rio sua história não é para contar. Contar a história dos vencidos é um tanto entristecido, mas nada faz voltar ser o mesmo lugar.

O estrangeiro vem de dentro e vem de fora, que tem raiva do caipora, pois tem medo do azar. É o habitante do mato, que vem em forma de rio e também em forma de mito, pois às vezes e a alma do cabrito para o povo amedronta. Outras vezes é o Zé Caipora, hora ri e outra chora para a mata abençoar. O projeto não tem preço mata no fim e no começo tem perseguição nesse lugar. Quem não more com chumbo na testa cria chagas por lesão e fresta, mas me corta o coração vendo o povo da floresta definhar. Viaja Pedro, Maria e José todos eles

deram no pé antes da morte chegar. A corrida foi tanta que também correu uma anta para poder se afugentar. Corre homem, corre bicho, foge desse capricho, para poder terra e o dinheiro ali se concentrar.

Aqui cada dia que passa acontece mais desgraça e as noites que não passam para poderem me acorda. Veja como é interessante têm histórias têm os mitos para poder a vida amenizar. Foge moça foge velha que o boto também está por chegar. Se menina mais grandinha o boto vem buscar, mas devolve no outro dia com um filho para cuidar. Até a filha do patrão se perdeu na escuridão e quis o boto namorar. Essa história é de herança, tanto tempo que de vingança do pai querer matar. Agora tem outra versão do mito e da interpretação, pode se estuprar em família e alguém querendo acobertar. Pobre boto é caluniado, ele até virou cunhado do curandeiro do lugar.

Corre boto vai embora e se junto com caipora água abaixo a nadar. Daqui a pouco a criança chora e chamam o boto para cuidar. Eu procuro, mas não acho é o mundo vindo abaixo aqui nesse lugar. A galinha com pequi, e o pato no tucupi já deixaram de existir. Os frutos são bem distantes ou deixaram de produzir, o açaí e o cupuaçu já deu festa para chuchu. O homem foi morar na cidade, o sabor é pela metade tanta coisa eu perdi. Até a cobra jiboia e sucuri rastejaram e viraram boia e criaram pés e assas para fugir desse lugar.

A dona cambaxirra na cantiga já dizia ai se um pudesse ai se eu pudesse, porém o pobre bicho não podia fazer a revolução e se embrenhou na multidão. A maritaca linguaruda meteu a boca para falar, disse que o mundo pode se acabar, mas que ainda continua a vida denunciar. É um mundo diferente não aguenta nem serpente o tranco que a vida dá. É o fim pelo começo o mapa mudou o endereço é para sorrir e para chorar. Vou chorar de inanição, mas aperta o coração pela vontade de aqui ficar.

Nessa terra das castanheiras e aroeiras nada ficou para meia história contar, mas sumiu e foi para empacotar. Tudo está emudecido foi no tombo que levou, mas o mundo se acabou. A viola não toca mais, o homem foi e deixou-a para trás, que lamuria segregou a natureza na terra que era paz. Aqui na terra das palmeiras chora triste o tangará. É muita magoa e dor no peito ver o mundo desfeito sem poder se organizar. Até a fonte de água ficou tão encurralada que deu para secar. A

natureza se rebela nem pimenta e cheiro dela, nos recantos ali mais dá. Os mudos das ilusões foram somente destruições é o fim é para acabar. Até o caburé deu nas asas e no pé e foi cantar noutra arraial.

O coração já disparou e em todo o canto que vou só consigo sentir dor. A perda do amor é uma dor que dói mais, porém o peito corrói querendo reconquistar. O projeto é cruel a quem veio em busca do mel o sangue foi buscar. A ilusão dessa terra prometida fez migrante também não mais sonhar e recua dessa vida, mas foi para a terra limitar. Só sobrou o ricaço que deu ordens ao capacho, para as terras organizar. Com esse dilema a pobre da seriema deu no pé e não quis mais cantar. Nem o mundo me consola, hoje eu tenho na sacola muita história para contar.

Aqui soam os gongos do desespero e deu cumbuca, mas foi uma arapuca que ao povo foi levar. A linha do equador sofre a dor, e o mundo aqui ficou o horror e a vida sem paz e amor, é o fim dessa cegueira aqui travou trincheira para a terra roubar. O último a sair foi o violeiro, mas quem chegou ali primeiro a tempo foi ou virou prisioneiro para a terra amaciar. Segue em frente cantador para a história contar, vai seguindo a nova estrada e nada restou para semear. Se o fim é o começo, ele só mudou de endereço na cidade foi morar. Não escuta as cambaxirras dizendo que são corruíras lá no cafundó, mas a sua garganta estremeceu deu dois pontos e um nó.

Espera ali meu irmão tem mais um na confusão, tem grito na fumaça, mas no fogo alguém pula e arde parece que bebeu cachaça. Lá vem um cabra esbravejando e acenando pede perdão, porém saltita de pé no chão e grita “queimandão” batendo o “correntão”. É o tal do Zé Capeta o filho do demo e da besta ferra em uma corrida só, que foge do fogo sapecado, mas digo da pena e dó desse descabeçado. Nem o infeliz se orienta do tamanho da encrenca, mas abandonou tudo e foi embora para longe morar, mas foi para não se complicar, que a coisa aqui está feia no motor entrou areia e agora deu azar. Pegou um pangaré e deu na espora deu no pé a trote estrada a fora, porém foi para se localizar. Em seguida foi numa ponte aérea e nem no país mais quis ficar, mas agora aonde o Capeta foi parar? Nem o bicho ali aguenta, e mesmo que ele só atenta não quis se misturar, mas onde ele passa é para acabar.

Esse é o fim dessas lamurias quem ficou foi o grileiro fez pastagens e poteiros para o gado pastar. Agora a história é outra não posso ir e não posso ficar então aonde é o meu lugar? Da floresta tudo ficou para trás e até a cova funda não posso ver nem visitar, mas tive de lá deixar. É o destino do retirante, que virou o viajante para o mundo alheio conservar. Agora eu pergunto quando isso pode acabar, é tanta perseguição foge meu irmão não tem mais o que ali acabar. Quem será a próxima vítima se sobraram poucas vidas para o dito progresso atropelar? A Amazônia destruída e ao chegar o fim da lida, quem a história vai continuar?

A SAGA DA AMAZÔNIA DE VITAL FARIAS

Era uma vez na AMAZÔNIA, a mais bonita floresta
Mata verde, céu azul, a mais imensa floresta
No fundo d'água as IARAS, caboclo lendas e mágoas
E os rios puxando as águas

PAPAGAIOS, PERIQUITOS, cuidavam das suas cores
Os peixes singrando os rios, Curumins cheios de amores
Sorria o JURUPARI, URAPURU, seu porvir
Era: FAUNA, FLORA, FRUTOS E FLORES

Toda mata tem caipora para a mata vigiar
Veio caipora de fora para a mata definhar
E trouxe DRAGÃO-DE-FERRO, prá comer muita madeira
E trouxe em estilo gigante, prá acabar com a capoeira.

Fizeram logo o projeto sem ninguém testemunhar
Prá o dragão cortar madeira e toda mata derrubar:
Se a floresta meu amigo tivesse pé prá andar
Eu garanto meu amigo, com o perigo não tinha ficado lá.

O que se corta em segundos gasta tempo prá vingar
E o fruto que dá no cacho prá gente se alimentar??
Depois tem passarinho, tem o ninho, tem o ar
ICARAPÉ, rio abaixo, tem riacho e esse rio que é um mar.

Mas o DRAGÃO continua a floresta devorar
E quem habita essa mata prá onde vai se mudar??
Corre ÍNDIO, SERINGUEIRO, PREGUIÇA, TAMANDUÁ
TARTARUGA, pé ligeiro, corre-corre TRIBO DOS KAMAIURA

No lugar que havia mata, hoje há perseguição
Grileiro mata posseiro só prá lhe roubar seu chão
Castanheiro, seringueiro já viraram até peão
Afora os que já morreram como ave-de-arribação
Zé da Nana tá de prova, naquele lugar tem cova
Gente enterrada no chão:

Pois mataram índio que matou grileiro que matou posseiro
Disse um castanheiro para um seringueiro que um estrangeiro
Roubou seu lugar

Foi então que um violeiro chegando na região
Ficou tão penalizado e escreveu essa canção
E talvez, desesperado com tanta devastação
Pegou a primeira estrada sem rumo, sem direção
Com os olhos cheios de água, sumiu levando essa mágoa
Dentro do seu coração.

Aqui termina essa história para gente de valor
Prá gente que tem memória muito crença muito amor
Prá defender o que ainda resta sem rodeio, sem aresta
ERA UMA VEZ UMA FLORESTA NA LINHA DO EQUADOR.

REFERÊNCIAS

AGROCOMBUSTIVEIS, 2011. Disponível em: <www.agrocombustiveis.org.br>; <www.reporterbrasil.org.br>. Acesso em: 21 ago. 2011.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**. Ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. São Paulo: Editorial, 2000.

ARBEX JR, J.; OLIC, N. B. **Rumo ao Centro-Oeste**. O Brasil em regiões. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1996.

ARRIGHI, G. **O longo século XX**. Dinheiro, poder e as origens de nosso tempo. Trad. Vera Ribeiro. São Paulo: Unesp, 1997.

ARIMA, E. MACIEL, N.; UHL, C. **Oportunidades para o desmatamento do estuário amazônico**. Belém: Imazon, 1998.

ARNS, Paulo Evaristo. **Brasil nunca mais**. Um relato para a história. Rio de Janeiro: Vozes, 1991.

ARNT, R.; PINTO, L. F. e PINTO, R. **Panará**. A volta dos índios gigantes. São Paulo: Instituto Socioambiental, 1998.

BECKER, B. K. **Amazônia**. 5. ed. São Paulo: Ática, 1997.

BENCHIMOL, S. **Amazônia: a guerra na floresta**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992.

BERNA, V. **Ecologia**. Para ler, pensar e agir. Ética e educação ambiental para todas as idades. São Paulo: Paulus, 1994.

BEZERRA, O.; VERÍSSIMO, A e UHL, C. **Impacto da garimpagem de ouro na Amazônia Oriental**. Belém: Imazon, 1996.

BOFF, Leonardo. **O Despertar da água**. O dia-bólico e o sim-bólico na construção da realidade. Petrópolis: Vozes, 1998.

BOGO, A (Org). **Teoria da organização política**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

BOSI, A. **Dialética da colonização**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista**. A degradação do trabalho no século XX. Trad. Natanael C. Caixeiro. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

BRAUDEL, F. **A dinâmica do capitalismo**. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

_____. **O tempo e o mundo**. Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV – XVIII. Trad. Telma Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

CABRAL, M. C. **A Amazônia e o petróleo**. São Paulo: Fulgor, 1960.

CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**. Ensaio de interpretação sociológica. 7. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1970.

CARDOSO, F. H.; MULLER, G. **Amazônia expansão do capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1977.

CATANI, A. M. **O que é capitalismo**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 2001.

CHABOUSSOU, F. **Plantas doentes pelo uso de agrotóxicos – a teoria da trofiose**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

CHOSSUDOVSKY, M. **A globalização da pobreza**. Impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial. Trad. Marylene Pinto Michael. São Paulo: Moderna, 1999.

CMI. **Conselho Indigenista Missionário**, 2011. Disponível em: <<http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&action=read&id=6136>>. Acesso em: 24 out. 2011.

COGGIOLA, O. **Introdução à teoria econômica Marxista**. São Paulo: Viramundo, 1998.

CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento, 2011. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1028&t=>>>. Acesso em: 25 abr. 2012.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Por uma terra sem males.** Fraternidade e terras indígenas. São Paulo: Salesiana, 2001.

CONSTITUIÇÃO. **República federativa do Brasil 1988.** Brasília: Ministério da Educação, 1988.

CPT. **Comissão Pastoral da Terra**, 2012. Disponível em: <http://www.cptnacional.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=908:cpt-divulga-dados-parciais-dos-conflitos-no-campo-brasil-de-janeiro-a-setembro-de-2011&catid=12:conflitos&Itemid=94http://www.cptnacional.org.br>. Acesso em: 25 abr. 2012.

CPT. Comissão Pastoral da terra, 2012. Disponível em: <<http://www.cptnacional.org.br>>. Acesso em: 15 maio 2012.

CPT. Comissão Pastoral da Terra, 2011. Disponível em: <<http://www.cptnacional.org.br/>>. Acesso em: 20 maio 2012.

DALLARI, D. A. **Elementos de teoria geral do Estado.** 21. ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

DEAN, W. **A ferro e fogo.** A história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. Trad. Cid. Kinipel Moreira. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

DEUSDARÁ, F. R.; PEREIRA, H. S. **Análisis de la información sobre productos forestales madereros en los países de América Latina.** Brasília: Ibama, 2001.

DREIFUSS, R. A. **A época das perplexidades.** Mundialização, globalização e planetarização: novos desafios. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. **A internacional capitalista.** Estratégias e táticas do empresariado transnacional 1918–1986. 2. ed. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987.

ECODEBATE. Disponível em: <<http://www.ecodebate.com.br/2011/03/24/estudo-aponta-agrotoxico-em-leite-materno-de-mulheres-de-lucas-do-rio-verde-mt>>. Acesso em: 15 maio 2011.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Trad. Leandro Konder. 11. ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 1987.

_____. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Trad. Reginaldo Forti. 2. ed. São Paulo: Global, 1988.

ESPIRITO, S. A. **O vale amazônico no futuro do mundo**. 2. ed. São Paulo: Edigráf, 1956.

ESTADÃO. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,stj-desmonta-esquema-de-venda-de-sentencas-em-mt-,553477,0.htm>>. Acesso em: 12 nov. 2011.

EVANS, P. **A tríplice aliança**. As multinacionais, as estatais e o capital nacional no desenvolvimento dependente brasileiro. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

FARIA, M. S. **Autogestão, cooperativa, economia solidária – Avatares do trabalho e do capital**. Florianópolis: Em Debate, 2011.

FELTRIN, M. (Org). **Comissão Parlamentar de Inquérito da terra mato-grossense**. Relatório final dos trabalhos. Cuiabá: Assembléia Legislativa, 1995.

FIOCRUZ. Disponível em: <http://bvssp.icict.fiocruz.br/pdf/25520_tese_wagner_25_03.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2011.

FERREIRA, E. C. **Posse e propriedade territorial**. A luta pela terra em Mato Grosso. Campinas: Unicamp, 1986.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 29 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1999.

_____. **O mito do desenvolvimento econômico**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GAZETA. **Gazetadigital**, 2009. Disponível em: <<http://www.grupogazeta.com.br/conteudo/show/secao/9/materia/215308>>. Acesso em: 24 abr. 2012.

GLOBO, **O Globo mundo**, 2009. Disponível em: <<http://oglobo>.

globo. com/mundo/mais-de-um-bilhao-de-pessoas-passam-fome-no-mundo-diz-onu-3155673>. Acesso em: 27 abr. 2012.

GOHN, M. G. **Mídia terceiro setor e MST**. Impacto sobre o futuro das cidades e do campo. Trad. Augusto A. Zanatta. Petrópolis: Vozes, 2000.

GOMES, F. A. **Transamazônica**: a redescoberta do Brasil. São Paulo: Cultura, 1972.

GONÇALVES, C. W. P. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo: Contexto, 2001.

GRASIANO, S. J. **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

GREENPEACE. Disponível em: <<http://www.greenpeace.org/brasil/pt/O-que-fazemos/Amazonia>>. Acesso em: 18 jun. 2011.

GUARESCHI, P. A; GRISCI, C. L. **A fala do trabalhador**. Rio de Janeiro: Vozes, 1993.

GUARESCHI, P. Relações Comunitárias, Relações de Dominação. In: CAMPOS, Regina Helena de Freitas (org.). **Psicologia social comunitária**: da solidariedade à autonomia. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

HEGEMANN, H. **Bancos, incendiários e floresta tropical**. O papel da cooperação para o desenvolvimento na destruição das florestas tropicais brasileiras. Rio de Janeiro: Ibase, 1996.

HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. 23. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1982.

HOMMA, A. K. O. **Patrimônio genético da Amazônia, como proteger da biopirataria**. Seminário internacional sobre biodiversidade e transgênicos – Anais... Brasília: Senado Federal, 1999.

HUGGINS, M. K. **Política e política**: relações Estados Unidos/América Latina. Trad. Lólio Lourenço Oliveira. São Paulo: Cortez, 1998.

INESC. **Instituto de estudos socioeconômico**. Disponível em: <<http://www.inesc.org.br/>>, 2010. Acesso em: 1 dez. 2010.

IANNI, O. **A ditadura do grande capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

_____. **Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1979.

_____. **Ditadura e agricultura**. O desenvolvimento do capitalismo na Amazônia: 1964-1978. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

_____. **Estado e capital monopolista** 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1999.

_____. **Imperialismo na América Latina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

IBGE - **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>>. Acesso em: 23 abr. 2012.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, 2006. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006/agropecuario.pdf>>. Acesso em: 25 abr. 2012.

IBGE, **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 20 maio 2011.

JUNGMANN, R. **O livro branco da origem de terras no Brasil**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001.

KOWARICK, M. **Amazonas/Carajás**. Na trilha do saque. São Luiz: Anita, 1995.

KURZ, R. **O colapso da modernização**. Da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. Trad. Karen Elsabe Barbosa. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

LEFEBVRE, H. **A cidade do capital**. Trad. Maria Helena Rauta Ramos e Marilena Jamur. Rio de Janeiro: DP&A, 1999a.

_____. **A revolução urbana.** Trad. Sérgio Martins. Belo horizonte: UFMG, 1999b.

LEONELLI, D. **Uma sustentável revolução na floresta.** São Paulo: Viramundo, 2000.

LONDRES F. **Agrotóxicos no Brasil – um guia para ação em defesa da vida.** Rio de Janeiro: AS-PTA – Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa, 2011.

LUXEMBURG, R. **A acumulação do capital.** Trad. Moniz Bandeira. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

MACHADO, P. **Um avião contorna o pé de jatobá e a nuvem de agrotóxicos pousa na cidade – historia da reportagem.** Brasília: Anvisa, 2008.

MANUAIS DE LEGISLAÇÃO. Segurança e Medicina do Trabalho, **Lei nº 6.514 de 22/12/77.** 28 ed. São Paulo: Atlas, 1995.

MARINI, R. M. **Dialética da dependência.** Trad. Emir Sader. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. **Subdesarrollo y revolución.** 10. ed. México: Siglo Veintiuno, 1980.

MARTINS, E. **Amazônia, a última fronteira.** A saga dos oprimidos/as multinacionais/ a iminência de um deserto. Rio de Janeiro: Codrecri, 1981.

MARTINS, J. S. **A degradação do outro nos confins do humano.** São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. **Exclusão social e a nova desigualdade.** São Paulo: Paulus, 1997.

_____. **Expropriação e violência.** A questão política no campo. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1991.

_____. **Fronteiras.** A degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. **Reforma agrário o impossível diálogo.** São Paulo: Edusp, 2000.

_____. **Os camponeses e a política no Brasil**. 5. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

MARX, K. **O Capital**. Crítica da economia política. Trad. Reginaldo Sant'Anna. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

_____. **Salário, preço e lucro**. Trad. Maria Clara. Faria. São Paulo: Moraes, 1985.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. Trad. José Carlos Bruni e Marcos Aurélio Nogueira. 11. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/portal/>>. Acesso em: 23 maio 2011.

MMA. Ministério do Meio Ambiente, 2011. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=182&idConteudo=10775>>. Acesso em: 20 jul. 2011.

MELLO, T. **Amazônia**. A menina dos olhos do mundo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

MENEGAT, M. **O olho da Barbárie**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. Trad. Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Unicamp, 2002.

_____. **O século XXI – socialismo ou barbárie?** Trad. Paulo César Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2003.

MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/portal/>>. Acesso em: 23 maio 2011.

MTE. **Ministério do Trabalho e Emprego**, 2011. Disponível em: <<http://www3.mte.gov.br/geral/estatisticas.asp>>. Acesso em: 20 ago. 2011.

MONIZ BANDERA, L. A. **A presença dos Estados Unidos no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

_____. **O governo João Goulart**. As lutas sociais no Brasil 1961 – 1964. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

NETO, M. **O dilema da Amazônia.** O complexo Carajás, os grandes projetos e a nova Amazônia. 2. ed. Belém: Cejup, 1986.

OHLWEILER, A. O. **Materialismo histórico e crise contemporânea.** 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

OLIVEIRA, A. **A agricultura camponesa no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2001.

OLIVEIRA, J. M. **A esperança vem na frente.** Contribuição ao estudo da pequena produção em Mato Grosso, o caso Sinop. (mimeo) São Paulo: Universidade de São Paulo, 1993.

OLIVEIRA, A.E. Ocupação humana. In: SALATI, E. (Org). **Amazônia.** Desenvolvimento-integração, ecologia. São Paulo: Brasiliense, 1983.

OLIVEIRA, A. U. **A agricultura camponesa no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2001.

_____. **Amazônia.** Monopólio, expropriação e conflitos. 5. ed. Campinas: Papyrus, 1997.

OTTO, Alcides Ohlwiler. **Materialismo histórico e crise contemporânea.** 2. Ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

OURIQUES, N. D. O significado da conquista: cinco séculos de domínio e exploração na América Latina. In: OURIQUES, N. D. e RAMPINELLI, W. J. (Org). **Os 500 anos.** A conquista internacional. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

PASSOS, M. M. **Amazônia:** teledetecção e colonização. São Paulo: Unesp, 1999.

PERONDI, E. **Conciliação e precarização.** A política trabalhista do governo Lula (2003-2010). Florianópolis: Em Debate, 2011.

PIAIA, I. I. **Geografia do Mato Grosso.** 2. ed. Cuiabá: Edunic, 1999.

PICOLI, F. **Amazônia:** a ilusão da terra prometida - uma abordagem da expropriação do homem e do seu ambiente. 2. ed. Sinop: Editora Fiorelo, 2005b.

_____. **Amazônia e o capital – uma abordagem do pensamento**

hegemônico e do alargamento da fronteira. Sinop: Editora. Fiorelo, 2005.

_____. **Amazônia:** do mel ao sangue – os extremos da expansão capitalista. 2.. ed. Sinop: Editora Fiorelo, 2004.

_____. **Amazônia:** pegadas na Floresta – Uma abordagem da superexploração da força de trabalho. 2.. ed. Florianópolis: Editora em Debate, 2011.

_____. **Amazônia:** pegadas na floresta – Uma abordagem da superexploração da força de trabalho. Sinop: Fiorelo, 2004.

_____. **Amazônia:** o silêncio das árvores – Uma abordagem sobre a indústria de transformação de madeiras. Sinop: Fiorelo, 2004c.

_____. **O capital e a devastação da Amazônia.** São Paulo: Expressão Popular, 2006.

_____. **Desarrollo y expropiación.** Sinop: Fiorelo, 2008.

PINHEIRO, S.; NASR, N. Y. e LUZ, D. **A agricultura ecológica e a máfia dos agrotóxicos no Brasil.** Rio de Janeiro: Fundação Juquira Candiru, 1998.

PINTO, L. F. L. **Amazônia:** no rastro do saque. São Paulo: Hucitec, 1980.

PIQUET, R. **Cidade-Empresa.** Presença na paisagem urbana brasileira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1998.

PORATH, H. C. **Centralidade epistêmica do trabalho.** Ideologia e supressão teórica. Florianópolis: Em debate, 2011.

PORTAL. São Francisco, 2011. Disponível em: <<http://www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/meio-ambiente-agua/agua-na-terra-2.php>>. Acesso em: 26 abr. 2012.

PRADO C. J. **A questão agrária.** 4. ed. São Paulo, Brasiliense, 1987.

_____. **Formação do Brasil contemporâneo.** 13 ed. São Paulo: Brasiliense, 1973.

_____. **História econômica do Brasil**. 36. ed. São Paulo: Brasiliense, 1976.

PROCÓPIO, A. **Amazônia**. Ecologia e degradação social. São Paulo: Alfa-Omega, 1992.

_____. **O Brasil no mundo das drogas**. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. O narcotráfico no espaço social rural da Amazônia. In: RIBEIRO, A. M. M.; IULIANELLI, J. A. S. (Org). **Narcotráfico e violência no campo**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000. 135-176.

POLANYI, K. **A grande transformação**. As origens da nossa época. Trad. Fanny Wrobel. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

PORTELA, F.; OLIVEIRA, A U. **Amazônia**. 5. ed. São Paulo: Ática, 1991.

PIQUET, R. (1998): **Cidade-Empresa**. Presença na paisagem urbana brasileira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

REIS, E. A. **Amazônia legal & ilegalidade**. Rio de Janeiro: Revan, 1992.

RIBEIRO, S. A. O. **Vida e morte no Amazonas**. São Paulo: Loyola, 1991.

ROSDOLSKY, R. **Gênese e estrutura de O capital de Karl Marx**. Trad. César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

SABATINI, S. **Massacre**. São Paulo: Conselho Indigenista Missionário, 1998.

SABINO, M. P. **A comunicação como elemento de persuasão para atrair pessoas ao norte de Mato Grosso, no caso Sinop**. (mínio). Sinop: UNEMAT, 2006.

SANTOS, C. M. **Amazônia**. Conquista e desequilíbrio do ecossistema. Brasília: Thesaurus, 1998.

SANTOS, J. V. T. **Matuchos**. Exclusão e luta. Do Sul do Pará à Amazônia. Rio de Janeiro: Vozes, 1993.

SANTOS, M. **Por uma globalização do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SCHAEFER, J. R. **As migrações rurais e implicações pastorais**. São Paulo: Loyola, 1985.

SCHIMIDT B. V. **Os assentamentos de reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1998.

SHIVA V. **Biopirataria**. A pilhagem da natureza e do conhecimento. Trad. Laura Cardellini Barbosa Oliveira. Petrópolis: Vozes, 2001.

SHOUMATOFF, A. **O mundo em chamas**. A devastação da Amazônia e a tragédia de Chico Mendes. Trad. Luiz Fernando Martins Esteves. São Paulo: Best-Seller, 1990.

SILVA M. FOLEIRO, A. O desenvolvimento da Amazônia na visão dos produtores familiares rurais. In: VIANA, G.; SILVA, M.; DINIZ, N. (Org). **O desafio da sustentabilidade**. Um debate socioambiental no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

SILVA, R. I. **Amazônia, paraíso e inferno**. Como sobreviver na selva e no mar. 4. ed. São Paulo: Rening, 2002.

SINGER, P. **O Capitalismo**. Sua evolução, sua lógica e sua dinâmica. 18. ed. São Paulo: Moderna, 2000.

SIOLI, H. Amazônia. **Fundamentos de ecologia da maior região de florestas tropicais**. Petrópolis: Vozes, 1991.

SODRÉ, N. W. **Radiografia de um modelo**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1975.

_____. **Formação histórica do Brasil**. 14. ed. Rio de Janeiro: Graphia, 2002.

SOUZA, E. A. **Sinop**: história, imagens e relatos. Um estudo sobre a colonização de Sinop. (mimeo) Cuiabá: UFMT, 2001.

SOUZA, E. L. P. S. **A organização do setor madeireiro no município de Sinop, Mato Grosso** - Uma análise da estrutura de mercado. (mimeo). Belém: UFPA, 1999.

SOUSA, F. P. **Política de memória histórica.** Um estudo de sociologia histórica comparada. Florianópolis: Em Debate, 2011.

SOUZA, M. **Breve história da Amazônia.** Rio de Janeiro: Agir, 2002.

SPOSITO, M. E. **Capitalismo e urbanização.** São Paulo: Contexto, 2000.

TOCANTINS, L. **Amazônia.** Natureza, homem e tempo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

THOMÉ, J. L. **Um grande projeto na Amazônia:** hidroelétrica de Balbina um fato consumado. Manaus: Editora da Universidade da Amazonas, 1999.

UOL. Disponível em: <<http://economia.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2012/01/10/brasil-obtem-recorde-de-colheitas-e-exportacoes-agricolas-em-2011.jhtm>>. Acesso em: 25 abr. 2012.

VASCONCELLOS, G. F.; VIDAL, J.W. B. **Poder dos trópicos.** Meditação sobre a alienação energética na cultura brasileira. São Paulo: Casa Amarela, 1998.

VIANA G. Impactos ambientais da política de globalização na Amazônia. In: VIANA, G.; SILVA, M.; DINIZ, N. (Org). **O desafio da sustentabilidade.** Um debate socioambiental no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

VIANA, G. (Org). (1998). **Relatório da comissão externa destinada a averiguar a aquisição de madeiras, serrarias e extensas porções de terras brasileiras por grupos asiáticos.** Brasília: Câmara dos Deputados, 1998.

VIERA, P. F. e WEBER, J. (1997). **Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento.** Novos desafios à pesquisa ambiental. São Paulo: Cortez, 1997.

WALLERSTEIN, I. **Capitalismo histórico.** Civilização capitalista. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

_____. **A reestruturação capitalista e o sistema-mundo.** Trad. Ricardo Aníbal Rosenbusch. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. **Após o liberalismo.** Em busca da reconstrução do mundo. Trad. Ricardo Aníbal Rosenbusch. Petrópolis: Vozes, 2002.

WEINSTEIN, B. **A borracha na Amazônia:** expansão e decadência (1850–1920). Trad. Lólio Lourenço Oliveira. São Paulo: Hucitec-Edusp, 1993.

WIKIPEDIA. Disponível em: <www.wikipedia.org/wiki/Aquifero_guarani>. Acessado em: 20 de outubro de 2011.

ZART, L. L. **Desencanto na nova terra:** assentamento do município de Lucas do Rio Verde – MT na década de 80. (mimeo). Florianópolis: UFSC, 1998.

EDITORIA EM DEBATE

Muito do que se produz na universidade não é publicado por falta de oportunidades editoriais, quer nas editoras comerciais, quer nas editoras universitárias, cuja limitação orçamentária não permite acompanhar a demanda existente. As consequências dessa carência são várias, mas, principalmente, a dificuldade de acesso aos novos conhecimentos por parte de estudantes, pesquisadores e leitores em geral. De outro lado, há prejuízo também para os autores, ante a tendência de se pontuar a produção intelectual conforme as publicações.

Constata-se, ainda, a velocidade crescente e em escala cada vez maior da utilização de recursos informacionais, que permitem a divulgação e a democratização do acesso às publicações. Dentre outras formas, destacam-se os *e-books*, artigos *full text*, base de dados, diretórios e documentos em formato eletrônico, inovações amplamente utilizadas para consulta às referências científicas e como ferramentas formativas e facilitadoras nas atividades de ensino e extensão.

Os documentos impressos, tanto os periódicos como os livros, continuam sendo produzidos e continuarão em vigência, conforme opinam os estudiosos do assunto. Entretanto, as inovações técnicas assinaladas podem contribuir de forma complementar e, mais ainda, oferecer mais facilidade de acesso, barateamento de custos e outros recursos instrumentais que a obra impressa não permite, como a interatividade e a elaboração de conteúdos inter e transdisciplinares.

Portanto, é necessário que os laboratórios e núcleos de pesquisa e ensino, que agregam professores, técnicos educacionais e alunos na produção de conhecimentos, possam, de forma convergente, suprir suas demandas de publicação como forma de extensão universitária, por meio de edições eletrônicas com custos reduzidos e em divulgação aberta e gratuita em redes de computadores. Essas características, sem dúvida, possibilitam à universidade pública cumprir de forma mais eficaz suas funções sociais.

Dessa perspectiva, a editoração na universidade pode ser descentralizada, permitindo que várias iniciativas realizem essa convergência com autonomia e responsabilidade acadêmica, editando livros e periódicos de divulgação científica conforme as peculiaridades de cada área de conhecimento no que diz respeito à sua forma e conteúdo.

Por meio dos esforços do Laboratório de Sociologia do Trabalho (LASTRO), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que conta com a participação de professores, técnicos e estudantes de graduação e de pós-graduação, a Editoria Em Debate nasce com o objetivo de desenvolver e aplicar recursos de publicação eletrônica para revistas, cadernos, coleções e livros que possibilitem o acesso irrestrito e gratuito dos trabalhos de autoria dos membros dos núcleos, laboratórios e linhas de pesquisa da UFSC e de outras instituições, conveniadas ou não, sob a orientação de uma Comissão Editorial.

Os editores

Coordenador

Fernando Ponte de Sousa

Conselho editorial

Adir Valdemar Garcia

Ary César Minella

Janice Tirelli Ponte de Sousa

José Carlos Mendonça

Maria Soledad Etcheverry Orchard

Michel Goulart da Silva

Paulo Sergio Tumolo

Ricardo Gaspar Muller

Valcionir Correa

Fiorelo Picoli

A VIOLÊNCIA E O PODER DE DESTRUIÇÃO DO CAPITAL NA AMAZÔNIA

Este livro trata da violência estabelecida pelo capital na Amazônia brasileira, através dos relacionados poderes políticos, econômicos e representações do Estado. Esse conjunto dominador pode ser, em muitas oportunidades, identificado e confundido como parte integrante do crime organizado nesse espaço regional. Além de estabelecerem o domínio por meio da violência física e psicológica aos demais atores sociais, também transformam em benefícios próprios as instâncias do Estado. Os governos, através de suas instâncias, são propositalmente arbitrários na proteção do capital na região e colocam-se contrários na proteção dos trabalhadores e dos movimentos sociais. No local, por ser periferia do capital, as possibilidades de silenciar o coletivo se multiplicam pela superexploração da mão de obra. Assim, as ações colocadas em prática se dão na certeza da impunidade e também com a confiança de que o crime compensa. Portanto, em não raras ocasiões são usadas as práticas irregulares como corretas e éticas, e as vítimas desse processo são as questões ambientais, as econômicas, as culturais, a força de trabalho e as causas sociais coletivas. O resultado desse projeto beneficia o extrativista mineral e florestal, bem como as monoculturas de mercado, para serem criadas duas classes sociais: muitos pobres marginalizados e despossuídos e poucos ricos concentrando as terras e a renda local.

 **Editoria
EM DEBATE**

ISBN 978-85-61682-97-2



9 788561 682972